

Paulo Romero Batista Rêgo

História, Igreja e Poder

O papel da religião no processo
histórico de formação/sustentação do
poder político-econômico-ideológico
temporal da civilização ocidental cristã
[1559-1978]



A fantasia de o homem lhe dar ainda a conhecer que, apesar de toda a sua criatividade, ela tem um traço passivo, pois as ideias, as inspirações, se apresentam por si mesmas. O homem é aquele que as recebe. A fantasia pode, pois, apresentar um duplo aspecto: por um lado, abertura do homem; por outro lado, a sua receptividade diante das ideias. Qual será a fonte das ideias? Não é o homem, justamente na sua capacidade criadora, alguém que recebe? Acaso, naquilo mesmo que ele dispõe, não é ele alguém de que o outro dispõe? A atividade cultural do homem não provém absolutamente dos esforços de exercer seu domínio sobre as coisas e o mundo. Ela tem ainda outra raiz muito diferente. Ninguém pode absorver-se. A religião e a história como a cultura antes mesmo que seu processo de institucionalização foi indubitavelmente, o pilar por excelência do erguimento e potencialização das grandes civilizações para sua sociabilização de organização política, jurídica, econômica, numa palavra o Estado. Tudo isso foi fundamental para que a educação possibilitasse ao homem se fazer ser histórico. O poder religioso institucionalizado, em concomitância com o poder político e econômico constituíram as bases dos mais destacados processos civilizatórios de Menés no Egito proto-histórico a França revolucionária de 1777 a 1848. Este processo revolucionário burguês secular desdobra-se em nosso presente.



História, Igreja e Poder

História, Igreja e Poder

**O papel da religião no processo histórico de
formação/sustentação do poder político-econômico-ideológico
temporal da civilização ocidental cristã [1559-1978]**

Paulo Romero Batista Rêgo



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RÊGO, Paulo Romero Batista

História, igreja e poder: o papel da religião no processo histórico de formação/sustentação do poder político-econômico-ideológico temporal da civilização ocidental cristã [1559-1978] [recurso eletrônico] / Paulo Romero Batista Rêgo -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

340 p.

ISBN - 978-85-5696-786-2

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Teologia; 2. Filosofia; 3. Política; 4. Religião; 5. História; I. Título.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Sumário

Prefácio.....	9
Marcos Roberto Nunes Costa	
1	17
Introdução ao problema	
2.....	26
Civilização e sociedades europeias	
3.....	52
A civilização católica entre anjos e demônios erros históricos	
4.....	74
Ementes de dragões	
5.....	91
Uma nova visão da história e do legado judaico cristão: determinismo e liberdade	
6.....	115
O homem como a maior glória de Deus	
7.....	140
O professor, e a história em perpetua gestação	
8	164
A globalização mais ampla de nossas perspectivas contextuais: 1850-1960	
9.....	194
A consciência e a prática do bem: a ética e a cultura cristãs submetidas à teologia da história	
10	223
Igreja diante da história: da modernidade a pós modernidade	

11.....	253
A teologia e a filosofia cristãs à luz da história dialética	
12	280
O “Concílio Ecumênico Vaticano II” e as vozes dos mortos: um convite a buscarmos as respostas que nos são oferecidas pelo passado	
13	306
Ética, ciência e poder: uma indagação nas raízes da moral	
14	328
O pontificado de São Paulo VI dentro da historicidade político-ecclesiológica [1963-1978]	
Obras recomendadas para a leitura	339

Prefácio

Marcos Roberto Nunes Costa ¹

É sabido que a religião está na base de todas as civilizações. Pois, de uma forma ou de outra, todas as civilizações adotaram na sua formação/sustentação uma religião, seja ela mítica, pagã (ou racional) ou revelacional. Assim aconteceu, e acontece, por exemplo, com os povos hebreus, com os egípcios, com os persas, com os orientais, com os ocidentais, com os indígenas (Maias, Astecas, Indígenas brasileiros), etc. O certo é que nenhum Povo viveu sem religião, ou sem uma crença.

No caso da civilização ocidental, que é o objeto de estudo em pauta no trabalho de Paulo Rêgo, notadamente no que se refere ao período que vai do início da Modernidade até a Contemporaneidade, a religião que está na base desta civilização ocidental é a religião cristã, personificada nas suas mais variadas formas, mas, predominantemente, nas versões Católica e Protestante, as quais, por sua vez, trazem em seu bojo variações ou denominações diversas a depender das linhas de interpretações de movimentos internos.

E dentre as diversas manifestações/instituições culturais em que a religião se faz presente está a questão de como ela se relaciona de forma direta ou indireta com o poder temporal ou civil (estatal), lugar onde ganha força e poder de influência chegando em alguns momentos a se confundir com o próprio poder estatal. E é este aspecto, “*o papel da religião no processo histórico de formação/sustentação do poder político-econômico-ideológico temporal da civilização ocidental cristã*”, que interessou a Paulo Rêgo, que por uma questão de delimitação temporal, escolheu

¹ Filósofo e historiador itapetinsense.

examinar como isso acontece no período que vai do início da Modernidade até a Contemporaneidade (1559-1978).

Para tal, depois de um grande salto histórico, notadamente da Idade Média, onde havia uma estreita relação entre a religião cristã, personificada na Igreja Católica, ou na pessoa do Papa, e o poder temporal ou civil (estatal) dos Príncipes, Paulo Rêgo inicia suas análises mostrando exatamente que, enquanto na Idade Média a Igreja Católica servia de sustentação/legitimação do poder temporal dos Príncipes, legítimos representantes da nobreza/aristocracia, portanto, atrelada aos poderosos, justificadora de projetos imperialistas que massacravam os pobres e garantiam os privilégios dos ricos (a nobreza e/ou aristocracia), no início da Modernidade, a burguesia mercantilista emergente, travestida dos ideais da liberdade, que dava seus primeiros passos rumo a uma sociedade centrada no mercado - do capital -, contaram com o apoio de um novo e emergente ramo (Igreja) da religião cristã, a saber, os Protestantes, que, como diz o próprio Paulo Rêgo, vão “construir um Deus à imagem e semelhança da burguesia”, “valorizando o lucro e o trabalho como meios de contemplação e serviço a Deus”.

Neste contexto teológico burguês, poderemos destacar a “teoria da dupla predestinação” de Calvino, segundo a qual, deterministicamente, desde a eternidade, Deus escolheu alguns à salvação e outros à danação eterna, que serviria para justificar a estratificação social gerada pela lógica do capital, com a concentração de renda nas mãos de poucos, como algo querido por Deus, que elege uns para a riqueza e outros para pobreza.

E assim, numa relação dialética de reciprocidade, burguesia e protestantismo se aliam para juntos construírem uma nova sociedade alicerçada na lógica do mercado, de forma que, se é verdadeira a crítica de Lutero e Calvino de que na Antiguidade-Tardia (na época de Constantino) a Igreja Católica prostituiu o *Evangelho* ao aliar-se ao poder temporal do Império Romano, é também verdadeira a tese de que, na Modernidade/Contemporaneidade, os Protestantes prostituíram o *Evangelho* aos aliarem-se a burguesia, transformando a religião num instrumento de dominação em

que os poderosos oprimem e exploram os mais fracos. E assim, como diz Paulo Rêgo, na Parte II do seu trabalho,

todas as civilizações nacionais modernas se fizeram construir em suas identidades dentro desse contexto complexo, turbulento e cheio de contradições e antagonismos político-religiosos por aquilo que se convencionou chamar de civilização da cristandade. As edições bíblicas em cada geografia nacional eram feitas ao sabor das conveniências culturais, éticas e políticas de cada reinado fosse católico ou protestante.

Na continuidade de seu trabalho, Paulo Rêgo mostra que, em nome de Deus, guerras econômico-políticas foram travadas entre povos (Estados nacionais emergentes), quase sempre travestidas por princípios ético-morais-religiosos, transformando-se em guerras religiosas, quando na realidade traziam em seu bojo uma disputa por mercados (como é até hoje). E neste contexto, a burguesia é peça chave, pois era ela (e é até hoje) que financiava as guerras e as Igrejas, sejam elas católicas ou protestantes, a seu bel interesse, não obstante, ou paradoxalmente, defenderam a criação de Estados nacionais laicos, livres da tutela da Igreja (da Igreja Católica, é claro), que era o grande entrave frente as pretensões econômico-políticas da burguesia emergente.

Mais do que isto, a burguesia emergente vai incentivar e financiar o surgimento e desenvolvimento das filosofias/ciências que vão formar o “espírito das luzes”, que ficaria conhecido por “Humanismo/Iluminismo”, os quais, aliados ao protestantismo ascendente, estão na base das duas grandes revoluções culturais da Modernidade: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que marcariam por assim dizer o coroamento e ápice dos ideais burgueses e o fim da tutela da ideologia católica.

E Paulo Rêgo mostra que neste embate, que ganha forma principalmente nos séculos XVII e XVIII, as Igrejas Protestantes tiveram maior participação do que a Igreja Católica, que demorou muito a se desvincular de suas posições conservadoras, fincadas ainda na tradição feudal medieval, e aderir à lógica do capital, ao contrário dos protestantes, que, como

diz Paulo Rêgo, “souberam agradar a burguesia dizendo que o trabalho é também uma forma de louvar a Deus e o lucro uma benção”, motivo pelos quais “a burguesia deu as costas a Igreja Católica desde as origens da Revolução Protestante até a Primeira Guerra mundial”.

Foi somente na virada do século XIX para o século XX, com o advento e rápida expansão da filosofia econômico/materialista marxista, o chamado Comunismo, que a Igreja Católica “acordou para Jesus” e filia-se ao capitalismo emergente, voltando à prática de aliar-se aos poderosos como nos velhos tempos da Antiguidade-Tardia e Idade Média.

Para tal, sob a égide de combater a ideologia materialista/ateia do Anticristo - o Comunismo - a Igreja Católica, seja na pessoa do Santo Papa, como é o caso, por exemplo, dos papas Pio XI e Pio XII, seja representada por grupos internos ultraconservadores, como, por exemplo, a *Opus Dei* e a *Legio Mariae*, alia-se aos projetos imperialistas capitalistas, chegando a apoiar abertamente os regimes ditatoriais fascistas/nazistas de Mussolini, Salazar e Franco, etc. E assim, dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX, católicos e protestantes, e outros grupos filosófico-religiosos nascidos no seio da “filosofia da luzes”, como, por exemplo, espíritas e maçons, se fizeram presentes em grandes conflitos entre nações, que se gladiaram entre si pela disputa do mercado, vestidos de um caráter ideológico-religioso, que se apresentavam ora como uma guerra entre cristãos e o Anticristo – o Comunismo, ora como uma guerra entre católicos, protestantes, espíritas e maçons, em que cada um deles se aliavam a grupos econômico-políticos capitalistas diversos.

Mas do que isto, Paulo Rêgo mostra que esta “guerra fria” entre nações pelo mercado, ultrapassava as fronteiras do “primeiro mundo” e atingia os países subdesenvolvidos das Américas, e dentre estes, é claro, o Brasil. Momento em que grupos conservadores da sociedade, dentre eles setores da Igreja Católica, especialmente a *Opus Dei* e a *Legio Mariae*, aliados ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, alinhavam-se aos grandes grupos/governos imperialistas internacionais, muitos deles de tendência

fascistas e/ou nazistas, para combater o “mito do comunismo”, como bem, diz o próprio Paulo Rêgo:

Com o fundamento ideológico .da ‘Ordem e Progresso’ implantado no Brasil desde a Proclamação da República e intensificado no Estado Novo fascista de Getúlio Vargas, a Igreja Católica assumia também um papel onde a hierarquia eclesiástica se declarava como sendo um sustentáculo para estabelecer a ‘Ordem nacional’ [...].

E assim, diz Paulo Rêgo, a história mostra que “Deus sempre foi, com Jesus, um excelente negócio comercial e de poder político e de manipulação cultural para os vieses ideológicos de conquistas e se perpetuar no poder estatal e se ‘santificar espiritualmente’”. E conclui:

Isto não se resume apenas aos discursos do século XX. Mas o século XX conclui-se como resultado de um processo que vem desde o ano de 325 com Constantino. Jesus, a mais bela história conhecida pelo Ocidente transformou-se também numa arma poderosa e ludibriadora das massas populares para a conquista e ápice do poder entre os homens que o representaram na terra.

Traduzindo, Paulo Rêgo nos mostra que, no Ocidente, a religião cristã, personificada nas suas mais variadas representações institucionais [Igrejas, Denominações e grupos filosófico-religiosos ditos cristãos] sempre estiveram do lado dos poderosos (mas não só no Ocidente pois em outras civilizações regidas por outras religiões acontece o mesmo).

Raros são os casos em que a religião cristã, ou melhor, as Igrejas ditas cristãs, fizeram opção pelos pobres, pelos menos favorecidos. E Paulo Rêgo aponta um desses casos, mas apenas um: o grande movimento que tentou renovar a Igreja Católica, que culminou com o famoso Concílio Vaticano II, liderado pelo papa santo João XXIII, o papa dos pobres, e seguida pelo papa Paulo VI.

Fruto deste curto período histórico de euforia, nascia na Igreja uma nova forma de interpretação do *Evangelho*, que nas Américas ficaria conhecida pelo nome de Teologia da Libertação, a partir da qual algumas

Igrejas cristãs, aliadas aos movimentos de esquerda (neomarxistas), implementariam uma série de ações em defesa dos menos favorecidos, de luta pela participação dos pobres e trabalhadores na política, na economia, na educação, etc., momento em que, no Brasil, por exemplo, deram ensejo a criação de diversas instituições/movimentos/pastorais defensores de direitos sociais, como a JUC (Juventude Universitária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica), JOC (Juventude Operária Católica), etc, e, principalmente, da criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual contava em seu seio com a presença de grandes bispos, ditos progressistas, que ficaram famosos pela luta em defesa dos Direitos Humanos, contra as atrocidades da “ditadura militar, dentre eles Dom Helder Câmara (Recife-PE), Dom Pelé (João Pessoa-PB), Dom Marcelo Carvalheira (Guarabira-PB), Dom Francisco Austregésilo de Mesquita (Afogados da Ingazeira -PE) e outros.

Alguns destes movimentos, desvirtuando-se do espírito original da proposta do Concílio Vaticano II, de forma equivocada, foram cooptados por movimentos de “extrema esquerda”, daí Paulo Rêgo dizer que, nas primeiras décadas do século XX, as Igrejas cristãs, “não de forma unânime, migraram da ‘estrema direita’ para a ‘direita’, da ‘direita’ para o ‘centro’, do ‘centro’ para a ‘esquerda’ e da ‘esquerda’ para a ‘extrema esquerda’ e a luta armada”.

Mas não tardou muito e a classe burguesa conservadora, aposta seja no mundo laico como dentro das Igrejas, logo reagiu em busca da retomada de seu poder, implementando uma série de ações com o objetivo de frear os avanços do seu inimigo virtual – o Comunismo, que no fundo não era senão a retomada da política de domínio de mercado. Essas ações vão culminar com a instauração de regimes ditatoriais em diversos países, inclusive no Brasil com o “Golpe Militar de 64”, através do qual instaurou-se a chamada “ditadura militar”. E mais uma vez, os propósitos econômico-políticos da classe burguesa, de defesa do capital, reaparecem travestidos num discurso ético-moral-religioso, atraindo ou cooptando setores conservadores das Igrejas (dentre eles velhos aliados como a *Opus*

Dei e a *Legio Mariae*) que sob a égide do slogan “Deus, Pátria e Família”, numa grande “marcha da família com Deus para liberdade”, vão apoiar os militares e combater de todas as formas os chamados “grupos progressistas” das Igrejas cristãs.

Mas a história da aliança das Igrejas cristãs, ou pelos de alguns setores delas, com os ricos, detentores do poder econômico-político, com o intuito de calar e ludibriar os pobres, não cessa por aí, e infelizmente Paulo Rêgo parou suas análises nos finais anos 70, quando delimitou o fim do seu objeto de estudo em 1978, pois se tivesse continuado suas análises até atingir a atualidade teria percebido que a dialética da história das relações entre as Igrejas cristãs e o poder temporal estatal deu mais uma volta e passou no mesmo lugar, quando nas duas últimas décadas assistimos a mais uma investida das classes burguesas contra o suposto “fantasma do comunismo”. E isto vem acontecendo tanto a nível internacional, com o avanço das forças capitalistas conservadoras que voltam ao poder em muitos países, quanto no Brasil, haja vista ser este um país dependente das grandes potências econômicas, daí seguir seus ditames.

Este fenômeno teve seu auge no Brasil nas últimas eleições de 2018, quando ficou claro que o real motivo da grande guerra ideológica travada entre as chamadas “direita” e “esquerda” brasileiras não era senão a guerra entre dois modelos econômico-políticos, um – a “esquerda”, de matiz ideológica marxista, defensora de políticas públicas voltadas às classes sociais menos favorecidas, de direitos sociais, etc., outra – a “direita”, de matiz neoliberal, preocupada em fortalecer o capital, a concentração de renda nas mãos dos poderosos, de desobrigar o Estado dos problemas sociais, etc.

E mais uma vez as Igrejas Cristãs são cooptadas para travestir os reais interesses da guerra econômica, transformando-o em um discurso ético-moral-religioso, quando grande parte das Igrejas (Denominações) Protestantes, principalmente os de linha neopentecostais ou evangélicos, e alguns setores mais conservadores da Igreja Católica, como, por exemplo, as velhas *Opus Dei* e *Legio Mariae*, e a Renovação Carismática, bem

como de alguns setores de movimentos filosófico-religiosos, como a Maçonaria e o Espiritismo, se aliaram a diversos grupos político-econômicos, representantes das classes burgueses, como os chamados ruralistas, banqueiros, etc. para combater a “esquerda” brasileira.

Para tal, travestiram ou deslocaram o centro das atenções para questões ético-morais-religiosas, como, legalização das relações homossexuais, do aborto, etc., ditos como bandeiras das “esquerdas”, quando na realidade estas práticas são filhas dos ideais liberais das duas supracitadas “revoluções burguesas”, tão bem veiculadas pelos meios de comunicações de massa, patrocinadas pelo mercado.

Em síntese, mais uma vez as Igrejas Cristãs aliaram-se aos poderosos para manter/justificar seus privilégios.

Por tudo isto, concluímos: Meu Deus, o que as Igrejas fizeram da religião cristã ao longo da história!

Introdução ao problema

A fantasia de o homem lhe dar ainda a conhecer que, apesar de toda a sua criatividade, ela tem um traço passivo, pois as ideias, as inspirações, se apresentam por si mesmas. O homem é aquele que as recebe. A fantasia pode, pois, apresentar um duplo aspecto: por um lado, abertura do homem; por outro lado, a sua receptividade diante das ideias. Qual será a fonte das ideias? Não é o homem, justamente na sua capacidade criadora, alguém que recebe? Acaso, naquilo mesmo que ele dispõe, não é ele alguém de que o outro dispõe?

A atividade cultural do homem não provém absolutamente dos esforços de exercer seu domínio sobre as coisas e o mundo. Ela tem ainda outra raiz muito diferente. Ninguém pode absorver-se. A religião e a história como a cultura antes mesmo que seu processo de institucionalização foi indubitavelmente, o pilar por excelência do erguimento e potencialização das grandes civilizações para sua sociabilização de organização política, jurídica, econômica, numa palavra o Estado. Tudo isso foi fundamental para que a educação possibilitasse ao homem se fazer ser histórico. O poder religioso institucionalizado, em concomitância com o poder político e econômico constituíram as bases dos mais destacados processos civilizatórios de Menés no Egito proto-histórico a França revolucionária de 1777 a 1848. Este processo revolucionário burguês secular desdobra-se em nosso presente.

Acontece que também em sua cultura o homem não encontra repouso. Também a cultura pode mudar, e a abertura do homem para o mundo leva-o além de toda a cultura, mesmo além daquela que ele ainda

poderia criar. Para onde caminha o homem? Não é todas as coisas uma fase intermediária, um estado de passagem? Quem e o que pode satisfazer este impulso do homem? Qual o seu fim, sua meta, seu destino, seu sentido? Não está aqui o manancial onde nasce o pensamento religioso do homem? Quando perguntamos pelo poder da fantasia?

A fantasia dá ao homem a possibilidade de descobrir, por assim dizer, de modo criativo, novas formas de estrutura de comportamento. Já as línguas humanas mostram claramente em suas grandes variedades, o quanto diverso pode ser o espírito da língua de um povo. A língua não é um mero instrumento de reproduzir a realidade. Ela possui uma força criadora, a saber, que é a fantasia. Nem mesmo o conhecimento científico pode ser alheio à fantasia, até porque a ideia que representa um fator decisivo para novas intuições científicas é um processo que envolve a fantasia. A arte carece da fantasia. É o que permite a abertura do homem para o mundo. A arte e a cultura nunca podem se divorciar totalmente da ciência. Daí vem à filosofia.

Nenhum poder político estatal e econômico jamais historicamente se sustentou sem o necessário e primordial apoio da religião enquanto poder de instituição, dentro do qual teológica e antropologicamente se estabeleceram princípios e ordenações de caráter ético-político-ideológico e completamente em cuidados e providências pelas coisas necessárias à existência, pois isto seria um nunca acabar. Continuamente deve cada um alimenta uma confiança no lance para além desses cuidados. Sem confiança não é possível viver. Nenhum homem pode ter tudo em suas mãos. Precisamente em suas atividades criadoras, deve abandonar-se ao desconhecido. Mesmo naquilo em que ele não se aventura para o totalmente incerto e desconhecido, por ser um campo e largo que possibilita a abertura do homem para as coisas que virão a ser e isto é dialética. A história da humanidade é construída em cima de paradoxos impostos por todos os processos de construção dos pilares de organização das relações de poderes entre a política institucional, a religião enquanto poder instrucional e de controle da sociedade em seus princípios culturais e ideológicos e,

evidente, do poder econômico ligado às relações de produção não só materiais, mas, para tanto, imateriais, ou seja, os bens linguísticos e morais mais largos possíveis enquanto basilarmente aos processos de conhecimento e pensamento da formação civilizacional de um povo.

Filólogos que estabelecem parâmetros de sustentação as diversas relações de poder à sociedade. Em seus processos de civilização.

Sempre que a história muda e o pensamento humano em todas as esferas do conhecimento intelectual, precisam dar respostas às novas perguntas existenciais dos homens na sociedade que é fruto de suas construções enquanto sujeitos da história. As práxis políticas, econômicas, culturais e religiosas por necessidade de sobrevivência, são obrigados a mudar seus “discursos e ações”. Temos que nos render aos imperativos dialéticos da história e entender que o passado é o eterno tribunal de apelações pras as incertezas do presente. Portanto, história não é ciência exata, e os dogmas religiosos do ponto de vista histórico são falácias cujo mau gosto Henry Lefebvre chamava de “metafísica da merda”. Embora os positivistas e historicistas sempre tenham afirmado que história é ciência pura e que nela não há espaço para filosofias, os historiadores dos *Annales* como Fernand Braudel, Le Goff, Bloch e François Dosse entre outros papas da história, é simplesmente impossível abordar conteúdos de história sem a colaboração da sociologia, politicologia, antropologia, filologia, filosofia, etc. Em história não existe o absoluto, até por que o absoluto não sendo histórico, não pode ser pensado e o que não pode ser pensado não existe.

No Brasil, como ao nível de mundo ocidental, a Civilização Católica, ao contrário, da Civilização Protestante, deixou a desejar na construção de jovens nações do Novo Mundo que até hoje estão distantes de serem primeiro mundo e democracias avançadas. Claude Lévi-Strauss afirmava que nenhuma civilização foi maior que a religião que adotou. Que pena que somos frutos enquanto civilização brasileira de incompetências históricas católicas. É claro que ao abordarmos estruturalistas e pós-estruturalistas, inevitavelmente seremos lançados à velha querela e debates acadêmicos que se desdobram ao pensar se os contextos históricos podem ou não

serem frutos de processos deterministas, interdisciplinares hermenêuticos e/ou de curta ou longa duração como defendem os historiadores braudelianos em desacordo com os positivistas.

Os Estados Nacionais Independentes da burguesia triunfante, sobretudo graças as Revoluções da Europa de 1830 a 1848 que os consolidou vitoriosos definitivamente, se construiu desde o Império Napoleônico até o desenrolar histórico das repúblicas, em cima de uma herança cultural que emana desde os idos do Ancien regime e suas crises desde 1603 a 1789. Hoje nós entendemos com riqueza de detalhes e nuances porque a burguesia protegeu Lutero e Calvino da fogueira da inquisição e investiu pesados seus capitais neles.

Em história todos os fatos se desenvolvem e se caracterizam como processos de longa duração, a história não tem pressa e apesar de ser dialética, ela é lenta e sofre processos de simcope-cardia. Henry Pirenne, Paul Valéry e Le Goff entre demais historiadores tinham razão ao afirmarem que precisamos nos resignar as incertezas da História. Para entendermos a instituição católica nesse bojo se faz necessário entendermos que ela é uma instituição histórica, e assim como, necessita dar respostas às questões que cada época pede.

Os “controles de pensamentos e suas padronizações dos comportamentos sociais” sempre foram forjados pelo poder institucional religioso. Desde que o homem superou historicamente suas condições de estar sob o tempo, ele passou a fazer educação, cultura, artes e ciência e filosofia. E, na relação com a propriedade privada dos meios necessários a vida e produção, se criaram condições históricas que possibilitaram a institucionalização acerca da realidade e os mitos mais primitivos, e isso só pode ser assimilado dentro do processo contextual de surgimento do Estado enquanto instituição político-jurídica, das classes sociais e de relações de poder, cuja sustentação e legitimação lhes foram dadas por poderes que jamais caminharam divorciados, ou seja, Religião, Estado e Economia.

Para corresponder a essas exigências históricas do Estado, que ao contrário do dizia Hegel, não é o espírito superior da coletividade, mas, ao

contrário, um aparelho de defesa político-jurídico da classe que detém a propriedade e uso dos meios necessários à vida e a produção. Porém, numa coisa devemos ter certeza, e para isso eu aproveito positivamente uma concepção hegeliana, que é o imperativo de nos abriremos ao entendimento de que todas e quaisquer mudanças econômicas têm que passar pelo impulsionamento determinante das mudanças de mentalidades.

A história não é exclusivamente fatos isolados, mas, é emoção, sentimentos e pensamentos dos que a fizeram e a viveram. O poder político e poder religioso institucionalizado historicamente consolidam e concretizam todas as formas pelas quais os homens no tempo e em sociedade, não percam de vista que estamos tratando de sociedade classista, se historicizaram fazendo Política, Economia, Direito, Cultura, religião e educação. Pico Della Mirandola afirmava que Graças as nossas imperfeições podemos fazer tudo isso. Processos de construções de identidades que jamais podem ser divorciados. A Civilização Católica é parte ativa destas edificações no que se trata das relações de poder que fizeram a história do Brasil como “Estado Independente”. Da *Rerum Novarum* de Leão XIII a Humana Vitae de Paulo VI isto se faz. Ao longo da obra nos aprofundaremos nisto.

As concepções de tempo de uma longa duração, cuja apologia está também em Foucault, que comporta um ontem, um hoje e as perspectivas de um amanhã, não apresentam qualquer caráter de espontaneidade, são pensadas. “Nosso julgamento não avalia em sua ordem exata e congruente as coisas passadas em épocas diferentes”, dizia Leonardo da Vinci. Nosso olhar deve ser o olhar do historiador sobre as disciplinas envolvidas nesse livro. Toda disciplina enquanto campo de conhecimento disciplinar é histórico, isto é, compreender que a forma como surgem ou podem ser percebidas, englobam todo um leque de circunstâncias contextuais da vida dos homens no tempo e, mais que isto, os processos de humanizações a que estamos sujeitos. Ao escrever sobre as relações de poder político eclesiológico, nos depararemos com a necessidade de num prisma histórico concomitantemente interdisciplinarmos conceitos básicos de âmbito antropológico, teológico e hermeneuta.

O esboço contextual e teórico de minhas teses tem como ponto de partida, também, as sociedades civilizatórias da consolidação burguesa em plena relação com as novas concepções literário-históricas que envolvem as audácias “malucas” do Dadaísmo, e, esta aceção do termo loucura literárias deve ser entendida como um comportamento artístico literário que, sociologicamente, antropologicamente e filosoficamente fogem aos padrões considerados “bons e normais para o bem estar da sociedade”. O simples ato de fazer arte e no caso literário, sempre será um comportamento de irreverência e audácia. O Dadaísmo é parte de um contexto histórico que dialeticamente abrange um campo histórico desdobrado desde 1596 a consagração da revolução francesa na Era do Capital e, em se tratando das contradições desta estrutura estatal, de rivalidades classistas e político-ideológicas as sócio-patologias que caracterizaram esse processo histórico de longa duração.

No fim do século XVIII, a expressão e a ideia da Idade Média permitirão, de longe, entender analiticamente todo um arcabouço que nos fará gozar do direito de cidade por toda parte. As influências das ideias francesas fazem-se sentir demasiadamente forte em toda a Europa culta. Mas, já ganharam bastante terreno. Até a terceira década do século XIX, o Romantismo decide sua vitória. Às razões disto são por demais conhecidas, para nos determos nelas: reação cristã contra a “filosofia”, gosto pelo exotismo no campo e no espaço, novos pontos de vista relativos à arte e principia a admiração pelas catedrais góticas de. Influências Germânicas. Por exemplo, na França, Madame Stael, conhecedora e admiradora da Alemanha, contribuirá também para reabilitar a Idade Média. Veja o leitor que se pensarmos a ciência, a filosofia, a literatura em todo um processo de historicidade, será simplória demais estabelecer dicotomias, visões e explicações fragmentadas e lineares, como queriam os Iluministas o século XVIII.

Para nós homens do presente falarmos de cada uma das Escolas Literárias, é preciso repensar hoje a maneira como nas escolas ensinamos se é que ensinamos literatura, pois foram desse universo que nos impõe avanços e recuos que nos possibilite entender a dialética das relações, mais

íntimas e próximas do que pensamos, entre “passado e presente”. Toda datação, toda periodização em história é arbitrária. Não existe fato absoluto, todo fato é um processo.

Se em literatura do Classicismo até o modernismo se tentou encontrar explicações científicas plausíveis para os reflexos sociológicos, políticos e econômicos, culturais e éticos, os quais inevitavelmente sofriam os paradoxos processuais seculares e paulatinos das construções das estruturas da sociedade à imagem e semelhança da burguesia, necessariamente será um absurdo pedagógico de Lutero a Frene vermos, lermos e estudarmos à título de pesquisa científica cada uma destas escolas literárias as reduzindo a princípios e conteúdos meramente cronológicos de periodização. Os diferentes campos do saber humano não precisam uns dos outros para existir, porém, para explicar a realidade, e real em grego é sinônimo de história, todos eles precisam uns dos outros, pois todo saber é totalizante. Se quisermos nos aventurar um pouco mais, dentro desse longo processo secular da história no que diz respeito às Escolas Literárias, nos defrontaremos entre o Parnasianismo positivista e o simbolismo a profetizar o Pós-Modernismo e os *Annales*.

As Civilizações Católicas e Protestantes parecem esquizofrênicas ao acreditar que é possível “controlar os pensamentos e as constelações sócio familiares”. O sacramento da santa confissão foi criado com esse objetivo. Se a Psicologia, a psicanálise ou a psiquiatria, ou as mais ousadas concepções filosóficas e teológicas conseguissem realizar esse milagre, e milagre no grego significa ilusão de ótica, então caríssimos, a ciência perderá seu charme. Graças à arte essas duas civilizações cristãs que existem desde o século V, jamais conseguirão realizar este absurdo delírio estonteante voltado para a loucura. Parafraseando Nietzsche: ‘a arte existe para que não morramos da verdade’. O General Douglas McArthur tinha razão: “você é lembrado pelas regras que quebra”. “Os normais” jamais terão seu nome lembrado pela história. O Dadaísmo foi uma comprovação disto.

Com o final da Belle époque e o início do período que se estende da Primeira Guerra Mundial, a crise do liberalismo judeu com a crise de 1929

e a ascensão do Fascismo e Nazismo como tentativa burguesa de salvar o capitalismo e frear o crescimento na Europa, sobretudo entre a classe trabalhadora do ideário comunista, a Igreja compôs uma aliança com as forças que tinham por objetivo combater entre partidos políticos e sindicatos os socialismos ateus. O Tratado de Latrão consumou essa realidade. Durante o pontificado de Pio XI e Pio XII esse processo ganhou corpo e forma definidos. Nos anos 1950 com a Guerra das Coreias e a Revolução cubana em 1959, lembrando os crimes de Stalin denunciados em 1954 por Nikita Kruchev na Assembleia da ONU. Veremos as religiões cristãs cumprirem seu papel histórico para o qual foram criadas, dividida entre o clero de “esquerda” e o clero de “direita”. A historicidade literária acima citada se contextualizou dentro desses parâmetros políticos, ideológicos e religiosos que serviram de respostas aos desafios daquelas épocas e os quais ressoam ainda nos dias atuais. Esse foi o útero do Concílio Vaticano Ecuemênico II. Esse processo também repercutiu em nossa América do sul.

Para um melhor aprofundamento entenda: Quando a Igreja completou os primeiros quinhentos anos no século X, já era uma velha religião oficial do Império Romano o qual agonizava. Estava esparramada no Oriente e no Ocidente [europeu, bem entendido] e se estendia cotidianamente como um Estado Paralelo em suas fronteiras étnicas, geográficas e culturais linguistas, convertendo uns após outros todos os povos “bárbaros”. Os segundos quinhentos anos foram um longo período de gestação, em que a Igreja Católica oficial [poder espiritual] se confundiu praticamente com o poder civil [poder temporal]. No Oriente, os bispos faziam parte da “cúria” [corte] imperial; no Ocidente, os chefes “bárbaros” iam buscar apoio político junto ao bispo de Roma [papa], e conseguiram com o papado uma aliança habilidosa da Igreja com os pagãos. Aquela aliança permitiu a Igreja fortalecer-se e expandir-se, sobretudo no Ocidente. No século X, o papado era o que restava do Império Romano.

Basta lembrar a sagração de Carlos O Grande, no ano 800. Nesta época as abadias constituíam colônias. Regidas pelas regras de São Bento, eram uma espécie de Igreja em miniatura com um enorme potencial cultural,

religioso e político. “Guardavam” com zelo a tradição cristã, como o expressou maravilhosamente Umberto Eco em sua alegoria, *O Nome da Rosa*.

Na corte romana, a corrupção chegava a níveis inacreditáveis. Na Europa Central, esboçava-se uma civilização de ruptura contra a colusão dos poderes espiritual e temporal. Ruptura religiosa, filosófica e cultural. Os indivíduos e as comunidades urbanas em pleno afã do Renascimento recém-formadas reclamavam liberdade, a qual, graças às cidades e ao comércio liderado pela burguesia secularizada, avançou historicamente. O Renascimento e a Reforma Protestante se coroaram graças a esse processo dialético secular, cuja consolidação se dará no Século das Revoluções [1603 a 1714] inglesas, e toda sua repercussão nas revoluções de 1776 [americana] a 1848 na Europa. Neste contexto a História Científica se consolida nos reinos acadêmicos, aliada a sociologia e a geografia, ou seja, de Leopoldo Von Ranke a Marc Bloch e Lucien Febvre. Numa palavra, do Positivismo a *Revisita dos Annales* [1803-1929]. Eis um dos úteros da Era dos Extremos, Fascismo, Nazismo e Stalinismo. Não existe fato absoluto, todo fato é um processo, e o ponto de partida de toda pesquisa é a pergunta histórica.

Sobretudo, de 1848, ano da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* que instaura o Materialismo Histórico-dialético, e o despertar da Igreja para as “verdades burguesas”, é que a Igreja entende que a história e o tempo histórico se colocam acima do tempo cronológico per se. A partir daí, a Igreja dará um salto histórico sem precedentes que culminará nos pontificados de Leão XIII a Pio XII [da Doutrina Social da Igreja que se abre ao diálogo com o proletariado, ao seu fechamento doutrinal e social na Era do Fascismo]. Só o Concílio Vaticano II oferecerá uma nova concepção de mundo mais democrática para a Arraia Miúda. É a história zingue zague nas palavras de Paulo Freire.

Civilização e sociedades europeias

Durante o período do século XII até meados do século XIV, o medievo passou por profundas transformações com a Revolução Comercial e Urbana, com a aliança histórica entre os reis e as burguesias que por sua vez contribuiu para a disseminação das ideias protestantes. O foco histórico desses movimentos e alianças era enfraquecer o feudalismo e a Igreja Católica representada pelo papado, a qual sozinha era dona de dois terços das estepes da Europa. Os filósofos refletem isso, Guilherme de Occam [1285-1349] é típico da nova situação que estava surgindo. Sua vida é bem mais movimentada que a da maioria dos filósofos medievais: ele estudou na Inglaterra em Oxford, viveu na França em Avignon, andou as turras com o papa, devido a violenta perseguição que sofre da Igreja Católica fugiu para Pisa e acabou morrendo em Munique. Occam sustentava que, exatamente porque Deus é todo poderoso e porque a vontade de Deus não pode ter limites, tudo no mundo é contingente, tudo poderia ser diferente do que é se Deus quisesse. Por isso, a teologia não devia interferir, segundo Occam, no estudo das coisas contingentes do mundo empírico.

A ascensão da burguesia, esboçada no século XIV, deflagrou-se no século XV e suas consequências marcaram profundamente a história da Europa até meados do século XVII. Foi a época do Renascimento e da descoberta da América pelos europeus. As artes e as ciências se insurgiram contra os hábitos mentais da história medieval: mostraram que o universo era muito maior e mais complicado do que os ideólogos medievais pensavam; e mostraram que o ser humano era potencialmente muito mais livre do que eles imaginavam. Pico de la Mirandola [1463- 1494] sustentou que

o fato de o homem ser inacabado e portanto poder evoluir, lhe conferia uma dignidade especial e lhe dava até uma certa vantagem em relação aos deuses e anjos que são eternos, perfeitos e por isso não mudam. O Padre Dominicano condenado a morte na fogueira da Santa Inquisição [1548-1600] dentro de um contexto histórico que lhe era por demais favorável: A Reforma Luterana e Calvinista, a consolidação da aliança entre o Rei e a Burguesia, a formação político-jurídica dos Estados Nacionais e a Expansão marítima e comercial europeia, a tradução e popularização da Bíblia para todas as línguas, exaltou o Homo Faber, quer dizer, o homem capaz de dominar as forças naturais e de modificar criadoramente o mundo. A Reforma do Rei Henrique VIII na Inglaterra rompendo com o papado e os avanços político-religiosos e administrativos da Inglaterra Elisabetana que transformaram a Inglaterra, após vencer a invencível esquadra de Felipe II rei católico de Espanha em 1588, consolidou as transformações e avanços históricos desejados pela burguesia e pelos reis, desagradando a Instituição feudal que era a Igreja Católica Romana.

As civilizações europeias conhecem no período de 1641 a 1746, transformações mais profundas que aparentes. A expressão artística permanece em constantes transformações segundo a égide sócio-político-econômica de cada país. Fiel ao Barroco ou ao Classicismo. A descoberta científica apenas conduzem a explicações práticas limitadas e, em se tratando da Igreja, ordenadas e coordenadas pelo ascetismo dogmático. O espírito cartesiano nascidos no decorrer dos anos 1620 expandiu-se. Entretanto, na Europa dos anos 1740 uma parte significativa da elite intelectual afastou-se dos valores tradicionais. Descartes pensara salvar a religião. O cartesianismo forneceu armas aos adversários das autoridades tradicionais. A salvação não é mais considerada como uma obra social coletiva, mas um assunto individual, ou seja, o cartesianismo ressuscitara Lutero e dará asas ao luteranismo secular. Lacan rejubilou-se com isto.

Barroco e Classicismo depois de 1661 formaram os dois rebentos da renascença e continuaram a dividir a Europa. A Itália permanece fiel a esta arte ali nascida. Berini prossegue sua obra em Roma até sua morte em maio

de 1680 e seus discípulos imprimem à capital do mundo católico seu aspecto monumental. Porém, outros focos da arte barroca surgiram: Veneza onde Longhena constituiu a Igreja da Salute e Turim que Juvara dota de monumentos triunfais. O Barroco já instituído na Espanha na arte pictórica assenhoreia-se da arquitetura e da escultura com a família Churriguera que, durante o século XVIII, marca a arte espanhola com o “estilo churrigueresco”, inspirando retábulos, verdadeiros edifícios onde se juntam cenas povoadas de numerosos personagens, associação em uma profusão de detalhes e de outros da tradição plateresca e do patético caro à alma espanhola. A história não tem pressa e não é uma sucessão de eventos.

O Barroco expandiu-se, sobretudo por toda a Europa Ocidental, Central e do Leste, introduzindo as concepções histórico-literárias artísticas no período precedente. São em especial artistas italianos que até os princípios do século XVIII constroem palácios e Igrejas em Praga, Viena e Munique. Todavia, uma escola original nasce em Viena, libertada dos turcos e tornada capital de um vasto Estado, com Fischer Von Erlach e Hildebrandt. Diretamente inspirado no barroco romano e veneziano, o barroco vienense inclina-se para as formas graciosas e compiladas que tomam o nome de estilo rococó.

A invasão barroca atingiu a França, principalmente ao midi com o escultor Pierre Puget. Em 1665, Benini fora chamado a Paris para apresentar um projeto de reconstrução do Louvre. Os arquitetos franceses influenciados pela Igreja Romana Católica nacional impediram sua realização. Tal malogro deixava o caminho livre ao desenvolvimento do estilo clássico. Isto é o único testemunho das dificuldades encontradas pelo gosto barroco na França. Na poesia, o gosto burlesco e as pastorais tradicionais reacionárias desaparecem mais ou menos por volta da década de 1680 que coincide com a Revolução Gloriosa na Inglaterra e as consequências político administrativas dos déspotas esclarecidos, bem como do apogeu do Iluminismo.

Contudo, o barroco triunfou em todos os lugares, mesmo na França e Inglaterra, nas arquiteturas provisórias elaboradas para as cerimônias, as festas e os espetáculos. As ideias políticas e religiosas entre protestantes e católicos em guerra repercutiam nas artes e cultura de modo geral, e no

teatro, por exemplo, impõem-se os cenários e as maquinarias italianas. Os italianos, enfim, reinam na música. Lulli em Versalhes, Cesti em Viena fazem-se os propagadores dos concertos e sonatas oriundos da Itália. Tais fatos sociais e culturais que se tornaram na posteridade históricos pelas suas repercussões nas concepções sociológicas, políticas, econômicas, artísticas que respaldaram “os discursos” da burguesia triunfante em relação a um feudalismo que começara o seu processo histórico de agonia. Estavam abertos os caminhos para a Europa Clássica.

No momento em que Luís XIV torna-se “seu primeiro ministro” escritores e artistas franceses começaram a dar ao classicismo um grande número de obras primas. Luís XIV talvez tenha prestigiado tanto o classicismo francês em respaldo ao nacionalismo absolutista mercantilista monopolizador e protecionista de seu país, em oposição aos modelos italianos que querem ofuscar na opinião do déspota esclarecido as identidades francesas tão há muito advogados por Richelieu e Mazarino com um tanto tom de preciosismo, e contra a província. Mas a arte clássica encontrou apoio na burguesia e principalmente em Paris. Volta-se à ordem, à simplicidade e ao natural. Ela refletiu como tal a conversão da elite intelectual francesa e em boa parte entre as elites intelectuais inglesas e ibéricas ao cartesianismo. Por instinto, os escritores encontraram regras que lhes permitiram refinar seu gênio criador e Bailéus formulando-as em sua *Arte Poética* em 1674. Esse esforço sobre si mesmo corresponde a uma tendência geral sobre a qual Luís XIV e a maior parte da elite intelectual estão de acordo por ser um suporte técnico, político econômica de França.

Em Portugal a Era das Luzes ganha ímpeto com a Era pombalina no seu principal quinhão: o Brasil. As concepções de mundo das luzes logo entraram em choque com a pedagogia jesuíta e, desta forma, parecia reviver o velho conflito secular do medievo entre o Estado enquanto poder temporal e “a Igreja enquanto poder supra temporal”. As concepções políticas diplomáticas de Estado do padre Antônio Vieira tiveram um papel importante e decisivo que ele demonstrara nos Sermões para uma possível reconciliação de entendimento. Na Inglaterra desde a época Elisabetana,

passando desde Jaime I da Escócia e se estendendo até o Oliver Crolwell protestante radical, e as Revoluções inglesas de 1603 a 1714, a contribuição dos anglicanos, presbiterianos e batistas foram decisivas e mais ousadas neste processo do que em Portugal. A Espanha com a Guerra da Sucessão, incluídas a Restauração de Portugal em 1640, a Rebelião de Nápoles, a Conjuração da Andaluzia desembocando na posteridade duradoura da ascensão de Felipe V ao trono.

A ruptura religiosa praticada pelo protestantismo impôs de modo grave e inelutável o problema da coexistência de diferentes religiões, fundadas todas no exclusivismo dogmáticas e pretendentes todas, portanto, ao monopólio religioso e eclesial da comunidade. Ou seja, impuseram-se de novo, como nos primórdios do cristianismo, o problema da tolerância. Por muito tempo ainda a tolerância pareceu aos olhos dos católicos bem como dos protestantes um grave delito contra a verdade, contra a caridade, contra a sociedade. Na Genebra de Calvino, na Londres de Henrique VIII e na Roma do papa Pio V, não há diferença para quem parece, à luz da religião aprovada, um herege obstinado e incorrigível a morte o espera. Partindo do princípio histórico de que as religiões ofereceram eficazmente as bases éticas e morais de sustentação aos padrões de ordem de vida social, políticas, econômicas e culturais para todas as civilizações, podem concluir historicamente que elas sempre almejaram ser um ponto de equilíbrio entre a condição humana com o nascimento de Estado, da propriedade privada e da família, como legitimação e instituição das sociedades classistas. Se nos aventurarmos no dualismo persa podemos afirmar que o demônio era sempre o deus do outro.

Os teólogos católicos do século XVI e dos dois séculos seguintes seguem substancialmente o caminho traçado por São Tomás de Aquino, que, se de um lado expressou princípios dos quais se podia deduzir sem muita dificuldade a justificação da tolerância, por outro lado, pelas circunstâncias históricas em que se encontrava não prosseguiu por esta linha e defendeu a repressão da heresia, seja porque ela constitui um pecado grave ou porque no grego signifique liberdade de seleção ou escolha, ou ainda porque

tolerá-la seria equivaler ao mesmo nível verdade e equivoco, ou seja, em termos modernos, significaria cair no indiferentismo. Por muito tempo a tolerância é tida como comportamento sociocultural de indiferentismo, até porque muitos de seus defensores veem sua batalha, sobretudo, sob este ângulo, e por isso ela é considerada uma monstruosidade, uma perda do genuíno sentimento cristão, que vem tirar de Deus o respeito a ele devido. Imbuído deste espírito, Felipe II rei de Espanha, diante da possibilidade de acalmar a revolta de Flandres se concedesse a liberdade de consciência, declara que jamais aceitará ser o senhor de quem rejeita o Rei dos Céus, e que prefere mil vezes perder a vida a permitir uma tão grave ofensa a Deus. O Barroco e o Classicismo, bem como o Arcadismo e o estilo rococó, como forma de repensar o humanismo e antropocentrismo secular universalista greco-romano no plano das artes legitimaram este legado aos olhos das novas épocas da historicidade humana da segunda metade do século XVII e lançaram a genes das Luzes.

Essa tendência harmoniza-se com a concepção da religião de Jaques e da monarquia de Jaques Bossuet e a desconfiança em relação ao individualismo político e ao Iluminismo religioso. Tanto a submissão à ordem divina quanto o cartesianismo concorrem para fazer com que os homens se dobrem às leis da natureza. A arte clássica é igualmente uma arte monárquica e estatal. Luís XIV tornou-se não o único mecenas do reino, mas, de longe, o mais importante. A glória de Deus e do soberano são os objetivos para os quais aspiram trabalhar os maiores escritores e artistas. O Jansenismo de modo algum contrariou o florescimento do ideal monárquico e clássico na primeira parte do reinado de Luís XIV. De fato, face a piedade do espírito italiano e espanhol, como também face à Reforma Luterana, o jansenismo manifestou, amiúde, tendências profundas da espiritualidade entendida nas teologias protestantes como algo que só pode ser repercutido nas concepções políticas, econômicas, pedagógicas e ideológicas das sociedades construídas á imagem e semelhança da burguesia.

Um jansenismo católico não militante convidava a viver no mundo submetendo-se à ordem política e social com rigidez de costumes e

severidade legalista [a Igreja Católica Romana não era tão diferente como se pensa], como da mesma forma a ordem natural, consideradas como dados em que a vontade de muda-las seria inútil. A obediência às regras tornava-se então uma proteção contra toda tentação de mudar a ordem estabelecida. Isto é metafísica.

Assim, ao redor de 1670 surge um momento bastante excepcional na história da civilização francesa de onde o barroco não foi banido, onde Le Brun não dá ainda uma verdadeira direção às artes e onde, todavia, o monarca ainda em luta política com o papado para fortalecer sua autoridade nacional e superar o feudalismo. Só a Revolução francesa e, sobretudo as Revoluções Europeias de 1830 a 1848 conseguiriam este feito com suas repercussões até a Primeira Guerra Mundial. O monarca e uma grande parte da elite intelectual espiritualista [nela compreendidas os protestantes históricos], apesar das controvérsias religiosas, se encontram numa comunidade de gosto e numa inclinação geral pelo que é nobre, amável, medido e razoável.

1661 1740 assinalam modificações na história da ciência sem precedentes graças as Revoluções Inglesas de 1603 a 1714 colocando o mundo de ponta cabeça. Tivemos neste período uma imensa criação em processos de continuidades e descontinuidades em que cada etapa só é compreendida através de um encadeamento de descobertas feitas em domínios diversos. Com efeito, o conhecimento científico de então é deveras complexo, profunda e revolucionária à moda dos mais profundos anseios pelo poder que a burguesia tinha a perseguir. O termo filosofia abrange ao mesmo tempo as ciências exatas, humanas e sociais. O Barão de Montesquieu deve seus princípios diretores a Malebranche e o conde de Buffon a Leibniz. Um patrimônio cultural comum e ao mesmo tempo heterogêneo unem os meios esclarecidos de onde emergem as cabeças que sabem pensar superando o aqui e o agora, enxergando as coisas lá na frente.

A Igreja católica a exemplo das Igrejas protestantes sempre vê a verdade a partir das condições e possibilidades que são oferecidas aos homens pelos imperativos de cada época como respostas aos vazios existenciais

próprios dos processos históricos advindos das filosofias, ciências e artes. Pierre Vilar dizia que a história é filha de seu tempo e está sendo sempre reescrita, recontada com novos elementos e “verdades novas de seu tempo com os novos elementos e “verdades que nos dizem pela linguagem o que poderemos ser”.

Ora, o gosto pela ciência se expande no início do século XVII. Além do exemplo fornecido pelo Estado, os jornais dos sábios exerceram grande influência: *Jornal des Savanis* [1665]. O progressivo abandono do latim, nunca totalmente substituído pelo francês, prejudicou os contatos entre os sábios, mas permitiu o grande interesse pela ciência em meios mais amplos. Fundam-se cursos públicos como, em Paris, o do abade Nollet [1734], que atrai muita gente pelo fato de apresentar experiências. Multiplicam-se os livros de publicação e divulgação, como “as experiências da natureza” do abade Pluche [1732]. Logo, ao lado dos bibliotecários, alguns espíritos cultos, como Voltaire, formam um conjunto de ciências naturais ou um gabinete de física.

Se o todo muda os homens também mudam e tudo tem a ver com tudo. Mudou-se a ciência e a filosofia, mudou também as artes e com ela a coexistência sócio-política e econômica técnica entre os homens em sociedade. Os valores e discursos éticos e morais da mesma forma acompanharam as mudanças. A religião que nada mais é do que uma manifestação histórico-cultural do homem no tempo não se comportou de modo diferente. O papa Clemente XI combateu o movimento jansenista da França. Doutrina que pregava que apenas uma porção da humanidade estava predestinada à salvação que não poderia ser alcançada por meio do livre arbítrio, tendo, os jansenistas, um péssimo diálogo com os iluministas.

No pontificado do papa Bento XIII este papa caracterizou-se politicamente por ser impopular junto ao povo romano. Manteve-se como um estreito e sectário pontífice e corrupto comportando-se com promiscuidade sexual com diversas amantes. Ao aceitar o cargo de Bispo Romano manteve-se cardeal de Benevento prática considerada abusiva, sem falar em seu apoio incondicional aos valores culturais e políticos de pleno interesse da nobreza feudal, e posicionou-se contra os princípios democráticos

de um Estado de direito defendido pela Revolução Americana de Independência [1776]. Condenou os princípios democráticos da revolução francesa [1714 a 1875]. Em oposição ao pontificado de Bento XIII, Bento XIV tinha personalidade conciliatória e apoiava as artes e amplas manifestações culturais, como também apoiava as ciências e avanços técnicos, recebendo, inclusive, homenagens de Voltaire.

O papa Pio VI testemunhou e combateu as conquistas sociais e políticas da Revolução Francesa como também condenou a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, portanto, estava em seu pontificado de sucessor de Pedro na contramão da história. A Igreja e o papado são exercidos por homens os quais são seres históricos, assim, vale ressaltar, que a própria Igreja é uma instituição histórica. Ao sabor das transformações impostas pela história em todas as esferas da existência humana a Igreja Católica Romana muda constantemente seus “discursos imagético-discursivos” produzidos em determinados tempos e lugares no cerne de quem diz. Acabamos de colocar em cheque mate o dogma da infalibilidade papal.

Já se observou que a “verdadeira crise de consciência europeia” estudada por Paul Hazard foi menos repentina e muito ampla do que se supusera. O sucesso do espírito clássico na Europa fora uma luta contínua. O “momento clássico” caracterizou-se por um equilíbrio passageiro que não interrompeu a evolução do pensamento. O “espírito novo” deveria nascer na Holanda, país excepcional pela atividade econômica e pela a estrutura do Estado e da sociedade de suas sociedades mercantis. Da Holanda facilmente expandiu-se na Inglaterra, mas quase não alcançou o continente, tanto que as elites francesas não foram unidas por ele. Trato de um fato histórico não absoluto, mas de longa duração que serviu de inspiração a Max Weber ao confrontar a construção dinâmica e histórica mais avançada do capitalismo das sociedades burguesas protestantes em relação ao atraso cultural da civilização católica quanto aos espíritos. As Províncias Unidas dos países baixos que fizeram uma insurreição para liberta-se do jugo espanhol dividindo geopoliticamente os domínios Habsburgos.

As Províncias Unidas dos Países Baixos foram uma extraordinária encruzilhada de ideias. A Holanda no século XVII apresentava o exemplo de uma sociedade de classes. A burguesia capitalista das grandes cidades mantinha um espírito de tolerância e de liberdade mais desenvolvidos que em outros lugares e o Brasil [Pernambuco] foi um exemplo histórico disto. É uma pena que a coroa portuguesa aliada a Igreja Católica não tenham compreendido isto. O que a história fez só a história pode desfazer. Dessa forma, a Holanda foi o refúgio de inúmeras pessoas perseguidas pelas suas crenças religiosas e políticas: partidários dos Stuart, depois republicanos ingleses, oponentes de Luís XIV ou de Jaime II [Locke]. Várias religiões caminhavam juntas lado a lado, até mesmo judeus e socinianos.

Por ocasião da revogação do Édito de Nantes chegaram os huguenotes que difundiam o uso da língua mais difundida da Europa [o francês], traduziram obras escritas na Holanda ou na Inglaterra, dando-lhes assim uma considerável difusão. Dessa forma, as obras escritas e popularizadas por John Locke foram conhecidas pela tradução francesa [1700]. Por fim, a Holanda era o principal centro de difusão de liberdade de imprensa da Europa, fato odiado pela Inquisição Católica [Amsterdã, Leyde]. Foram ali publicadas numerosas obras proibidas em outros países, principalmente na França, Portugal e Espanha. Foram os huguenotes que animaram por demais os jornais literários e científicos como as *Nouvelles de la République des Lettres de Boyle* [1682]. Após o Tratado de Nimègue, a Holanda, cujo papel econômico era respaldado pelas políticas culturais, linguísticas, artísticas protestantes, adquire nos domínios das ideias um lugar de suma importância.

O cartesianismo expandiu-se muito nesse país que recebeu bem Descartes. Foi aí que Espinoza que pertencia a comunidade judaica de Amsterdã, pode pensar e escrever sem correr perigo. No seu *Tratado de Teologia Política* [1670], ele considerava a Bíblia uma obra humana, criticava os milagres e as profecias, afirmara a separação entre fé e razão, mas introduzia a liberdade em matéria de crença religiosa e política como um direito natural imprescritível. Contudo, depunha confiança num estado como as

Províncias Unidas dos Países baixos [Bélgica e Holanda] para salvaguardar e interpretar os direitos individuais da pessoa humana. Na sua *Ética* [1677], desenvolvia a ideia da existência de um só Deus. O pensamento de Espinoza não foi compreendido. Assustou católicos e protestantes.

A influência de Pierre Boyle foi muito mais importante. Protestante do sul da França tornou-se professor de filosofia na academia de Sedan e depois de Rotterdam, fez-se conhecer na Europa pela sua *Lettre* e depois pelos seus pensamentos que traziam as concepções genéricas das ciências para o plano do mundo social e político. [1682] onde destruiria a autoridade da tradição no tocante aos presságios, fazendo a distinção entre a concomitância e relação de causa e efeito, opondo determinismo e milagre. As *Nouvelles de la République des Lettres* traduziram a nova orientação dos espíritos pelo menos na Holanda. Nelas tratava mais de erudição e de moral que de belas-artes. Na época da revogação do Édito de Nantes, lançou panfletos reclamando a liberdade de consciência. Enfim, de 1680 a 1687 publicou seu dicionário de história e crítica no qual procurava elaborar um catalogo dos erros humanos. Essa obra contribuiu para a prática do espírito crítico no século XVII, fornecendo-lhes argumentos variados.

Acreditou-se por muito tempo na França que o espírito novo consistia essencialmente nas “ideias inglesas” que haviam chegado ao reino desde a Paz de Utrecht. É verdade que o fim da guerra permitiu numerosas trocas entre a França e a Inglaterra, e a regência possibilitou durante alguns anos maior liberdade de expressão aos inovadores. Contudo, a evolução das mentalidades começou bem antes. Os principais componentes encontram-se nos estudos e nas reflexões praticadas segundo o método cartesiano. Um trabalho obscuro, mas imenso foi terminado pelos eruditos leigos e religiosos, beneditinos reformados de Saint-Maur, oratorianos e jesuítas, sendo que, estes últimos constituíram o grupo dos bolandistas que aperfeiçoaram As Vidas dos Santos. Os textos antigos foram recolhidos e catalogados e editados com cuidado. Em 1678, Charles du Cange publicava seu Glossário de Latim Medieval. Em 1681, através da Diplomática do monge Mabillon fundava o método moderno da diplomática ciência

auxiliar da história. Tais esforços eram, aliás, correntes na Europa de então. Na Inglaterra, Bentley classificava metodicamente os testemunhos da Antiguidade. A própria “história Santa” era agora objeto de revisão. Depois de Espinosa o oratório Richard Simon na sua *História Antiga e Crítica do Antigo Testamento* [1678] demonstrava o caráter heterogêneo dos livros equivocadamente atribuídos a Moisés.

Por outro lado, a influência do método cartesiano demonstrava ter amplos reflexos não apenas nos estudos matemáticos e filosóficos, mas também nas concepções políticas e teológicas da história. Locke, afirmava que a origem de todos os nossos conhecimentos reside em nossas sensações de contatos com tudo aquilo que constitui o mundo em nossa volta. Apresentava uma filosofia empírica, renunciando a aceitar as verdades primeiras, apenas julgando úteis as que comandam o comportamento às nossas vidas. Ao mesmo tempo, a ideia de relatividade pressentida por Pascal, afastada pelos clássicos na pesquisa do universal, retomava forças.

Relatividade do gosto no tempo: em 1687, Charles Pernault defende na academia francesa a ideia de que os autores franceses modernos, isto é, atuais, ultrapassavam os gregos e os latinos. Essa foi sem dúvida a origem da querela histórica entre os antigos e os modernos apaziguada por Luís XIV. Desde esse momento, a palavra “moderna” adquiriu um sentido laudatório. Relatividade do gosto no espaço: as narrativas de viagens multiplicavam-se e forneciam informações principalmente aos letrados sobre os costumes dos homens do oriente e do extremo-orientes. A Turquia e a Pérsia tornaram-se mais conhecidas e acontecia o mesmo com o livro sagrado do Alcorão. As Mil e uma Noites foram traduzidas para o francês em 1704. O Islã já não era mais apresentado no ocidente pelas Igrejas católica e protestante como uma religião infernal. Falava-se com bastante eloquência da sabedoria oriental. Os embaixadores dos Estados islâmicos que faziam visitas diplomáticas a corte de Luís XIV suscitavam uma viva curiosidade e a Bíblia para os cristãos do ocidente e oriente já não era vista como a única fonte de revelação, pois cristãos e muçulmanos assim como judeus são filhos do pai Abraão.

As ciências humanas começavam a ganhar o espaço que já vinha sendo adquirido desde Hecateu de Mileto. O estudo do homem foi conduzido com todas as direções tomadas no período precedente substituindo a ação da providência divina. O conhecimento do passado fez consideráveis progressos. Os imensos trabalhos de erudição tiveram prosseguimento: textos reencontrados e restaurados, cronologias e bibliografias foram refeitas pelos padres beneditinos, pela Academia das inscrições e belas-artes etc. Eles prepararam as obras dos historiadores positivistas e historicistas do século XIX. Apoiaram-se principalmente sobre a história antiga e medieval. A história do oriente antigo deixou de ser lendária com Auquetil-Duperron que em 1762 enviou a paris manuscritos persas e sânscritos e traduziu o Zenal Avesta em 1771 com os quais os Nazistas rejubilaram-se. Tais esforços permaneceram pouco conhecidos e foram eclipsados pelos escritores que além dos fatos procuravam evocar a evolução das civilizações e dos costumes. Em 1756, Voltaire publicava os seus Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações, obra que ao lado do Contrato Social de Rousseau influenciou os revolucionários americanos na luta pela independência dos grandes Estados Unidos da América e, também, os revolucionários liberais burgueses de França.

Uma sociologia política preparada por Vico o pai da sociologia [Princípios de uma Nova Ciência, 1725] conheceu sua eclosão com Montesquieu, autor das Considerações Sobre as Causas da Grandeza de Roma e da sua Decadência [1734] e principalmente do Espírito das Leis que apresentou um estudo fundamentado no determinismo e na relatividade das leis naturais que regem sistematicamente as sociedades humanas. Traduzido em todas as línguas, essa obra inspirou os déspotas esclarecidos, os constituintes e os legisladores. Fez-se um esforço nesta mesma ordem visando à constituição de uma economia política. O fato histórico como sempre provocou numerosas publicações dos economistas, sociólogos, antropólogos, historiadores e geógrafos. Exigia-se em suma a liberdade política e econômica sustentada eticamente e culturalmente pela liberdade artística e religiosa expressa, sobretudo nos mosteiros. Resignava-se com toda a

complexidade de resignação das desigualdades sociais instituídas e reconhecidas como uma lei natural. Turgot foi o primeiro a formular cientificamente as “leis do bronze dos Salários”: no intuito de manter os preços de custos, mais baixos, os salários deveriam apenas assegurar a subsistência dos trabalhadores. As obras dos economistas clássicos inauguradores da ciência econômica como a *Riqueza das Nações* de Adam Smith e a teoria dos salários de David Ricardo deram ao novo tipo de estado liberal as conquistas democráticas e modernidade técnicas políticas almejadas pela burguesia desde o século XII.

A metafísica dava lugar a vivas controvérsias. Isto, por finalidade Enquanto Berkeley afirmava contra Locke a existência das ideias inatas, Condillac em seu *Tratado das Sensações* [1754] fazia-as derivar dos sentidos. Por outro lado, o sábio não devia deduzir, mas analisar. Por sua vez Hume, nos seus ensaios filosóficos sobre o entendimento humano [1748], partindo do fato de que nós não atingimos se não séries de impressões e ideias, assegurava que a experiência pode instruir tão somente. Isto é puro empirismo. Entendamos acima de tudo e por tudo que em se tratando de uma concepção teológica e antropológica, mas também sociológica e, porque não, histórica, A Santa Igreja como todas as religiões cristãs ou não, politeístas ou monoteístas são essencialmente metafísicas. A Inglaterra e a França praticavam um ativo comércio progressivo com as suas índias ocidentais: importações de açúcar, de café principalmente e também de algodão, especiarias, exportações de produtos manufaturados, lãs, vinhos e frutas. Além disso, participavam largamente do comércio marítimo e colonial da península ibérica e, apesar da grandeza do pacto colonial em vigor como suporte principal do Antigo Regime, em especial do comércio da América espanhola. Esse último lhes valia, em pagamento dos objetos manufaturados vendidos, certa quantidade de moedas de ouro e prata. As treze colônias da América do Norte de domínio inglês produziam pouca coisa que fosse de grande valor. O que exportavam de cereais, madeira e alcatrão para a Inglaterra não compensava as importações de produtos manufaturados dos quais sua numerosa população tinha necessidade.

Ao contrário, as Índias Orientais continuavam exportando mais do que importavam, sendo que as populações indígenas permaneciam muito pobres e até mesmo fora de todo círculo comercial. Por outro lado, o comércio com a Índia e a China envolvendo os tecidos de algodão, as sedas e o índigo, o açúcar e o arroz, o chá proveniente desses países representava em linhas gerais um duplo valor em relação ao dos tecidos, couros, e metais que lhes eram vendidos por toda a Europa. Todo esse comércio representava uma significativa transferência para a Ásia do ouro e da prata provenientes da América. Todavia, os ingleses, desde que se instalaram em Bengala, começavam a limitar suas perdas de metais preciosos pela venda de ópio na China. O econômico não diz tudo, mas é quase tudo. Eis um legado da Érica e do espírito protestante.

A expansão comercial e colonial da Europa em processo inicial de formação geopolítica, englobava o processo dialético histórico de dominação cultural que só foi possível a Europa graças a cristandade sua maior arma de dominação que começara com, as cruzadas e a santa inquisição, e se lagrimara ainda mais pelos seguintes aspectos: a conquista pelas armas do mundo oriental e se seu comércio fortemente caracterizado pelo islã, e se possível sua destruição em nome de Jesus Cristo. As vitórias sobre os Turcos que tinha uma história de antagonismos de interesses políticos, econômicos e geográficos culturais, que remanesca desde o século Viram, sobretudo quando o império cristão do Oriente onde as transformações provocadas pelas migrações e invasões barbaras tinham em Constantinopla sua capital por muito tempo bilíngue, ligadas substancialmente pelas antigas tradições, administração, direito e imponências de outrora.

As invasões barbaras provocaram paradoxalmente uma evolução cultural do ocidente, episódios marcantes, de uma longa série de avanços e infiltrações que evoluíram desde o século III e atingiram seu ápice com as reações dos novos impérios. Os escandinavos que lutaram pelas antigas rotas comerciais, a mais de quatro séculos antes dominadas pelos antigos conquistadores saxões e os piratas da Frígia em direção a Inglaterra, e as margens da França do mar do norte e da mancha. Ao sul, os muçulmanos,

e os Alanos e Vândalos de Genserico que dominaram as ilhas e regiões do trigo. O leste as poderosas contra ofensivas da cristandade e as vagas que se sucediam continuamente na Idade Média, aos Germanos sucediam-se os eslavos, húngaros e depois os Turcos que vinham da Ásia central, os búlgaros e os Mongóis, sobretudo os liderados por Gengis Khan por volta do ano 1253. Essas guerras de civilizações iam além da religiosidade e da fé, mas sim, abrangiam interesses políticos e econômicos de poder temporal ímpar.

Contra os turcos essas mazelas e jogatinas que envolviam a cristandade e o islã, ganharam ênfase em 1453 e expansão da cristandade mais temporal do que objetivos espirituais, pois envolviam aspectos culturais, maneirismos linguísticos e intelectuais, ou seja, uma religiosidade dentro de um processo determinante pela dialética entre o oriente e a civilização ocidental judaico-cristã. O papa Pio V no ano de 1572 tornou-se uma figura emblemática por defender a religião verdadeira fundada por Jesus e Pedro “contra a religião demoníaca do alcorão”. Foram essas suas palavras. É impossível se fazer ciência sem olhar para o passado, é impossível se fazer história sem olhar para o passado. Não existe fato absoluto, o fato é um processo.

Com o desenvolvimento da economia de mercado, a ascensão da burguesia e o declínio da nobreza feudal, o enfraquecimento do papado que foi de suma importância para os progressos da burguesia e os reis que advogavam seus poderes e suas riquezas, surgindo amplamente um espírito novo, que se colocavam contra a intolerância religiosa, os privilégios da nobreza feudal e do clero e prelados católicos, como também se colocava contra a teoria teológica da Igreja Católica do direito divino dos reis ao absolutismo e incentivava o conhecimento científico e filosófico.

Esse espírito formou-se na Holanda e não poderia ser diferente, pois era um país que governamentalmente prezava pela liberdade ampla de ideias políticas e religiosas, pelas liberdades artísticas e culturais, etc. Pernambuco foi um exemplo Histórico disto. No século XVII, era um país com economia de mercado desenvolvida e poder político controlado por uma

burguesia próspera, culta e tolerante. Devido ao clima de liberdade, a Holanda calvinista daquela época tornara-se um polo de atração para os intelectuais estrangeiros perseguidos por suas opiniões e atitudes. Lá se encontravam pensadores que combatiam o Stuart na Inglaterra, o Bourbon na coroa Franco-Espanhola, além dos judeus e hereges atormentados pela inquisição católica. A Holanda em uma encruzilhada de ideias, onde conviviam, lado a lado e respeitando-se mutuamente, seitas religiosas distintas, cristãos, muçulmanos, hereges e judeus. Refugiados ingleses que viviam na Holanda levaram esse espírito novo para seu país, quando regressaram após a queda dos Stuart. Da Inglaterra, esses princípios atingiram a França onde as circunstâncias estimularam seu desenvolvimento. Que pena que no Brasil, nas estepes de Pernambuco, a coroa portuguesa pressionada pela Igreja Católica Romana perseguiu e expulsou os holandeses e reimplantou a velha intolerância da Santa Inquisição Católica. Mas afinal de contas, o Espírito Santo é indeciso? E o magistério da Igreja o que ele representa para a historicidade?

Esse novo espírito, que nasceu em 1603 e consolidou-se na Inglaterra em 1714, tomou o nome de Iluminismo ou Ilustração e, nos séculos XVII e XVIII ficou conhecido como séculos das luzes. O Iluminismo expandiu-se ainda pela Europa do ocidente, central e do Leste, mais ainda foi até a Eurásia. Todos os historiadores, principalmente historicistas, marxistas e dos *Annales*, admitem que esse processo secular consagre o poder de uma nova classe que é a burguesia, nada mais nada menos que a classe mais revolucionária da história da humanidade. A burguesia era a classe rica e culta, que chegou a essa posição por seu mérito e trabalho. Mas, na maioria dos países europeus, ela não tinha o prestígio social correspondente. Perante a justiça, os burgueses não gozavam de nenhum privilégio, sendo menosprezados pelos clérigos da Igreja Católica e nobres e tratados como qualquer camponês pobre e ignorante, ou seja, parecia que as doutrinas sócio-políticas de Santo Tomás de Aquino, Petrus Damianus pareciam resistir às transformações históricas dos séculos XVII ao XVIII. Também não tinham por imposição da toda poderosa Igreja Católica fundada pelo

imperador romano pagão Constantino espaço de participação e muito menos de decisão política, isto é, o ocidente era quem perdia com este dogma teológico da história e da política. Economicamente eram limitados pelo mercantilismo, por meio do qual o Estado absolutista escolhido por Deus segundo Grotius, Richelieu e Mazarino, determinava preços, salários, quantidades e métodos de produção que deveriam ser utilizados no comércio e nas manufaturas, a discussão em torno do valor de troca e de uso. A burguesia queria tomar o poder político e para isto teria que derrotar a nobreza feudal e o papado instituição histórica da Igreja católica Romana. A burguesia queria implantar a livre iniciativa e garantir a igualdade de todos perante a lei.

O papa Pio VII que assumiu seu pontificado em 19 de março de 1800 tornou-se memorável pela sua luta contra Napoleão Bonaparte e contra as conquistas democráticas da Revolução Francesa. Compreendia Napoleão que era necessário para a França uma concepção religiosa de mundo que desse sustentação aos ideais de liberdade política, religiosa, cultural e artística, e liberdade de imprensa defendidos pela França revolucionária. A Igreja Romana Católica era resistente a esses princípios. Era uma época onde imperava o iluminismo. Napoleão representava uma forte resistência aos propósitos políticos de restaurar o Antigo Regime Colonial de suporte predominantemente feudal do medievo teimosamente resistente aos novos tempos da história no ocidente, na Europa Central e do leste, e, porque não, a Europa oriental que ousou ir além com o nome de Eurásia próxima a Península da Crimeia. Esta minha visão histórica e geopolítica vem desde a época das migrações barbaras dos Pechenegues, dos liderados por Tamerão e dos Mongóis, sobretudo na China dos Yuan de 1260 a 1368. Nenhuma religião civilizatória traz tantas marcas deste contexto histórico que nos mostra que o passado vive no presente do que o Islã. Nenhum povo foi maior que a religião que adotou. Só as revoluções do século XVI ofereceriam respostas mais plausíveis para descobertas de identidades relativas a formação e organização dos Estados e nações europeia como geopoliticamente conhecemos hoje. Seria para isto necessário uma

posteridade secular para a consolidação destes conceitos atuais, ou seja, falo de desdobramentos históricos de longa duração. Somente as Revoluções Burguesas, sobretudo a partir da primeira Revolução Industrial Inglesa em meados do século XVIII, e seus desdobramentos na Era das Luzes com a Revolução de Independência dos Estados Unidos e a eclosão da Revolução Francesa que já vinha historicamente se desdobrando desde o início do século das luzes. A história se constrói em cima de bases dialéticas entre o presente e o passado e vice-versa.

Entretanto, existia um complexo universo moral e cultural que respaldavam ideias e concepções mais amplas de mundo em relação especificamente à Inglaterra. A maior parte dos ingleses de ambos os sexos ainda vivia, no século XVII, em um mundo mágico, no qual Deus e o demônio intervinham diariamente, um mundo de feitiçarias, fadas e encantamentos. Os doentes e os criminosos consultavam mais os astrólogos do que os médicos e os advogados para saber se seriam curados ou condenados a forca. Cada aldeia e cada condado tinham sua feiticeira boa de plantão e o divino e o miraculoso estavam presentes na vida cotidiana das pessoas. As calamidades eram entendidas como “atos de Deus”, que com elas castigava as pessoas pela sua conduta pecaminosa. O protestantismo, religião dominante na Inglaterra, em todas as suas vertentes, embora combatesse a magia foi responsável por este surto de profetismo popular. Lutero e Calvino havia defendido o livre exame da Bíblia, dizendo que qualquer pessoa poderia entendê-la, fosse porque Deus estava no coração do homem [Lutero] ou porque Deus comunicava-se diretamente com seus eleitos [Calvino]. Mais do que isso, os dois defendiam que os agraciados por Deus deveriam difundir suas palavras e vontades. Os livros mais lidos da Bíblia eram exatamente aqueles que se referiam às profecias, que eram interpretadas à luz da situação inglesa no século XVII. Muitas dessas profecias diziam que os poderes do rei seriam limitados ou que um rei, que era o anticristo, seria deposto para que se estabelecesse o reino da divindade.

O fato histórico que conhecemos como Reforma Protestante e Contrarreforma Católica se desdobraram de 1517 a 1714, tendo como palco

principal a Inglaterra do século XVII. Os protestantes se colocaram a serviço de uma radical mudança na ordem política e institucional de formação de um Estado democrático de direito lançando as bases jurídicas e culturais para uma monarquia parlamentarista e constitucional. Nesse processo a Revolução Puritana pode ser entendida entre a Guerra Civil de 1640-1649; a república de Oliver Cromwell de 1649-1658; a restauração da dinastia católica dos Stuart com os reis Carlos I e Carlos II, e Jaime II de 1660-1688; que deu um sopro de sobrevivência a Igreja Católica e o que se convencionou chamar de Revolução Gloriosa, que se encerrou no reinado de Jaime II e instituiu a monarquia parlamentarista.

A burguesia fortalecia ao longo do século seu poder na Câmara dos Comuns. Essa força da burguesia associada ao puritanismo que atraía cada vez mais a burguesia dando suporte moral e ideológico para o radicalismo político de oposição ao absolutismo simpatizado pelos católicos. Os nobres conservadores aos fundamentos nacionais absolutistas como a coroa se sentiam ameaçados pela burguesia puritana cada vez mais rica. Os monarcas que sucederam os Tudor [protestantes calvinistas], isto é, os Stuart católicos, perceberam que se não freassem a burguesia no campo político, a estrutura de poder monárquica estaria fadada à ruína.

Em 1685, Jaime II assumiu o poder procurando reconduzir o país ao catolicismo e fortalecer seu poder à custa do parlamento. Sua política declaradamente pró-católica, preocupou a aristocracia rural, sua base social, que era majoritariamente anglicana. Embora fosse vedado por lei, o exército passou a ser dirigido por oficiais católicos, os quais tentavam impor, sem sucesso, sua religião aos soldados, em sua maioria esmagadora protestante. A política pró-católica do soberano assustava até mesmo a aristocracia católica, que pressentia seu fracasso e temiam um conflito aberto com os protestantes.

Nessa época, nos países católicos europeus, ocorreram verdadeiros massacres de protestantes, atemorizando os anglicanos, que imaginavam tratar-se de uma ofensiva internacional do papado para restaurar o catolicismo em toda a Europa e da qual a Inglaterra seria a próxima vítima.

Sob vários aspectos, as guerras religiosas de católicos contra protestantes, financiadas pelos reinos de ambas as religiões, não podia levar a uma crença cultural que não fosse esta. O que a história fez só a história pode desfazer. Os homens de hoje podem até ter esquecido ou querer esquecer como se fosse possível passar uma borracha na história, porém, a história jamais esquece e faz vir à tona, no presente, os fantasmas do passado. “O passado vive no presente”, disse Toynbee.

No contexto acima citado temos Oliver Cromwell, um líder radical puritano que organizou um exército burguês conhecido como “cabeças redondas”. Recusavam-se a usar perucas dos nobres culturalmente simpáticos e tolerantes ao catolicismo. Esse exército deflagrou guerra contra a coroa que foi defendida pelos “cavaleiros”, isto é, p exército tradicional da nobreza. A restauração dos Stuart, os problemas políticos e religiosos de rivalidades extremas entre católicos e protestantes se prolongaram. A queda de braço entre a coroa de Carlos II voltado ao anglicanismo e suas semelhanças com o catolicismo romano. Acirravam-se os ânimos de confronto entre a coroa e o parlamento puritano o que levava a revolução ao ápice. No final do século XVII e inícios do século XVIII até 1714, a revolução faz eclodir os fundamentos científicos e técnicos que ofereceram as bases para o liberalismo político e econômico. A Revolução Gloriosa [1688] encerra um período de radicalização revolucionária na Inglaterra provocada pelo puritanismo.

Hugh Peter, capelão do exército de Oliver Cromwell disse ao parlamento em 1646 que o Estado deveria estimular “uma nova filosofia experimental”. Webster que na década de 1650 recomendou com insistência a introdução do ensino de química nas universidades, e interdisciplinarmente trabalhar a escolástica em consonância com o estudo do Barroco e parnasianismo para fazer os jovens entenderem que não existe um abismo intransponível entre a filosofia, ciência e artes, levando-os a discutir resgatando Platão a imortalidade da alma e a importância da tolerância religiosa. Na década de 1650 tinha uma forte esperança de que

as revoluções inglesas fossem assimiladas, graças a contribuição dos puritanos moderados ao diálogo, por todos os países da Europa.

Os casos da Rússia e da Prússia apresentam algumas semelhanças. Herdeiros de Estados recentemente remodelados pelo forte punho de seus líderes [o “rei-sargento” ou Pedro o Grande], dois soberanos de educação francesa. Frederico II e Catarina II apoiam-se na aristocracia que os ajuda a submeter seus povos a serviço do Estado. As diferenças não são menores, dadas as diversidades de dimensão e de formação de seus Estados. A Prússia é um reino artificial, elaborados da reunião de Estados germânicos díspares, mal unidos entre si. A Rússia é uma velha nação em que a tradição representa ao mesmo tempo uma força de unidade incontestável e uma temível força de inércia. Frederico II substituiu Luís XIV como modelo de soberano. Frederico II não impusera o estatismo na Prússia. O estatismo já constituía um fato. Ao contrário, Frederico foi o criador da monarquia esclarecida, ou seja, o iluminismo e despotismo esclarecido no reino da Prússia.

Frederico II, letrado e filósofo, grande capitão, grande diplomata, foi igualmente um grande administrador que legaria ser um ícone para Adolfo Hitler. Vendo tudo através de inspeções e pelo envio de questionários, dirigindo tudo, terminou durante o seu reinado [1740-1786] um trabalho considerável em todos os domínios. Ele foi o seu próprio Louvois e o seu próprio Colbert. Sua obra pode dividir-se em duas partes: a que foi a continuação da de seus predecessores por meios apenas renovados e a inspirada pelo espírito das “Luzes”. A concentração dos poderes e a burocratização foram combatidas por segmentos os mais amplos da vida social como a cultura acadêmicas e populares aliadas as forças religiosas que tinham sua parcela significativa de influência de poder estatal. Isto é consideravelmente inquestionável.

Frederico II não reuniu mais seus ministros, comunicando-se com eles através de ordens de gabinete. Foi dissolvido uma rede de comissários do governo, nomeados pelo rei entre gentis-homens das províncias. Eles se ocupavam simultaneamente das finanças, da economia e do exército. A

reunião de terras à qual se tinha dedicado as Hohenzollern foi acelerada: a Silésia [1742], a Frísia Oriental[1744] cujo objetivo já vinha de um contexto histórico consequente das invasões barbaras, sobretudo quando os escandinavos se apossaram das rotas desde o século VII pelos piratas da Frígia em direção a Inglaterra e as costas da França do mar do norte e da mancha. Por fim a Prússia Ocidental [1772]. A superfície dobrou e, salvo a oeste, o território prussiano foi daí por diante contínuo.

Catarina II na Rússia [1762-1797], princesa alemã, de educação francesa, aberta às “Luzes” mas convertida a civilização nacional, soberana autocrata e imponentemente pomposa assistidas por seus amantes os irmãos Orlovs, Potemkin, prosseguiu a obra de Pedro o Grande. Pôs a serviço de seus objetivos um caráter jovial em enérgico, uma inteligência realista, uma astúcia pouco escrupulosa. Correspondia-se com os filósofos franceses, convidou-os a conhecer São Petersburgo. Diderot permaneceu nessa cidade de 1773 a 1774. Ela comprou coleções de obras de artes, ciências, filosofias e tratados teológicos, auxiliou os escritores ocidentais, através deles proclamou suas reformas.

Observou-se a influência exercida sobre o reinado de Catarina II no temor da subversão popular representada pela revolta de Pugatchev [1773-1774], depois pela Revolução Francesa. Os primeiros anos são marcados por veleidades reformadoras e uma política de desconfiança em relação aos camponeses porque é de lá que eclodem as revoluções e não do operariado das cidades. Em 1766, uma instrução ou Nakar lançou os planos de múltiplas reformas inspiradas em Beccaria e Montesquieu. Em 1767, reuniu-se uma comissão legislativa, compreendendo deputados da nobreza feudal, das cidades e dos camponeses portadores de cadernos de queixas encarregados de preparar um código de leis e que informou a czarina sobre o estudo de espírito de seus povos. Catarina foi tolerante em relação a todas as confissões religiosas de seu império [com exceção dos Unistas que eram ortodoxos subordinados a Roma]. Ordenou a elaboração de um plano de educação geral a Betzki [1762].

Na realidade, as únicas criações foram as do Instituto Smolny para moças nobres [1764], A Escola Militar de Cadetes e o Instituto do Expositor. O Édito de isenção militar para a nobreza não foi elaborado, mas incentivou-se o serviço militar. A Sociedade Livre de Estudos Políticos e Econômicos fundada em 1765 tentou encorajar os esforços dos agrônomos, mas nada fez pelos camponeses. Estes tiveram de suportar a secularização da metade dos bens dos mosteiros e a entrega das terras da coroa aos favoritos, o que levou grande número deles a uma situação menos favorável. Assim sendo, muitos se uniram à revolta de Pugatchev. Fazendo passar por Pedro III fugido de seus assassinos, Pugatchev, aproveitando-se da guerra contra os turcos, conseguiu associar descontentamentos de diversas origens, cossacos ciosos de uma autonomia, basquires mal subjugados do sul do Ural, operários do Ural. Soldado em Orenburg, reuniu os camponeses e apoderou-se de Cazã, depois foi contido a leste do Volga, do Don e dos Montes Urais por Sovorov, preso e executado. Conclui-se que os complexos jogos que envolvem o poder é bastante melindrosos e por demais instável. Vemos que história e geografia não são ciências exatas e esses fatos ainda sociais enquanto citados pelo autor, só se tornam fatos históricos quando repercutem em amplos contextos que ajudaram a formar as identidades culturais, políticas, econômicas, artísticas, pedagógicas educacionais que forjaram a condição histórica desses povos como povos-testemunhos e civilização ao devir.

A Revolta de Pugatchev confirmou Catarina em sua desconfiança em relação aos camponeses ainda subjugados aos padrões de forças de trabalho e produtiva ainda feudais, ou seja, existe uma lacuna difícil de ser entendida quando se confunde tempo cronológico como o tempo histórico. Porém, ela acelerou o funcionamento de reformas administrativas favoráveis à nobreza. O Édito de 1775 deixou a Rússia de divisões administrativas e judiciárias coerentes: províncias, distritos, círculos com governadores nomeados arbitrariamente pela soberana e, quanto aos credos religiosos, historicamente fizeram jus de estar e ser um dos sustentáculos dos privilégios do poder, do qual eles são parte inseparável. Isto é histórico. A

divisão das influências no poder eram feitas como no Brasil Império, isto é, de forma censitária, quem der mais leva. Os nobres ficavam subordinados a tribunais especiais, Esse Édito foi completado pela Carta da Nobreza [1785] que dava a essa ordem de assembleias uma delegação do poder imperial sobre os servos que estes possuíam e o monopólio das altas funções administrativas das quais participavam clérigos e Bispos também. As religiões ajudavam Catarina a acalmar o povo, e o que nos conforta é saber que Freud tinha razão: “a religião é um narcótico”.

As receitas aumentavam devido a secularização de bens da Igreja representante de cristo na terra, sua noiva prudente. Tudo era feito pela captação de dos direitos alfandegários, dízimos e ofertas pelo monopólio do álcool e, após 1875, pela inflação. Dessa forma cobriram-se as despesas da expansão territorial e da exploração da Ucrânia. Enquanto participava da partilha da Polônia, a Rússia absorvia os estados cossacos, tomava dos Turcos a Ucrânia do sul [1774], a península da Crimeia que dos séculos IV ao X foi possuída pelos Pechenegues que eram pagãos e no século XI foral amigos leiais aliados do Império cristão do oriente contra os Varegues e magiares.

O notável progresso demográfico, as conexões e o apelo aos colonos fizeram com que a população alcançasse o primeiro lugar na Europa que na época tinha pouco mais de 30 milhões de habitantes, isto em 1796, ou seja, duas vezes mais que 1730. A Ucrânia tornou-se em pouco tempo uma província importante para a economia russa. Atraídos por agências, alemães, originários dos Balcãs, o que prova que o espaço vital reivindicado por Adolfo Hitler para a Alemanha tinha em muitos aspectos históricos, geopolíticos e antropológicos bastante fundamentos a ser levado em significância, ainda falando nos Armênios, assim como russos de outras províncias desenvolveram na Ucrânia a cultura do trigo e no litoral, as culturas mediterrâneas de caráter étnicos em novos valores, tradições e hierarquias reconhecidamente históricas. Tenho certeza que os sociólogos e geógrafos se interessaram por isso tanto quanto Paulo Rêgo professor de história.

A posse de pontos no mar Negro [fundação de kherson, Sebastopol, Odessa] abriu as relações histórico-geográficas com o Oriente próximo e com o Mediterrâneo. A industrial e os conceitos sociológicos e antropológicos e de cultura e desenvolvimento quanto a regulamentação dos ofícios e das fabricações foi abolida de acordo com o beneplácito dos filósofos e para maior proveito da nobreza em sua maioria feudal que ainda resistia à sobrevivência histórica mesmo, e isto é um paradoxo, mas a história se faz e se edifica em coma de paradoxos, associada a expansão econômica. Em 1779, a Rússia estava à frente da Suécia na exportação de produtos metalúrgicos semiacabados. O Ural fornecia então três quartos de produção. Casimira e outros tecidos eram fabricados na Rússia central e do leste.

A expressão econômica favorecia igualmente a formação de um embrião de burguesia. Comerciantes e técnicos tornavam-se ainda mais numerosos. Alguns enriqueciam e acediam a cultura, malgrado estavam, limitada à nobreza os esforços de ensino. Quando eclodia a Revolução Francesa, Catarina viu nela um perigo sem igual. Reforçou a censura, exilou espíritos independentes e pensantes como o poeta Radistchev e o publicista e professor de história Novikov e encabeçou a cruzada contrarrevolucionária. Tanto na Rússia, como na Prússia, o despotismo esclarecido auxiliou o soberano, foi proveitoso à nobreza e consolidou as estruturas tradicionais da sociedade.

Para se fazer a história ser assimilada e brotar, é preciso ter paciência histórica e entender que ela é dialética pura ou como disse Fustel de Coulange: “ciência pura”. Os professores de ciências da natureza ou exatas têm uma dificuldade enorme de aceitar verdades histórico-relativas, e abandonar a falsa ideia de que só existe o que pode ser explicado. Talvez esses professores leiam e sejam bastante influenciados pelos positivistas, metafísicos e Claude Levi-Straus e se posicionem contra Fernando Braudel.

A civilização católica entre anjos e demônios erros históricos

Na Itália, o despotismo esclarecido teve um aspecto local. Alguns Estados se mostravam refratários: Gênova, Veneza, Estados da Igreja Católica Romana. Em outros como Piemonte, Parma e Nápoles as tentativas foram mais ou menos estimuladas. Enfim, a Toscana oferece o espetáculo de realizações estimáveis. Apesar dessas diferenças, existe pelo menos na Itália do norte, uma corrente favorável às “Luzes”, representada pelos *Illuminati*. Eles traziam consigo uns genes nascidos do ventre dos jesuítas e legaram ao pensamento, sobretudo ocidental, a convicção de que a ciência é o meio mais viável para as leituras de pesquisas e de mundo capaz de conduzir o homem a superar com suas análises o aqui e o agora, ou seja, pela ciência ele pode transcender e transcender-se existencialmente. Aliás, seria preciso precaver-se de exagerar a sonolência da Itália no século XVIII. O que os *Illuminati* nos legaram nem mesmo a toda poderosa Igreja Católica Romana pôde legar ao esquecimento. O que a história fez só a história pode desfazer.

A vida econômica é ativa em Milano, em Turim e no porto de Livorno. Os artigos de luxo são sempre exportados. O nascimento da arqueologia moderna oferece um atrativo novo aos viajantes que redescobrem a Itália. Algumas correntes fortemente influenciadas pela França desenvolveram-se na Itália. De um lado, progride a hostilidade ao clero católico, resultante de uma conjunção entre renascimento do espírito gibelino que se tornou o equivalente italiano do galicanismo, do jansenismo e do richérisme. De outro lado, a imitação da monarquia de Luís XIV sustenta um movimento regalista que afirma os direitos do Estado. Mussolini foi buscar nesses paradigmas muitas ideias para o fascismo italiano.

As cidades da Itália do norte possuem uma burguesia ativa e o espírito das “Luzes” desenvolvem-se em numerosas academias e sociedades, muitas delas secretas. As universidades situam-se entre as mais ativas da Europa. Associam-se ao movimento científico com volta e Spallanzoni. Enfim, Beccaria [1738-1794] lança as bases de um direito criminal mais humano. Os italianos interessam-se mais pelas ciências sociais e humanas. Em Milano, a Sociedade Patriótica estimula as novas técnicas agrícolas e o arrendamento avança às custas da parceria agrícola no Milanês e no Piemonte. No domínio das artes, a Itália possui também um lugar destacado. Verifica-se uma reação contra o barroco e Lodoli fornece a teoria de uma arquitetura funcional.

O melhor exemplo de déspota esclarecido foi o arquiduque Leopoldo de Habsburgo, Grão-Duque de Toscana e futuro imperador Leopoldo II. Se bem que o seu nome tenha sido ofuscado pelo de seu irmão imperador José II, é provavelmente Leopoldo que melhor consegue aquilo a que se deu o nome de “josefismo”. A vida econômica da Toscana foi estimulada. O Porto franco de Livorno concorreu com o de Gênova e Veneza. Humanizou-se a justiça e a vida pedagógico-cultural [o regime carcerário humanizou-se de tal forma que foi abolida a tortura], reduziram-se as justiças senhoriais, suprimiu-se a famigerada Inquisição da Santa e poderosa Igreja Católica Romana, foram reorganizados os seminários e fecharam-se os mosteiros. Mas as tentativas do jansenista Recci de limitar o poder episcopal malogrou [1787].

É na Itália do norte [excluídas Veneza e Gênova] que a modernização se encontrava mais avançada. Milano nas mãos dos austríacos, conheceu uma significativa atividade econômica e intelectual. No reino da Sardenha encontravam-se poderosas sociedades secretas com plena atividade nos planos culturais, artísticos, intelectuais e políticos econômicos como a Maçonaria e a Rosa Cruz, sem falar nos legados *illuminati*. Lá o regalismo dos soberanos entreabria-se ao espírito das “Luzes” representado por homens como Alfieri que guardava como tesouro conhecimento dos *illuminati* gerado no seio dos jesuítas. A criação de uma academia em Turim, a abolição

da servidão como um golpe fatal aos senhores feudais do medievo que, em termos de tempo histórico particularmente à Itália, ainda resistia aos avanços revolucionários da burguesia triunfante. Tudo isto o código de leis e fiscal à luz da época italiana o testemunham. Em Parma a influência francesa prevaleceu sobre os Bourbons com o ministro Tillot.

Houve mesmo uma experiência de reino déspota esclarecido no reino de Nápoles. Achava-se este Estado sobre o domínio da aristocracia fundiária e do privilegiado e pomposo clero católico que, muito numeroso, possuía dois terços das terras do Estado de Nápoles. Tanucci, ministro durante a juventude do sucessor de Dom Carlos Fernando. Reduziu o número de membros do clero, a extensão de seus bens submeteu-o ao imposto autoridade imperial do Estado.

Sob os Bourbons, as relações com a França haviam sido abertas. Os jovens nobres permaneciam as mais das vezes no norte dos Pirineus. O conhecimento do francês proporcionou algum progresso e serviu de veículo das ideias filosóficas. É verdade que a inquisição católica, que controlava as importações de livros e numa postura esquizo-paranoide acreditava ser capaz de controlar os pensamentos e sentimentos, como também a cultura que é uma manifestação criativa, histórico-espontânea do homem, mostrou-se um pouco desconfiada durante a primeira metade do século. O contrabando dos livros caminhava de ventos em poupas. Além disto, existiam espíritos convertidos as “Luzes”, os ilustrados na corte e entre os autos magistrados e administradores.

Jornais, sociedades literárias, sociedades de economia, sociedades secretas por medo a Santíssima Inquisição Católica Romana, tiveram uma audiência cada vez maior na Burguesia. Todavia, os ilustrados não puderam conduzir a Espanha no caminho de transformações profundas, o que não surpreendia para quem conhece dois dedos de história para saber os atrasos em todos os âmbitos sociais que a civilização católica ao contrário dos protestantes históricos assim o fizeram graças a deus o contrário.

Pensavam sobretudo, no reerguimento nacional para o qual, contrariamente aos seus semelhantes dos outros países, tendiam a procurar os

meios no passado nacional glorioso. Sentiam-se fracos diante da Igreja apoiadas paradoxalmente em inúmeras confrarias secretas que ainda nos dias atuais têm faustos negócios com o Banco do Vaticano, aliás, os melhores negócios para o Banco Ambrosiano. Apegada a privilégios, e às massas populares imbuídas de tradições. Assim, os ilustrados quase não ultrapassaram o estágio das regalias.

Já sob Fernando IV, o Marquês de la Ensenada preparara projetos de reformas. Carlos III [1759-1788], príncipe consciencioso e trabalhador que reinara em Nápoles, tiveram como ministros homens como Aranda e como Campomanés, leitor dos “Economistas”, que souberam aproveitar uma conjuntura favorável marcada pelo aumento rápido da população. Para afirmar os direitos do Estado, os reformadores atacaram rimidamente à corrupta Igreja católica. Os mandamentos dos Bispos e da Inquisição deviam ser submetidos aos governos, o qual composto por inúmeros homens das “Luzes”, levavam em consideração as liberdades de pensamentos e livres escolhas que são características condicionais históricas que dignificam a pessoa humana.

Os Jesuítas em 1767 fomentaram insurreições populares contra o governo legalmente instituído e por isso foram expulsos como conspiradores e prevaricadores. A Inquisição foi abrandada. Jovellanos tentou reformar os colégios abandonados pelos jesuítas [os soldados do Papa]. Diversas medidas exerceram uma ação benéfica na economia, supressão das alfândegas internas, livre circulação dos cereais, supressão dos monopólios das corporações sobre a produção industrial. Em compensação às medidas contra a Mesta tiveram pouco êxito. Trabalhos de irrigação permitiram aumentar as superfícies cultivadas. Tentativas de colonização interna foram feitas, sobre a Sierra morena, dirigida pelo intendente Olavide que, aliás, se chocou com as intrigas do Tribunal da Inquisição católica e com a hostilidade dos camponeses dos arredores. A Indústria continuou a progredir na Catalunha, nos países bascos, nas Astúrias e em Madri. Abriram-se estradas novas. O Banco de São Carlos fundado em 1782 não teve grande atividade. No final do reinado de Carlos III iniciava-se uma reação sob o ministério Floridalblanca.

Bem diferente pelos seus processos, a tentativa de proclamar efetivamente o despotismo esclarecido que ocorreu em Portugal se desenrola, todavia num meio também pouco favorável. O Marquês de Pombal, primeiro ministro sob o reinado do insignificante José I [1750-1777], exerceu uma política brutal de reforma por ele imposta pela ação do poder de polícia estatal. Foi o primeiro a expulsar a ordem religiosa—paramilitar que tinha a incumbência de catequizar os índios e prender, torturar e executar irmãos protestantes. Fiscalizou implacavelmente os conventos e estabelecimentos de ensino da Igreja. Reconstruiu Lisboa destruída por um terremoto em 1755. No domínio econômico, conforme o caso adotou medidas protecionistas ou liberais.

Nos países da Europa do norte, as assembleias de Estados ocuparam em geral um lugar de destaque à custa do poder monárquico. A maioria desses países está em decadência e o espírito das “Luzes” tanto leve às tentativas de um despotismo esclarecido, que se coloca como defensor da Independência Nacional ameaçada [Suécia] ou que é de inspiração estrangeira [Dinamarca], como adquire um aspecto revolucionário [Holanda].

A Dinamarca passou por certa estabilidade interna sob Frederico V e Catarina VII. O governo estava nas mãos de alemães, o reformador Bernstorff, depois Struensee. Esse último, em dezesseis meses, agita as estruturas políticas e sociais do Estado [abolição da servidão, das corporações de ofício, das liberdades individuais e abole também a tolerância religiosa] mas denunciado por esta ligação com a rainha é executado. Segue-se uma reação conservadora e de xenofobia aos alemães. A obra de reforma só é retomada em 1784 de maneira mais pragmática.

O caso da Holanda é complexo. A economia continua bastante próspera. Uma burguesia sólida e sonolenta aproveita-se da Vacância do Stathouderot [1702] para monopolizar o poder por intermédio da oligarquia municipal dos regentes. Entretanto, em 1747 com a invasão francesa, o Stathouderot é restabelecido e proclamado hereditário. Mas este não podia estabelecer sua autoridade. A luta dos partidos torna-se voraz com a crise econômica provocada pelas intervenções holandesas, na guerra da

América [1780]. Contra o partido orangista que era protestante erguendo-se assim o partido dos regentes ganhos pelo espírito das “Luzes”, e o partido patriota católico imbuído da filosofia francesa e entusiasmado pelo exemplo americano liberal burguês. Mas em 1787 apoiados pela Inglaterra e pelo exército prussiano, os orangistas retomam o poder enquanto seus adversários, deixados pela França e entregas às suas dificuldades internas, se refugiam em Paris. Na Suécia as estabilidades sociais, culturais, políticas e econômicas foram abaladas pelos conflitos sectários entre católicos e protestantes.

Num contexto social totalmente diferente, encontra-se a Polônia, impelida até o drama, o peso das tradições anárquicas dos Sidandestarche e das ameaças dos vizinhos poderosos. A Polônia possui, proporcionadamente, a nobreza mais numerosa da Europa [8% da população], que representa um leque bem aberto de condições materiais e morais. Uma pequena burguesia pobre permanece a serviço dos magnatas. Estes proprietários de enormes domínios arrendados ou com corveias, não conhecem uma situação tão florescente como os pomietchks russos, em virtude da pouca rentabilidade das explorações dispersas em todo o país, do fraco desenvolvimento da indústria rural limitada pela presença de uma indústria urbana e pela concorrência dos produtos dos países vizinhos [Saxônia, Silésia, Boêmia], enquanto as despesas aumentam por causa de um trem de vida faustosa, e pela manifestação de uma ciência política. Aliás, a servidão tende a recuar no final do século.

Sob o reinado de Augusto II e Augusto III [1697-1764], os parâmetros de ordenação político-administrativa do Estado passam por mudanças estruturais profundas que envolvem inclusive as relações de poder entre a Igreja Católica e o Estado, isto porque a Igreja detinha a posse e o domínio político econômicos destas terras ainda nos moldes feudais, e isto representava um empecilho a modernização assimilada pelos imperadores Augusto II e III que se deixavam influenciar pelo liberalismo burguês. A “letargia econômica”, a redução do poder real representava um impasse crítico entre as pretensões políticas econômicas estatais de interesses da

burguesia e as ambições do Estado paralelo que era a Igreja católica. A Polônia não passava de uma base militar para os exércitos russos. Todavia, é no seio da nobreza que o espírito das “Luzes” penetra. O antigo rei, Stanislaw Leszcaynki, instalado na Lorena que futuramente seria uma região reivindicada por Hitler, pela Polônia e pela França, publica em 1749 *A Voz Livre* onde sugere reformas ousadas [revisão da constituição, revisão da ordem geopolítica sobre o território da Lorena que geograficamente pertenceria de direito à França, porém, historicamente tinham legitimidade a favor da Alemanha, eis uma querela a ser perpetuamente debatida nos reinos acadêmicos e, sobretudo, no tribunal da história, previa-se também a supressão da servidão e da corveia antipatizadas pela Igreja Católica e seus interesses clericais, e, como se não bastasse, as reformas ousadas para não dizer justas e corajosas, a secularização dos bens da Igreja].

Quanto a Maria Tereza e Kaunitz, a elevação de Maria Tereza uma nobre, uma princesa enérgica, mas submissa à Igreja Católica, senão a Roma, só consente nas reformas para garantir as forças necessárias à manutenção de sua soberania e para evitar o desmembramento de seus estados. As questões geopolíticas parecem sempre estar em querelas com a história que a um longo prazo tenta fazer-se adaptar os territórios aos novos e complexos valores étnicos e aos novos padrões de bases de poderes políticos e sociais. Parece que Jaques Henry-Pirene tinha razão: “em história não se condena, contestam-se os fatos”.

Para falarmos deste período temos que pagar tributo ao iluminismo. Para falarmos em iluminismo e Igreja Católica medievalizada até o final do século XVIII, pela Igreja levaram à revolta e a construção das ideias iluministas, tirando o poder da Igreja Católica, o iluminismo abriu espaço para novas formas de expressão e até mesmo para novas religiões. E primeiro se faz necessário explicar o contexto histórico que abrange os dois temas. Tudo se inicia na Idade média [476-1789] onde o poder da Igreja era maior que o de qualquer rei ou senhor feudal até a chegada de grandes pensadores que começaram a acusar as contradições da Igreja e do sistema feudal. Na sociedade, por sua vez, isso deu origem ao Renascimento, ao

humanismo secular e a Revolução Científica até chegar ao Iluminismo. Tanto o Iluminismo quanto a Igreja são fatos históricos e um não vai anular o outro. As atrocidades cometidas principalmente o iluminismo, com suas ideias humanistas tornou de fato a Igreja Católica “uma religião”, dentro dos preceitos éticos e culturais atuais.

Os iluministas foram pensadores que desde a década de 1580 até o final do século XVIII se intitulavam propagadores da luz [da razão] e do conhecimento, e eles justamente combatiam o tiraníssimo espectro político e religioso da Igreja Católica, ou seja, a forma como a Igreja dominava e oprimia a população europeia da época com suas ideias teocêntricas, e o despotismo da nobreza. Essas ideias e profundos pensamentos iluministas na verdade, antecediam o século XV, e em sua práxis foram protagonistas e percussores de mudanças históricas de grande relevância para a humanidade: A Reforma Protestante e seu significado histórico para as revoluções burguesas que legaram conquistas culturais, pedagógicas, econômicas e filosóficas que foram de fundamento impar para os avanços democráticos de direito e fato das sociedades avançadas de hoje.

Às vezes fazemos duras críticas ao que é certo ou errado sem analisar e levar em consideração o que acontece ao nosso redor, ou acontece ao contrário esquecermos os nossos ideais, e se colocarmos em prol de algo como se fosse a nossa verdadeira concepção e vocação. Essas percepções foram o que deram forças para que as ideias iluministas ganhassem grande ascensão e repercussão do ponto de vista antropocêntrico e teológico. O movimento das ideias acontece em meio a um dinamismo e confusões de movimentos que caracterizam a história. Os princípios do século XVIII nos colocariam diante de amplos e novos desafios.

Em pleno século XVII a cidade permanece presa aos seus privilégios e tradições. Prossegue a exclusão das pessoas do povo das assembleias e as corporações da cidade se cooptam praticamente numa oligarquia de oficiais e negociantes. A gestão das cidades nada sofre. Preocupados em evitar a agitação popular, as corporações de cidade fazem o que podem em tempo de fome ou de epidemia. Aliás, é bom lembrar que além das concepções

políticas e teorias de Estado e econômicas, as concepções religiosas, sobretudo de cunho calvinista alimentavam as bases morais e culturais de suprir os vazios das populações.

A sociedade urbana alargava suas transformações que se desdobravam desde meados do século XV e, de forma paulatina e sistemática ganhavam maior corpo de desenvolvimento consolidado a partir da década de 1640. A cidade é um centro religioso e cultural. A reconquista católica do século XVII apoiou-se nas cidades como meio por excelência de sobrevivência frente aos avanços das civilizações protestantes. A transferência da abadia de Port-Royal a Paris é automática. As congregações marianas provenientes dos colégios de jesuítas e das confrarias de devoções multiplicavam-se. Sua ação é exercida não somente na linha de uma renovação espiritual que, aliás, alimenta a querela jansenista, mas também na fundação de hospitais, de estabelecimentos de “caridade” que escolhem seus pobres, e de escolas gratuitas. Nesse sentido, fazem-se alguns esforços em todas as partes. Charles Démia, em Lião, anuncia a criação por Jean-Baptiste de La Salle da ordem dos irmãos das Escolas Cristãs cuja expansão se verifica até por volta de 1740. Os professores desenvolveram suas escolas, sobretudo inspirados em Comênio. A Instrução expandiu-se e os protestantes em seus países nos quais eram maioria souberam usar esse processo desenvolvimentista melhor a favor dos progressos técnicos e científicos do que nos países católicos. Entre a pequena burguesia e o “baixo povo” começa a forma-se uma espécie de elite popular, recrutada nas profissões tradicionais, que sabe ler e pensar acede à cultura popular e mostra-se ligada à sua religião.

O reinado de Luiz XIV é neste contexto fortalecido pela desenvoltura política e militar da França geopoliticamente em meio às guerras religiosas entre católicos e protestantes e, com habilidade política de Richelieu e Mazarino fortalecendo a França católica. Seu reinado é considerado como o símbolo do apogeu da monarquia absoluta, mesmo que sob certos aspectos o aparelho estatal seja menos desenvolvido no final do século XVII do que na época da elevação de Luís XVI. É que, pelo menos durante a primeira parte do reinado, o direito divino conhece seu ápice.

A corrente de pensamento político provocada pelo assassinato de Henrique IV culmina na primeira parte do reinado de Luís XIV. O direito divino formou-se desde os progressos da monarquia, mas encontrou sua mais perfeita expressão sob a pena de Bossuet em *A Política Retirada da Santa Escritura* ou nas obras ditadas por Luís XIV como as *Memórias para a Educação do Delfim*. “O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus”, escreveu Bossuet. Ele repete assim a fórmula de São Paulo: *Omnis Potestas a Deo*. A tradição monárquica e galicana rejeitava o acréscimo de *Per Populum*.

Bossuet combatia a ideia de pacto expressa por Claude Joly pouco depois da Fronda e por Jurieu depois da revogação do Édito de Nantes. Luís XIV escrevia: “Todo homem nascido súdito deve obedecer sem discernimento”. O povo não tem direitos sobre o soberano, mas este tem deveres para com o povo. A expressão “poder absoluto” significa “poder independente” [J. Trucher]. Certos libertinos foram mesmo mais longe. Guez de Balzac ou Naudé haviam sustentado que o rei dispunha dos bens e das vidas de seus súditos. Corresponderia isso ao pensamento profundo de Luís XIV? Bossuet distingue o poder diretivo das leis que os reis devem observar e seu poder coativo ao qual não estão submetidos. Vale dizer que eles não podem ser submetidos nem a um controle, nem a sanções.

A partir de 1685 panfletários protestantes atacam a prática de Luís XIV [cartas pastorais de Jurieu, *Novas da República das Cartas de Bayle*, *Suspiros da França Escrava* de Pierre Roulan] e despertam a ideia de um contrato entre o rei e o povo, a qual mais tarde forneceu os argumentos de Jean Jaques Rousseau em “*O Contrato Social*”. Eles dispararam fortes ecos na França Católica de Sua majestade. No final do reinado, altas personagens como Fénelon, denunciando abusos, não vão além da ressurreição das “profecias secundárias”.

Na consciência coletiva, os reis sagrados, ungidos pelo senhor, dotados do poder de curar as escrúfulas não são completamente leigos. A sagração é o casamento que contratam com a França, “esposa mística é a mais privilegiada, escreve Le Bret. Aliás, Luís XIV fez a distinção entre sua

pessoa e o Estado. Teria dito: “o Estado sou eu”. Mas declarou em leito de morte: “Eu me vou, mas o Estado permanecerá sempre”. Admite-se que o rei não tem a propriedade, mas a soberania do Estado. Por trás do trono estavam as forças religiosas e políticas que davam sustentação a está estrutura teórica de afirmação dos conceitos de poder e autoridade. Como em toda Europa, Católicos e Protestantes disputavam o espaço de suas concepções políticas e teológicas como forma de legitimar sua condição de sustentáculo ético, cultural e educacional em plena conjuntura de fatos de longa duração que, em embates acadêmicos não resolvidos, partiram desde o século XVI até o início do século XVIII às guerras religiosas.

Vale a pena lembrar que a Europa desde o século X onde a Igreja Católica atingiu seu apogeu como poder temporal e Estado dentro do Estado medieval, período em que a história passava por grandes transformações na religião, por conta de várias revoltas protestantes que tinha como principal objetivo desmascarar o embuste, o engodo que eram os falsos documentos forjados de forma espúria pelo papado como as falsas doações de Constantino e as Decretais de Isidoro que antecipavam em cinco séculos o poder do papado.

A Igreja católica tomou medidas radicais contra essas cabeças pensantes, indo desde perseguições com prisões e torturas atrozes até a condenação a morte dessas cabeças pensantes. Isso ocasionou várias críticas de âmbito filosófico onde se criticava a razão religiosa e, também, de âmbito político governamental que enfraquecia desde o fim do século XIV, sobretudo em Portugal com a Revolução de Avis, as bases históricas e geográficas do que viria a ser o Antigo Regime expansionista e colonial da Europa.

Como abordarmos a obra da salvação e as perseguições religiosas? Quanto a Luís XIV não há oposição entre os objetivos do jovem rei a quem seu confessor recusava a pascoa em virtude de sua vida desregrada e os do velho monarca, devoto esposo de Madame de Maintenon. Luís XIV rei muito cristão, foi sempre consciente das responsabilidades a ele incumbidas sobre a salvação eterna de seus súditos. Assim sendo, dedicou-se a

manter a Igreja da França no seio da Igreja católica, mesmo que isso lhe fosse difícil, e a combater a heresia sob todas as formas em que se apresentasse. Considerava-se como heresia todo pensamento livre dos ditames da Igreja Católica. Todo homem e suas instituições só podem ser pensadas a partir das condições históricas por ele vividas. Cada época tem suas “verdades”. A Bíblia como a conheceu hoje tem no máximo 180 anos de existência e nela é preciso discernir o que é palavra de Deus e o que é palavra do homem.

Luís XIV entrou em conflito com o papa conhecido à luz das mentalidades da época como Papa Rei no caso da guarda corsa em 1662; caso das franquias relativas aos privilégios de que gozava o embaixador da França em Roma, [1687]. O caso da regalia dizia respeito às relações entre a Igreja da França e o papado. A concordata de 1516 reconheceu que o rei era o senhor dos bens temporais dos bispados. Durante a vacância destes últimos podia, portanto, receber as respectivas rendas. Ora, esse direito não era aplicado aos bispados anexados desde 1516. A expansão protestante foi decisiva para uma grande pressão em relação aos desdobramentos desses acontecimentos. Em 1673 com uma Inglaterra mergulhada em revoluções protestantes que repercutiram em toda a Europa e enfraqueceu o papado, Luís XIV tomou as providências para que esse direito fosse aplicado. Estávamos diante da queda de braço entre a aliança reis e burguesia contra o medievo feudal e o papado ainda porta-voz da escolástica e do teocentrismo o que contradizia os propósitos das revoluções nas artes e literatura barroca e parnasiana.

O alto clero formado em parte de criaturas, principalmente de parentes e ministros, não fez nenhuma objeção. Apenas poucos bispos invocaram o papa. Uma assembleia do clero reunida em 1681 reagiu contra a intrusão do papa Inocêncio XI nos negócios da França. A Declaração dos Quatro Artigos, verdadeira carta da Igreja Galicana, proclamava a independência do rei em relação ao papa. A superioridade do concílio sobre o papa, a obrigatoriedade do papa em respeitar as leis e os costumes da Igreja da França. Inocêncio XI recusou então a dar investidura aos bispos

nomeados pelo rei. A disputa secular entre os reis e o papado seguia seu curso, porém, a formação dos Estados modernos nacionais e sua força econômica que vinha da burguesia enfraquecia o papado. É de bem aliar a história com a memória e entender à luz da época, o quanto as revoluções inglesas do século XVII nos legaram como homens de hoje as seguintes conquistas: a pluralidade política, a alternância no poder, o que na posteridade seria a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, e, porque não, os direitos de igualdade de gêneros. A Revolução Francesa ratificaria todo isso. Essas conquistas deveram a civilização protestante.

Como a maioria dos franceses, Luís XIV desejava profundamente a união de todos os súditos em torno da Igreja. Por volta de 1668-1670, houve a ilusão de que isso se aproximava. A Companhia do Santo Sacramento dissolvera-se em 1660. Em 1668, a paz da Igreja aplicava a querela jansenista. O grande Arnald e Nicole colocam sua pena a serviço do rei. Fez-se um esforço por parte dos “acomodados da religião” em favor de uma reconciliação com os protestantes históricos. As tendências Galicanas não objetivam desagradar os protestantes. Por outro lado, os protestantes franceses perderam seu vigor. Os luteranos e os calvinistas da Alsácia permaneciam à parte, garantidos pelos Tratados de Vestfália. Reduzidos a menos de um milhão, os protestantes franceses não surgiam como um corpo tão homogêneo. O protestantismo de corte mostrava-se muito paciente. Os pastores gozavam de pouco privilégio e alguns abjuraram, enquanto o catolicismo estava em plena restauração para sobrevivência histórica e pelo perdão da história. Registrar-se-ão conversões notórias, por exemplo, a de Turrene. Os “acomodados de religião” subestimavam o apego dos huguenotes à sua fé. A guerra da Holanda praticamente pôs fim às tentativas de união.

Ainda explorando e repensando como a história é reescrita e reconstruída pelo prisma das civilizações católica e protestante, todo esse processo histórico desdobrava-se em meios às tensões e conflitos maiores entre as potências marítimas europeias, e as tensas relações e políticas de alianças inauguradas na Europa desde o declínio da hegemonia ibérica, não

esquecendo que este viés de reflexão geopolítica passou pela emergência de novas potências já explicitadas nesta obra, como é o caso de França e Inglaterra, como a insurreição dos países baixos que se libertam do jugo espanhol e, para tanto, os fatores internos de contradições que levaram em 1659 a decadência da preponderância da coroa de Espanha: a rebelião de Nápoles, a Conjuração da Andaluzia, a Restauração portuguesa, a guerra da Catalunha. Entretanto, graças às políticas de alianças a Espanha conseguiu preservar seu mundo geográfico enquanto civilização, e Portugal salvar o seu maior quinhão: o Brasil. Essa política das alianças envolvia não apenas os Estados Modernos europeus, mas, concomitantemente, os braços armados de católicos e protestantes. Somente as revoluções europeias de 1830 a 1848, e sem exagero pode afirmar que só se equilibrariam paliativamente na Era dos Impérios de 1875 a 1914, ou seja, do Barroco ao Modernismo. A história não tem pressa.

Depois da crise de 1694, Pontchartain estabelece medidas de caráter humanitário. Um Édito de 1695 proclamava a obrigação de frequentar a escola. Trata-se, principalmente, de instruir na religião católica os filhos dos protestantes, aliás, o texto não estipula os meios necessários. Todavia, a monarquia vê-se as voltas com as mazelas entre católicos e protestantes, mais especificamente os protestantes huguenotes, problemas históricos na Europa que remanesciam desde o século XIV. O problema protestante versus católicos constitui um flagelo para todos os reinos da Europa.

Em 1698, o rei suspende a perseguição contra os judeus que foram coagidos a se confessar católicos para fugir da fogueira da inquisição, mas é igualmente desobedecida porque estes continuam a se negar a frequentar as missas. Durante a guerra a Liga de Augsburg, Guilherme de Orange prometera aos Huguenotes o restabelecimento do Édito de Nantes. A Paz de Rywick provocou decepções que suscitaram profetas inspirados pelo Apocalipse. Ressurgindo a guerra, uma revolta explodiu em Cévennes em 1702 com chefes populares como Jean Cavalier. A revolta dos camisardos foi contida, mas dificilmente vencida. Foram necessários vinte mil soldados liderados por Villar para se chegar a uma solução [1706]. Contudo, em

1715, o pastor Antoine Court reuniu um sínodo, mas a tentativa de eliminação das heresias fracassou completamente.

Todas as civilizações nacionais modernas se fizeram construir em suas identidades dentro desse contexto complexo, turbulento e cheio de contradições e antagonismos político-religiosos por aquilo que se conveniou chamar de civilização da cristandade. As edições bíblicas em cada geografia nacional eram feitas ao sabor das conveniências culturais, éticas e políticas de cada reinado fosse católico ou protestante. As livres escolhas, ou livres seleções de opções políticas religiosas que a Igreja rotula histórica e preconceituosamente de Hairesis sempre existiram enquanto houver no mundo historiadores. A Bíblia é uma laranja, e a palavra de Deus é o suco.

Para a França, aliás, desde 1661, orientava-se no sentido de uma aplicação escrita do Édito de Nantes que repercutiam ainda nas conjunturas políticas, religiosas e éticas da Europa. Destruições dos templos construídos onde o édito não se permite funerais noturnos. O problema protestante possuía igualmente um forte aspecto sociocultural. Em diversas localidades, a uma burguesia que investe pesado na propaganda divulgadora e expansionista do protestantismo cuja ética legitimava suas atividades de classe social ascendente e aspiradora ao poder político estatal. A esses protestantes e sua burguesia se opunha massas populares católicas orientadas pela Santa Sé. Em mais de um caso, os protestantes surgiram como homens esclarecidos pela ilustração e pelo poder de dinheiro; daí a ideia de uma caixa de conversões encarregada de indenizar os que abjuravam, através do pagamento de subvenções pelos aborrecimentos que poderiam encontrar em seus negócios junto de seus antigos correligionários.

Os convertidos eram isentos das talhas. Depois da Paz de Nimègue, Luís XIV teve as mãos livres para agir. Os huguenotes foram excluídos dos ofícios por Luís XIV graças a fortes pressões da Igreja Católica via papado. Suprimidas as câmaras, proibidos os casamentos entre católicos e protestantes. Data de 1680 a prática que consistia em enviar soldados da guarnição junto aos protestantes tais como se operava em relação aos contribuintes recalcitrantes. Foram as chamadas dragonas. O terror inspirado

pelos missionários católicos provocou pela coação conversões em massa. Se bem que Luís XIV não ignorasse as condições em que essas conversões eram obtidas, achou que praticamente não sobravam protestantes na França da “religião verdadeira” nas palavras e convicções de Luís XIV, e que o Édito de Nantes ficara desprezível.

O Édito de Fontainebleau de 18 de outubro de 1685 revogava o Édito de Nantes. Foi à medida mais popular tomada por Luís XIV. A opinião católica, além da satisfação que sentiu com isso, regozijou-se em ver os protestantes submetidos ao que ela considerava como o direito comum e principalmente em relação aos novos convertidos, ao pagamento do imposto. Os efeitos da revogação foram imprevistos. Os ministros deveriam abjurar ou abandonar o reino, os fiéis não tinham o direito nem de praticar seu culto, nem de partir. De fato, enfrentando a proibição, os soldados e a espionagem grande número de protestantes, talvez 150.000, deixou a França graças as correntes de passagem. Eram os moradores de regiões limítrofes, marinheiros, artesãos, comerciantes, principalmente almas fortes.

Foram acolhidos em Genebra, na Holanda, na Inglaterra, em Brandemburgo e até na América Anglo-Saxônica e na África do Sul, para onde levaram seus conhecimentos, como também o ódio pela monarquia absoluta. Nas regiões em que a fuga era impossível, os huguenotes ouviam a falta de pastores, predicantes algumas vezes iluminados cujo fervor era mantido por cartas recebidas do “Refúgio”. As assembleias no “deserto” foram perseguidas. O protestantismo francês tornou-se uma religião familiar. O clero católico não podia assimilar uma quantidade tão considerável de “novos católicos”. Usaram-se alternadamente constrangimento moral e persuasão de puro proselitismo com pouquíssimo êxito. O protestantismo francês não desapareceu como a França católica havia esperado. Ao mesmo tempo, retomava-se a querela jansenista [1679]. Os problemas religiosos iriam perturbar o final do reinado de Luís XIV.

O sistema político de alianças que permitiu a Portugal e Espanha resguardar os respectivos domínios no ultramar, marcos das antigas hegemonias, durante todo o século XVIII, apoiando-se nas duas maiores

potências em permanente rivalidade e conflito ao longo do século XVII, a França Católica e a Inglaterra protestante, sobreviveram assim, os impérios coloniais ibéricos. É sabido que a França na última fase da guerra dos 30 anos contra os Habsburgos da Áustria e da Espanha, procurou e conseguiu tirar partido da crise interna do Império espanhol, procurou nessas condições a rebelião da Catalunha e a crise e a secessão portuguesa são estimuladas pela diplomacia de Paris. Os entendimentos franco-portugueses desenrolaram-se em meio a este jogo complexo de interesses, e caminhavam com dificuldade. A Liga formal, desejada pelo governo da restauração, não chegou a consolidar-se, e Portugal ficou à margem das conversações oficiais de Munster e Osnabrück, e, pois, dos Tratados de Westfália.

Entre 1648-1659, isto é, entre o Congresso de Westfália e a Paz dos Pirineus, enquanto prosseguia a guerra da restauração portuguesa de um lado e do outro se consolidava a preponderância francesa na Europa, as relações diplomáticas entre a coroa portuguesa e a coroa francesa não alcançaram um nível superior ao do período antecedente, e Portugal ficava mais uma vez aliado das negociações de Paz. Com as Províncias Unidas dos Países Baixos, tentou igualmente o governo da restauração uma aliança contra a Espanha; aqui, porém, as dificuldades eram ainda maiores dadas à ocupação holandesa no nordeste brasileiro. Era o ônus da união ibérica a pesar sobre o Portugal restaurado, e o mais que se conseguiu no Tratado de 1641 foi um decênio de trégua no ultramar, além de promessas de ajuda na guerra europeia contra a Espanha, tudo isso acompanhado de concessões comerciais nas possessões ultramarinas portuguesas. Com extremo oportunismo, valeram-se os holandeses dos prazos estipulados para ratificação e avigoramentos do tratado para atacar e ocupar o Maranhão, Luanda e São Tomé.

Tão crítica se tornara a situação, que nas negociações seguintes, Dom João IV, atendendo ao assessoramento do Padre Antônio Vieira que também serviu a coroa lusitana como negociador em Haia, chegou a propor a venda às Províncias Unidas dos Países Baixos, dos territórios ocupados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Ao primeiro monarca

de Bragança, nenhum sacrifício era sobejo para se manter no trono. Mas não podia ser por certo, esta precária aliança a que consolidaria a Restauração Portuguesa.

Todas e quaisquer negociações diplomáticas naquela época, sobre vários pressupostos temáticos que envolvam os interesses mais amplos e complexos, sem perder de vista as nações civilizatórias que existem e perpassam os passos da história, têm propósitos de caráter sócio-político-geográficos econômicos, e, na religião, um suporte ético-cultural ímpar. Sobre estas áreas do conhecimento e experiências existenciais do homem, jamais vai existir verdades absolutas, únicas, mas sim, entendermos que o mundo e a verdade sobre o mundo são radicalmente humanos.

No tratado imposto por Oliver Cromwell, alarga-se a brecha explicando-se a permissão aos ingleses de negociarem, por conta própria, de Portugal para o Brasil e vice-versa. Ampliavam-se as isenções aos ingleses, que passavam a gozar em Portugal de foro privativo, com seu juiz conservador. Esses fatos tornaram-se históricos na acepção da palavra, a partir do momento que os homens europeus daquele período assimilaram que o agora, domínio inglês sobre Portugal e seu mundo colonial era, na verdade, uma vitória de uma civilização protestante sobre uma civilização católica. Por tudo isso se pode dizer mais tarde que o Tratado de 1654 tinha sido a Magna Carta dos ingleses em Portugal. Bem é certo que Dom João IV tergiversou quanto pôde antes de referendar o tratado, recorrendo ao prestígio e todo poder da Santa Sé, mas não teve alternativa diante da poderosa armada esquadra inglesa. Ao longo dos avanços e retrocessos históricos das Revoluções Inglesas do século XVII, em pleno confronto de argumentos político-religiosos e até confrontos armados entre católicos e protestantes, os Tudor no frígido dos ovos sobrepujaram os Stuart. Historicamente as civilizações protestantes sempre estiveram muitos passos à frente das civilizações católicas.

Assim, redefinia-se a aliança inglesa, configurando uma tutela de fato e de direito. *Vae Victi*. No conjunto, percebe-se claramente a permuta de concessões de vantagens comerciais aos ingleses em troca de proteção

política. Aí começava a desenrolarem-se os fatos históricos que em 1822 culminariam no desligamento do Brasil de Portugal que se convencionou chamar de “independência graças a um herói português”. Não foi obra do acaso, muito menos de demonstração de fé que o Portugal decadente através de Dom Pedro I e seu filho sucessor impusesse ao Império do Brasil o catolicismo como religião oficial. Os protestantes que começaram a se fixar aqui não tinham liberdade de crença e de culto muito menos, mas, graças à maçonaria que cedeu suas lojas para os cultos de fé cristã protestantes, esta confissão de fé histórica desde o século V se proliferou mesmo contra a vontade do Império Católico à moda portuguesa. Todo fato em matéria de história é um processo de longa duração pensado da primeira a terceira geração dos *Annales*. [leia Luciano Febvre, Marc Bloch, Braudel, Jaques Le Goff, François Dosse, Foucault, etc.]. Ressalvo, também, a inegável contribuição dos historiadores marxistas e seus legados indubitáveis de contribuição para o pensamento cristão. [leia de Carlos Henrique Marx: “A Questão Judaica”].

Católicos e protestantes no século XVII desdobraram como nunca uma luta religiosa institucional por espaços de preponderância política juntas ao Estado Nacional monárquico. Durante o período de 1525 a 1648 a Europa foi assolada por guerras religiosas e, cujo fenômeno, é objeto de estudo de historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. É importante reconhecer, porém, que ainda a religião tenha sido como matéria filosófica, teológica, usada como motivos de guerras, o que biblicamente tem um respaldo de amplos textos livrescos de cunho literários, histórico e teológico diversos, também havia muitas outras razões a serem estudadas. Dentre elas às questões geopolíticas, econômicas financeiras, por poder político, recursos naturais e várias outras.

Nessas guerras se incluem a Revolta dos camponeses na Alemanha por condições humanas de subsistência e coexistência sócio-política econômica e morais dignas, esmagadas pela intolerância religiosa e política institucionalmente dominantes, que provocaram a morte de mais de cem mil camponeses. Outra luta contínua entre o Sacro-Império Romano

Germânico e os turcos agora parte da civilização do Islã, A “reconquista da Espanha” que na verdade foi uma guerra promovida e financiada pela Igreja Católica aliada aos reis católicos ibéricos que culminou em um genocídio contra os muçulmanos, A Rebelião Hussita e o massacre dos nativos americanos praticados pelos missionários jesuítas e dominicanos [os soldados do papa], como Santo Inácio de Loyola e o santo padre José de Anchieta aqui na baía de Guanabara onde ele torturava até a morte missionária protestante, ou seja, a vontade da “Igreja de Cristo e Pedro” prevalece. E, por fim, os serviços prestados ao Deus do ouro e da prata com o fato histórico da Revolta das Esmeraldas de 1540-1555. “O escândalo não é o de dizer a história, mas o de não dizê-la toda inteira” (Gustavo Gutierrez).

A Paz de Augsburg havia declarado que a religião do rei ou príncipe seria a religião da região ou do país, ou seja, cujus régio, *ejus religio*. Isso resultou na aceitação, ou na necessidade de tolerar o luteranismo na Alemanha pelos católicos. Isso prosseguiu até 1648. Na Europa do Norte [norte da Alemanha, Holanda e França]. A burguesia ascendente tendia a ser protestante, o que tinha lógica de acordo com a pedagogia de Lutero em sua obra “O cativo Babilônico da Igreja” que preconizou a pedagogia moderna, de acordo com seu trabalho e concepções de mundo. Os camponeses se convertiam rapidamente, de modo a poder conseguir emprego e aplicação dos conhecimentos adquiridos na coexistência social.

Já estudamos o Tratado de Cateau Cambrésis. Com esse Tratado em 1559, também conhecido como “A Paz Católica”, a Espanha e a França decidiram parar de lutar entre si, para poder se unir contra a ameaça que era a nova e falsa religião e sua fé, que era a ameaça comum às duas potências, o protestantismo, particularmente o Calvinismo que era considerado mais danado do que o luteranismo.

Entre 1618-1648 aconteceu a guerra dos trinta anos, um conflito que colocava em crise mais aguda o feudalismo e fortalecia a burguesia contra a nobreza feudal e, aliada aos reis convertidos a nova fé, tinham um inimigo em comum: o papado. As causas da Guerra dos Trinta Anos também

passam pelos problemas da aliança da dinastia dos Habsburgos e do Sacro-Império Romano Germânico com a Igreja católica. Essa aliança de religião com o Estado, uma herança do medievo, não se adaptava a um mundo, no qual o poder das monarquias nacionais era cada vez mais forte. A vinculação entre o Império e a Igreja Católica fazia com que os ideais de independência política tivessem um viés religioso, como é o caso da Boêmia, palco dos episódios que se constituíram no estopim do conflito. Esses conflitos políticos e religiosos entre católicos e protestantes se estendem até o século XVIII, a Era das Luzes. Desde o século XVIII as lutas religiosas contra o protestantismo e a nova e radical doutrina que florescia na Alemanha trazia outras tensões sociais para ferver ainda mais esse caldeirão. As lutas religiosas do campesinato se estenderam desde 1525 até 1738, pegando fogo, além do mais, no século das luzes, resultando em caos e derramamento de sangue através da Áustria, Suíça e sul da Alemanha. Os ricos senhores feudais eram o alvo preferido dos oprimidos rebeldes que exigiam igualdade social e liberdades de expressões sobre tudo aquilo que envolvesse sua condição histórico-social.

Embora muito decorrente, há alguns paralelos entre o mundo contemporâneo e aquele com que filósofos como Hobbes e Locke se defrontaram no século XVIII. Notadamente, enfrentamos hoje do mesmo modo que eles os fizeram, graves desafios associados à convivência política pacífica em comunidades marcadas pela diversidade e o apelo aos conflitos entre diferentes visões de mundo religiosas. Mais do que a diversidade de religiões, porém, que como criaram Locke e Hobbes é inevitável. O verdadeiro desafio à convivência humana entre as diferenças de concepções de mundo largas decorre no presente tanto quanto na transição do século XVII para o século XVIII. Isso prosseguiu até 1648.

Na Europa do norte [norte da Alemanha, Holanda e França]. A burguesia em avanços de vento em poupas tendia a ser protestante, o que tinha lógica, pois os protestantes enalteciam o trabalho como meio de também se venerar a Deus e o lucro como benção, de acordo com seu trabalho e concepções. O protagonismo bíblico de grupos ou movimentos religiosos

radicais entrelaçavam-se as disputas entre os países de maioria católica e de maioria protestante o que envolvia uma complexidade de diversidades as mais largas de todos os segmentos que formam e institucionalizam no aparato político jurídico do Estado. Dessa forma ainda que Hobbes, Locke e o sarcasmo de Voltaire, lembrando que ambos os pensadores citados eram antissemitas, e Hobbes esvazia essa institucionalização estatal com a verdade ou com a salvação da alma, abrindo caminho para o argumento posteriormente desenvolvido por Locke e sua carta sobre a tolerância em seus mais amplos sentidos argumentativos dos segmentos díspares que compõem o universo social. Na França predominou a separação entre a Igreja e o Estado. O princípio por trás da declaração de John Locke de que não existe algo prescrito pelos evangelhos como um Estado Cristão, encontrava-se também em Hobbes.

A supremacia francesa se desenvolvia, enquanto as guerras de religião na França ameaçavam a estabilidade do poder da realeza. As vitórias no mediterrâneo [Lepanto em 1571] contendo a expansão otomana, a união ibérica em 1580, e a insurreição dos países baixos como potências estatais político-religiosas protestantes que já se consolidava desde o final do século XVI e a ascensão da Inglaterra elisabetana; contextualizando estes fatos a consolidação dos Estados monárquicos em plena reordenação geopolítica e do surgimento do mundo agora globalizado.. As ciências humanas iam aos poucos se legitimando intelectualmente para explicar esses fenômenos do mundo social ainda não explorado pelas ciências da natureza e as ciências exatas. Quando trabalhamos o conhecimento do mundo cosmos é inevitável pagarmos tributos ao universo humano. Uma história bitolada a questionários de decoreba e simples eventos jamais existiu.

Ementes de dragões

As relações internacionais no fim do século XVIII cuja balança fiel foi as intervenções argumentativas de católicos e protestantes na Europa, são concordatas por um puro duplo caráter: relações entre governos e mais especificamente entre déspotas e relações entre povos trazem consigo toda uma gama de princípios de caráter políticos, sociais e culturais, que abrangem elementos de cunho sociológicos, filológicos, e de fundo artísticos literários que são de suma importância para a pesquisa do professor de história. Particularmente os que constituem nações cujos conceitos serão sempre indefinitos e inacabados se os colocarmos diante dos conceitos e padrões de classificações étnicas e de identidades históricas sempre em construção, sempre em processos históricos voltados para o por vir.

Se a política internacional apresente com muita frequência o aspecto de um jogo de príncipes, os povos não só aí se encontra mesclados como instrumentos, mas pescam sobre a diplomacia a guerra e a paz, nos lugares onde a opinião certo papel, e a religião enquanto processos civilizatórios demandam para horizontes discursivos imagéticos em um dado tempo e lugar de invenções dos cotidianos fornecem argumentos de sustentação ético-moral e político-ideológico. Ora, como na Inglaterra protestante e na França católica, podem ser distinguidos conflitos regionais de um duelo em escala mundial ao qual se entregam essas duas nações. Este último contribuirá para o nascimento da primeira nação europeia fora da Europa: os Estados Unidos.

As relações entre governos e nações multiplicaram-se: relações comerciais, culturais e políticas, dominadas pelo recuo da guerra, considerada

então como normal. A guerra está quase sempre presente num ponto do globo, mas várias vezes são normais. Entretanto, no século XVII, nasce com a corrente humanitária um movimento pacifista que se conjuga com o cosmopolitismo europeu. Os filósofos em sua maioria não consideram a guerra como um mal inevitável que pode ser afastado apenas pela prece. Estudam para combatê-la ou torná-la menos terrível. Enquanto o abade de Saint Pierre e Estanilau Lesz caynsli sonha com uma aliança universal dos soberanos e Voltaire censura os poloneses por resistirem, a maior em seus filósofos parte dos filósofos admitem a guerra defensiva.

Diante das discursões diplomáticas de caráter geopolítico que sempre será uma categoria histórica indefinida, intermeada por conceitos científicos jamais concluídos a um denominador comum, As autoridades eclesásticas dos prelados católicos e protestantes se vinham envolvidos e intervendo de acordo com o sabor dos acontecimentos impondo um jogo onde estabeleciam espaços para a criação de conceitos e princípios básicos de ordem teológica sistemática, dogmática e fundamentos fantásticos de fé. O fato de a Igreja católica está ainda até fins do século XVIII organizada hierarquicamente e doutrinalmente sob o prisma medieval, e os protestantes não, estes últimos mais simpáticos à burguesia triunfante e suas atividades político-econômicas foram melhor premiados pela história e pela geografia econômica e cultural.

Montesquieu, igualmente, classifica entre as guerras justas as necessárias ajudas a um aliado e até a guerra preventiva contra o soberano criminoso. Montesquieu, Diderot e Rousseau preferem a nação armada ao exército como profissão. O cosmopolitismo europeu permite relações pessoais entre naturais de países inimigos, as xenomanias dos salões parisienses opõem-se a xenofobia das massas. Na França, o teatro popular exhibe com êxito peças que ovacionam acontecimentos gloriosos, o culto ao evento próprio dos positivistas. Os incidentes com os comerciantes e técnicos estrangeiros não eram raros como ainda hoje o é. As resistências ao ocupante ao forasteiro apresentam-se assim muito vivas [Provença 1746, Hanôver em 1756]. A Inglaterra protestante passa por um impulso

nacional em 1745 e na França depois dos Rossbach prepara-se o renascimento do exército. É essa corrente histórica de espírito nacional que triunfará a Revolução Liberal Francesa de 1789 pelo menos oficialmente. Dizer, entretanto que em tal ano começou e quando terminou a mesma é um crime de reducionismo e de pedagogia e sociologia muito cômoda. Os fatos históricos são processos infinitos ao serem assimilados e pensados pelos homens, sobretudo para os professores de história.

Em 1740, a França acabava de alcançar no continente europeu uma posição de arbitro, mas eclodiu uma guerra franco-espanhola. Um após o outro morriam o rei sargento, que deixava a Prússia a Frederico II, e o imperador Carlos VI que deixava a sua filha Maria Teresa as possessões dos Habsburgos. Malgrado às garantias à Sansão Pragmático pelas potências, a herança de Maria Teresa católica devota foi contestada, principalmente por Carlos Alberto da Baviera Luterano radical, cuja esposa tinha sido excluída da sucessão pela Sansão. Frederico II valendo-se da confusão austríaca como um danado assim rotulado pelos puritanos ingleses apoderou-se da Silésia com a vitória da Molwitz em abril de 1741. Sobre a influência das tradições de luta contra a casa da Áustria, o governo francês intervém para apoiar Carlos Alberto que foi instalado em Linz e em Praga pelo Marechal Belle Isle em novembro de 1741 e coroado imperador de Frankfurt em fevereiro de 1742.

Nos deixa estupefatos o poder de influência política em busca de preponderância por parte de católicos e protestantes. O padre Ulrike Andrei na Rússia Czarista em plena época aqui abordada que definiu esta disputa como “a Era dos extremos teológicos e políticos conceitos bíblicos de definição do sagrado revestido de mosaicos religiosos” na primavera europeia leste oriental de 1746. Em contrapartida, o padre presbiteriano inglês William Mackenzie denominava este período como “a ascensão da Era de desmantelamento do poder supostamente universal católico e início da Era das revoluções protestantes burguesas que faziam nascer o alvorecer de um modelo de cristandade esclarecida e aberta as necessárias transformações sócio-político-econômicas e ético-culturais da modernidade assim

entendida”. Entre tantas teologias antagônicas e pragmáticas e tantas concepções política o cristianismo sobrevivia ao modo de um quebra cabeças. A história é sempre edificada em cima dos extremos e contraditórios conceitos de realidades. Na Espanha o padre Oscar Ramirez de Recalde, um jesuíta dizia temer que estes antagonismos paradoxais ofuscassem “a Igreja fundada por Pedro e Jesus”. Porém, nem mesmo os conceitos por mais científicos que nos pareçam não conseguem nos enganar a ponto de em momentos de devaneios acreditarem que o que se entende por poder é algo absoluto, pois se fosse assim toda e qualquer estrutura política e jurídica de Estado não sobreviria. Nenhuma instituição humana histórica por origem e necessidade de sobrevivência é absoluta e infalível. Pensar de modo contrário a este princípio é exaltar o totalitarismo que por ser xenófobo e doentio.

Os usos diplomáticos então em via de serem fixados, mas conservam certa flexibilidade. As embaixadas tornam-se permanentes, mas são pouco numerosas e publicam-se tratados de diplomacia. Os soberanos são amigavelmente representados nas capitais estrangeiras por ministros plenipotenciários ou por residentes. Enfim, o desenvolvimento do corpo consular mostra que as relações entre soberanos mostram-se igualmente relações entre povos. Nos ministérios das relações exteriores e nas embaixadas organizam-se departamentos com o pessoal comissionado. Cresce o papel do secretário de embaixada sempre exercido em sua maioria por clérigos. O embaixador é uma alta personalidade sempre com status quo de chefe militar e mais eminentemente do clero.

O comportamento e o estilo do diplomata são calcados no do cortejo, pois se trata de atuar, sobretudo entre soberanos, mas a diplomacia não é ainda uma carreira estritamente especializada. Ao lado da diplomacia oficial existe uma diplomacia secreta que utiliza como no passado as paixões e as fantasias de representação das realidades do universo sócio-político ou as necessidades financeiras dos soberanos. Se o homem vivesse no fundo do mar, certamente a última coisa que ele perceberia seria a água. A Cavalaria de São Jorge do governo inglês tornou-se muito ativa. A

rivalidade dinástica entre Bourbons e Habsburgos que envolviam uma ampla teia de jogos de interesses políticos entre a Civilização cristã Católica e a Civilização Cristã Protestante subsiste até 1755 e o século XVIII está repleto de casos de sucessão [Espanha, Polônia, Áustria, Baviera]. Efetuam-se troca de territórios nos lugares onde não existe unidade nacional [Itália, Alemanha]. Do ponto de vista de identidades histórico-geográficas e linguístico-mental esses dois países últimos citados sofreram uma perda histórica de categorias conceituais de soberanias irreparáveis. Eis uma das gêneses do fascismo de Mussolini e hitlerista. Contudo o apelo à opinião alemã é feito várias vezes contra a França, notadamente por Frederico II. No final do século veem-se guerras levadas a efeito por uma população que não é ainda ou que é apenas representada por um Estado [caso dos Estados Unidos e da Polônia].

Reiterando a questão da crise geopolítico-diplomática Franco-Prussiana, Maria Teresa deu provas de muita energia, concedeu muita autonomia aos húngaros, e cedeu a Silésia a Frederico II, negociou com a Inglaterra que lhe forneceu muitos subsídios, e retornou a Praga. As questões de querelas geográficas e identidade histórica quanto ao conceito de ser povo nação como categorias históricas, serão sempre inacabadas, imprecisas, e nem mesmo as jogatinas de conceitos e estruturas conjunturais de poder onde estão presentes sempre questões de ordem política, jurídica, econômica e religiosa são insuficientes para nos dar respostas convincentes. A história é muito desconfortante.

A situação alterou-se em uma em uma confusão que envolveu a dieta de worms, entre a Inglaterra e a Áustria. E o Piemonte e a França declarou Guerra a Inglaterra, ao exércitos franceses haviam avançado em torno do império, e os exércitos imperiais ameaçavam Metz [1743], Frederico II, temendo uma vitória austríaca e a perda da Silésia, retomou as hostilidades e apoderou-se de Praga, enquanto Maurício da Saxônia à frente de um exército francês, iniciava a conquista dos países baixos. Tendo Carlos Alberto morto em 1745, Francisco de Lorena esposo de Maria Teresa foi eleito imperador.

A situação da França se restabelecera que mudou todos os objetivos e estratégias de avanços. Conquistaram os países baixos, o exército francês entrou nas Províncias Unidas dos Países baixos. Nas colônias equilibraram-se malogros e sucessos, para os franceses e os ingleses.. Luís XIV ensinou a paz como rei e não como comerciante, apesar de que, os livros de história em sua maioria são grande ênfase aos reis o que é um equívoco, por que o maior e mais importante fator histórico do poder real vinha de trás do trono: a burguesia que o financiava. O Tratado de Aix-La-Chapelle 1748.

Em 1748 a França e a Prússia se opunham a Inglaterra e a Áustria aliada à Rússia Mas o mundo segue globalizado, a Rússia e sua expansão que envolveu a partilha da Polônia. Estanislau Augusto eleito rei da Polônia sob Pressão das Tropas Russas. O Tratado de 1668 num protetorado russo. A resistência da confederação de Box foi rompida pelos exércitos de Catarina II. Todas essas querelas e mazelas, inconformismo político, e até de caráter étnico e cultural geográfico desde suas origens no século VII, foram uma marca registrada e tomada de consciências e identidades daquilo que se convencionou denominar por Europa uma invenção da Igreja Católica. Desde Carlos o Grande. Esses processos acima citados ainda hoje em nossos dias desafiam a paz no velho mundo desde o século XVII globalizado.

Não existe nenhuma cultura ou culturas e estruturas de poder político e econômico, como também de “estabilidades sociais que não tenham passado pelo crivo de suporte dos poderes religiosos”. Pelo menos historicamente não. A constituição republicana norte-americana e francesa no longo processo de transição do século XVIII para o século XIX, e todos os desdobramentos dessa máxima dialética assegurada pelas revoluções europeias de 1830 a 1848 que deram origem as causas urgentes da Belle époque.

É este o contexto em que se desenrola a política colonial portuguesa relativa ao Brasil na última fase do Sistema Colonial Antigo. Nenhuma Civilização se originou e cresceu em poder sem contatos e conflitos com outras civilizações distantes ou não. É a partir deste quadro que a crise no

seu nível estrutural faz com que suas manifestações concretas na relação entre Portugal e Brasil superem com a ajuda da Inglaterra superem o Antigo sistema colonial. Que possamos compreender as reflexões dos teóricos iluministas as ações dos estadistas do último quartel do século XVIII luso-brasileiro. Referindo-se ao período entre o término da Guerra dos Sete anos e a abertura da Guerra de Independência dos Estados Unidos, período em que se agravam entre a Inglaterra e as treze nações observava Charles Mozaré.

Similarmente, para termos uma visão de longo alcance desta etapa derradeira da história do Brasil colônia, convém lembrar que países como a França, a Inglaterra, a Áustria e o próprio Estado Unidos estiveram envolvidos até o pescoço na sua separação de Portugal. Estamos diante da consolidação da Era das Luzes e as suas coroações com o positivismo. Em que medida, pois, Portugal tomou consciência nesta última fase do Antigo Regime já estava superada para o velho e o novo mundo? A Revolução Francesa foi o golpe de misericórdia na velha ordem colonial. [Roger Chartier: *As Causas Culturais da Revolução Francesa*]. Os Orleans de Bragança tinham braços ingleses, Austríacos e franco-espanhóis, e até influências russas, e o que nós chamamos de nossa independência foi um longo processo que vinha se desdobrando desde o final do século XVIII.

Até que ponto, apercebidos com todo o aparato conceitual da ilustração europeia foram capazes de equacionar os problemas enquanto emergentes de uma nova situação, e formular uma política colonial condicionante com o momento histórico que viviam? A primeira observação para abordar contextual e dialeticamente este problema que se encaixa numa categoria histórica e sociológicos entes mesmo que filosófica, é constatar a adesão da inteligência portuguesa aos esquemas mentais do iluminismo. E de fato, o movimento da ilustração, cujas repercussões revolucionárias na colônia já apreciamos, através da qual atuava poderosamente na vida intelectual não só da metrópole, mas em toda civilização dispare europeias de formação histórica judaico-cristã, é a partir de seus esquemas mentais que se formulou todo o programa reformista.

Importa-nos, portanto, nesse passo, demarcar nítida posto que sumariamente tal esquema, ou para usar uma expressão de Toynbee, “a forma de pensamento característica da Época das Luzes. Essa denominação Século das Luzes, um tanto quanto vaga porque ela remanesce desde as grandes Revoluções Inglesas do Século XVII [1603-1714], que a si mesma pelo imperativo da história se consolidou, se consagrou, já nos dar uma fundamental aproximação. Efetivamente, os homens de seiscentos a setecentos estavam profundamente conscientes de uma enorme transformação mental de que eram os atores.

As Luzes, o Iluminismo, o Esclarecimento, andavam continuamente no pensamento das mentes mais claras, dos espíritos mais indagativos, e mesmo da boca ou da pena dos menos dotados. Era como se a Razão enfim se estivesse encarnado, depois de longas vicissitudes, nos homens da Europa ocidental, que já agora não tinham senão que aplicá-la para dominar a natureza e regenerar a sociedade. Não tardaria, pois, a Idade de ouro. Profecia é memória diante da história.

Núcleo central de todas essas mentalidades é como vemos, um dos primados da razão, e como que a crença na aptidão do método científico para conhecer, o mundo das coisas e dos homens, e resolver-lhes os problemas. Racionalismo, pois, e científicismos estão na base da mentalidade ilustrada como legado dos séculos XVII e XVIII, e tiveram suas expressões típica e máxima na Enciclopédia, no dicionário racional das ciências, das artes e das mentes, que um grupo de intelectuais acreditavam que por eles poderiam explicar amplamente o mundo e a história pela ciência. Sob a direção de Diderot e Dalemberbert começou a publicar a partir de 1751 com a complacência do censor Malesherbes, ele mesmo um filósofo. A escolástica caía em um desvanecimento sem precedentes. Vinha um despertar dos ingleses e franceses, sobretudo, no plano geopolítico sem precedentes.

A vida intelectual do século XVIII se desenvolve, portanto, nos quadros do nacionalismo triunfante que já demonstra ser o germe do fascismo e do nazismo no ocidente, e o stalinismo na Europa do leste. Não que as tendências opostas do pensamento escolástico tradicional houvessem

ensarilhado armas, mas tinham passado nitidamente para a defensiva. É não só nos domínios da inteligência entre os espíritos de escol; Era a própria opinião que fazia com que este novo poder que os governantes começavam a servir como modelo social e político para a população das massas dispare para o lado das Luzes. Cultivemos os fatos históricos como fatos de longa duração e processuais. O positivismo representou o ápice daquilo que se conhecia como iluminismo à moda do século XIX e a produção do útero da história científica.

Durante o decorrer do século XIX, em que tivemos avanços e retrocessos sem os quais os fatos jamais se fariam história e permaneceriam apenas fatos sociais, em especial no plano do pensamento científico, em particular atenção as ciências humano-sociais foram desafiada a dar respostas aos desvanecimentos existenciais do homem daquela tempo histórico que já acreditava que nem mesmo a arte de seu mundo existente bastasse mais para dar sustentação aos sentidos de sua condição humana presente estando no mundo e com o mundo. Trilhou-se o mesmo então pelas diretrizes das revoluções burguesas tecno-científicas industriais que permitem fazer com que a ciência e a técnica cumpram seu papel de serem meios de explicação possível e de intervenção nos processos contraditórios da realidade na busca constante e infinita de criar, inventar, transformar esse mundo histórico-humano onde o homem é o sentido, é a ponte, o meio para se chegar ao lado da salvação. Os gregos helenistas pensavam assim, os romanos os admiravam e os tinham como referência, infelizmente os cristãos primitivos resistiram a compreender e aceitar isso. Ora, os fariseus, sobretudo os da ala de Gamaliel foram mais tolerantes a estas concepções greco-romanas de mundo. Se não fosse a vitória de Paulo de Tarso o Turco no Concílio de Jerusalém contra Tiago irmão de Jesus e Pedro, o cristianismo teria sucumbido e talvez para os dias de hoje fosse página de esquecimento. É impossível fazer ciência sem olhar para o passado. Eis o útero da história.

O século XIX encarava historicamente o desafio de consagrar as revoluções seculares que se vinham desdobrando desde o final do século XV

e ao longo do século XVI, com o renascimento ao nível político, sociológico, econômico, filosófico e teológico também no plano das artes e da literatura Barroco que se decorreu ao longo de todo o século XVI, porém foram coroados pelos debates e tratados científicos e filosóficos travados entre católicos, protestantes, maçons e iluminatis ao longo das Revoluções Inglesas do Século XVII [1603-1714]. A Ciência ainda buscava situar-se as mudanças históricas, ao novo mundo, com suas diversidades e paradoxos próprios da ação do homem no mundo. Quando tratamos do mundo humano e social dentro das perspectivas que necessariamente se contextualizam para as necessidades e cobranças feitas pela história, para que os homens cresçam em caráter de saber se humanizar como sujeitos das realidades e diversidades do universo em que vivem, somos levados, então, a perceber em conjunto com as ciências do homem, que as limitações suas, expressas em suas filosofias, concepções científicas e artísticas, não nos esquecendo do plano literário, e tudo mais que nos acontece ao nosso redor nos abre por leituras de mundo a compreender que o homem é um ser indevassável por uma simples razão: ele é histórico. Certamente os anjos nos invejam. Se realmente o papa for infalível como reza o dogma católico, certamente eu tenho pena dele.

O que nós chamamos de limites geográficos e períodos históricos são na verdade realidades construídas e desconstruídas pelos “discursos”, por fenômenos linguísticos culturais recheados de semânticas que vão muito além do universo de características políticas e culturais, étnicas, das construções históricas de cada povo-civilização. Reitero que os conceitos de povo, civilização, e identidades históricas de cada um, são passíveis de serem relativizadas pelas reescritas, e repensadas e, porque não, regularmente desconstruídos sob a Égide das dinâmicas históricas e geográficas que nunca param de existir sobre “as verdades” de cada período de uma sistemática processual transformação oferecidas pela história. Em uma longa, duração.

A h história graças ao ofício dos historiadores e a colaboração das ciências auxiliares da história sempre se defrontam com novas fontes e os

mais variados vestígios que nos impele a adotar novas teses e teorias que ampliam os horizontes dos professores de história secundaristas e universitários para a construção do conhecimento científico. Todos os “discursos” a conhecer que agora somos contemplados a vislumbrar pelas leituras de pesquisa desvaneceram, seja no plano político, sociológico, literário artísticos, são a cada momento de caráter mais profundos em se tratando de criar novos pensamentos, reflexões e autocríticas, revistas e submetidas a novos julgamentos nos reinos acadêmicos pelo tempo histórico que a tudo supera e impulsiona a alavanca do progresso das sociedades. “Todas em mentalidades.”

Em meio aos contextos de progresso do capitalismo liberal surge como antítese ao mesmo o socialismo idealista que representa um estímulo político social das lutas operárias contra as injustiças sociais que provinham do liberalismo, e as lutas sociais da classe trabalhadora que remanesca desde a primeira Revolução Industrial Inglesa em meados do século XVIII. Esses socialistas acreditavam que podiam criar um modelo econômico mais justo para as sociedades dominadas pelo liberalismo político e social-econômico. Os socialistas dividiam-se em dois grupos: os utópicos e os científicos ou marxistas. Os utópicos eram assim chamados por pretenderem implantar o socialismo sem questionar a necessidade de transformações na infraestrutura e superestrutura a partir das contradições capitalistas. Eram eles: Charles Fourier, ERobert Owen, Saint Simon entre outros. Os marxistas queriam romper com as estruturas do liberalismo, ou seja, pela revolução proletária e campesinato.

A Igreja Católica não ficou alienada a esse contexto histórico das Era das Revoluções, a Era do capital e dos impérios. O novo cristianismo em seu livro pregava uma nova religiosidade entre os homens, diferente do catolicismo ortodoxo e do protestantismo, que somada à nacionalidade e racionalidade somada a o progresso nas concepções humanas através das novas ciências que emergiam no plano acadêmico, como a história, a geografia, sobretudo a geografia humana poderiam contribuir para resultar num mundo progressista, industrialista e justo, enfim, onde os conceitos

de fé, espiritualidade e religiosidade sócio tradicional adotassem o desafio, naquela historicidade de reexplicar a condição da pessoa humana. Com as transformações econômicas e técnicas do modo-de-produção capitalista a velha ordem política e institucional mudos, as ordens familiares institucionais, a culturas ou culturas da política, das relações de trabalho e das pedagogias e políticas educacionais. A velha religião também mudou, sobretudo as de linha teológicas de pensamento calvinista, valorizando o lucro e o trabalho como meios de contemplação e serviço a Deus.

Quanto a Igreja Católica, surge nesse período sua Doutrina Social. Na segunda metade do século XIX houve uma grande mobilização operária, com diversos levantes revolucionários por parte dos operários em vários países europeus. Sentindo os efeitos da industrialização, a cúpula eclesiástica de Roma definiu-se oficialmente quanto a sua participação nos novos problemas sociais. Em 1891 o papa Leão XIII publicou a *Encíclica Rerum Novarum* por meio da qual, de um lado, reivindicava a religião como instrumento de reforma e justiça social e, de outro, declarava-se contra a Doutrina Marxista de luta das classes e ditadura do proletariado, além de um socialismo materialista ateu, apelando para o espírito cristão na cultura dos empregadores. Essa Encíclica teve vários seguidores, que aprofundaram a posicionamento político-social da Igreja. Entre eles, destacaram-se o papa Pio XI, com a *Encíclica Quadragesimo Anno* [1933], João XXIII com a *Mater Et Magistra* [1961] e *Pacem in Terris* [1963]; e Paulo VI, com *Populorum Progressio* [1967] e *Humanae Vitae* [1968]. Tudo passou por um processo sistemático de amadurecimento e avanços da Igreja como instituição histórica que é, e como tal em evolução. Que envolve um aprendizado dialético, aprender a fazer fazendo.

Estas expressões paradoxais têm a finalidade de examinar, moldar e aceitar este mundo, assim como ele hoje se apresenta, de tal forma que, com isto, se analise e se interprete o próprio homem. Não se pode falar do mundo de maneira objetiva como de uma coisa que repousa em si mesma, mas só de uma maneira existencial, com o olhar voltado para frente e para trás, não perdendo de vista o homem, ao mesmo tempo desafiado e

atingido pelo mundo. Isto, talvez, vale hoje mais do que nunca. O homem está sempre em jogo nas suas variadas relações e experiências com o mundo de hoje, não resulta uma informação unívoca, que seja uma simples “imagem” do homem e defina a sua posição no conjunto de tudo que existe. No passado encontramos respostas plausíveis para os fenômenos e mitos das sociedades industriais. A história não tem pressa e é preciso ter paciência histórica.

Todas as imagens que o passado criou a respeito do homem não resistem, de modo geral, ante a riqueza de tensão, que a hodierna experiência do mundo e da pessoa encerra. Isto vale, sobretudo, de três interpretações delineadas pela tradição ocidental: a interpretação do homem como microcosmo, como indivíduo, e como ser social. Para Demócrito e Posidônio, o homem é um mundo em miniatura, um microcosmo. Eles derivam esta ideia de uma representação muito antiga, já atestada pelo mito indo-germânico a respeito da forma antropomorfa do cosmos. Esta ideia a respeito do homem como microcosmo dominou em grande parte a visão do homem na Antiguidade cristã e na idade média até o final do século XVI. Ela continuou, por longo tempo, a exercer seu influxo dentro da Idade Moderna [p.ex, Leibniz, Herder, Schelling, etc. Mas esta representação dificilmente se harmonizava com a imagem do mundo que as pesquisas modernas iam mais e mais alargando; enfim, a experiência da realidade “já não mais humana” do universo próximo à terra, como foi comprovada pela viagem espacial tripulada, tirou-lhe a última base. Por isso, para a auto compreensão do homem de hoje ela poderá quando muito servir como representação auxiliar.

A imagem oposta, criada pela renascença, deve ser também considerada como insuficiente. Ela interpreta o homem como exceção, no conjunto da natureza, dependendo exclusivamente de si mesmo. Como reflexo de um tempo dominado pela vontade do poder profundamente insuflado, influenciado pelas paixões do cientificismo, [Nicolau Maquiavel 1469-1527] E Pelo Pessimismo Político de Hobbes [1588-1679] esta imagem não conseguiu impor-se ante o múltiplo relacionamento do homem

que, inclusive nos mesmos atos de distanciamento e de autoafirmação, manifesta sua dependência de outros homens e de outras coisas.

Este postulado racional, que vê o homem de maneira muito individualista, mais ou menos como um ente isolado em torno de si mesmo, está em forte contraste com os conhecimentos frutos de suas experiências históricas a que chegou o tempo subsequente, principalmente o tempo presente, sobre a natureza do homem: contrasta com a compreensão de que ele faz parte integrante do reino da vida, de que está condicionado em seu modo de pensar e de comportar-se, de que é um ser socialmente relacionado tanto em sua existência como nas suas mais elementares manifestações, na linguagem, no trabalho, no amor.

Tampouco a tese contrária, formulada principalmente por Karl Marx, que faz o homem depender totalmente da sociedade, corresponde aos fatos. A integração do indivíduo na sociedade, e a compreensão do homem como quase que exclusivamente a partir da sociedade, não conduz necessariamente a uma ideia mais humana do homem [em oposição as concepções de Marx e de demais marxistas modernos]; pois, no mínimo, esconde em seu bojo o perigo de sua total sujeição ao poder político elevado a último fim. Ora, isto está em desacordo não só com a justa reivindicação do homem moderno com respeito à inviolabilidade de sua pessoa, experimentada como fim próprio inalienável, como também com as leis fundamentais da lógica, do reto pensar. Pois, donde o homem poderá haurir as regras para o controle da sociedade preconizada por Marx, se ele mesmo é o primeiro conforme as exigências desta mesma sociedade, a ser totalmente socializado?

A par de toda a crítica, estas interpretações conservam incontestavelmente um direito circunscrito. Pois, também para o homem hodierno vale que ele somente poderá compreender-se a partir de sua ligação com o mundo, que só poderá afirmar-se impondo a autodeterminação de sua individualidade, que só poderá realizar-se no mútuo relacionamento com a sociedade. O que, portanto, condena estas tentativas de solução ao fracasso é menos o seu conteúdo positivo do que a sua tendência para reduzir o rico

dinamismo da natureza humana ao denominador comum de uma única fórmula. Só respeitando esta rica dinâmica se pode chegar a uma interpretação satisfatória. Esta, por sua vez deve tomar o homem em seu nexos inseparável com a natureza e com seu caráter singular, condicionado pelo espírito, em sua relação com os outros homens e com sua individualidade; em relação com a realidade de ser social e com seu ser pessoal inalienável.

Em oposição às interpretações simplistas da condição humana surgiram também outras que partiram de sua riqueza de tensões, em seus aspectos contraditórios e conseqüentemente compreenderam o homem como viva combinação de aspectos contrastantes. Não é por acaso que foram os pensadores existencialistas, isto é, os que partiram da experiência da concentricidade da vida humana, os que se declaram adeptos de tal compreensão do homem. Retomando a tradição cristã já em períodos avançados de sua primitividade, já Santo Agostinho dizia ser o homem um abismo, mais insondável do que o fundo do mar, inacessível a qualquer outro, unicamente perscrutável ao olhar de Deus.

Também o marxista se defronta com o problema do sentido. É verdade, há cientistas comunistas que lhe negam toda autenticidade. Afirmam eles que este problema só surge quando o homem é inserido “em contextos fantásticos, como o da criação, da queda no pecado e da redenção, que consideram o aquém um vale de misérias e um além no campo das bem aventuranças eternas, e fazem da morte o meio de atingi-lo”. Nesta concepção, o problema do sentido estaria em contradição radical com os hodiernos conhecimentos das ciências naturais.

Entretanto, outros pensadores do Marxismo sentem cada vez mais que, com o decorrer do tempo histórico, o problema do sentido não pode ser afastado. Afirmam que o indivíduo encontra o sentido da sua vida no fazer parte do todo, a saber, do proletariado, da classe, do partido da humanidade progressista. Quem se recusa a aceitar isto, como sentido de sua vida, transformar-se-ia em inimigo, parasita, traidor, sabotador da sociedade.

Mas, sob a impressão de recentes experiências históricas [ver a Era de Stalin], generaliza-se entre não poucos pensadores marxistas, a ideia de que, com a absolutização do sociológico, surge o perigo da mistificação do social, ao qual se atribui, injusta e infundadamente, uma importância última, um significado último que ele não possui. Com isto, surge o perigo; não só de proceder de maneira não científica, senão também o de jogar o homem nas mãos de uma força anônima, incontrolável.

Por isso, procura-se uma solução do problema do sentido, colocando-o na finalidade da atividade humana: desde que se consegue o objetivo de uma atividade, ela ganha o sentido do momento. O “sentido”, portanto, fica reduzido a um “fim”. Mas aí surge à questão, se com isso é possível encontrar um sentido. Pois, obtidos que foram todos os fins, é fácil acontecer que o homem simplesmente duvide ou mesmo desespere do “sentido” de sua atividade, e até de sua vida. As experiências do medo, do vazio existencial, do tédio, da monotonia, do cansaço político e religioso, do absurdo que podem estar presentes também no caso de se conseguir pleno êxito na atividade, urgiram por sua vez o problema do sentido da historicidade humana. A soma de todos os fins alcançados não perfaz o sentido pleno da vida.

O Teatro do Absurdo, em voga durante a Era da Guerra Fria, que parece ter voltado à cena, nos tempos de outrora muito marcante nos países da Europa Central, do Leste com proximidade a Ásia, focaliza o aspecto estranho da ambiguidade do que parece evidente na vida cotidiana, do que à primeira vista parece útil. O Absurdo é um dos fortes veios inspiratórios da Moderna Literatura do Brasil de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo: “E agora José?”.

Deste modo, o Marxismo tenta, através de seus pensadores, apresentar uns novos sentidos para as questões epocais da existência humana em pleno processo das alterações e contradições que caracterizam a história. AS realizações dentre realidades díspares dos sentidos os mais intrigantes da vida do homem em seu tempo e contextos históricos., e isto deve

mostrar-se em “sua relação com o progresso objetivo no desenvolvimento da sociedade”.

Na realidade, porém, pairam dúvidas, inquietações, também para muitos marxistas, sobre se o fato de existirem leis objetivas na História capazes de dar um sentido à existência. A vida, porém, e o sistema social, também o de caráter marxista, admitindo muitos sentidos, para falar outras linguagens.

Em se tratando dos sentidos da existência, e é importante para que os historiadores vejam o quanto a história é amplamente larga, o marxismo não pode fugir do problema da morte que é a experiência mais traumática para o ser humano e, logicamente, da delimitação definitiva da existência humana, nem mesmo com a expectativa de um futuro melhor para a humanidade.

O marxista Tcheco Vitezslav Gardavsky, via o comunismo colocado perante este problema: “Interessa-lhe saber qual será o futuro deste futuro”. Ele sempre demonstrava ter um profundo interesse de tomar conhecimento dos motivos que devem movê-lo em um engajamento a favor do futuro. Ele se põe, a saber, com toda a propriedade intelectual que jamais vai vive-lo: Mass, mesmo que com suas limitações humano-históricas por acaso o atingisse, teria pela frente um novo futuro, que certamente lhe proporia, por sua vez, uma pergunta a ser muito bem pensada pelo historiador: Que virá depois? Historicamente esta é uma resposta impossível de ser dada ou, do contrário, a história negaria a si mesma como ciência.

Gardavsky procurou precaver-se contra a opinião de que o comunismo é a meta absoluta da história como acredita a “esquerda latina americana”. A de que tudo se deveria subordinar e do qual tudo receberia sentido. Ele não quer perder de vista o valor do tempo presente e o sentido do momento atual. Para Gardavsky o conhecimento sobre o homem não pode ser restritamente ideologizado, pois seria o mesmo que pensar e falar sobre o homem o divorciando da história.

Uma nova visão da história e do legado judaico cristão: determinismo e liberdade

No século XIV tem lugar a laicização do pensamento com Marcílio de Pádua e Guilherme de Okcham, sob o efeito da irresistível pressão de uma corrente intelectual cujas primeiras manifestações dignas de notas se fazem sentir no século XVI, mas que só floresceram no “século das luzes”. Os êxitos de uma história feita apenas pelo homem, sem intervenção divina e, a partir deem, sem leis, parece-nos bem ser um dos resultados dessa laicização do pensamento. Os espíritos poucos inclinados a se satisfazerem com uma história sem leis, os que procuravam uma explicação para o movimento do mundo, repelindo não obstante, toda metafísica, puseram-se em busca de uma necessidade laicizada. Uma vez que renunciavam a supor uma causa exterior ao mundo, passaram a procura-la nos próprios fatos.

Assim, abandonada pela maioria dos historiadores modernos a visão cristã da história, ao menos sob a forma como se expressa através de Santo Agostinho e Bossuet, nasceu o grande debate entre a necessidade e o livre arbítrio; o conflito entre a afirmação das leis objetivas e a negação destas leis; as diferenças entre os que acreditavam na influência determinante de um “fator dominante” e os que se recusam a escolher entre o leque das “causas”; a querela que separa os partidários do “sentido da história” e os do acontecimento fortuito. Desde a antiguidade clássica greco-romana que nos foi permitido acordar para essas indagações, as quais nos foram oferecidas pelos esforços filosóficos humanistas.

A contribuição da Civilização Grega para a história, o que ainda hoje lhe devemos a ponto de se ter escrito recentemente que “o maior

historiador do futuro jamais fará algo melhor do que Heródoto”, é um método e é um espírito. Sem dúvida, a forma lendária da história não desaparece como que por milagre, no século V a. c., quando Heródoto emprega, pela primeira vez, o termo “história”, num sentido próximo ao que hoje em dia nos é familiar. Mas podemos legitimamente datar deste momento uma forma de história que passa o sobrenatural para o segundo plano, deixando o primeiro para o humano. Políbio exprimirá um dia esta nova tendência, ao caçoar dos pretensos historiadores que, não podendo encontrar um desenlace para sua narrativa, fazem intervir deuses e filhos de deuses na história que, de ordinário, tem apoio apenas nos fatos. Eis aí o espírito novo. A partir deste momento, o homem venceu os deuses, começando a ser o senhor de seu próprio destino histórico.

Para os gregos, a história é moral e pragmática. Os romanos, de seu lado, tomam-lhes de empréstimo o método e acentuam seu caráter utilitário. Roma é sua personagem central; O Estado romano fornece-lhes o enquadramento. A história aí apresenta-se com intenções morais e patrióticas. O que a história oferece de salutar e de fecundo está nos exemplos, instrutivos e de toda espécie, descobertos à luz da obra, encontram-se modelos a seguir, tanto para o bem próprio como para o bem do país a que se pertença. De resto, se é que não me deixo levar pela paixão da minha obra, jamais houve Estado de maior grandeza, mais rico em bons exemplos, mais puro, jamais qualquer povo foi durante tão longo tempo inacessível a cupidez e ao luxo, ou guardou de maneira tão duradoura e profunda o culto a sua cultura de modo geral.

Roma, por exemplo, era dona de uma religião politeísta, porém, com a difusão da religião judaico-cristã no Império Romano, durante o período de desestruturação deste, têm grandes mudanças. O processo histórico pelo qual passa a humanidade é então “unificado” não mais em torno da ideia de Roma, mas de uma visão do cristianismo como fundamento e justificativa da história. A influência do cristianismo institucionalizado como religião oficial a partir do Imperador Constantino no ano 313 pelo Édito de Milão passa a ser tão grande em nossa civilização, que toda a cronologia de nosso

passado é feita em termos do seu acontecimento central, a vinda do filho de Deus a terra. Cristo, tornando-se homem, possibilita a salvação da humanidade, meta final da história. A história da humanidade se desenrolaria de acordo com um plano divino, sendo a vinda de Cristo a terra o centro desse processo. O primeiro Concílio da Igreja Romana Cristã acontece no ano 325 quando Constantino convoca o primeiro Concílio com 318 bispos presidido por Hósia Cordova. Por este Concílio Constantino mandou construir a Igreja do Salvador em um bairro nobre de Roma chamado *Vaticanus*.

Cabe à Idade Média o mérito de atribuir uma dimensão filosófica à história. O Cristianismo triunfante impõe, efetivamente, uma nova visão de mundo. Enriquece-se também a história, até então confinada na tradição greco-romana e para qual Roma era o centro do mundo, datando-a de todas as contribuições das civilizações orientais reunidas na Bíblia. Institui, enfim, novidade não desprezível, um novo sistema cronológico de valor universal.

A concepção de um novo sistema cronológico no qual se combinassem todas as histórias conhecidas foi obra de Eusébio de Cesareia. A doutrina sólida e coerente, que impõe verdadeiramente uma nova visão do mundo e do homem, remonta a Santo Agostinho em *A Cidade de Deus*. Ai, pela primeira vez, dava-se a história uma representação inteligível e completa, cujo começo e fim podem ser conhecidos pelos homens. Surgira um princípio para ordenar fatos até então incoerentes. “A humanidade foi abrangida numa visão global e sintética”. O tempo não para, a história a partir da Renascença abre alas para a dialética.

Na verdade, do século XVI ao XVIII nascem às técnicas modernas da história. Constituem-se o que se convencionou chamar pelo nome de ciências auxiliares da história, surgem os requisitos necessários para se atingir “uma verdadeira doutrina da crítica erudita”. É no século XVII, aliás, que o nome de crítica, até então designado apenas como uma qualidade do gosto assume também o sentido de um “julgamento de veracidade”. De estética que era a crítica passou a ser, igualmente, histórica.

A história continua tendo uma visão do tempo linear-mecanicista, cujo desenvolvimento é conduzido segundo um plano da Providência Divina. É à

volta a uma explicação sobrenatural, semelhante à do mito, e também cosmogônica. Ela se impõe no início do período medieval [séculos V e VI D.C.], perdurando como forma única por toda a Idade Média, quando a Igreja Católica cria o que chamamos de Civilização Europeia Ocidental.

O cristianismo é uma religião eminentemente histórica, pois não prega uma cosmovisão atemporal, mas sim uma concepção que aceita um tempo linear, que se ordena em função de uma intervenção divina real na história. Para a fé cristã, o fato de o próprio filho de Deus ter-se feito homem-história, sua vinda a terra é preparada pelo povo judeu, através de seus profetas, seus reis e seus patriarcas.

Os primeiros séculos da Idade Média vão ser os séculos da formação da civilização europeia ocidental. É então que temos o aparecimento da Europa na história, com a afirmação “de uma identidade comum a diferentes povos”. As bases comuns a esses povos são o mundo romano em desestruturação e o chamado mundo bárbaro composto por povos que não falavam o latim e não compartilhavam da concepção de mundo universalista greco-romana, e, claro não se submetia ao domínio de Roma. Os elementos destes dois mundos vão se misturar lenta e completamente do século IV ao século VII, através do catolicismo romano e do recém-nascido papado ano 440, que vão marcar profundamente toda a sociedade.

Os séculos iniciais da Idade média representam paradoxos quando tratamos de cultura, ciência e filosofia, ou seja, progressos e regressos históricos. A população vive em sua maior parte no campo e quase ninguém sabia ler. Até o famoso imperador defensor dos interesses econômicos e geopolíticos da Igreja Católica Romana Carlos Magno era um analfabeto. A Igreja, grande proprietária de terras, é quem registra a organização e as formas de trabalhar essas terras. São os inventários das abadias de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Denis, na França, os melhores documentos para conhecermos como funcionava, no seu início, o chamado sistema feudal, que vigora do século VIII até sua superação no quarto decênio do século XVIII.

Somente membros do clero sabiam ler e escrever. A maior parte do que foi escrito nessa época é feita pelo clero. Grande parte das fontes é, por

exemplo, vidas de Santos cujas narrações sobre eles estão por demais recheadas de lendas. A própria palavra clérigo que dizer instruído, enquanto a palavra leigo quer dizer ignorante.

Os documentos leigos vão começar a aparecer só bem mais tarde, nos séculos XII, XIII, com o Renascimento Urbano e Comercial graças à burguesia; Surgem como registros de comerciantes particulares, diários de escudeiros, de cavaleiros famosos, de menestreis, etc. A história escrita nesse período não apresenta o mesmo rigor crítico de investigação que apresentava entre os gregos, nem a mesma procura de compreensão e explicação.

O interesse pelo homem como centro do mundo vai surgir dentro e em oposição a uma sociedade medieval onde a Igreja Católica era ao mesmo tempo um Estado paralelo e, às vezes, se confundia com o próprio Estado. O sistema feudal estava preocupado apenas com a fé cristã, a qual então à luz daquela época encerrava todas as explicações para todas as coisas. As mudanças são lentas, mas constantes, em direção a um abandono da antiga visão religiosa da história que, porém, ainda influencia os filósofos e historiadores posteriores e possui adeptos até mesmo em nossos dias.

Durante o Renascimento, a cultura europeia ocidental, desprezando os mais de dezessete séculos medievais procura retomar a Antiguidade Clássica, ressaltando que uma mesma cultura jamais se repete em condições históricas diferentes, seus valores, sua arte, seus mitos e suas estruturas político-religiosas vão ter consequências decisivas para a história. Com a preocupação pelos textos antigos e por sua exatidão, com a pesquisa e a formação de coleção de moedas, de objetos de arte, de inscrições antigas, vai ser levantado um enorme e rico material para a reconstituição desse passado.

Do século XVI ao XIX vão-se multiplicar as técnicas para reunir, para criticar toda essa documentação, que fornece os dados e os elementos para a interpretação da ciência histórica. Esse conjunto de técnicas se aperfeiçoa constantemente nesse período e vai auxiliar a história e seu conjunto constitui a erudição.

Outro exemplo, típico é o caso das falsas doações de Constantino. Em 1440, descobriu-se que esse documento, importantíssimo durante a Idade

Média, era um documento forjado falsificamente pelo papado, um em-buste pelos papas inspirados pelo espírito santo. Ele foi forjado no século VIII. Seu texto relata a doação feita por Constantino Imperador romano até sua morte um pagão. O papa Silvestre I, italiano da cidade de Roma, Assim como a primazia sobre todos os bispados. Essa doação era a base que justificava, ou pelo menos tentava na medida do possível as pretensões ambições espúrias e arditosas do papado com relação à posse de territórios na Itália. O que a história fez só a história pode desfazer.

Os contatos estabelecidos com as novas ciências do homem, o vigo-roso impulso do materialismo histórico e do materialismo dialético, deveriam com o tempo, transformar as concepções da história, veremos as direções essenciais em que exerceram estas múltiplas influências. De qualquer forma, não teriam elas tantas facilidades em derrubar as sólidas defesas da história erudita, se não contassem com aliados entre os pró-prios historiadores.

Bem cedo, enquanto os cabeçudos teóricos de um e outro campo per-maneciam teimosamente apegados a suas posições inconciliáveis, já espíritos inovadores atenderam ao apelo insistente da sociologia, da antro-pologia, da economia política, da psicologia social e da nova linguística, da geografia humana e das contribuições da arqueologia. No início do século XX, Henri Berr em Paris, funda a *Revue de Aynthèse Historique* e provoca frutíferos encontros entre especialistas das mais diversas disciplinas.

Trinta anos mais tarde [1929] o espaço de uma geração com Lucien Febvre e Marc Bloch, numa nova etapa, agora, publicam o primeiro nú-mero da *Revista dos Annales*, cuja influência deveria ser tão grande na França e em bom número de países da Europa Ocidental e da América Latina. Privada do perseverante ensinamento destes dois grandes papas da história, a historiografia contemporânea certamente não teria ainda as-sumido o aspecto sob o qual a conhecemos hoje em dia.

Muitas e muitas vezes evocamos aqui este ensinamento, para que haja necessidade de insistirmos nele. Na sua Origem, sabemo-lo, situa-se uma vontade de reação contra a história “dita positivista”, um cuidado de

ampliação em todas as direções: o historiador quer e fazer-se economista, sociólogo, antropólogo, exegeta, hermenêuta, arqueólogo, psicólogo e linguista. Mas, enquanto Henri Berr preocupara-se precocemente em formular uma doutrina da síntese histórica [era ele filósofo de formação], Lucien Febvre e Marc Bloch pregaram, sobretudo mediante o exemplo: o primeiro de preferência polêmico; o segundo antes de tudo prático.

O que recomendam ao historiador, não é conformar-se com os dogmas de uma nova filosofia, mas, assumir diante da história uma atitude nova, libertando-se de seco espírito de sistemas que a teoria dos “positivistas” decididamente dissimulava. Longe de encerrar-se em sua torre de marfim, o professor de história deverá honrando sua formação acadêmica atirar-se ao mundo exterior, participar ativamente da vida de seu tempo. Nada deverá ele rejeitar da contribuição das ciências humanas vizinhas, nem das aperfeiçoadas técnicas postas à sua disposição pela ciência contemporânea.

Lucien Febvre, no fim de sua vida, faz sua a meditação de Renan: “Foi ao ler tal filósofo que perguntei a mim mesmo às coisas”? “Por intermédio da hipótese a priori”? Não, é mediante a universal experiência da vida, impelindo meu pensamento em todas as direções, batendo todos os terrenos, sacudindo e escavando todas as coisas. Assim se exprime antes de tudo, uma atitude de espírito, aberta e compreensiva, mas não uma doutrina estruturada; quanto a esta, aliás, procurá-lo-íamos em vão na obra de Lucien Febvre e Marc Bloch. Este espírito que marcou essencialmente a *Escola dos Annales*, da crise capitalista liberal de 1929 a 1945, triunfou tão completamente, que em nossos dias, ao menos na França, não se distingue contra ele se não uma oposição negligenciável.

A partir de então, a revista histórica mais progressista do período de entre guerras arriscava-se, se se limita a continuar nas suas linhas de lançamento, a sofrer a sorte comum aos empreendimentos revolucionários que alcançam êxito. O triunfo os “institucionalizava” e o conservadorismo os espreita. Por uma fortuna singular, os *Annales* posteriores a Segunda Guerra Mundial conseguiram, ao contrário, colocar-se

à frente do “*combat pour l’histoire*”, e devam este novo impulso a contribuição acadêmica de Fernando Braudel da segunda geração dos *Annales*.

Raros são os historiadores que se preocupam em ligar a prática quotidiana da história à reflexão sobre sua profissão. Mais raros, ainda, são aqueles em que tal reflexão conduz tanto para uma nova historiografia, quanto para uma “visão de mundo original”. Este é, precisamente, o caso de Fernando Braudel. Da herança da *Revue de Synthèse* e dos primeiros *Annales*, refere-se ele, antes de tudo, a abertura da história às outras ciências do homem. Não que os historiadores tenham ainda necessidade de serem convencidos, em sua maioria, da exigência desta colaboração. De fato, são principalmente os sociólogos, os etnólogos, os geógrafos mesmo e, mais ainda, talvez, os economistas, que devem agora ser persuadidos a pôr seus recursos em comum, a confrontar seus pontos de vista com os dos historiadores num livre câmbio, graças ao qual será possível, enfim, com algumas possibilidades de êxito, apreender “o social em sua realidade”.

Se pudermos distinguir nos *Annales*, primeira forma, certo impulso imperialista da história frente às outras ciências do homem, o que seria bom anexar, a guisa de novas ciências auxiliares. É também verdade que esta tentativa de hegemonia não mais existe, hoje em dia. Distingue-se, atualmente, com Fernando Braudel, não um desejo de unificação, mesmo autoritário, mas o cuidado de chegar a “uma problemática comum” que liberte as ciências do homem de uma quantidade de falsos problemas, de conhecimentos inúteis e muitas vezes forjados com o objetivo de atender aos interesses das classes dominantes, seja ela de função social político-econômica, eclesiástica oficial e institucional. E prepare, após os debates desconfortáveis e acabamentos que se impõem umas futuras e novas divergências, capazes de serem fecundas e criadoras.

Enquanto espera esta vasta mesa redonda que a necessidade acabará por impor, algum dia, e em cujo favor trabalha incansavelmente, pondo os especialistas em presença uns dos outros e oferecendo-lhes a *Tribuna da Escola dos Annales*, Fernando Braudel constata, aliás, que a desejada unificação, pouco a pouco, impõe-se por si mesma. Entre a história e a

sociologia e a antropologia, por exemplo, vocabulário e “problemática” tendem a identificar-se. Significa isto que, num futuro previsível a história deverá renunciar à sua originalidade, para fundir-se no âmago de uma ciência global, e como dizia o professor Pierre Vilar uma ciência em perpetua construção. Ela não poderia fazê-lo, de qualquer modo, a não ser oferecendo às outras disciplinas, com as quais se fundiria a qualidade que lhe é específica por excelência: o sentido do tempo.

Já tratei, longamente, da importância assumida pelo tempo para o professor de história. O mérito essencial da concepção de história que se descobre ao longo dos escritos de Fernando Braudel, consiste em apoderar-se ela do tempo, para dele tirar um extraordinário partido, tanto filosófico quanto metodológico. O tempo, Fernando Braudel o vê, por assim dizer, viver através da história dos homens, impiedosamente modelada por ele. Para o historiador, tudo começa tudo termina pelo tempo, um tempo matemático e demiurgo do qual facilmente sorria, tempo como que exterior aos homens, que os impele, os constrange, arrebatando seus tempos particulares, de colaborações diversas: o tempo imperioso do mundo.

Este tempo é, concomitantemente, distinto do dos filósofos o qual é essencialmente subjetivo. E do dos sociólogos da escola de Gurvitch que é um tempo múltiplo, mas sem escala comum. Trata-se de um tempo “concreto universal que corre o mundo”. Impõe suas pressões idênticas, seja qual for o país com suas identidades históricas mais amplas, em que desembarque o regime político ou a “ordem social que aborde”.

Entretanto, o homem não apreende imediatamente este todo-poderio. Na escala do observador habitual, do homem médio, apenas a um tempo breve, o dos acontecimentos, da vida quotidiana, que parece deixar livre curso ao jogo contratante das vontades individuais. Este tempo dos fatos singulares. Flores de um dia, tão depressa formadas e que não podemos ter duas vezes entre os dedos. É, por excelência, o do jornalista e do cronista. Foi também o do historiador.

Bem o sabemos, a história, tal como geralmente se concebia ainda ontem, era antes de tudo, a dos acontecimentos. Os historiadores, nota Fernando Braudel, pagavam assim, o resgate dos progressos metodológicos que se haviam verificado sob seus olhos. A irrupção súbita das enormes massas de documentos inéditos incitava-os, naturalmente, a pesquisar a verdade inteira na autenticidade documental. A história tornava-se, então, uma crônica de um novo estilo que, na sua ambição de ser exata, seguia passo a passo o acontecimento. Tal como ele se depreende da correspondência diplomática, dos debates parlamentares, dos relatórios administrativos.

Mas o fato de esta historiografia ter sido, antes de tudo, política, não deve levar à crença de apenas haver acontecimentos políticos. A um tempo de todas as formas da vida, econômica, social, literária, institucional-jurídica, religiosa, até mesmo geográfica. Há também uma forma *évènementielle* da sociologia da economia: não se constitui ela um privilégio exclusivo da história.

Os progressos da história, sua orientação nova, econômica, social, político-religiosa, seu confronto com as outras ciências do homem, notadamente as ciências econômicas, descobrem bruscamente, para além dos acontecimentos cuja cintilação era ofuscante, a existência de ciclos de altas e baixas de preços, que dão ritmo à vida econômica. Uma palavra impõe-se bem aos economistas, para designar esta respiração ainda um pouco ofegante da história, pois ainda não chegou ao ponto futuro e fracionam-se em períodos de dez, vinte e cinco, cinquenta anos ou talvez uma centúria. Trata-se da palavra conjuntura.

Fernando Braudel adota-a e refere-se à história “*conjoncturelle*” ou “*conjuncturelle*”, pois ainda não se fixou claramente o vocabulário. Ao passo que o fato comandava uma narrativa linear, mecanicista, bitolada, a história da conjuntura é uma história em curvas e em quadros, uma história com números. O número, aliás, intervém bem além da pura história econômica e social, cujos suportes de cunho cultural, linguístico, éticos e ideológicos sempre oferecem e garantem a sobrevivência das artes, das

construções literárias e, porque não, das fugas narcóticas ou sedativas dos processos religiosos.

As ciências, as técnicas, as instituições políticas, os “aparelhamentos mentais de controle dos pensamentos”. As civilizações conhecem ritmos de vida e de crescimento e estes devem poder ser “medidos, o mais exatamente possível”. Ora, nenhuma ciência até hoje foi capaz de penetrar profundamente e convincentemente no EU humano. Bem, para lá desta história de períodos relativamente curtos, na qual muitos pareciam dever deter-se, Fernando Braudel discerne uma história de longa duração, pois não existem fatos absolutos, todo fato é um processo dialético. Porém, a história *structurale* [ou *structurale*], quase imóvel, a do homem com o meio que o cerca; uma história lenta no seu decorrer e nas suas transformações, muitas vezes consistindo em insistentes retornos, “em ciclos incessantemente recomeçados”, uma história quase fora do tempo, uma história lenta nas suas deformações e, por conseguinte, em revelar-se à observação.

A bem dizer, o termo estrutura é ainda mal definido, empregado em acepções variadas pelo economista, sociólogo, historiador. O historiador compreende, sob tal etiqueta, todas as realidades perceptíveis que resistem ao tempo durante uma longa duração. Séries infinitas de gerações podem ser marcadas por elas, sobretudo sua pressão, antes que decaiam ou desmoronem bruscamente. Lembremos, por exemplo, a permanência em escala humana destas pressões histórico-geográficas. Mal podemos dizer que, em algumas zonas privilegiadas, o emprego de técnicas avançadas permita um início de libertação frente a estas forças.

A estrutura supõe a repetição dos mesmos fenômenos durante séculos ou milênios: Assim, o incessante movimento dos homens da montanha para o mar no mundo mediterrâneo. Manifesta-se ela, também, nos obstáculos que se opõem à ação humana. Fundamentando-nos precisamente nas observações do professor de história Fernando Braudel, é impossível ensinar história sem lançar mãos de conhecimentos políticos, sociológicos, economicistas, antropológicos, filosóficos e teológicos, numa palavra entender que tudo é história.

Por milênios a fio, o homem não pôde ultrapassar certa velocidade. Apenas uma transformação radical no domínio da ciência e da técnica, o uso do vapor, pôde superar o obstáculo, sob a forma de uma “ruptura” brutal. Quão mais facilmente compreensível não é a noção de “ruptura estrutural” para os homens de nossas gerações, do que o teria sido para os homens dos séculos passados, que podiam legitimamente ter o sentimento de viver num mundo quase imóvel. Não há estrutura ou ruptura estrutural apenas no domínio da geografia ou da técnica. Nascermos com um estado do social, isto é, ao mesmo tempo, uma mentalidade, enquadramentos, uma civilização e, notadamente, uma civilização econômica.

As revoluções do mundo moderno, econômicas e sociais, elevam-se a categoria de rupturas estruturais. Fácil seria deslizarmos para uma espécie de filosofia das catástrofes. Aqueles dentre os historiadores que apreciam o jogo “periodização” sentir-se-ão, aqui, atraídos por ele: todas as mudanças não são tão brutais. Passa-se lentamente de uma estrutura a outra, isto é, de certa relação a uma relação diferente. Durante séculos a população da Europa equilibra a da China: a relação entre as duas populações é constante. Se, como tudo nos faz prever, à medida que a população chinesa cresce geometricamente de forma exorbitante e desproporcional a da Europa Ocidental, não só o equilíbrio é rompido, mas, inevitavelmente uma estrutura terá decaído progressivamente e as consequências desta surda evolução sobre o destino do mundo poderão ser incalculáveis.

Eis, então, a história transformada numa dialética de duração. Concebemos facilmente que as consequências não sejam apenas de ordem teórica, mas influam diretamente até mesmo na gênese das obras de ciência histórica. É possível na prática e a relação entre teoria e prática não é ideológica como querem os positivistas, mas sim, um processo de práxis dialética com eterna superação, e, aí, é que está o cerne e o útero gerador da educação e da pedagogia. É preciso realizar uma recomposição da história em planos dispostos em degraus, é conceder lugar, num mesmo estudo, ao tempo sociológico, ao o tempo político e antropológico com repercussões filosófico-teológicas, e ao tempo individual.

Agindo pelo exemplo, Fernando Braudel distribui segundo um plano pluridisciplinar desta natureza seu grande trabalho sobre *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* católico devoto e secretário. O instantâneo, o duradouro, o permanente aí encontram respectivamente seu domínio, para se recompuser no fim e articularem-se sem dificuldade, porque todos se medem segundo uma mesma escala.

O tempo da história até então entendido como linear, mecanicista, irreversível, contínuo, é também, desde que o abordemos na prática, do ponto de vista técnico, um tempo limitado, inscrito entre datas precisas que os historiadores se esforçam por determinar. Ora, as relações sociais são representadas, segundo Hegel, imediatamente pelas ideias de maneira invertida. Com efeito, a medida que uma forma determinada da divisão social do trabalho se estabiliza, se fixa e se repete cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais que são históricas e, portanto, as mesmas acontecem dentro de uma complexidade de coexistência em que as conjunturas e estruturas sócio-político-econômicas e culturais dão suporte as construções das mentalidades dispare, que caracterizam as identidades as mais amplas da formação do pensamento de cada povo enquanto civilização na acepção da palavra.

Cada um não pode escapar das atividades que lhes são socialmente impostas. A partir deste momento, todo o conjunto das relações sociais aparece nas mentalidades como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas, e não como consequência das ações humanas que geram a história. Pelo contrário, as ações humanas são e existem representadas como decorrentes da sociedade, que é vista como existindo por si mesma e dominando o homem. Se a natureza pelas ideias religiosas, se “humaniza” ao ser divinizado, em contrapartida a sociedade se “naturaliza”, isto é, aparece como um dado natural, necessário e eterno, e não como resultado da práxis humana. Esta fixação da atividade social, esta consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo e dogmático superior a nós, que escapa ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e reduz a nada

nossos pensamentos, é um dos momentos fundamentais do desenvolvimento histórico.

A história é concomitantemente o resultado dos processos desenvolvimentistas das ideias e das forças produtivas. A história projeta-se e provocam superações contínuas, ela não é produto das ações do Estado e seus agentes políticos, Não é a história das mudanças de regimes e sistemas políticos, mas, a história do modo como os homens em suas leituras livrescas e leituras de mundo, superando o aqui e o agora, intervindo e transformando a natureza pelo trabalho e as técnicas, pensa e causa, embora paulatinamente, as transformações que deixam ultrapassadas a velha religião, a velha política e as obsoletas estruturas de poder de caráter ético-cultural que nos permitem assimilar que somos seres históricos. Isto sim é fazer e aprender com as lições da história.

Assim sendo, é perfeita a coincidência entre uma teoria e um método inseparáveis. Tal fato é demasiado raro no domínio das ciências do homem, para que o historiador não se aperceba imediatamente do benefício que daí poderá decorrer. Falta, todavia, ligar estritamente o demiurgo que é o tempo, a esta outra potência, cuja importância não podia escapar ao criador da geo-história, o espaço. Fernando Braudel conseguiu-o num capítulo do XX da *Encyclopédie Française* que constitui, sem dúvida, hoje em dia, a mais completa e rica expressão de seu pensamento e, a bem dizer, entrega-nos sua visão de mundo.

Compara ele sua concepção de história, vista sob o ângulo privilegiado da civilização, à de seus predecessores, de Guizot a Toynbee, Spengler e Max Weber. A civilização surge-lhe como sendo em primeiro lugar, um espaço, uma área cultural e étnica, como dizem os antropólogos, um alojamento. No interior do alojamento, mais ou menos vasto, mas jamais demasiado estreito, imaginai uma muito diversa massa de “bens”, de traços culturais-étnicos, tanto a forma, o material das casas, o teto, um dialeto ou grupos de dialeto, uma técnica particular, uma forma de crença religiosa e/ou bruxaria, uma maneira de amar.

O agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade deles numa área precisa são os primeiros sinais de uma coerência cultural. Se a esta coerência no espaço acrescenta-se uma permanência no tempo, podemos chamar de civilização ou cultura o conjunto, o total do repertório. Entre os domínios das civilizações estabelece-se um perpétuo jogo de trocas de bens culturais. Pois estes viajam por vias às vezes muito longas e completamente imprevisíveis. As civilizações aceitam-nos ou recusam-nos. Elas se afirmam pela própria escolha a que procedem no âmago dos elementos de cultura que lhes são propostos.

Um mundo prodigiosamente diverso surge, então, mas também um mundo muito mais estável do que parecia à primeira vista, pois não devemos nos deixar iludir pelas engenhosas aparências das transformações dramáticas: as civilizações sobrevivem às confusões políticas, sociais, econômicas, mesmo ideológicas que, aliás, são por elas insidiosamente comandadas, poderosamente, por vezes. Entretanto, o destino do homem não é de molde a ser determinado de antemão. O jogo das trocas e dos recursos, as ações das inúmeras forças que se exercem em todos os escalões do tempo e da sociedade deixam campo livre a múltiplas possibilidades. Não há um destino, mas há destinos do mundo.

Do século das Luzes para os franceses o século XVIII, não para os Britânicos que já o assimila desde o tempo de 1603-1714, Um século das Revoluções Inglesas do século XVII, os historiadores do século XIX deveriam pelos aprendizados com as lições da história, associar com um desprezo condescendente, o qualitativo de “literária” a esta forma de história, opondo-a à nova forma, que se empenhavam em definir: a forma científica. Ora, os homens que viveram a partir de 1880, efetivamente, experimentaram, e muito legitimamente, o sentimento de participar de uma verdadeira revolução no gênero histórico. “É uma banalidade dizer ter sido o século XIX, o século da história, escreve Charles Victor Langlois”. Os estudos históricos, deveras, cultivaram-se, nesta época, com mais intensidade do que nunca.

O século XIX foi o século da história, ou seria mais legítimo chama-lo o século da história erudita. Abandonada durante tanto tempo aos literatos, constituindo apenas um aspecto de sua atividade, a história torna-se uma profissão, um ofício de especialistas. A importância até ai dada exclusivamente à exposição é agora atribuída ao trabalho preparatório. Pouco a pouco se difunde a ideia segundo a qual, para ser historiador, requer-se uma educação especial. Esta é ministrada nas universidades. O prodigioso desenvolvimento da história no século XIX praticamente seria inexplicável, a bem dizer, sem a transformação e os progressos no ensino superior. O exemplo vem da Alemanha. Lá, em primeiro lugar, organizou-se o ensino científico da história. Seguindo-a o resto do mundo. As Universidades dos estados Unidos como Havard e Columbia, então em plena fase de rápido desenvolvimento, tanto em dimensão como em importância, organizam-se, não segundo o modelo inglês de Oxford e Cambridge, conforme poderíamos esperar, mas pelo modelo alemão. Na própria França, é o exemplo alemão que inspira a criação da Escola Prática de Altos Estudos.

A organização do ensino superior favorece a expansão da história no século antepassado, mas não é, naturalmente, sua causa profunda. Se os governos consentem em manter professores de história especialistas, em patrocinar seus empreendimentos de publicações de seus livros associados a importância das escavações arqueológicas, Isto se dá porque eles têm plena consciência, ou talvez o sentimento obscuro, poderosa alavanca sobre o espírito público, proporcionado pela história. Sob o influxo das lutas engendradas pelo espírito imperialista revolucionário e napoleônico, criaram-se nações, onde, havia pouco tempo, existiam apenas Estados. Não mais lhe bastará, como outrora, interpretar genealogias principescas e discutir tratados. Ela deverá sustentar a coragem e a convicção dos povos, evocando todo seu passado e o inter-relacionando numa dialética com o presente em proveito da guerra, mostrando-lhes, em seus adversários, inimigos naturais e hereditários, pintando-se, desde os mais recuados tempos, como se sempre com eles houvessem estado em luta, como se a grandeza de uns acarretassem necessariamente em uma sujeição de

outros, como se, enfim, sua civilização lhes fosse algo próprio, manifestação exclusiva de seu gênio, criação original de seu espírito.

Entretanto, esta história, em todo seu espírito transformado em história das nações, quis ser, no seu método, história científica. Obedece ainda neste ponto, ao movimento que arrebatou o século, embora seja também a legatária do paciente trabalho, realizado em silêncio, durante mais de dois séculos, pelos eruditos empenhados no aperfeiçoamento da crítica. Se só então a crítica adquire o aspecto de rigoroso sistema, fora do qual não há salvação possível, é porque os historiadores estão decididos a não ficar em atraso, frente às ciências da natureza. No século XIX, como se sabe, a ciência modifica a vida econômica e social, bem como as concepções religiosas e cosmológicas. Doutrinas várias como o positivismo, o mecanicismo, a teoria da evolução, organizam a natureza em sistemas de ideias “coerentes e inteligíveis”. Neste quadro quer a história encontrar seu espaço. A convicção de haver a história se tornado uma ciência revela-se com ênfase Na grande Enciclopédia, que foi, na França, em fins do século XIX, a expressão do “cientificismo” triunfante.

A história, tal como é concebida atualmente, tem por objeto as ações passadas dos homens que estão no tempo e sempre com o tempo e das sociedades passadas dentro desta dinâmica dialética. Isto é, fatos reais e concretos, verificados por ela, não por observação direta, pois se trata de fatos passados, mas mediante análise e interpretação dos traços materiais ou dos vestígios intelectuais por eles deixados. As afirmações categóricas dos historiadores cientistas, ou melhor, dos historiadores positivistas como prefiro este termo, continuam em germe, naturalmente, um sem-número de querelas e de discussões.

No século XIX surge em 1848 com a publicação do Manifesto do Partido Comunista em Londres por Marx e Engels, a história marxista, ou o materialismo histórico e dialético. Assim como os historiadores da Escola Positivista, e como os filósofos da crítica da razão histórica, o marxismo pretendeu recusar as filosofias da história e fundar a história científica. A história positivista ainda escondia de forma implícita uma filosofia da

história iluminista da França pré-revolucionária e, na Alemanha, um hegelianismo relativizado. Para o materialismo histórico de Marx, o material histórico é analisável, observável, objetivável, quantificável. Para Pierre Vilar, a hipótese fundamental de Marx seria: a matéria histórica é estruturada e pensável, cientificamente penetrável como toda outra realidade.

Nos seus cadernos sobre a dialética de Hegel, Wladimir Ilitch Ulianov escreve: “aforismo não se pode compreender quando tratamos de uma obra por demais histórica e sociológica como O Capital d Marx, especialmente seu primeiro capítulo, sem haver estudado e compreendido toda a lógica de Hegel. Assim sendo, nenhum marxista compreendeu Marx, no meio século posterior a ele”.

Nas palavras de Ulianov ilustra-se a dificuldade de aprender a disciplina de história e compreender-se o fundo à doutrina marxista, coisa que não é comum entre a maioria do clero e prelados católicos. Os exegetas sabem reconhecer nela, após Ulianov, a influência de tudo quanto a humanidade criou durante o século XIX na filosofia e na ciência da história alemã de Von Ranke a Niebuhr.

A Escola histórica científica alemã, até por uma tradição e fatores históricos que se desdobravam desde o final do século XVII, demonstrava uma forte resistência ao socialismo e recusava a crítica social como função legítima do professor de história. Superestimava a eficácia do método crítico em seu esforço sectário e dogmático da objetividade na análise da disciplina de história como querem os padres e pastores imbecilizados em suas dogmáticas teológicas cristãs. Escondem na verdade, tendenciosamente, suas ideias filosóficas da disciplina da ciência da história.

Na origem da crítica histórica, estavam a filologia, a história das religiões e a crítica bíblica. Tais disciplinas lançaram as bases do método crítico da história, que examina manuscritos, textos e pré-textos, empregando às técnicas destas disciplinas, para se chegar a uma possível autenticidade dos documentos. Estes documentos serão necessariamente sempre reescritos, revistos, reanalisados e repensados à luz das respostas

e verdades que cada época pede. Isto é o que eu chamo de aprender, ensinar e fazer história, a mais bela de todas as ciências.

A relação entre duas mentes, que chamamos de compreensão, é um acontecimento fundamental da vida humana. Reúne atividade e receptividade de um modo que não permite distingui-las, somente vive-las. Para entender o sentido da compreensão histórica precisamos entender o sentido da compreensão em geral. Assim como a nossa produção intelectual é parcialmente antecipada pelas formas e os processos que o espírito desenvolveu para responder às exigências e às solicitações práticas da vida. Também a história como disciplina científica encontra seus modelos nas formas e nos métodos com os quais a prática assimila as imagens do passado como condicionantes do prosseguimento da vida.

É inconcebível dar um passo na vida sem ter alguma consciência de análise das coisas passadas que a sustentam, mas nem por isso se pode cair no caos obscuro e informe que resultaria de tentar rememorar ou transmitir a totalidade da matéria da vida. Ao contrário, a exploração prática da vida só existe já condicionada pela análise e a síntese, pela classificação em conceitos e séries, pela atribuição e o deslocamento de ênfases, por interpretações e acréscimos. Todos os tipos de categorias teóricas sustentam aqui um interesse não teórico e se integram sem solução de continuidade no contexto utilitário da vida, junto com a coordenação dos movimentos, as pulsões ou os reflexos. Essas categorias trabalham a matéria da vida para dar-lhe uma forma intelectualmente perceptível, com sentido lógico e, por isso, possível de ser explorada sob o aspecto prático-analítico e sistemático, com objetos de pesquisas.

O objeto por excelência do ofício do historiador é o fato histórico. Este é um assunto bastante delicado, complexo e inacabado. Você já deve ter se perguntado sobre uma velha máxima: o vezo factualista. Contra fatos não há argumentos. Discordo desse famoso clichê. O fato histórico é um acontecimento desencadeado no passado, porém, precisam ser pensado, questionado a partir de todos os contextos sociais, políticos, econômicos culturais e éticos de épocas que lhes tornaram em condições históricas.

Por exemplo, em se tratando de história do Brasil, a intervenção militar e as guerras internas de cunho ideológico polarizado, de 1964 até 1985, precisa urgente ser reescrita e repensada à luz dos nossos tempos atuais. Não se compreende o passado imaginando voltar a ele para melhor sabe-lo, pois o caminho é justamente fazer entender pelo inverso, o nosso presente e as possibilidades e condições mais amplas que ele nos lega é que permite entendermos melhor o passado do que seus contemporâneos.

Marc Bloch e Luciano Febvre em 1929, ano que demonstra que um fato histórico é um processo muito mais amplo e rico em complexidade que possibilitou aos seus contemporâneos entender melhor o passado e criar perspectivas gigantes de futuro. O fim dos anos 1920 não só colocam em cheque as estruturas e conjunturas sócio-político-econômicas do capitalismo em uma dada época, mas, sobretudo, leva a luz todo um processo cultural, ético, étnico e, obvio linguístico-literário que repercutia na formação e políticas de identidades que caracterizaram a Civilização Europeia Ocidental desde o século XII. Febvre e Bloch criaram a ideia e a teoria do fato de longa duração. Com Fernando Braudel nos anos 1950 e 1960 essa ideia ganhou mais corpo.

Não existe fato absoluto, mas o fato é um processo. Roger Chartier pergunta: será que o povo francês que tomou a Bastilha tinha consciência de que estava mudando uma ordem e fazendo uma revolução? Há pouco tempo atrás se acreditava que Portugal exercia controle total e absoluto, exclusivo sobre o Brasil. Acreditava-se que era um controle em todos os segmentos da vida social. Entretanto, existiam as sonegações de impostos, o contrabando, pirataria. Como a história é sempre reescrita, revista, repensada, graças às novas fontes que nunca deixam de aparecer, emergindo a necessidade de novas interpretações que, nos reinos acadêmicos, nos são impostas ao estudo das mais variadas escolas historiográficas.

A história não é uma marcha em linha reta em direção ao futuro. Isto se explica porque o tempo do calendário, do relógio, é totalmente diferente do tempo histórico. O tempo histórico se dirige em várias direções ao mesmo tempo de acordo com as “realidades”, “verdades”, construídas por

cada civilização. Ora, muito daquilo que convencionamos chamar de modernidade e pós-modernidade passa pelas desconstruções dos “discursos” e “práxis” instituídos como verdades oficiais e inquestionáveis, ou seja, estamos quando o assunto é história expostos a relativização, as incertezas.

A Idade Média, tão frequentemente imaginada pelos leigos em história como uma época de universal credulidade, obscurecida por terrores e lendas, a “idade das trevas”, conheceu historiadores que lutavam pelo direito humano de livre pensamento, perseguidos pela Santa Inquisição Católica que ainda hoje em nossos dias existe, porém, com métodos mais sutis e elegantes. Estes historiadores demonstravam capacidade de controlar suas fontes de informação e de apreciar o seu valor, apesar de serem monitorados pelo Sacramento Da Confissão da Igreja Romana. Estabelecia-os a diferença entre o testemunho ocular e a simples narração. Para tanto, davam maior crédito aos textos do que as tradições orais. No século XII, Guilbert de Nogent [1053- 1124] coloca sua introdução à sua narrativa da Primeira Cruzada, o texto dar conta de que o imperador Alexis escreveu ao Conde de Flandres para solicitar maior rigor e ações implacáveis dos cristãos contra os Muçulmanos. Arqueólogo, mesmo antes do aparecimento deste vocábulo, sabia ele reconhecer em tumbas descobertas por acaso, no momento da constituição de uma Igreja, vestígios anteriores a Era cristã. Evitava destruí-las, e o século XIX, assim tem oportunidade de confirmar e ratificar a exatidão de seus juízos. Só, ou quase só, em seu tempo, levanta-se contra o comércio da Simonia e das indulgências.

Nos finais tempos do século XIII, Snorri Sturlusos [1178-1241], o grande historiador da Idade Média Islandesa, dá um famoso exemplo de crítica das fontes. Utiliza-os sob múltiplas formas: Tradições orais, poemas, livros escritos. Mas não se contenta em alinhavá-los, numa compilação impessoal. Veja o leitor que a construção dos conceitos acadêmicos do século XIX, os quais deram a história o estatuto de ciência foi um processo secular lento, gradual, que envolveu transformações políticas, econômicas, filosóficas e teológicas, como também de concepções artístico-

literárias, cujos avanços refletiam uma dialética tendo a burguesia nascente como seu carro chefe.

Junto a Haroldo dos belos cabelos longos e loiros, rei da Noruega, no tempo da colonização da Islândia, o escreve, havia escaldos e seus poemas ainda eram conhecidos, bem como todos os poemas acerca dos soberanos que reinavam na Noruega. Não se pode pensar a historicidade do cristianismo medieval, sem ver e entender que ele jamais foi uma doutrina a qual possa ser vista de modo monolítico, mas, sim, diversificado cultural, filosófico e cientificamente, jamais universal como pretende a Igreja Romana. O que a história fez só a história pode desfazer. É impossível fazer ciência sem olhar para o passado.

Efetivamente, nada mais distante do pirronismo negativista do que o método de Mabillon. No seu *Tratado dos Estudos Monásticos*, o autor do *De re Diplomática* escreverá se necessário “ter o coração liberto das paixões e, sobretudo da de criticar”. Mas, trata-se da crítica destrutiva de um padre dominicano Hardouin. “Entre as duas atitudes que se ofereciam, de tudo receber sem discussão ou, ao contrário, de contribuir com a exatidão e o discernimento”, Mabillon escolheu pessoalmente a segunda “como sendo a mais conforme ao amor da verdade que deve ter um cristão, um religioso e um sacerdote e, como sendo, absolutamente imprescindível, em se tratando dos séculos XIV a XVI processualmente se pensando, em séculos tão esclarecidos, ao qual não é permitido mais escrever fábulas, nem avançar coisa alguma sem o recurso a boas provas”.

Em pleno século XVII avançado, não corresponde apenas à fundação de uma de nossas “ciências auxiliares”, mas representa também, este momento decisivo na história do método crítico como já reconheceu Marc Bloch. Mas não vai além de uma reviravolta, de importância capital, sem dúvida, diante da qual se abre o caminho para novos aperfeiçoamentos. O método crítico é uma criação contínua. As descobertas e os malogros de centenas de pesquisadores que vasculham o solo e os arquivos contribuem para o seu desenvolvimento. Deste ponto de vista, o século XVII com as Revoluções Inglesas do Século XVII [1603-1714] é um período apaixonante.

Este século, frequentemente posto em relação com as majestosas e racionais ordenanças clássicas, é também o século do Barroco e do Arcadismo. Sob calmas aparências, reina uma incrível efervescência dos espíritos, dos avanços dos projetos burgueses para as realidades europeias, sobretudo graças aos legados dos segmentos religiosos e políticos protestantes, e, evidente, os eruditos não constituem uma exceção. Ao contrário, sua atividade reveste aspectos específicos, destinados a desaparecer a *posteriori*, e responsáveis por um incomparável vigor. Ninguém escapa à atmosfera intelectual de sua época, cujos desdobramentos já vinham acontecendo desde 1474, e um cartesianismo difuso atinge até mesmo os Mosteiros Beneditinos.

A sociedade erudita é, então, quase uma casta de sábios internacional e, não obstante, restrita, consciente de suas tradições, orgulhosa de suas prerrogativas, ciumenta de sua independência, demasiado distante da vida ativa e pronta a julgar os que para ela se voltam. Nesta sociedade, ao mesmo tempo internacional e fechada, as correntes circulam em compartimentos estanques. Após as perigosas e melindrosas agitações sociais, políticas e econômicas provocadas pela Reforma Protestante, sobretudo luterana e calvinista, a posteridade do Pastor luterano Comênio, são essenciais dar a menor margem possível à vigilância incômoda da Igreja Católica Romana e do poder político estatal.

Teóricos começam a tomar consciência da crescente importância das técnicas históricas. Leibniz, apesar de ser primordialmente um filósofo, condena uma história geral limitada a um aspecto pseudofilosófico ou pseudoliterário. Vê bem a necessidade de um espaço, a coleção e elaboração das fontes. Dá o exemplo, planeja grandes coleções de documentos dispostos segundo uma ordem sistemática, compõe trabalhos destinados a servir de modelo à erudição alemã. Cabe-lhe levantar a primeira classificação racional das ciências auxiliares e definir seu papel. Outros publicam acerca da história, obras que rompem resolutamente com os tratados renascentistas de espírito retórico, consagrando-se ao método de interpretação e à crítica das fontes. Assim, a *Ars crítica* de Le Clerc [1697],

a mais importante das obras publicadas sobre a crítica das fontes, nos reportando a organização dos mosteiros que garantiam uma justa distribuição dos trabalhos e a continuidade dos estudos, sempre preservando o clero católico dos cuidados com a vida material, colocando-os, de certa forma, ao abrigo dos caprichos governamentais, dos movimentos de opinião ou da moda intelectual. Tal é o caso “da frase do Abade Anselmo, 1739”, “Adiantei que a antiguidade não foi tão desprovida, quanto se pretendeu dizer, dos recursos necessários à história e que, além das memórias até nós chegadas, o que há de obscuro e confuso foi suprido pelos monumentos autênticos, dignos de fé que por isto respondem”.

O mais importante sem dúvida, é a lenta penetração do espírito e das práticas eruditas na própria história. Seja que se inicie uso ainda bem pouco divulgado nos séculos XVII e XVIII, a introduzir na exposição histórica referências aos documentos. Seja que se conceda, nesta exposição, um lugar cada vez maior às fontes não narrativas, que às atribua, por exemplo, um papel essencial às moedas, às medalhas, aos monumentos arqueológicos, às cartas e aos diplomas em detrimento dos historiadores da antiguidade e das crônicas medievais, cuja autoridade permanecera incontestada durante tanto tempo.

Vê-se aparecer-se uma variedade nova de historiadores, a dos historiadores mais eruditos do que os literatos, preocupados, antes de tudo, em provar a realidade de cada acontecimento através dos melhores métodos de pesquisas acadêmicas. Tal é Lanain de Tilemont, morto com seu século [1718]. Elaborou-se por ele, pacientemente, além de uma *Vie de Saint Louis* e dos *memories* por *Servir a histories eclesiástica* dos primeiros séculos, uma história dos empreendimentos sócio-político-econômicos culturais que envolvem o poder e a legitimidade ético-moral dos princípios religiosos da Igreja, destinada a servir de modelo a Gibbon.

O homem como a maior glória de Deus

A Bíblia é formada por 73 livros, nos quais encontramos compiladas inúmeras tradições orais e de diferentes origens em se tratando de diversas civilizações. Certos mitos e símbolos que aparecem nesses livros foram adaptados de outros povos do oriente médio e até da Ásia central e extremo-Ásia. É o caso do mito do dilúvio, que os hebreus conheceram quando da sua passagem pela Mesopotâmia e que deu origem à história da arca de Noé.

A Bíblia se preocupa muito mais com a identidade e unidade de um povo do que com a veracidade dos fatos narrados. Ela reflete a concepção mitológica. Ela reflete as concepções mitológicas que os hebreus tinham de sua origem, sua história e sua relação com Deus. Como mito, reflete o pensamento de um povo, e como documento histórico permite acompanhar a evolução dos mitos e a ideia de mundo dos hebreus, fazendo referências a costumes e a padrões de comportamento. A história, antropologia, geografia, e filologia, exegese e hermenêutica, como ciências auxiliares da teologia bíblica podem nos ajudar a compreender melhor.

Vozes autorizadas da hodierna antropologia concordam num ponto. O homem é um ser dependente, determinado e talvez também receptivo. É possível que um olhar atento para o homem nos faça descobrir o “outro” com quem o homem se defronta, de quem depende de quem recebe o seu destino e a sua finalidade, de quem, conseqüentemente, lhe vem o sentido de sua vida.

Ao contrário do animal, o homem nas suas relações não é coagido por uma necessária dependência. O animal está por natureza entrosado com

o ambiente em que vive o homem, porém, precisa fazer a experiência com as coisas e até mesmo só recebe e percebe as suas potencialidades através das renovadas experiências. Mas o simples fato de o homem está aberto ao mundo, não diz para que esteja aberto. Esta abertura do homem para além do mundo natureza, para a transcendência, tem, acaso o sentido de que o homem só possa encontrar a sua satisfação nas coisas que ele próprio cria, transformando o mundo da natureza num mundo artificial? É o mundo homem destinado a criar cultura?

Por mais incerto que deva ser o desconhecido, o porvir, o homem não deixa deixar de esperar cheio de confiança que as coisas lhe sucederão bem, que suas expectativas se hão de cumprir. O conjunto da vida cotidiana está marcado por esta confiança. Sem esta confiança, dificilmente alguém ousaria dar um passo. Sobretudo, não se poderia conceber a possibilidade de pensar em um relacionamento humano. Precisamente a impenetrabilidade do outro exige de nós confiança. Mas, por ventura, o homem precisa ter essa atitude com relação a si mesmo, pelo fato de que permanece também para si um mundo em grande parte desconhecido. A coexistência humana nutre-se, por assim dizer, na confiança.

Mas não é só o homem que hoje em dia se revela mais do que nunca insondável e incompreensível para si mesmo. Apesar de serem as coisas, cada uma de per si, em princípio compreensíveis, o homem nunca atinge a realidade total, nem a sua última razão. Que o homem não seja capaz de perceber a realidade global e a sua última razão manifesta-se precisamente no fato de que ele continuamente se interroga a respeito delas sem, contudo, encontrar a resposta em si mesmo. Justamente nesse continuo interrogar, mostra-se, também, que o homem não pode passar sem esta última razão, que ele sempre está na dependência dela. Não lhe resta senão confiar-se inteiramente a ela. Acaso, não se insinua aqui, mais uma vez, um outro que dá sentido à realidade total? Não deve esta confiança na totalidade dotada de sentido ter relação com um princípio pessoal, que está na origem da totalidade, como resposta a esta confiança? Não deve todo homem, que orienta sua vida na confiança por esta realidade total,

encontrar, em última análise, a Deus, quer de um modo explícito, quer implícito?

Não existe um domínio da técnica, nem um controle científico que o permita alcançar a compreensão analítica totalizante, fazendo-o dispensar completamente a relação e a confiança do homem para com este princípio pessoal. Quando o homem, confiando em si mesmo, se abandona a suas invenções e a seus recursos, acontece não raro que estes obtêm poder sobre ele e novamente o subjagam. Somente a confiança num ser pessoal, “que dá sentido a totalidade das coisas”, torna possível ao homem, um significativo domínio, ainda que dentro de suas limitações humanas, sobre a natureza, o qual só é plausível através do “controle da técnica”.

A antropologia moderna revela outra situação de tensão, peculiar ao homem. Evidentemente, o homem não só se acha aberto para o mundo, mas é também particularmente marcado pelo esforço de busca de si mesmo. Todo homem deseja com veemência que as suas obras encontrem aprovação por parte dos outros, e que ele mesmo seja reconhecido pelos outros. Esta referência a si mesmo, este egocentrismo, é próprio do homem. Por outro lado, o homem só pode ganhar-se a si próprio ultrapassando-se a si mesmo, saindo de si, “abrindo-se ao mundo”. Também isto faz parte do homem. Incumbe-lhe, pois, a tarefa de perseverar fiel na tensão entre o egocentrismo e a sua abertura para o mundo.

Mas o homem não é capaz de, por si mesmo, e por próprio esforço, manter o equilíbrio, ou seja, levar à verdadeira harmonia esta tensão que nele existe entre abertura para o mundo no qual teve sua origem, e ao qual pertence por tudo que é e faz e o seu egocentrismo. Historicamente, o homem estar sempre sendo, sempre caminhando para o por vir, para vir a ser. O homem, suas obras e o resultado de suas obras são elementos intrinsecamente ligados, não podendo ser divorciados.

Esta incapacidade mostra-se, entre outras coisas, no perigo quase inevitável, de que o homem adúltere até mesmo a sua entrega aos outros, o seu serviço aos outros, fazendo deles sutilmente um instrumento de domínio, um meio para afirmar unilateralmente a própria pessoa humana.

Parece que existe uma única solução: que o egocentrismo e a abertura do homem para o mundo se harmonizem num todo global, numa unidade última, da qual o homem não possa dispor. Acaso, o homem não está sempre a esperar que um “outro” o torne “são” e “íntegro” [são e salvo]?

Os seguintes fatos não devem ser excluídos das observações históricas, sociológicas e antropológicas. O homem orienta-se para o futuro, vive como que do futuro e para o futuro. Esta esperança, porém, só tem sentido, quando não encontra as fronteiras da morte. Seria franca loucura tender esperançoso para um futuro que fosse abruptamente interrompido pela morte e que devesse terminar com ela. O homem, portanto, em virtude de sua abertura para o mundo, não restringe as suas interrogações à vida que precede a morte. Ele vai além, sem, contudo, receber respostas definitivas, absolutas, inquestionáveis, satisfatórias.

Embora o homem moderno não saiba o que fazer com certas representações tradicionais sobre a imortalidade, não pode, contudo, liquidar simplesmente como absurdo o interesse por um futuro que fica além da morte. Este futuro está aberto para ele, quaisquer que sejam as novas feições com que ele se apresenta. Precisamente porque a interrogação do homem a respeito de seu destino e do seu sentido, não encontra uma resposta acabada, definitiva nesta vida e fica em aberto, a abertura ao mundo levará o homem a tomar em consideração também a possibilidade de uma vida plena para além da morte. Acaso, poderá o homem achar de outro modo uma solução para suas interrogações?

Em conexão com estas reflexões, têm a sua importância as seguintes observações sobre a temporalidade do homem. Para o homem, o tempo presente é como um ponto em que convergem o passado e o futuro. Os acontecimentos contextualizados na perspectiva do futuro vêm ao encontro do homem, tornam-se presentes, migram para o passado, fixando-se ali, sem, contudo, deixarem de ter, consciente ou inconscientemente, importância para a vida presente que sempre flui.

Mas como o homem só pode ser entendido pela sua vida no tempo e com o tempo do qual ele é o sujeito agente, e como este tempo lhe é dado

como um tempo atual na medida em que o seu presente histórico é que lhe permite as condições mais favoráveis para a compreensão do passado tornando-o homem na acepção da palavra, ele busca de forma interminável compreender a finalidade de sua vida e o seu sentido. Por sua vez, o tempo e a vida no tempo interrogam com insistência sobre a totalidade doadora de sentido. Mas, por ventura, não será esta totalidade doadora de sentido, exatamente aquilo que poderíamos chamar de eternidade? Não se vislumbra aqui um ser eterno capaz de dar esse sentido? Porém, como conciliar a liberdade humana com a providência divina?

Não é somente ali, onde é posta em toda a sua radicalidade, isto é, uma possível exclusão de Deus como resposta, que fracassa a pergunta do homem pelo sentido de sua existência. Ela não fica somente sem resposta porque lhe negam um lugar na rotina da vida cotidiana, mas ameaça transformar-se cada vez mais em uma questão problemática também ali, onde Deus era até hoje, aceito pacificamente com fé, como aquele que é o sentido e a razão da existência humana. Este Deus, que dá sentido a todas as coisas, transformou-se, ele mesmo, em um problema, pois é notório que a sua existência tradicionalmente aceita com fé, está em jogo para muita gente. Pelo fato de terem desmoronado as antigas imagens de Deus, já não parece mais necessário admitir aquele que dá sentido às coisas, isto é, Deus mesmo.

Entra, principalmente, em crise uma concepção de Deus que o coloca acima e fora do mundo. John Robinson, bispo anglicano, chama isto drasticamente “a ideia que representa Deus como um homem velho de longas barbas, morando lá longe nas nuvens; nós diríamos um papai Noel”. Um Deus deve estar acima de todas as agremiações religiosas do mundo, sejam elas cristãs ou não, e não é apenas uma questão de fé, mas acima de tudo uma condição histórica.

Esta compreensão de Deus encontra sua expressão de cunho filosófico-teológico principalmente no Deísmo do século XVII e XVIII, que exerceu enorme influência também sobre o tempo subsequente. O Deísmo aceita a concepção fundamental de um Deus pessoal, que criou a natureza

com suas leis, desde então, porém, este Deus não se interessa mais pelo mundo criado, pois ele se acha sentado no seu trono “acima da natureza”, praticamente, não exerce mais nenhuma influência sobre os acontecimentos do mundo, é um Deus distante.

Os homens de nossos dias, em grande escala possuem esta concepção de Deus, uma imagem de caráter deísta. Vêm em Deus o arquiteto do universo. Como criador, deu leis ao mundo, segundo as quais o mundo se desenvolve, evolui, segue o seu curso. Só ocasionalmente intervém no mundo para manifestar a sua benevolência e seu interesse pelo homem. De um lado, o homem moderno se acha de tal forma determinado por esta representação de Deus, que outra imagem de Deus não lhe parece possível. De outro lado, este mesmo homem reage contra tal concepção de Deus. Ele reage contra ela, pela razão de que este legislador e soberano distante, que só de vez em quando se volta benignamente para o homem, vai contra a justa consciência de seu próprio valor, contra a consciência de sua dignidade pessoal. Ele também reage contra tal imagem porque jamais poderia defrontar-se com um tal senhor farto e autossuficiente sentado em seu auto trono, como sendo um verdadeiro “tu”.

Quando o homem reflete sobre Deus, quando disserta sobre Deus, só pode fazê-lo servindo-se de imagens e conceitos derivados do mundo de suas representações que abrangem a história científica e a arte. Estas imagens e conceitos são evidentemente determinados pela compreensão que o homem tem, em cada época, do mundo e dos homens. Até o presente, esta concepção do mundo e do homem era determinada essencialmente por elementos míticos. Em consequência, também a imagem de Deus e o modo de falar sobre Deus eram miticamente determinados, tanto mais que também a imagem que a Bíblia apresenta do mundo contém traços míticos.

Todas as ciências produzidas historicamente pelo homem, sejam ciências humanas e/ou sociais, da natureza, e, até mesmo a psicologia e ciências a fim, não esquecendo “as exatas”, foram buscar fundamentação para nascer, existir e progredir nos mitos, sobretudo greco-romanos.

Educador que estabelece arbitrariamente dicotomia entre ciência e mito, do grego *mythos*, que em filologia e história significa narração, tradição ou lendas, porém, para enriquecimento de nossos entendimentos, graças à colaboração da hermenêutica que é uma ciência humana, nos remetem ao conhecimento científico-filosófico que em exegese pode ser entendido como útero embrionário das culturas e toda a diversidade humana, e está nos é permitida e projeta-se além do aqui e do agora graças à linguística. “A história é a primeira das ciências humanas” dizia Michel Foucault.

O homem de hoje, determinado pelas ciências e pela técnica, já não sabe o que fazer com tal representação de Deus. Como haveria de aceitar uma representação de Deus numa visão de mundo, por exemplo, que consta de três planos, céu, terra, mundo inferior, e na qual Deus estaria morando no céu?

Se o homem continua a imaginar Deus morando no espaço, lá em cima, então deve admitir que o astronauta Gagarin ridicularizasse sua fé, declarando que não o encontrou lá em cima. Evidentemente, quando o cristão fala do “Pai no céu, que enviou seu filho a este mundo o permitindo fazer parte como agente da relação de Deus e o homem-história, tendo o mundo como cenário de seu projeto histórico para as sociedades humanas, o qual se convencionou chamar teologicamente de “Reino dos Céus”, sabe perfeitamente que não se trata das costumeiras dimensões espaciais. Porém, que forma de expressões e representações ele empregará para falar da realidade ou realidades de Deus? Há a quase 47 anos uma corrente teológica que ocupando-se deste problema, visa a realizar a “desmitologização da fé cristã”; é seu pioneiro o teólogo protestante Rudolf Bultmann nascido em 1884.

Por conseguinte, urge uma nova interpretação da representação de Deus, adaptada à nossa hodierna visão de mundo. É verdade, ela pode implicar um duplo perigo: Ou Deus, com o desaparecimento das antigas imagens e representações, tão familiares ao homem, se desvanece em sua existência, ou, com as novas representações, já não aparece visível, compreensível, real, como aquele que dá sentido às coisas.

Frederico Bonhoeffer [1908-1945], Pastor e teólogo protestante, morto pelos nazistas, formulou o problema desta forma numa carta escrita da prisão:

O homem aprendeu a encontrar sozinho uma solução para todos os seus problemas importantes, sem recorrer a hipótese de trabalho: Deus. Isto é coisa evidente nas questões científicas, éticas e artísticas: ninguém pensa em recorrer a ele nestes assuntos. Há cerca de mais de uma centúria, vale o mesmo para assuntos religiosos: verificou-se que tudo anda sem Deus, tão bem como antes. Da mesma forma como Deus desapareceu do campo científico, ele vai desaparecendo da vida humana, ele perde cada vez mais o chão.

Como ficou exposto acima, vale para as ciências modernas como real “o que em princípio é acessível, quantitativamente apreensível, o que pode ser enquadrado em nexos causais e, que, por conseguinte, é compreensível, controlável, dominável e manipulável”. Em tal compreensão da realidade, que hoje se torna cada vez mais geral, parece não haver mais lugar para um Deus, que só tivesse que fazer o papel de “tapa buracos”, a quem se apela somente quando a explicação científica do mundo e da dominação do mundo deixam problemas e lacunas em aberto.

Isto nos reporta ao Mito da Esfinge de Tebas:

Diante da cidade de Tebas estava sentada uma esfinge, um daqueles antigos seres fabulosos com corpo de animal e cabeça de homem. A todos os que passavam, ela dirigia sempre a mesma pergunta: “o que é que primeiro anda com quatro pernas, depois com duas e, por fim, com três”? Os interrogados, que não sabiam responder, eram devorados pela Esfinge.

Aconteceu passar também o rei Édipo, perguntado pela Esfinge, deu logo a resposta certa: “É o homem. Quando criança engatinha sobre mãos e pés; quando adulto anda ereto nas duas pernas; na velhice, arrima-se a uma bengala, a terceira perna”. Apenas a Esfinge ouviu a resposta, precipitou-se no abismo. O caminho estava livre para o rei Édipo entrar em sua cidade.

Como todas as histórias míticas, também esta tem muitos sentidos. Uma destas interpretações descobre na Esfinge o aspecto enigmático da

existência, que é também o enigma do homem. Por isso, o problema da existência só pode ser resolvido pelo homem que se projeta nas experiências históricas das quais ele é o agente, abrindo um leque para fazer cultura, educação, ciência, filosofia e arte, numa palavra, se tornar homem-história. A pergunta pelo homem tem isto de característico que implica a pergunta pela totalidade do mundo. Somente no contato com o mundo acordamos para nós mesmos.

Por isso, as épocas em que mais se explorou o mundo foram também os tempos mais importantes para o progresso na descoberta do homem a respeito de si mesmo. Assim, o início do pensamento humanístico, na Grécia antiga, esteve em íntima relação com o esforço filosófico para “descobrir a essência do cosmo e da natureza, sobretudo, a natureza humana”. Assim também, Santo Agostinho [354-430] lançou-se à descoberta do “seu Eu pessoal”, “único”, interpelado por Deus, ao mesmo tempo em que enriquecia a antiga imagem do mundo com a dimensão da historicidade.

A visão histórica da Antiguidade era essencialmente “cíclica”. Os destinos do homem e da sociedade eram vistos em movimento cíclico, em que as mesmas coisas sempre retornavam e novamente aconteciam. Só com a vinda do cristianismo, esta visão da história foi mudada, e a visão cíclica foi substituída por uma visão “linear”. Graças a uma concepção dinâmica de Santo Agostinho, que via na história um desenrolar de acontecimentos entre si conexos, um processo que começara com a criação do mundo e culminaria no fim do mesmo; Deus é colocado no centro dos acontecimentos, e assim a história profana é também história da salvação, pois é construída de modo irreversível por Deus, com a participação da liberdade humana.

No início da Idade Moderna encontramos os grandes descobridores da terra e do cosmo próximo a terra [Colombo, Copérnico, Kepler], ao lado dos porta-vozes de uma nova consciência da pessoa, na qual o indivíduo se vê, mais vigorosamente do que antes, como medida e centro do pensar e do agir. Por exemplo, Pascal e Descartes. Em nosso tempo repete-se o mesmo quadro, pois a par da conquista dos espaços longínquos do cosmo, processa-se o exame das camadas mais profundas da alma. Vista assim, a

pergunta sobre o homem não pode ser separada da pergunta sobre o mundo, muito menos hoje, quando o estudo do homem interfere em grande parte na exploração do cosmo.

A produção em massa, no início da Era industrial em meados do século XVIII, cujas raízes embrionárias despontam nas revoluções inglesas de 1603 a 1714, ressaltando a contribuição nesse processo de secularização religioso-cristã, sobretudo, de Puritanos, Presbiterianos, Batistas e, na França de Luiz XIV dos Huguenotes, trouxe consigo a aglomeração populacional nas zonas de indústria. Esta, por sua vez, contribui de muitos modos, para a massificação do homem, para o estreitamento de seu espaço de vida e de liberdade, para a perda de sua própria vida pessoal, como também para o seu empobrecimento material e espiritual. Nesta fase desenvolvimentista, escravo da máquina.

Mas esta situação de dependência repete-se de maneira mais sutil no âmbito das ciências. Sua progressiva ramificação em matérias particulares obriga a uma especialização cada vez mais acentuada, que dificulta o entendimento entre os homens, não só no campo da ciência, no da comunicação em geral. Muitas vezes um cientista não compreende a problemática do outro, de outro para outro, porque a linguagem técnica da ciência do outro lhe é estranha, e assim as soluções encontradas não podem ser compreendidas.

Quando se considera o campo das leis naturais como infinito e imenso, naturalmente se deve temer que a pesquisa, que penetra cada vez mais no âmago das coisas, enveredará necessariamente cada vez mais por caminhos próprios, que cada vez mais se distanciam. Nenhuma advertência contra os “perigos da especialização” do trabalho científico poderia preservar-nos então de irmos perdendo aos poucos toda a visão panorâmica das conquistas alcançadas pelos contínuos avanços das pesquisas nas profundezas do conhecimento.

Mais profundo, porém, atinge outro risco que hoje já é real, mas cujos abismos se delineiam somente para o futuro, a saber: que o cientista possa cair numa dependência funcional de sua pesquisa, que ele mesmo possa

se transformar em simples “meio para o fim do progresso”. Criar uma raça de homens para determinados objetivos de pesquisa, eis a meta remota e inquietante desta evolução. O homem torna-se vítima de seus fins.

A meta da “criação artificial de uma raça de homens” refere-se primeiramente à formação e ao adestramento, que visam a tornar o homem habilidoso para fins específicos, e unicamente para isto. Aplicá-lo como peça preparada exclusivamente para desempenhar determinada função, que dele exige a sociedade, sob o risco de atrofiamento de outras faculdades e interesses humanos. Em determinados círculos de pesquisadores já se afaga a ideia de interferir na massa hereditária do homem, e, é salutar lembrar que, estas vertentes e projetos científicos são encaminhados nos reinos acadêmicos desde 1937. Interferir no processo hereditário do homem com vistas a torná-lo mais apto para fins definidos, como por exemplo, para viver nas condições do espaço cósmico. Estas condições históricas colocam o homem refém da tentação do desvanecimento. Inversamente, as possibilidades que as ciências e a técnica oferecem são um permanente estímulo para o desvanecimento de si, que Sigmund Freud caracterizou com a figura do “deus dos substitutivos” criado pelo homem.

Ainda insistindo numa linguagem que não é exclusivamente teológica, mas, necessariamente, antropológica, sociológica e psicanalítica, não soa apenas como um conto de fadas, é diretamente a realização de todos, digo mal, da maior parte dos desejos fabulosos, tudo que o homem criou por meio de suas ciências e técnicas nesta terra, na qual ele apareceu como um fraco ser animal e na qual por sua vez cada indivíduo de sua espécie deve entrar como lactente inerte. Desde há muito tempo o homem se formara de si mesmo uma representação ideal de onipotência e onisciência, que ele encarnou em seus deuses. Eis que agora ele se aproximou e se enamorou notavelmente da consecução desse ideal, tornou-se ele mesmo quase um deus.

É verdade, apenas na medida em que, no juízo geral dos homens, os ideais costumam ser atingidos. Não perfeitamente, em alguns setores absolutamente não, em outros apenas pela metade. O homem tornou-se, por

assim dizer, uma espécie de “deus de substitutivos artificiais”, bem grandioso quando emprega seus órgãos auxiliares; estes, porém, não estão condescendidos com ele, causando-lhe ocasionalmente ainda muitas amarguras. Tempos futuros trarão consigo novos progressos, com todas as probabilidades inconcebivelmente grandes, neste campo das mentalidades humanas em sociedades com suas plenas diversidades, tornando os homens aptos para aumentar a sua semelhança com Deus. O homem é a mais preciosa joia da criação.

O homem que está no mundo e com o mundo, no qual teve sua origem e ao qual pertence por tudo que é e faz. E é só pela razão de superá-lo, que ele pode interrogar-se sobre o mundo, investiga-lo e transformá-lo, o que só é possível pela educação promotora da promoção e edificação da dignidade da pessoa humana. O homem se defronta, inevitavelmente, com o problema do sentido e da razão de sua existência. Também a corrente filosófica do Existencialismo não lhe pode fugir. Pelo contrário, ele o formula de uma maneira particularmente urgente, definida e radical.

O existencialismo surgiu como uma reação e esforço da filosofia em encontrar explicações para as crises de sentido e periferia existencial da condição humana. Esta corrente de pensamento nasce em íntima relação com a filosofia da existência, de raízes que nos reportam ao humanismo da Grécia helenística, interrogando-se sobre a realidade, coloca a existência humana no centro de seu pensamento. Para o existencialismo, à luz histórica da Europa pós-Segunda Guerra mundial, em sua forma típica só existe na França, não há uma natureza humana anteriormente dada. Antes, o homem, jogado na existência concreta, deve criar-se a si mesmo pelo esforço de sua liberdade.

Da mesma forma Jean Paul Sartre, sem dúvida o pensador mais destacado do Existencialismo, dá a entender em toda a obra de sua vida que ninguém mais do que o próprio homem tem possibilidades plausíveis de encontrar respostas “acalmadoras” e/ou “confortáveis” para o problema da vida. A vida não possui um sentido que lhe seja previamente dado ou juntamente dado com ela. Tudo é absurdo, nada tem sentido. O homem

deverá resistir à tentação de opor-se a esta sem-razão, buscando a justificação num Deus por ele inventado. Terá de defrontar-se com o fato de que a sua existência está lançada no absurdo, no sem-sentido, no nada.

Somos conduzidos ao entendimento atrativo da nossa interdisciplinaridade. Portanto, outro aspecto relevante a ressaltar é que, em termos de teorias da história, não existe a princípio, a possibilidade de se falar em algumas teorias ou paradigmas historiográficos que sejam consensualmente considerados definitivamente melhores do que os outros. As teorias da história competem entre si, ratificam-se ou retificam-se umas às outras, integram-se ou excluem-se mutuamente, apresentam leituras diferentes para os mesmos problemas e objetos historiográficos.

As teorias da história não são cumulativas. Uma não se constrói necessariamente sobre a outra, integrando-se ou refutando-a, como se tivéssemos aqui um processo cumulativo no qual os saberes vão se superpondo em um grande crescendo de precisão e refinamento teóricos. Se um historiador tiver por objetivo o desenvolvimento de uma nova teoria sobre os processos relacionados à revolução Francesa, jamais poderá dizer que finalmente chegará com seu trabalho à teoria correta e definitiva sobre essa questão.

Ainda que um professor de história arrogue-se estar ao lado da “verdade”, de “conhecer a verdade e a palavra”, em termos de escolhas teóricas, jamais haverá consenso sobre isto. Diante do amplo universo de teorias de que se disponibilizam ao professor de história, será sempre preciso escolher, pois não existem formulas consensuais com vistas à busca interminável de se entender ou praticar o difícil ofício pedagógico-educacional e sociológico de ensinar história. Jean Paul Sartre tinha razão ao afirmar que “em termos de teoria cada historiador está condenado a ser livre”.

No momento um tanto angustioso em que, terminadas as pesquisas, é preciso sentar à mesa de trabalho e conformar-se em fixar numa exposição coerente a prodigiosa abundância da realidade, vários historiadores do século passado, interrogando-se acerca da exata natureza de seu

trabalho, certamente é levado a perguntar a si próprio: “Farei obra de artista ou de homem de ciência?”

Tal foi a pergunta formulada em um monólogo pelos nossos predecessores que escreveram entre 1850 e 1914. Diferentes e variadas foram às respostas dadas. “A história é uma arte e, ao mesmo tempo, uma ciência”, diz Renan. Fustel de Coulanges autor do clássico de história “A Cidade Antiga”, estabelece o princípio de ser ela “não uma arte, mas uma ciência pura na acepção da palavra”. Benedetto Croce sustenta que ela “é abrangida pelo conceito geral da arte”. Em 1911, Henri Berr acredita poder chegar a seguinte conclusão: “A questão durante tanto tempo debatida, se a história é uma arte ou uma ciência, está definitivamente resolvida. A história é uma das formas de pesquisa das “verdades” de cada época: ela não é um gênero literário.

A semelhança de um tratado de biologia ou de psicologia, uma obra de história não comporta preocupações estéticas. Estará definitivamente encerrado o debate, tal como Henri Berr se comprazia em acreditar? Mais exato seria dizermos que a pergunta não é mais formulada, ou que pessoa alguma hoje dá atenção a ela. Parece que, após tantas controvérsias vãs, continuadas ao longo dos anos sem que alguém jamais pudesse encerrá-las com um argumento definitivo, chegou o cansaço de discutir um problema que acabou por surgir como um “falso problema”, ao mesmo tempo insolúvel e sem verdadeiro interesse. Toda via não se extinguiu a inquietude dos historiadores. Apenas modificou-se seu objeto, de modo a podermos, hoje em dia, exprimi-la da seguinte forma: Em que medida a obra de história tem possibilidades de ser objetiva?

O relativismo histórico domina incontestavelmente o pensamento da maior parte dos historiadores e contemporâneos do mundo ocidental. Mas seria profundamente inexato querer apresenta-lo como um triunfador indiscutível. Na realidade, os historiadores das gerações que fizeram seu aprendizado no tempo em que reinava sozinha, a história que frequentemente é chamada metódica “dita positivista”, não o admitem sem impaciência, sem inquietudes e desconfortos. Quanto aos marxistas ortodoxos, eles os repelem com extrema energia.

É verdade que, se substituirmos as especulações acerca das possibilidades da historiografia contemporânea que são, de fato, a preocupação essencial da “filosofia crítica da história”, pela pesquisa do “sentido da história”, processo intelectual que nos foi legado pela Civilização protestante, pois a crítica histórica é filha do Protestantismo, certamente, o relativismo moderado toma a preocupação de garantir que os sucessivos “pontos de vistas” acerca da história não podem modificar a essência mesma do passado, que sempre nos escapa. Mas sentimos bem que esta barreira intelectual é frágil, simples preocupação oratória, talvez, e que facilmente cederia.

A partir de 1588, os católicos replicam, através dos *Annales Ecclesiastici*, do bispo Cesare Baronius, que entrega ao público uma considerável quantidade de documentos originais insuspeitos e, aliás, inacessíveis, pois repousavam nos segredos dos Arquivos do Vaticano. Desse momento em diante, a caça aos documentos da história eclesiástica incrementou-se, com alegria atiraram-se a ele os eruditos. A paixão religiosa determina, definitivamente, um aguçamento ainda maior do discernimento crítico, uma ampliação cronológica e intelectual do domínio da crítica histórica, cujas atenções passavam a voltar-se para as fontes documentais da história na Idade Média, a qual na maior parte geopolítica da Europa, sobretudo, está falando sobre o Ocidente, supera-se com as revoluções europeias de 1830 a 1848.

Assim sendo, as necessidades da polêmica acesa à volta da Reforma Protestante contribuíram para o nascimento da crítica histórica medieval, irmã caçula de uma erudição clássica já seriamente desenvolvida. Este atraso quase secular será logo compensado. A despeito dos tenazes preconceitos contra o barbarismo gótico, os eruditos, à medida que vasculhavam as bibliotecas, tomavam consciência do interesse de um período que, no fim das contas, lhes transmitira o essencial da literatura antiga. Um sentimento nacional nascente impele-os graças a contribuição do pensamento político-econômico nos deixado pela burguesia judaica e árabe, as preocupações relativas ao passado do próprio país.

Em um século e meio, assim, a crítica histórica lançou profundas raízes. Como sempre, a prática precedeu a teoria. Antes de pensar em formular seus métodos críticos epistemológicos, os humanistas as fundamentaram praticamente na pesquisa de manuscritos e na experiência filológica e hermenêutica, demonstrando sua eficácia nas edições comentadas, motivo de glória de um Erasmo de Rotterdam, de um Budé, dos estienne e seus discípulos. Descobriram o que não era menos precioso, o valor da arqueologia e dos documentos de arquivos e iniciaram a organizar repertórios críticos, ou a publicar seleções sistemáticas deles. No fim do Renascimento, em meados do século XVII, o trabalho prático avançou suficientemente para que se pudesse pensar em descobrir e anunciar as regras nas quais repousa.

Tal será o papel do século XVII, desta “Era da Erudição”. Assiste-se, então, ao germinar abundante de tudo quanto os humanistas haviam semeado, na desordem das descobertas e na efervescência dos espíritos. “Uma data, uma grande data, de fato, na história do espírito humano”, dirá Marc Bloch. Todo esse processo factual dialético marca a evolução de nossos estudos. Em 1681, ano da publicação do *De re diplomática*, do monge beneditino Dom Jean Mabillon, toda a atmosfera intelectual em que se banha o século atrai e favorece o nascimento desta obra.

O século XVII, decisivo na história da Inglaterra, sobretudo, falando, onde nasce a Era das Luzes, corresponde a uma época de fé profunda e de ceticismo enraizado. “Diz-se que a retidão de espírito consiste em não acreditar aleatoriamente e em duvidar em muitas oportunidades”, assegura um pirroniano, contemporâneo de Luís XIV. E a dúvida aplica-se, particularmente, ao campo da história. O abuso das disputas teológicas e políticas, nas quais ela, a história, foi comprometida durante as controvérsias e as Guerras Religiosas entre católicos e protestantes, as quais se desdobraram nos processos históricos dos séculos XVI e início do século XVIII [1714], levaram-na a um descrédito quase completo. O que a história fez só a história pode desfazer. É preciso aprender a aprender ter paciência histórica.

Os homens europeus, no entanto, passaram pela experiência histórica de um amplo processo difundido de descristianização, em especial entre as classes sociais mais instruídas, processo que data do final do século XVII e se tornar mais implacável no início do século XVIII, cujos efeitos públicos foram surpreendentes e benéficos. O simples fato de que aos julgamentos por “bruxaria”, considerados pela Igreja a praga da Europa Central e Ocidental durante vários séculos, agora se seguiam processos por heresia e autos-da fé no limbo seriam suficientes para justificá-los.

Entretanto, no princípio do século XVIII entre mudanças profundas nos planos sociais, políticos e econômicos que sacudiam as estruturas de poder e dominação das massas exercidas pelas religiões cristãs, inevitavelmente refletidas nas mudanças dos valores éticos e das mentalidades, toda esta tormenta, própria das conjunturas e estruturas profundamente dialéticas que a história nos impõe, embora, e isto os historiadores consideram um acidente de síncope cardíaca, pareciam não afetar os escalões mais baixos ou mesmo os escalões médios.

O campesinato permanece totalmente fora do alcance de qualquer linguagem ideológica seja religiosa ou secular, que não se expresse em termos da Virgem dos Santos e da Sagrada Escritura, para não mencionarmos os deuses e os espíritos mais antigos que ainda se escondiam debaixo de uma fachada levemente cristã.

O escritor e pensador potiguar Carlézio Monteiro de Medeiros que viveu a maior parte da sua vida em Itapetim tinha razão: “A religião leva o homem ao sectarismo”. Na transição do século XVIII para o século XIX havia agitações de pensamento contrário à religião entre os artesãos que anteriormente haviam sido levados à heresia. Os sapateiros-remendões, os mais persistentes dos intelectuais da classe trabalhadora, pareciam ter começado a não acreditar, a duvidar com veemência na existência de qualquer divindade.

Em todo caso, em Viena, era o único grupo de artesãos simpatizantes com os jacobinos, pois se dizia antes não acreditar em Deus, o qual só existe porque o homem não aceita a morte. Entretanto, não passavam de

ligeiras agitações sem maturidade política. A grande massa da pobreza desqualificada cultural e intelectualmente das cidades continuava com exceção talvez de algumas cidades do norte da Europa, como Paris e Londres profundamente devota e supersticiosa.

Mesmo entre os escalões médios, a aberta hostilidade à religião oficial-estatal católica não era popular, embora a ideologia de um Iluminismo antitradicional, anticlerical, progressista-linear e “racionalista” se encaixasse impecavelmente no esquema da ascendente classe média que liderava o terceiro Estado. Suas associações eram feitas com a aristocracia e a imoralidade, que pertenciam à sociedade dos nobres. E, de fato, os primeiros pensadores realmente livres, da metade do século XVII, viviam de acordo com a conotação popular deste nome: o bispo católico Dom Jean de Moliere, retrata não somente sua combinação de ateísmo e liberdade cultural e intelectual que é a glória do homem, mas também a respeitável fobia burguesa em relação a ela. Só as Revoluções de Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa promoveriam reajustamentos político-econômico-culturais e pedagógicos de maior profundidade.

A práxis das classes médias ascendentes necessitava de uma disciplina e de uma organização que viessem de uma moralidade forte e ingênua para suas lutas. A história, porém, buscando para além de seu singular projeto de dar voz aos oprimidos do passado, de modo a redimi-los desta obscuridade de alienação em que foram lançados pela prática de uma nova forma de engajamento na participação, como sujeitos da história, em que favorece em última instância, uma escrita da história que possa dar lastro ao “cortejo dos vencedores”, sou levado pelo meu ofício a adotar uma visceral crítica da ideia de um progresso que ocorre de forma inevitável e mecanicamente.

Dar a perceber que a história é um campo de lutas, e que o estado de exceção em que vivemos graças às alianças históricas entre o poder religioso, político e econômico em que vivemos é na verdade é na verdade a regra geral. Nietzsche buscava valorizar uma escrita da história que colocasse em destaque os pontos culminantes da humanidade. Os grandes

homens entre os quais a história poderia construir uma ponte de intercomunicação. O fascismo dos anos 1920-1940, que contextualizava como ideologia política e religiosa e também secular, nada mais séria do que um momento no qual este estado de exceção ficara mais claro.

Além disso, entretanto, é importante salientar que o homem sempre cria condições em suas contradições próprias de um ser histórico, o que nos leva a compreender que isto, por acaso, não constitui o fato de os homens procurarem unir-se sempre em sociedade, sendo este um sinal não só de que querem encontrar o cumprimento e a realização de um significado, mas também de que são impelidos por um mesmo destino, ou seja, que existe um significado comum para todos? E a “consciência geral dos homens” de poderem encontrar “verdadeira felicidade somente numa comunidade”, não é, acaso, um indicio de que a comunidade deve exercer um papel importante no ato de dar sentido, e que, por conseguinte, deve da sua parte ter recebido um sentido?

Que deverá fazer o homem em vista destas interrogações? Acaso deverá desistir de dar uma resposta à questão do sentido, e assumir o risco da vida sem se importar se ela de fato tem ou não tem sentido, ou mesmo se encontramos dispares respostas em determinado momento de contextos históricos civilizatórios de cada povo com sua cultura linguística e suas mentalidades através das quais eles produzem seus discursos imagético-discursivos em dados lugares nos seus tempos determinados e espaços em que produzem suas identidades?

O homem é um ser histórico. Isto significa, por um lado, que ele toma decisões em sua vida e a respeito de sua vida, que a vida é uma sequência de tais decisões. Assim, a história de cada vida é inconfundivelmente a história dessa ou daquela pessoa. Nesse caminho inconfundível da vida de cada pessoa, pode-se buscar compreender de alguma forma os elementos que constituem sua individualidade a qual está sempre em mudança, porque essa individualidade estar condicionada a sua condição humana de ser que se projeta e que supera através da educação o aqui e o agora, numa palavra, se faz ser histórico. Este é o útero e o cerne da pedagogia enquanto

produções epistemológicas refletidas a partir dos processos sociológicos e das leis complexas, dinâmicas e dialéticas inacabadas da ciência da história.

Desde Alexandre o Grande que o humanismo secular emerge com significado a ser considerado, nos remetendo ao conhecimento de que o homem, por ser inacabado, indevassável, e sempre levado à tentação de evoluir e se transformar o mundo e a si mesmo, o que cria condições históricas para que a educação e a cultura ganhe legitimidade na experiência humana mais abrangente, tornando possíveis as eternas construções que a práxis histórica, presente nas coexistências sociais oferece suas respostas a cada exigência que cada época histórica cobra dos homens. O iluminismo do século XVIII coroaria esses fatos de longa duração.

Sendo a religião uma manifestação cultural e ética dos homens em sociedade, suas concepções de fé, espiritualidade são sempre ininterruptamente transformadas em suas práxis de acordo com as perguntas e vazios sociais do homem em cada contexto humano da história. Enfim, o homem, de acordo com as “verdades de cada época”, está sempre pressionado por uma condição necessária de sobrevivência, a buscar fugas das periferias existenciais se tornando homem-história. A nova história ou quarta geração dos *Annales*, cujo maior nome é Le Goff nos convida a colocarmos tais problematizações científicas, que estabelecem um diálogo amplo das ciências humanas com as ciências sociais, numa perspectiva pós-estruturalista de estudo da “história das mentalidades”. Adiante veremos o debate acadêmico entre Claude Levi-Straus antropólogo estruturalista e Braudel defensor da história de fatos de longa duração numa ótica pós-modernista.

Para Durkheim que era positivista, toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades, seria, portanto, a base de toda vida social, ou seja, como os iluministas era obcecado pela coleta de elementos da diversidade humana, sem nunca, porém, abandonar a ambição de “encontrar uma universalidade”. Para Max Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente.

Para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia no que diz respeito à religiosidade dos intelectuais, e o folclore relacionado à religiosidade popular. Não se desligando, portanto, das estratégias de poder que organizam diferentemente as sociedades. Para Claude Levi-strauss, baseando-se no de que a religião pode ser definida como uma “humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza”.

Para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de importância que todo homem experimenta frente às forças hostis. Portanto, seja através da sociologia, da fenomenologia, da antropologia, da política ou da psicanálise, a religião se definia a partir de uma dicotomia sagrado/profano inscrita numa racionalidade que, além de descritiva e classificatória que pouco se detinha na busca de explicações para o sentido das diversas formas de manifestações do que consideravam como o “fenômeno religioso”.

O tempo da história, concebido atualmente como irreversível, linear, contínuo, é também, desde que o abordemos na prática, do ponto de vista técnico, um tempo limitado, inscrito entre datas precisas que os historiadores se esforçam por determinar. No século XVII, um professor da Universidade de Cambridge acreditou ter poder para afirmar ter sido o homem criado no ano 4000 a.c. no dia 23 de outubro às 9 horas da manhã. Seus confrades de Oxford, opondo-lhe objeções a respeito do dia 29 de março os diziam, não contestam nem o ano e nem a hora. Um pouco mais tarde, assim escreveu o conde de Buffon: “Desde o fim dos trabalhos de Deus, isto é, desde a criação do homem, passaram apenas 6 ou 8 mil anos”. Eminentemente eruditos da segunda metade do século XIX, não apenas historiadores, mas também, sociólogos, teólogos e antropólogos pensavam de tal forma. É tolice acreditar que se pode fazer ciência sem mitos.

Atendo-nos às ciências auxiliares da história e a contribuição da erudição como legado que remanesce ao Renascimento do século XVI, parafraseio o historiador Pierre Vilar: “A história é a ciência lastro”. Uma clara impostação em se tratando da história religiosa dos diversos aspectos

político-jurídicos do problema, ainda que sob um ponto de vista laico, é a de Ruffini, “A Liberdade religiosa, uma história das ideias”, Turim 1901 [Milão 1967, pp. 1-19: introdução ao conceito fundamental]. Em geral, dicionários e tratados passam com desenvoltura desde os autores medievais superados na Europa Ocidental por volta do último triênio do século XVII até meados do século XIX, desembocando no Código de Direito Canônico de 1917.

De modo que podemos discursar que, no que toca as ciências humanas, sociais e naturais, e, a filosofia moderna, por que não, evoluíram em concomitância com as necessidades históricas, a primeira das ciências humanas segundo Foucault, para nos oferecer respostas às perguntas e aos discursos do momento que são produtos das querelas do aqui e do agora e não dos fatos históricos que são processos de longa duração como costumava dizer Le Goff. De modo que Somente a Era do Capital que remanesce desde a Primeira Revolução Industrial e a Era dos Impérios que nasce com as consequências políticas, filosóficas e econômicas da Revolução de Independência dos Estados Unidos, as quais desembocaram na Belle Époque que na verdade durou desde a queda de Napoleão até a deflagração da Primeira Guerra Mundial. Eis as raízes filosófico-teológicas pelas quais a Igreja enveredou suas mudanças no que diz respeito as suas práxis políticas e concepções sobre Deus e o homem-história.

Esses fatos históricos fizeram das Igrejas cristãs, e aqui a Igreja Católica é o nosso principal foco de referências, o reflexo das práxis teológicas e políticas que as caracterizaram no decorrer do século XX, sobretudo, no período entre guerras mundiais: A Era dos Extremos nas palavras do professor judeu natural de Alexandria Hobsbawn: “foi produto de todas essas incertezas históricas próprias dos avanços sócio-político-econômicos e de “mentalidades” de cada época”. As teologias católicas se adaptaram a essas mudanças e avanços históricos em todas as nações, ou pelo menos foi o que se pretendeu com o Concílio Vaticano I. As teologias protestantes também acompanharam os passos da história. Sobre o mesmo Concílio existem outras fontes e versões que devem ser confrontadas com as fontes

oficiais, submetendo-as a análises e questionamentos, como também diálogos do professor de história com elas para as construções dos “discursos imagético-discursivos em determinado lugar e espaços”.

O estourado, carismático e epilético Pio IX [Giovani Maria Mastai Ferreti] um italiano alto, magro, de queixo proeminente e olhar de imbecil, que se tornou papa em 1846, estava convencido da mesma forma que seus predecessores desde tempos imemoriais, de que os territórios papais, estende-se pelo meio da península italiana, garantiam a independência dos sucessores de Leão o Grande ano 440. Se o sumo pontífice fosse um mero habitante de um país “estrangeiro”, como podia alegar que estava livre da influência do poder local?

Três anos depois de sua coroação, parecia que Pio IX perdera de maneira ignominiosa sua soberania sobre a cidade eterna para uma turba republicana. No dia 15 de novembro de 1849, o conde Pelligrino Rossi, um ministro do governo leigo dos estados papais, famoso pelo seu sarcasmo contundente, chegou ao palácio da chancelaria em Roma. Saudou a multidão à espera na entrada com um sorriso desdenhoso. Quando ia entrar no prédio, um homem se adiantou e desferiu uma punhalada fatal em seu pescoço. No dia seguinte a população revoltada por indignação, saqueou o palácio de verão do papa, acima da cidade, no Quirinal.

Diante das circunstâncias político-eclesiásticas, Pio IX, disfarçado de um simples padre, com batina preta e estola vermelha, óculos enormes, fugiu para a fortaleza de Gaeta, à beira mar, na segurança do reino vizinho de Nápoles. Levou Marcantonio Pacelli como seu conselheiro jurídico e político. De seu refúgio seguro, Pio IX condenou com veemência a democracia e a liberdade de imprensa com as seguintes palavras: “Destruamos a liberdade de imprensa ou ela nos destruirá”. Como se não bastasse ameaçou os eleitores de excomunhão. Também é de Pio IX a famosa “tese teológica” de que: “Nós os papas somos mais importantes que Maria Santíssima, pois ela deu à luz a um só Jesus e nós os papas podemos criar quanto Jesus quiser”. Pio IX se referia naquele momento se referia ao dogma da Transubstanciação. O papa Gélasio I se mostrou contra este

dogma o qual ele chamava de absurdo bíblico, porém, o papa Gélasio II concordou com o dogma da Transubstanciação. Infelizmente não podemos fazer uma acareação entre esses dois papas. O que a história fez só a história pode desfazer. Realmente a teologia não é uma ciência exata.

A efervescente chama europeia de consolidação das revoluções burguesas, um legado ímpar para o mundo ocidental. Cujo processo de longa duração eclodia em 1576 e consolidava-se em 1848. As civilizações protestantes já haviam se convertido as convicções burguesas desde o século XIII e foram de suma importância decisiva para as concepções de história que a classe média secularmente almejava, fosse ao plano político e econômico desde os princípios da construção do Estado Moderno Nacionalista, até os planos filosóficos, teológicos, pedagógicos, sociológicos e antropológicos que constituíram uma identidade filológica e cultural que se convencionou chamar de pensamento do homem ocidental à luz da civilização europeia ocidental de livres pensadores e democracias avançadas que hoje chamamos de primeiro mundo.

A Igreja Católica Romana só absorveu esta concepção histórica de mundo na segunda metade do século XIX. O ímpeto do nacionalismo italiano, no entanto, era incontrolável, e Marcantonio Pascelli, tão próximo do papa, esteve presente em acontecimentos de extrema importância para “o papado moderno”. Em 1862, o novo Estado Italiano, sob a liderança do rei de Piemonte Vitorio Emanuel II, se apoderara de quase todos os domínios papais.

Em seu famoso Sumário de Erros [1864], O papa Pio IX inspirado pelo Espírito Santo denunciou todos os princípios e fundamentos da modernidade, incluindo o socialismo, a maçonaria, a Escola Literária Realista, Romântica e o Dadaísmo. Ora, foram graças às quais que as revoluções burguesas e superação do feudalismo e da Idade Média foram possíveis, e condenou inclusive neste documento papal o racionalismo. O papa Pio IX declarava que como papa não podia cometer o erro de reconciliar a Igreja com o progresso, o liberalismo político e econômico de Ricardo e Adam

Smith e a civilização moderna pós-industrial. Eis a Gênese da Era dos Extremos nas palavras de Hobsbawn.

Em se tratando de questões de fé, espiritualidade por um viés teológico, inevitavelmente teremos um tributo a pagar as experiências de práxis que são produzidas e coexistidas pelos homens através de suas historicidades em um dado tempo, lugar, dinâmico e dialético analítico e em perpetua construção gestativa. “A história é a ciência lastro e a primeira das ciências humanas segundo Foucault”. Não se pode entender o supranatural sem antes entender o natural, ou seja, não se pode alcançar a compreensão do divino sem antes alcançar a compreensão do humano.

O professor, e a história em perpetua gestação

O professor de história não pensa somente humano. A atmosfera em que seu pensamento naturalmente registra é a categoria da duração. Houve um tempo em que se definia a história por oposição às outras ciências do homem e se lhe atribuía como domínio específico, o que é particular o que acontece apenas uma vez, o fato único, o acontecimento. Tal imagem, ainda hoje, muitas vezes predominantemente entre sociólogos, filósofos, teólogos, não é mais aceita de bom grado pelos historiadores. Estes têm boas razões para discutir o caráter “único dos fatos históricos”. Constatam, de qualquer maneira, que o domínio do particular não é hoje em dia um apanágio da história. As novas ciências do comportamento, surgidas a meio caminho entre as ciências humanas e as ciências físicas, invocam também o individual e, aliás, todas as ciências, atualmente, atribuem uma crescente importância aos “casos particulares”.

A irreduzível originalidade da história, quando comparada com as demais ciências humanas inseparáveis das ciências sociais, consiste essencialmente na permanente consideração dos acontecimentos em seu desenvolvimento cronológico. O espírito da sociologia e a semelhança do que sucede às outras ciências do homem, distingue-se do “espírito histórico”, antes de tudo, por uma atitude diferente, por uma exigência diferente em relação ao que se concebe como o tempo. Para um professor de história, na sala de aula de uma Escola Secundária, não é essencial o desenrolar de um fato, mas sua verificação num determinado dado.

A Civilização, ou melhor, as civilizações cristãs de tantos e quantos cristos há, e para isso cada segmento tem em suas origens e historicidade,

construíram suas interpretações e identidades religiosas, espiritualidades, esperanças e mitos, edificando e consolidando historicamente sua sobrevivência. Além de uma identidade consagrada pela religião, as civilizações também são construídas de estruturas políticas através das quais as diversas facções sociais e culturais linguísticas se articulam, na eterna busca infundável de “conjuntos coerentes e estáveis”.

Para o Ocidente cristão, que nasce com a Baixa Idade Média, todo esse arcabouço político é o Estado. Nos últimos pouco mais de cinco séculos, que marca o que arbitrariamente chamamos de Idade Média, Moderna e Contemporânea, o Estado foi regido sucessivamente pelas ideologias do Absolutismo e do Direito divino dos déspotas, e, conseqüentemente o Nacionalismo. Mais que isso não se pretendeu universal como a Igreja Católica e o Santo Império Romano Germânico. Mas também não foi tão restrito a uma localidade como o foram os senhores feudais e as cidades. Os Pensadores que dão o ponta pé inicial para a teoria de um Estado Laico e nacionalista foram Marcílio de Pádua e Guilherme de Ocam Na posteridade Hobbes, Maquiavel, Jaques Bossuet, e Prelados da Igreja como o Cardeal Grotius, Richelieu e Mazarino, em Portugal tivemos o Padre Antônio Vieira. Todos eles procuraram engenhosamente conciliar no poder dos reis e dos papas como suserano dos suseranos, a assimilação de que historicamente as esferas temporais e espirituais não podem se divorciáveis.

Desde os humanistas do século XVI, até os filósofos do século XVIII abandonando-se as velhas repartições do tempo nascidas da Bíblia, predominará a tendência à distinção de somente dois períodos: a antiguidade e os tempos modernos. “quereis enfim, superar como causa a história moderna, desde a decadência do Império Romano?” Assim exprime-se Voltaire, no início do seu livro *Essai sur les mœurs* [1740]. Um ensino com um propósito político-pedagógico, dois séculos e meio fundamentado quase que exclusivamente no estudo da antiguidade, acabara por difundir na quase totalidade do público culto europeu à ideia de que só a história da Grécia e Roma era digna de interesse e suscetível de fornecer regras de conduta.

Em plena era “clássica”, no momento mesmo em que a reverência pela antiguidade e a divisão da história em dois períodos pareciam unanimemente aceitas, começa a despontar uma concepção nova, entre alguns colecionadores e amantes das artes. Entretanto, para os homens pensadores da história do mundo oriental como os Árabes, os asiáticos e os judeus em sua terra habitada, pertenciam quer queiram ou não, fazem parte da Ásia Ocidental. Essa dicotomia geopolítica, geocultural e georeligiosa, são amplamente frágeis em história e geografia quando as tratamos como “verdades absolutas,” pois, em se tratando do cristianismo, pelo menos em uma coisa temos que concordar com a Civilização do Islã: ele é histórica e geograficamente de origem e fundamento oriental. As cartas de Paulo de Tarso deixam claro esse direcionamento preferencial.

O longo processo que envolveu a configuração de uma história das religiões como disciplina específica, dotada de objeto e metodologia próprios, pode ser analisado a partir das discursões que, ao longo do século XIX e início do século XX, aprofundaram as relações entre a defesa do caráter racionalista do homem ocidental e a persistência de formas de expressão ainda classificadas de religiosas. Tudo isto é o resultado de um contexto de progressiva dessacralização, iniciado na terceira década do século XVI com a definitiva ruptura das estruturas de poder social e político da unidade cristã da França de Luís XIV até as revoluções inglesas de 1640-1660 em inícios da formação da Europa Moderna. Esse processo é válido, antes de tudo, ser pensado para os contextos de países como a França, Inglaterra e Países Baixos. Do século XVII ao XVIII esse processo sofreu uma forte resistência por parte da Igreja Católica que, reatualizando a oposição entre religião e magia, instaurava uma polarização da qual seriam herdeiros os pensadores que, no século posterior, se debruçavam sobre o fenômeno religioso.

Mas, se ao Iluminismo coube certa apologia de uma “religião natural”, já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e de sua criação, pode-se indagar se no fundo desta assertiva não estaria à ideia de que existiria um sentimento religioso profundamente arraigado na

chamada “natureza da pessoa humana”. Historicamente, todo esse entendimento e buscas incógnitas, ao se institucionalizarem-se a cerca de mais de quatro mil anos atrás nas civilizações, oram um suporte não só de um ponto de vista de preenchimentos das angústias e vazios humanos enquanto alma, mas, também, de legitimação de estruturas de poder e coexistências sócio-político-culturais a partir de suas condições materiais de produção dos meios necessários a vida.

Ora, a Idade Média pode ser considerada como uma espécie de invenção alemã. Hitler que era um leitor estudioso assíduo das obras do médico Hartmann Schedel, sobretudo seu livro: *“Obra da história mundial”*. Ele insere um capítulo intitulado: “progresso do império alemão”. Bem cedo os eruditos alemães se preocuparam em editar textos medievais e neles suas próprias versões interpretativas sobre o mundo greco-romano e, claro, sobre suas concepções acerca do cristianismo que renasce nos idos medievais do século VIII.

As correntes católicas que perpassam o Romantismo, o espírito “reacionário” oposto aos princípios de 1789, muito fizeram em favor deste triunfo. A corrente democrática e liberal herdeira da Revolução burguesa impõe, ao mesmo tempo, a ideia de uma Renascença. Em breve concebida com o princípio dos tempos modernos e, também, como uma ideia autônoma. Já, em 1433, o Cardeal Nicolau de Cusa pôde assim exprimir-se: “Vemos por toda parte os espíritos dos homens, cada vez mais entregues ao estudo das artes liberais e mecânicas, retornar à antiguidade, e isto com extrema avidez, como se esperasse presenciar em breve o fechamento completo do círculo de uma revolução.”

Em pleno século XIX, o pensador romântico e positivista, anticatólico francês Jules Michelet, numa espécie de intuição genial, estende a todos os aspectos de uma civilização e a toda uma época, um termo até então reservado aos historiadores das artes, das ideias e das religiões, Enfim, a etnografia, a antropologia, a exegese e hermenêutica, assim como a sociologia. Constatamos assim, não sem surpresa, que os historiadores franceses, ingleses, italianos, alemães e russos, cujos estreitos laços com o

Oriente são, de bom grado, postos em destaque, adotam, para “periodizar” a história mundial, mas, não monoliticamente. Um ponto de vista estrita e de forma redutiva europeia. A verdade é que, assim agindo, eles apenas seguem um uso solidamente estabelecido. Sejam quais foram às matizes e as contradições das divisões cronológicas até aqui propostas, elas são estritamente e estreitamente europeias. Datam de uma época de “indiscutível supremacia étnica racial dos povos brancos da Europa.”

Tão natural, mesmo, que Ernst Troelsch, em 1922, fundamentava resolutamente a “periodização” como uma sequência de eventos, observando não haver história universal inteligível para nós, fora da civilização europeia. As outras regiões são demasiado diferentes do Ocidente europeu, para que delas possamos adquirir uma ideia clara. Se nos é conveniente conhece-las, isto se dá principalmente porque os evidentes contrastes nos facilitarão a compreensão de nossa própria história. Aliás, a Europa é então concebida em sentido amplo, ou seja, abrange os Eslavos, cujas relações asiáticas não impedirão de ingressar no movimento europeu. Também, a América, onde vemos florescerem a civilização, as instituições da Europa, sem que se esqueçam dos fenômenos políticos, econômicos e religiosos culturais étnicos que engendram a história do velho continente.

A tomada de consciência da existência de um vasto mundo não europeu ou se preferirmos não branco e não ocidental, do qual já o peso demográfico seria suficiente para criar seríssimos problemas para o Ocidente contemporâneo, impele-nos a considerar novamente a divisão em períodos da história mundial. E, nós interrogarmos se ela deverá ser sempre concebida em função dos conceitos, assuntos e princípios europeus. Se não se encontram sincronismos, ou um “critério universal”, o que é muito verossímil, não seria o caso de nos satisfazermos, relativamente ao passado, até uma época bem recente, com as “divisões cronológicas estabelecidas e institucionalizadas” numa Escola Secundária de Referência Regional, em quadros geográficos restritos? Em parte, é a esta

preocupação que parece corresponder a divisão das civilizações propostas por Toynbee. A noção de “área cultural,” bem difundida hoje em dia.

Não pode existir em se tratando de geografia uma verdade confortável e consoladoramente definitiva, em geopolítica e história isso jamais ocorrerá. A Espanha Católica inaugura sua hegemonia na Europa e no além mar em 1559 com a Paz Católica de Cateau Cambesis, atinge seu ápice em 1580 com a união peninsular, porém declina em 1640 com as rebeliões que há muito vinham se desdobrando pelas contradições internas do Império e hegemonia espanhola. Foram eles: a guerra da Catalunha, a rebelião de Nápoles, a conjuração da Andaluzia, a insurreição dos Países Baixos, e por fim a restauração portuguesa.

A primeira vista nos parece paradoxal que Portugal e a Espanha conseguiram preservar seus domínios coloniais depois do fim da hegemonia ibérica, do aparecimento da de outras potências concorrentes na Europa e no Ultramar como a Holanda, a França, e a Inglaterra elisabetana. A Europa Ocidental de Utrecht, Rastadt e, finalmente Alx-la-Chapele, e neste contexto turbulento a Guerra da sucessão ao trono espanhol com Felipe V. As alianças daquele mundo globalizado Luso-inglesa e franco-espanhola, incluindo os austríacos e os interesses Habsburgos, entrelaçavam-se a esse emaranhado de situações político-religiosas que consolidou-se com Felipe V reconhecido como rei da Espanha mediante sua renúncia à coroa francesa. Criavam-se as condições políticas e históricas para o que viria a serem as revoluções liberais das Luzes, de 1776 nos Estados Unidos e a Revolução liberal Francesa, cujos legados repercutem positivamente até os dias atuais, no que se convencionou chamar de os Estados Democráticos de Direito das democracias avançadas do primeiro mundo legitimamente obras da Civilização Protestante.

Todo esse processo se caracteriza e vislumbra-se em todo um contexto de transformações abrangentes de superação do Antigo regime e, que, necessariamente, colocam em cheque os mais amplos padrões de concepções éticas, culturais, políticas e econômicas que davam sustentação as teorias que legitimavam a ainda sobrevivente psicofera social de suporte

ao mundo medieval feudal. Resultado de um contexto de progressiva des-sacralização, iniciado na segunda metade do século XVI com a definitiva ruptura da unidade cristã na Europa moderna, este percurso conheceria ainda, nos séculos XVII e XVIII, uma poderosa resistência por parte da Igreja Católica que, reatualizando a oposição entre religião e magia, instaurava uma polarização da qual seriam herdeiros os pensadores que, no século seguinte, se debruçariam sobre o fenômeno religioso.

Thomas Paine, cujas ideias expressavam as aspirações radical-democratas dos pequenos artesãos e artífices empobrecidos, é tão popular por ter escrito o primeiro livro para provar através de uma linguagem popular que a Bíblia não é a palavra de Deus. Em relação a um debate proveitoso acadêmico com os mecanicistas, da década de 1820 que seguiam o socialista idealista pré-marxista Robert Owen, não só por sua análise do capitalismo, por sua descrença e, muito depois do fracasso do owenismo, por sua obra “corredores da ciência”, que continuou a disseminar a propaganda racionalista através das cidades”. Havia e há socialistas religiosos, e um grande número de homens que, enquanto religiosos são também socialistas. Mas a ideologia predominante dos modernos movimentos socialistas se baseia no racionalismo do século XVIII.

Isso é ainda mais surpreendente pelo fato, de que as massas permaneceram predominantemente religiosas e de que natural idioma revolucionário das massas criadas em uma tradicional sociedade cristã é um idioma de rebelião [heresia social, milenarismo, etc.]. Sendo a Bíblia um documento altamente incendiário. Entretanto, o secularismo dos muitos e novos movimentos socialistas e trabalhistas se baseavam no fato, igualmente novo e mais fundamental, da indiferença do novo proletariado em relação ao que para eles, naquele momento histórico de suas lutas políticas representava a religião como um empecilho aos seus mais fervorosos ideais de emancipação. Pelos padrões modernos as classes trabalhadoras e as massas urbanas, que aumentavam no período do ápice da Revolução Industrial.

As Igrejas estabelecidas, portanto, negligenciavam essas novas comunidades e classes, abandonando-as [especialmente nos países católicos e luteranos] quase que inteiramente a fé secular dos novos movimentos trabalhistas, que mais tarde iria captura-los, já no final do século XIX. Como em 1848 não feitas muito para conservá-las, e os esforços para reconquistá-las também não foram muito grande. As seitas protestantes obtiveram maior sucesso, pelo menos em países como a Grã-Bretanha, em que tais religiões eram um fenômeno político-religioso bem estabelecido. Esse complexo e aprofundado processo que desafia os entendimentos dos historiadores para explicar os desdobramentos e buscas de identidades políticas, religiosas e culturais do catolicismo e protestantismo cristãos, é, sem dúvida o esboço uterino para a gestação da *Rerum Novarum* de Leão XIII, e com ela a renascença humanista secular da fé no que diz respeito ao arcabouço da Doutrina Social da Igreja uterina.

Na Europa Continental, apesar de certo pioneirismo iniciado pela Sociedade Missionária dos Países Baixos em 1797 e pelos Missionários da Basileia em 1815, a atividade dos protestantes se desenvolveu um pouco mais tarde, as sociedades de Berlim e da região do Reno, na década de 1820, as sociedades suecas de Leipzig e de Bremen, na década de 1830 e a norueguesa, em 1842. As missões do catolicismo, cujas atividades estavam estagnadas e desprezadas, renasceram mais tarde ainda. As razões para estas enxurradas de bíblias e de intercâmbio de comercio e cultural entre protestantes e católicos com os pagãos pertencem tanto a história religiosa como a história social e econômica da Europa e da América. Em meio a esse conturbado processo histórico, ao contrário, o islamismo continuava sua progressiva e silenciosa expansão.

Aqui basta simplesmente notarmos que, por volta de 1848, marco da origem do socialismo marxista ou científico e da história reconhecida no mundo acadêmico pelo estatuto de ciência, os resultados destes movimentos religiosos ainda eram desprezíveis, pelo menos no âmbito Ocidental Atlântico. Posso dizer sem exagero e medo de cometer equívocos, que de 1815 a 1876 os segmentos cristãos institucionalizados, em especial, A Igreja

Católica Romana, abriu-se em suas teologias e filosofias, sejam relacionadas à vida sócio-político-econômica, antropológica e ética para criar por necessidade de sobrevivência, novas concepções sobre o humanismo secular e tentar estabelecer sua conciliação com a fé católica, ou melhor, conciliar a liberdade humana, dentro das exigências de se possível dar respostas para as perguntas daquele momento da história, sem esquecer à necessidade humana em sua totalidade, de recorrer à providência divina.

Dos 42 anos de vigência da *Belle Époque* e, inevitavelmente seu fim, com a dupla guerra mundial encerrada em 1945, outras buscas históricas humanas para novas eras de crise existenciais, e dos novos princípios e conceitos que as ciências naturais, humanas, sociais, como também as Escolas de Literatura daquele contexto com a ajuda das filosofias e ciência da religião poderiam oferecer como conforto. O homem é, pelo menos em profundidade, inexplicável, indevassável e ambivalente, numa palavra, ele vive em um universo onde impera os antagonismos e os mais exagerados paradoxos. Assim como a religião, a fé e a espiritualidade são produções histórico-culturais do homem senhor da história e de seu destino, podemos entender que quem compreende que o mundo e as “verdades” sobre o mundo são radicalmente humanas, esses homens sim podem ser capazes de fazer a historicidade de o mundo acontecer e sempre se transformar permitindo aos indivíduos se fazerem homens.

São muitos e, aqui, incluo os que passaram, a procurar dar uma definição sistemática científica sobre os mais diversos conceitos sobre o que podemos entender como história das mentalidades. Numa visão ampla, é de suma importância entender que para discutir um objeto de pesquisa tão complexo e profundo todos esbarraram em suas imprecisões e ambiguidades, que marcaram a história das mentalidades e, paradoxalmente, ao mesmo tempo contribuíram para o seu desgaste, fortalecendo os argumentos de seus adversários. Cada povo nação está inserido em um determinado tempo e realidade específicos ao seu processo histórico de evolução.

Podemos afirmar que no plano eclesiológico de Paulo III a Leão XIII, a Igreja Católica envolve-se necessariamente a todo um processo histórico que passa pelo humanismo secular renascentista, abrange a Reforma Protestante e Contra Reforma Católica, fatos que se envolvem pelo pioneirismo português e as aventuras político-geográficas de Colombo, Vasco da Gama, Américo Vespúcio, Hernandez Cortez e Francisco Pizarro entre tantos outros de igual contribuição para os avanços das mentalidades do homem civilizado do velho mundo e das cabeças pensantes daquela época, para entender que o mundo humano é e sempre será indevassável em sua infinita e ininterrupta categoria histórica de crescimentos.

Só na Era das Luzes que se estende da década de 1640- 1808 criariam as possibilidades de um amadurecimento cultural, político e sociológico para o pensamento judaico-cristão, e necessidades de sobrevivência existencial da Igreja na acepção mais ampla do entendimento da ou das naturezas dessa instituição político-religiosa. O positivismo de Von Ranke, Fustel de Coulange e o historicismo de Gustav Droysen que foram os primeiros paradigmas enquanto escola tradição de exploração do pensamento científico sobre a História foi naqueles contextos significativamente fundamentais para o homem e as sociedades ocidentais, em meio ao desafio de o homem buscar encontrar respostas sobre si mesmas. A Igreja não se alienou às exigências históricas.

Para um melhor entendimento do leitor será de suma importância fazermos uma leitura a partir de 1474, e isto nos remete especialmente a Espanha e ao reino de Castilla, e nos deixarmos levar por uma longa jornada de leituras de mundo que se consolidam em 1856 com a consolidação da Revolução Francesa e o golpe letal na Idade Média. Isto é a formação do útero da *Rerum Novarum* do papa Joaquim Pecci. Só no Código Canônico de 1917 enfrentaríamos alguns retrocessos históricos que nos desafiam a entender paradoxos não só de cunho teológico, mas, também, cientificamente políticos e filosóficos na caminhada da Igreja peregrina.

O nosso presente no qual está inserida a Igreja Católica é que nos cria as condições mais amplas e claras para entendermos o passado que sempre

ressuscitará para nos fazer pensar a Igreja em toda sua historicidade. Por exemplo, o diálogo inter-religioso proposto pelo papa Francisco é fruto não da benevolência da Roma, mas uma necessidade de se adaptar aos novos “discursos” imagético-discursivos que se dão em um determinado lugar em meio aos seus contextos e seus emaranhados socioculturais geopolíticos. Numa palavra, vamos jogar lenha na fogueira, pois não sabemos se na posteridade as sociedades, sobretudo ocidentais, estarão conosco.

Das díspares partes orientais até os mundos ocidentais, menos ou mais ricas, melhor ou pior governadas, em meio às questões sociais e crises políticas e econômicas, enfrentando doravante os contatos e conflitos ente si em seus recursos e defesas, defesas em um sentido mais amplo da palavra, todos os processos dinâmicos e dialéticos que, apesar de seus retrocessos, construíram com díspares tijolos suas identidades em se tratando das necessidades de respostas de suas épocas às perguntas pelas quais todas as civilizações foram e são desafiadas ininterruptamente pela história.

Dizer que foi em tal data que terminou o longo processo de formação e consolidação das aspirações triunfantes das sociedades burguesas é sem dúvida um procedimento de vulgarização e de pedagogia muito cômodo, é dar muita importância a um falso problema. As civilizações católicas e protestantes entraram e se condicionaram, e até mesmo se direcionaram nessa longa duração, com “posturas discursivas” ao nível ideológico e hermenêutico, dando mais espaço e importância a uma concepção de mundo predominantemente utilitarista.

Não importa se os protestantes, segundo uma visão de mundo de Weber, assimilaram primeiro e melhor eficazmente os propósitos históricos do capitalismo. O maior sentido ímpar a ser advogado agora, e disto nem a ética ou mesmo as virtudes teológicas podem fugir, isto pelo menos em tese, é que a partir de Pio IX, os católicos concomitantemente na Era do Capital à Era dos Impérios também, e isto inclui a Igreja Institucional, assimilaram os valores ético-morais de uma classe revolucionária que começara a nascer no século XII, onde a ênfase político-econômica e, por que não, filosófica, é e sempre será acima de tudo o lucro. O lucro é uma

ética? As nossas mentalidades são determinadas pelas condições culturais e mentais instituídas como prática que respaldam os valores morais considerados corretos pelas sociedades onde os homens habitam. A ideia de que haveria uma unidade fundamental a todas as religiões, de que os múltiplos nomes dos deuses designariam uma só divindade ou de que a razão humana poderia por si mesma chegar ao conhecimento, as “verdades”, foram conclusões que demonstraram o interesse pela história das religiões, desde a Antiguidade, quando Aristóteles já formulara a “teoria da degenerescência religiosa da humanidade”.

Diferentemente dos objetivos da “sociologia da religião”, que introduziu suas preocupações com o fenômeno religioso na busca de leis gerais do funcionamento das instituições da sociedade, a “ciência das religiões”, ou a “história das religiões”, passou a ser um objeto específico que é a origem das religiões de um lado, e a essência da vida e do homem religioso, do outro. Quando a disciplina científica é a história que tem seu campo de objetos de pesquisas, é preciso academicamente falando, entendermos que todos os campos disciplinares existentes são e serão sempre históricos e, em se tratando das ciências humanas, ou seja, ciências que se preocupam em explicar o homem que está no mundo e com o mundo e sabe-se assim, por isso se educa e faz cultura e ética, ao contrário dos animais que apenas estão no mundo.

Não apenas a geografia e a história têm essa preocupação científica, mas também, a psicologia, psicanálise e psiquiatria, e por que não a biologia, a sociologia, a ciência política, antropologia, a filologia e a religião, sobretudo as “grandes religiões”. As doutrinas religiosas institucionalizadas ou mesmo fruto das culturas populares, são expressões dos homens no tempo histórico. Há ainda os que procuram relacionar o surgimento de certas religiões às transformações históricas totalizantes e totalizadoras. É o caso do estudo das origens da Igreja Católica cujo útero foi o Édito de Milano no ano 313 que dava liberdade de culto aos cristãos, e O imperador romano pagão até o leito de morte Constantino. A Igreja recebeu o nome de Católica que quer dizer universal em 391 através do decreto imperial

Conctus Populus de Teodósio I. Depois tivemos os cinco patriarcas que juntos formaram o útero do papado: Constantinopla, Alexandria Antioquia, Roma e Jerusalém. Um único patriarca e, portanto, papa, foi o italiano Leão Magno no ano 440.

Essa tentativa de pura engrenagem e astúcia política do Império de Roma para não sucumbir, tem historicamente antecedentes culturais e filosóficos se formos capazes de pensar além do aqui e do agora, ou seja, Os cristianismos assim como o catolicismo nasceram e cresceram graças aos contatos e conflitos da Igreja nascente com outros povos em suas culturas e práxis políticas baseando-se no “universalismo cristão”, sobretudo o entendimento de alcance dos conhecimentos históricos de que a Civilização Ocidental Cristã é irmã do que se convencionou chamar de civilização judaico-cristã, mas, concomitantemente, das influências e sustentações do mundo clássico greco-romano. Na história da Igreja a predominância do pensamento aristotélico-tomista só começa a ser superado quando ocorreu a revolução dos modos de produção, que denominamos de os tempos finais do feudalismo e o início do capitalismo. O que aconteceu com a velha ciência, com a velha cultura, com a velha educação, o velho direito, e a velha religião? Também se modificaram.

Numa sociedade onde o trabalho era considerado inferior aos seus fins porque nela predominava a teoria aristotélica das quatro causas hierarquizadas, em que o objetivo do trabalho era apenas conseguir um sustento satisfatório para si e sua família, a Igreja podia denunciar os aproveitadores que lucravam explorando a força de trabalho de outrem. Mas numa sociedade onde se defendia o trabalho como fonte de riqueza e produtividade e, se exigia dos indivíduos a contínua capacitação para a livre competitividade, pois Lutero já dizia que o homem é chamado à salvação não apenas pela oração e penitência, mas também, pelo trabalho, não havia mais espaço para a teoria econômico-teológica de São Tomaz de Aquino do “preço justo”, e de se considerar o lucro como um pecado.

A marcha ininterrupta do progresso da Revolução Industrial que se inicia nas Revoluções Inglesas das décadas de 1640-1660, e a qual atinge

seu ápice em meados do século XIX, destacando-se desde os princípios pelo exemplo dos Puritanos. Enquanto os teólogos católicos questionavam a riqueza e o lucro, afirmando que ambos eram a estrada para o inferno, o puritano Pastor e Lord Baxter dizia que se os homens não aproveitassem às oportunidades de fazer fortuna, não estariam servindo a Deus.

Tomando como exemplo os Metodistas e Anabatistas, como o Arquiduque e Pastor Wesley: “não podemos impedir as pessoas de serem diligentes e fugais; devemos estimular todos os cristãos para que eles assimilem convictamente em espiritualidade [vida material e supra material] e pela fé em nosso Senhor Jesus Cristo que lucrar é uma das maiores graças que Deus pode nos dar”. Deus vive no presente e para ele o meu futuro é presente. Por isto não podemos dizer que deus prevê, mas que vê tudo no seu presente. O animal está sob o tempo. Para ele não há ontem nem amanhã. O animal não tem tempo e muito menos consciência dele.

Para Deus também não existe tempo porque está sobre ele. O homem ao contrário está no tempo e abre janelas no tempo, ou seja, dimensiona-se, tem consciência de um ontem e de um amanhã. O homem se identifica com sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem-história.

Só o homem pode fazer cultura, educação, ciência, técnicas e filosofia e arte. Graças a todo esse processo histórico, e se é histórico é dialético. Ora, eis, pois estarmos agora diante de antagonismos e paradoxos, pois as concepções de cunho ético-morais e teológicas acima defendidas por cristãos católicos romanos e protestantes queriam, como ainda hoje querem criar uma concepção de história como um fundamento exclusivamente metafísico.

Consumada pela gestação acadêmico-universitária das novas ciências como a história, a sociologia, antropologia social e a geografia, e este é o gene daquilo que a partir de 1929 seria o início dos processos interdisciplinares dos princípios sem os quais é impossível falar de história para alunos adolescentes e no ensino secundário, e da aproximação, diálogo e legitimidade intelectual entre as ciências humanas e as ciências sociais. Porém dialeticamente, o apogeu das ideologias de “extrema direita” do Nazismo e do Fascismo, e de “extrema esquerda” com o stalinismo emergem como

a negação da negação. Naquele contexto histórico essas ideologias eram os “discursos do momento”. Isto precisa ser repensado, reescrito e recontado, senão não é história. A escola pública ensina em salas de aulas cronologia e tão somente, nunca ensinam história. Professores de decoreba deixem nossos jovens em paz.

As palavras são testemunhos que muitas vezes falam mais auto que os documentos. Nos desdobramentos de origens e crescimento de espaço de compilações de conceitos que foram fundamentais para dar legitimidade aos anseios triunfantes das burguesias, acima de tudo, baseados no capitalismo judeu ortodoxo, as seguintes palavras que nascem como uma “revelação”, pelo menos em se tratando da teologia das seitas calvinistas, elas é: “Empresa”, “empresário”, “indústria” e “industrial”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo”, “socialismo”.

Para assimilarmos estes termos doutrinários do ponto de vista político-ideológico em todo seu processo de origens e amadurecimento acrescido que abrange um tempo de “longa duração”, portanto, da segunda metade do século XVII até os anos 1920, precisaremos partir do princípio de que ao se falar de poder político-ideológico necessariamente nessa linguagem rebuscada está presente o poder religioso enquanto paradigma de dominação ao nível de dar legitimidade ética e cultural à trilogia de poder que é uma máxima presente nas formações estatais e jurídicas que caracterizaram a história da humanidade desde o surgimento das primeiras civilizações.

Os poderes políticos, econômicos e religiosos para se sustentarem e ganharem essência de dominação, precisa acreditar que pela educação e pela cultura pedagógica instituída através do Estado, “podem controlar os pensamentos das massas”, pode instituir uma psicologia de massa capaz de “convencer a todos que existe uma lógica absoluta”, uma “ordem intocável” e, numa palavra, “verdade absoluta”. Vários psicólogos, psiquiatras e psicanalistas “acreditam que podem manipular com controle total as manifestações intelectuais e emocionais de seus pacientes”, realmente a “loucura” jamais terá assim como a “normalidade”, um conceito absoluto.

Entretanto se o homem conseguisse sobreviver apenas das ciências e das filosofias, certamente ainda ficaria faltando algo para lhe resgatar da periferia existencial: a arte. Na sua obra *Humano Demasiado Humano* Frederico Nietzsche diz: “a arte existe para que não morramos da verdade”.

Durante a Idade média, sobretudo no mundo ocidental, A Igreja Católica Romana Cristã exerceu um controle pretensiosamente absoluto sobre a cultura, as artes e a educação. É a Era do império da teologia teocêntrica. Um dos pensadores católicos de renome no século XII chamado Petrus Damianus dizia que:

“O maior objetivo do homem e da mulher no mundo deve ser o de salvar sua alma do perigo do fogo do inferno, onde o fogo jamais se apaga, e, que, a melhor maneira de se conseguir atingir esse objetivo é se tornando padre ou freira e, portanto, um padre ou freira não precisa de filosofia”.

Em um período em que os próprios europeus tinham um insignificante conhecimento da dimensão existencial de outras grandes civilizações, até porque o tinham sabido era baseado nas “histórias” de viajantes aventureiros, que misturavam fatos reais com elementos fantásticos e fabulosos. A Europa não era o continente mais fabuloso da terra perdendo nestes requisitos para a Índia e a China. A China da Dinastia Ming, era a grande potência ultramarina e colonial antes mesmo que Portugal e Espanha. Ora, o expansionismo imperial por excelência da China já se iniciara no século XII. Suas religiões eram milenarmente mais antigas que o próprio cristianismo que a princípio era uma seita oriental que cresceu a ponto de se tornar fundamento cultural da “Civilização Europeia Ocidental”, graças ao seu sincretismo religioso via Igreja Católica com os valores políticos e culturais de outros povos com os quais ela manteve contato e se entrelaçou para sobreviver. Isso é legitimado no século VI com suas alianças com os pagãos.

A Igreja Católica Romana foi buscar a sua maneira inspiração no cristianismo que nasceu em Israel Ásia Ocidental, portanto, não é mundo ocidental. O Cristianismo como nós homens ocidentais o conhecemos não

nasce como doutrina original, pois tem raízes no Mitraísmo Persa, no Estoicismo e Epicurismo tão apreciado pelo turco da Sílicia Paulo Apóstolo. Isto sem esquecer-se de lembrar que seu braço direito filosófico na Idade Média foi Platão.

Portugal e Espanha superaram a Idade Média quase em meados do século XIX, A França em 1848, A Inglaterra superou os tempos medievais entre as décadas de 1710 a 1720. A Igreja Católica só o fez o mesmo em concomitância com as potências ibéricas. A Alemanha e a Itália só superaram historicamente a Idade média nas décadas de 1840-1870, a Rússia dos Romanov só o fizera em 1915 devido ao legado da Revolução Liberal de 1905 liderada por Kerensk. As concepções científicas, filosóficas e artísticas literárias em busca do vir a ser temporalizaram, dimensionaram além, e promoveram a superação dialética sem a qual os homens não fazem educação e história. Nenhum dogma religioso é capaz de resistir a isso. As pretensões prepotentes e arrogantes da Igreja Católica Romana, através das falsas Decretais de Isidoro, e das falsas Doações de Constantino se revelariam graças a o Renascimento secular e a Reforma Protestante como dois grandes embustes da história. A crítica histórica é filha do protestantismo. Giordano Bruno já advertira à luz da historicidade da sua época para esse erro que contradiz qualquer princípio de fé e espiritualidade cristãs. Como diziam os Generais Romanos: *Áquila Non Capit Muscas*.

A linearidade do pensamento histórico proposto pelos iluministas precisa ser repensada à luz das “realidades” que orbitam nosso tempo histórico hoje. O Iluminismo é filho da Inglaterra Puritana, Presbiteriana e Anglicana revolucionária de 1603-1714, e, justamente por isso, deve pagar algum tributo ao legado Barroco que foi uma ponte idealista para o neoclassicismo nos contextos revolucionários liberais burgueses do século XVIII.

Com a emergência da preponderância francesa nos tratados geopolíticos dos Pirineus do século XVII [1659], entre elas potências mundiais protestantes podem enfim afirmar que os equilíbrios políticos internacionais já não eram mais exclusividade das potências católicas ibéricas. A decadência do império espanhol foi lenta e melancólica desembocando na

guerra da sucessão. O mundo torna-se pelas políticas de alianças, e graças a elas Portugal e Espanha resguardaram seus respectivos domínios no ultramar, marcos da antiga hegemonia, durante, pelo menos, nos desdobramentos históricos do século XVII. A Revolução Industrial exigia reajustamentos políticos, técnicos e econômicos, e culturalmente em relação às artes literárias. O Neoclassicismo foi uma tentativa válida de dar respostas às exigências da história da época.

A hegemonia espanhola durou exatamente uma centúria [1559-1659]. Os Tratados de Westfália e dos Prineus, Utrecht e Aux La Chapele inauguradores da preponderância francesa no reinado de Luís XIV consumaram este contexto. Para a Espanha foram muitos os fatores internos de sua desagregação e enfraquecimento político: a guerra da Catalunha por independência que dura até nossos dias atuais, a rebelião de Nápoles, a conjuração da Andaluzia e a revolução portuguesa de 1632-1640. Os protestantes aliados à burguesia que era simpatizante de sua teologia e teorias bíblicas deram o apoio decisivo para essa longa e processual dinâmica de historicidade dialética em relação à política, a cultura e a arte. Estava começando a nascer o que se convencionou chamar de sociedade burguesa. Se a França teve como embaixadores políticos os bispos Richelieu e Mazarino, a Itália o bispo Grotius, os Ingleses tiveram Thomas Harriot e Oliver Cromwell. Portugal e sua coroa tivera Padre Antônio Vieira um dos papas da literatura barroca. O Barroco não passou, aliás, em história tudo nunca passa, mas oferece elementos que são vitais para os contextos artísticos, científicos e filosóficos do contemporâneo, pois só assim fazemos existir educação e pedagogia nos sentidos mais amplos das palavras.

Padre Antônio Vieira foi um truculento defensor dos índios, dos judeus, e das mulheres, maçom e cigano, vítimas da cruel perseguição da Inquisição católica. Justamente por isso foi intimado a comparecer ao Santo Tribunal da Santa Inquisição Católica para ser interrogado. Como Diplomata da coroa de Portugal iniciou sua carreira em 1641 pós-dominação espanhola.

O Cenário histórico onde desenvolveu sua vida e obra foi marcado pela restauração portuguesa. O seu desafio foi o de reerguer Portugal

politicamente desde que a Espanha o submeteu ao seu jugo desde o Rei Católico Carlos V que considerou Lutero como um Herege e fora da lei, determinou sua prisão, porém sem sucesso, porque Lutero estava sob proteção da burguesia e dos Déspotas convertidos a nova fé. Quanto ao seu filho Felipe II, católico fervoroso e sectário que fez de Sevilla a capital europeia da inquisição. Por trás dos tronos, sobretudo espanhol e português estava a Santa Sé.

Esse contexto de enfraquecimentos de Portugal e fortalecimento da Espanha não fora obra do acaso, mas, é preciso entender que esses desdobramentos factuais da história europeia e, mais que tudo fora também uma questão de mazelas e querelas religiosas da época. O mesmo Papa que fez a *Bula Inter-coetera* e o Tratado de Tordesilhas, que nitidamente beneficiou no Brasil os interesses de Espanha, deixaram uma forte contribuição política, geográfica para o fortalecimento de Espanha. Estou falando do papa Rodrigo Borgia que era espanhol, não por ação do Espírito santo, mas, porque, o seu país agora um estado-nação unificado, era simplesmente a maior potência imperial do mundo.

O neoclassicismo na posteridade, e que ganha ênfase nos reinos da Erudição com a fundação da Arcádia Lusitana, reage ao Barroco. Coerentemente o que até agora está ao nosso alcance como poder de assimilação, é que este movimento histórico literário surge no final do século XVII como fruto e legitimação do significado histórico das revoluções inglesas que eram um profundo reflexo das Guerras religiosas entre a Civilização Católica e a Civilização Protestante no período de 1587-1714. Os protestantes quando se aborda analiticamente sobre essa secular guerra contra católicos, e isto não é fato exclusivo da Inglaterra, lhes é possível construir a escrita e “os discursos da história dos vencedores”, entretanto, em se tratando dos católicos, veremos “os discursos dos vencidos”, e sua correspondente escrita da história como tal.

A escrita da história envolve práxis históricas sem a menor possibilidade de se estabelecer qualquer dicotomia com os processos dialéticos que envolvem as práticas sociais. A história contracena e se faz numa

construção da reciprocidade entre os “discursos e as realidades” e suas possíveis respostas aos vazios aos qual a história ainda não os consegue preencher e alcançar. Se algum dia a história assim o fizer, ela deixara de existir, ela se negara a si própria, e o homem mergulhará num vazio existencial sem precedentes desde sua origem terrena. Numa palavra, a linguagem meramente se coisificará.

O Barroco, por exemplo, nos legou todo um rebuscamento presente na arte e literatura como reflexo dos contatos, entrelaçamentos e conflitos dualistas entre o terreno e o celestial, entre o homem antropocêntrico e o Deus teocêntrico, o pecado e o perdão, a religiosidade medieval e o paganismo presente no humanismo secular. No Renascimento humanista secular, portanto pagão, ao qual Leonardo da Vinci, Donatelo, Miguel Ângelo, Bracciolini em se tratando da Itália, Erasmo de Rotterdam antissemita nos Países Baixos, Camões e Cervantes na Península Ibérica e Shakespeare e Rabelais com sua “práxis religiosa “pagã” tiveram como mecenas os Santos papas infalíveis, esse é pelo menos um dos dogmas da Igreja, fossem das famílias dos Médici ou um Borgia como Alexandre VI, seus patrocinadores e protetores. Uma coisa era o que a Igreja dizia, outra coisa era o que ela fazia através dos sucessores de Leão I ano 440.

Os conflitos e contatos inevitáveis entre o corpo e a alma tão abordados literária e filosoficamente pelo Barroco, trazia consigo uns estilos nascidos em decorrência das crises internas, dos conflitos entre os contrários que nor-teavam o pensamento e a alma barroca renascentista, queiram ou não, principalmente pelas fortes divergências religiosas que colocam em xeque o pretenso universalismo uno do catolicismo romano, e pelas dificuldades econômicas e paradoxos políticos internos e externos, decorrentes das crises de superações históricas pelas quais passava embrionariamente o Feudalismo e do declínio do comércio com as Civilizações Orientais.

Dizer que o Barroco começa no final do século XVI e se encerra num contexto Europeu conflituoso de Guerras religiosas e políticas, sobretudo envolvendo as emergentes potências da Inglaterra de Oliver Cromwell “O eleito de Deus”, a França de Luiz XIV e Richelieu e a Holanda de Orange,

não esquecendo a dramática Guerra de Sucessão ao Trono Espanhol, é sem dúvida cometer um crime de reducionismo. Só os discípulos de Niebuhr, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, e por que não Von Ranke, Taine, para acreditarem que o fato é simplesmente singular, único e absoluto. Eu proponho Foucault, Roger Chartier e François Dosse: “o fato é um processo”. Toda e qualquer periodização, datação em história é arbitrária.

A História não é uma sucessão de eventos, e a árdua tarefa do professor de história é explicar o que aconteceu. A Julgar pelas declarações, aparentemente a historiografia positivista “dita metódica”, deixou para trás todas as formas de evasão da história e ovacionou, cultuou o evento, em sua singularidade e irrepetibilidade. A transcendência do presente mítico, o absoluto da fé e do Espírito-Liberdade parecem ter sido definitivamente abolidos da perspectiva histórica, que se quer mergulhada na temporalidade “acontecimental”, descontínua, dispersiva.

Para tanto, pelo menos nos parece, esta é a forma mais desesperada de fuga da história, que é tentada por todos os meios já conhecidos e cria outro meio. O meio do esforço de “objetividade científica”. Mito, fé, utopia e objetividade, todos os meios possíveis para de recusar a experiência vivida da história foram utilizados, e ainda hoje se faz nas escolas e faculdades o mesmo. Mas, o tempo não para.

Deixando de lado a história objetiva, nosso tempo introduz ou reintroduz, em suma, o professor de história na história. Ele admite que, queiramos ou não, a história não pode escapar a subjetividade, pois ela se deve à interpretação dos fatos e ao levantamento das hipóteses. A história não mais é comparável à imagem de um momento definitivo, para o qual cada erudito contribuiria com sua pedra, que deveria se acrescentar às de seus predecessores e de suportar as de seus sucessores, participando, assim, do perpetuo progresso dos conhecimentos mediante seus acúmulos.

Na verdade, as verdades tidas, a apenas um quarto de século, por absolutas em física, biologia ou química, por exemplo, caíram no desvanecimento mediante os esforços das mentes pensantes dos tempos contemporâneos. Tornaram-se, por sua vez, verdades relativas e

dependem da escola em que se coloque o observador. Os princípios considerados como intangíveis relegaram-se agora à categoria de provisórias hipóteses de trabalho, na expectativa de melhores aproximações. Por uma espécie de paradoxo, é à medida que a ciência progride, amplia seu domínio, penetra em setores antes inexplorados que ela, recusa às certezas cômodas, tidas por alcançadas no século XIX. Será preciso acreditar em que, reconhecendo seu valor relativo, a dependência estreita que a prende ao professor de história, nossa disciplina renunciou definitivamente ao seu caráter de ciência? Não creio.

O Grande historiador francês da Revolução francesa George Lefebvre nos afirmava: “Jamais tudo será dito”. Historicamente, não podemos negar que só foi possível o fortalecimento das instituições do parlamento pelos precedentes fatos históricos das revoluções puritanas de 1638-1669 na Inglaterra, instituindo as bases político-jurídicas não apenas das monarquias constitucionais, como também, e isso devemos a Civilização Protestante, as condições históricas que criaram as possíveis circunstâncias sociológicas, políticas, econômicas, culturais e éticas para a Revolução de Independência dos estados Unidos deflagrada em 1776 sem a qual a Revolução Francesa jamais teria tido seu sucesso. Ambas foram arquitetadas intelectual e pragmaticamente da segunda década do século XVIII até a década de 1840. A história não tem pressa.

A burguesia aliada aos protestantes ativos pela filosofia e a ciência maçônica, juntos numa aliança estratégica e histórica por excelência, tornaram possível suas vitórias sobre o Antigo regime colonial o qual, ainda sob fortes influências feudais, e, num xeque mate, vencer os déspotas “esclarecidos”, as sumas pretensões de caráter ezquizo-político-psicóticas das realzas políticas de sobrevivência dos Habsburgos Status quo ante, geograficamente, sobretudo envolvendo as querelas geopolíticas Ibéricas, Franco-Inglesas e austríacas e o teocentrismo teológico católico papal. Só os anos 1870 consumariam os anseios e objetivos mais largos destas revoluções. Neste processo gatinhava a Belle Époque, mais não por muito. É evidente que estamos a nos colocar diante de paradoxos e amplos antagonismos, porém, sendo a história

dialética, como dizia o professor Glénisson: “Temos que nos resignar às incertezas da história e deixar de lado àquelas conclusões confortáveis e tranquilizadoras”. É impossível estudar história e não se inquietar. É impossível fazer ciência e não se inquietar. Eis a “*Divina Comédia Humana*” de Balzac ou “*O Alienista*” de Machado de Assis.

O subjetivismo da história, que é uma concepção relativista, expressão mesma do “historicismo” alemão, transformou-se num dogma de nosso tempo. Sente-se mesmo um prazer maligno em demonstrar os ídolos do século XIX, em demonstrar, por exemplo, que Ranke o pai da “história objetiva”, não escapava das influências de seu próprio tempo. Agindo dessa maneira, verificando nossa concepção mesma, obedecemos, nós também, a uma corrente de ideias que ultrapassa amplamente o conjunto dos estudos históricos. Como professor de história quer queiro ou não, quer goste eu ou não, sou profundamente influenciado pelas condições sociais, políticas, religiosas, econômicas, culturais, educacionais, pedagógicas e éticas de meu tempo.

Diante de toda uma enxurrada de teorias que nos remetem ao problema do homem, o homem como problema, é envolvido por todo um contexto de expressões paradoxais, e eu sei disto, têm a finalidade de examinar, moldar, assimilar filologicamente e se possível aceitar este mundo, assim como até hoje se apresenta, de tal forma que, com isto, se analise e se interrogue o próprio homem. Não se pode falar do mundo de maneira objetiva como de uma coisa que repousa em si mesma, mas só de uma maneira existencial, com o olhar voltado para sempre e para trás, não perdendo de vista o homem, ao mesmo tempo desafiado e atingido pelo mundo histórico. Isto, talvez, vale hoje mais do que nunca.

O homem está sempre em jogo nas suas mais variadas relações e experiências com o mundo de hoje, as quais não resultam jamais como toda uma gama de informações unívocas, que seriam uma “simples imagem” do homem e defina a sua posição no conjunto de tudo que existe. Todas as imagens que o passado criou a respeito do homem não resistem, de modo geral, ante a riqueza de tensão, que a hodierna experiência do mundo e da

pessoa encerra. Isto vale, sobretudo de três interpretações delineadas pela tradição ocidental: o homem como ser microcosmo, como indivíduo e como ser social.

Esta ideia do homem como uma miniatura, um microcosmo dominou em grande parte a visão do homem na Antiguidade cristã e da Idade média, portanto, essa concepção que nasce do grego Demócrito se desdobrou até o ocidente superar o medievo feudal, aristotélico nas transições do século XVIII para o século XIX. Realmente ela continuou, por longo tempo, a exercer seu influxo dentro da Idade moderna. Por exemplo, em Gottfried von Leibniz 1646-1716, Herder 1744-1803, Schelling 1775-1854. Mas esta representação dificilmente se harmonizava com a imagem do mundo que as pesquisas modernas iam mais e mais alargando.

O homem como indivíduo reflete a imagem oposta, criada pela Renascença, deve ser considerada também como insuficiente. Ela interpreta o homem como exceção, no conjunto da natureza, dependendo exclusivamente de si mesmo. Como reflexo de uma época profundamente marcada e caracterizada pela ideia e vontade de poder, respaldado em Nicolau Maquiavel, e pelo pessimismo político de Thomas Hobbes. Este postulado racional cientificista, que vê o homem de maneira muito individualista, mais ou menos como um ente isolado em si mesmo, está em forte contraste com os conhecimentos a que chegou o tempo subsequente, principalmente o tempo presente, sobre a natureza do homem. Todas essas conceituações e princípios básicos contrastam com a compreensão de que ele faz parte integrante do reino histórico da vida, de que está condicionado em seu modo de pensar e de comporta-se, de que é um ser socialmente relacionado tanto em sua existência como nas suas mais elementares manifestações. “Não é nossa consciência que diz o que nós somos, mas o nosso comportamento social que diz que tipo de consciência nós temos”. Carlos Henrique Marx. Isto sim é fazer história. Estamos sempre, quer queiramos ou não, a mercê de maneirismos intelectuais ou linguísticos.

A globalização mais ampla de nossas perspectivas contextuais: 1850-1960

O final do século XIX e a primeira metade do século XX foram, sobremaneira, conturbados, irradiando um movimento generalizado de crises, não só em terreno nacional, mas também, no contexto internacional, ao nível político, religioso, cultural e ético. Acontecimentos e posturas disseminadas e perpassadas, neste período, também “moldaram” posicionamentos de muitos intelectuais. Líderes políticos e religiosos. Em meio ao contexto histórico, temos a Igreja Católica visando ampliar seu papel político e sua representação “espiritual” bem como suscitar novos intelectuais leigos alinhados a sua postura. Desse modo, analisamos tal movimentação em busca do “espiritual” e do objetivo pragmático empirista de catolicizar que marcaram a primeira metade do século XX. Essa busca da igreja católica visava também o poder político ala Hobbes, o integral ala Julius evola, da “moral” ligada à atmosfera da “neocristandade”.

Tínhamos ainda duas prefeituras apostólicas. Somente vinte anos após o estabelecimento da república, aliás fortemente inspirada pelos teóricos positivistas alemães Leopold von Ranke, Gervinus e o Francês Augusto Comte, pelos quais a Igreja católica foi muito inspirada em seus conceitos sobre a ciência da História. Neste contexto histórico a Santa Sé concedeu o primeiro título de Cardeal a um Prelado brasileiro graças a forte influência política e econômica que o Barão do Rio Branco exercia sobre a Igreja católica. Isso só vem a ratificar o que defendia Foucault, Braudel e Le Goff: Os acontecimentos históricos são frutos de fatos de

longa duração e, portanto, dinâmicos e dialéticos. Não existe em história fato absoluto. O fato é um processo sempre voltado para o por vir.

Os intelectuais católicos, em suma no plano das ciências humanas e sociais, inclusive na arte literária ofereceram um significativo bojo de teorias históricas, sociológicas, políticas, que tiveram forte repercussão e concomitante influência para a formação das mentalidades oficialmente instituídas pelos organismos estatais, as quais respaldaram os interesses particulares das elites dominantes.

O leitor pode está se perguntando por que uma nova obra em relação às quais já foi escrita milhares? No entanto eu afirmo que os historiadores reescrevem continuamente a história. E o fazem por duas razões principais:

Em primeiro lugar, pela especificidade mesma do objeto do conhecimento histórico que são os homens e as sociedades humanas no tempo. O sentido dos processos e eventos humanos, que são temporais, não é conhecível imediatamente. Os homens e as sociedades humanas, por serem temporais, não permitem um conhecimento imediato, total, absoluto e definitivo. A história só se torna visível e apreensível com a sucessão temporal. A reescrita contínua da história torna-se, então, uma necessidade. Em segundo lugar porque a história não é metafísica, ela é dialética.

A concepção de história dominante entre os estudantes das escolas de referência em ensino médio, e mantida durante a maior parte da vida é demasiado simplista. A história? Ora, trata-se de um conhecimento seguro, preciso, intangível. A história é uma questão de memória. É conhecida em todos os pormenores, distribuída por toda a eternidade em fatos meramente cronológicos rigorosamente ajustáveis uma à outra e na qual se alinham disciplinadamente os acontecimentos chamados “históricos”. O historiador nada mais pode ser, além de um colecionador de fatos e de datas. A história preexiste ao historiador.

No entanto, precisamos abandonar esta concepção de tal modo tranquilizadora e confortável da história. Devemos nos resignar às incertezas da história, ou seja, de uma disciplina em plena evolução sempre em busca

de seu caminho. Nós estamos acostumados a nos bitolarmos a versão dos vencedores, as versões das elites dominantes, a história dos “heróis”, e nunca paramos para pensar e ler em história a versão dos vencidos injustamente pelas camadas dominantes da sociedade que, historicamente, sempre contaram com o apoio dos poderes político, econômico e religioso, e quando digo religioso estou me referindo a Igreja oficial e institucional que se fez civilização para assegurar no Brasil e em toda a América Latina os interesses europeus. Concepções de fé, de teologia e filosofias divorciadas da ciência da história serão sempre falácias. O que não é histórico não existe, porque não pode ser pensado. Como diriam os renascentistas: “*Quo Vado Humanitas*”.

Na origem da crítica histórica, estavam a filologia, a história das religiões e a crítica bíblica. Tais disciplinas lançaram as bases do método crítico da história, que examinaram manuscritos, textos, às fontes orais da história, à exegese e a hermenêutica, como também a linguística e a semântica, empregando as técnicas de tais disciplinas para se chegar à autenticidade dos documentos. Disciplinas como a teologia, por exemplo, jamais esclareceriam alguma coisa, em se tratando da produção de conhecimentos e discursos, sem o apoio da crítica histórica. O homem é um ser histórico. Um velho provérbio árabe nos diz: “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”.

Nenhuma civilização até hoje conseguiu nascer, crescer e se desenvolver sem contatos e conflitos na troca de experiências e aprendizados com as outras civilizações nas mais díspares realidades. A Igreja Católica desde suas origens até seu apogeu nos séculos XI e XII caracterizou-se por um processo de assimilação dos valores políticos e culturais dos povos com os quais estabeleceu contato, baseada no princípio universalista cristão de origem helenística aos tempos de Alexandre O Grande e assimilado pela cultura romana imperial. Isso explica suas alianças dos séculos V ao IX com os bárbaros. Tudo isso aconteceu e foi praticado pela Igreja católica não por inspiração do espírito santo, mas sim, por uma questão de necessidade de sobrevivência e ambição históricas. “A história é dialética, os

homens, porém, se contentam com o pragmatismo”. Nisto Goebbells tinha razão.

Nos anos 1920 A Igreja vivia um contexto ao nível das concretudes e incertezas geopolíticas, não apenas na Europa como em todo mundo ocidental que envolvia interesses mais amplos e profundos no que dizia respeito às posições filosóficas, teológicas, sociológicas e ideológicas que, naquele contexto histórico eclesiológico, eram vitais para a Igreja abraçar, sobreviver e se fortalecer. Os fascistas estavam atentos a esse momento histórico e os comunistas também.

Nesta conjuntura histórica a Igreja era liderada pelo bispo italiano Aquile ratti, um homem de convicção de fé a ser considerada com respeito. Porém, um papa não lidera uma instituição da estirpe da Igreja católica Romana sozinho, ele é rodeado por colégio episcopal em todos os segmentos que constituem o estado do vaticano, seja ele religioso, Econômico do banco ambrosiano um dos mais potentes do mundo, político e ideológico. “Umberto eco na obra O Nome da Rosa alertava:” “Tens clara a visão da constituição do povo de Deus. Um Grande rebanho, ovelhas boas e ovelhas más, controlada por cães, sob a direção dos padres, os únicos que têm autoridade e legitimidade para interpretar a palavra de Deus...” Sua Santidade Pio XI certamente não tinha sobre sua pessoa a prerrogativa divina de ser onipresente e perceber tudo o acontece no Vaticano, onde a maioria dos cardeais historicamente sempre se comportaram como um capo. Mais adiante neste livro teremos a tarefa desafiadora de entender por que o papa João Paulo I que tentou combater as ligações criminosas do banco ambrosiano com a Máfia siciliana, napolitana e sociedades secretas, que envolvia tráfico de drogas e de armas e lavagem de dinheiro sujo, inexplicavelmente morreu após 33 dias de pontificado. Gostaria que os cardeais Enzo Bertoli italiano, e o Cardeal Americano Paul Marcinkus entre outros calhordas estivessem ainda vivo para explicar [ver investigações e dossiês do FBI, da Polícia e Serviço de Inteligência italianos presentes da Obra de David Yallop intitulada Em Nome De Deus Editora Record publicada em 1984].

Desde a Europa da década de 1870, a Era dos Impérios segundo Erik John Hobsbawm, que as disputas neocoloniais entre as potências europeias acirravam os ânimos político-econômicos, culturais e ideológicos dentre os quais as pretensões religiosas entre, sobretudo católicos e protestantes estavam presentes, como também étnicos, eis o útero histórico que gerou Adolf Hitler e Mussolini.

Houve o antissemitismo de Lutero e Erasmo de Rotterdam, assim como houve o antissemitismo que remonta os séculos medievais, os quais cessaram graças às revoluções inglesas e puritanas de 1603 a 1714, da Igreja Católica contra os muçulmanos e judeus. Os intelectuais em sua maioria do século XIX colaboraram para o antissemitismo, sobretudo contra os judeus e ciganos. Como os fatos históricos nunca podem ser vistos, cada um isoladamente como absolutos, mas sim, como um processo de longa duração como defendia Foucault, a cultura da intolerância ao outro que se disseminou e contagiou a Europa nas duplas Guerras mundiais e gerou o Nazismo, o Fascismo e Stalinismo do século XX só podem buscar, e esta busca será sempre interminável, respostas na História à ciência lastro. Atualmente a guerra da Síria, o estado islâmico e o fundamentalismo religioso presente entre eles e os judeus ortodoxos, eu afirmo graças à história que tudo isso ainda é ressaca das Cruzadas medievais. A história não tem pressa.

O leitor me permita discordar do grande arqueólogo americano de Harvard Gordon Childen que defende que “o homem faz a si mesmo”. Os homens só podem ser pensados e julgados se levarmos em conta seus atos políticos, culturais ou religiosos a partir dos contextos e condições como também possibilidades e limitações de seu tempo histórico. Como dizia Henry Pirenne: “em história não se condena, contestam-se os fatos”. O que nós fazemos como agentes da história as pessoas que nos são contemporâneas, ou mesmo da posteridade podem até esquecer, mas a história jamais esquece.

No mundo dos princípios da década de 20 em que no Brasil acontecia um evento futurista intitulado Semana de artes modernas 1922, mesmo

ano em que os movimentos sindicalistas de “esquerda anarquista” eram superados pelos sindicatos “comunistas marxistas”, em que nasciam os Partidos Comunistas brasileiros e nascia o tenentismo braço armado da ascensão de Getúlio ao poder em novembro de 1930, e as elites urbanistas ascendiam ao poder político econômico, o que só se consolidaria com o estado Novo, entendemos porque a Semana de artes modernas foram possíveis e viáveis. Entretanto, o samba ainda fosse considerado música para a escória da sociedade. O evento cultural literário de 1922 ao qual me referi legitimava os interesses mais amplos das burguesias nacionais. A Igreja católica enquanto instituição era parte interessante dessas elites porque também as legitimava no poder. Hoje a Igreja instituição faz o mesmo.

E antagonismos em se tratando de concepções filosóficas, teológicas, políticas, antropológicas e essa efervescência política e ideológica do nosso país eram predominantes em todo o ocidente cristão. Com a Igreja como instituição histórica, acima de tudo quando nos referimos a Roma, a repercussão desses processos era nítida e inquestionável. Sob o pontificado de Pio XI a Europa como um todo vivia um momento não só de dicotomias ideológicas acerca dos valores e princípios históricos do cristianismo, os quais que com “suas maneiras procuravam respostas descartianas” ou talvez “sartreanas”, quem sabe “agostinianas”, para alentar e confortar os vazios e as periferias existenciais que a humanidade enfrentava como desafio e obstáculo para conceituação e criação de perspectivas de como valorizar e promover a coisa mais sagrada que existe no mundo, à dignidade da pessoa humana. Os humanistas dos séculos XIV, XV e XVI costumavam dizer: “o homem é a medida de todas as coisas”. Como podemos entender primeiro as coisas divinas sem antes compreendermos a condição e o mundo humano? Seria como tentar erguer uma casa começando a construção pelo telhado. O homem criou Deus historicamente falando, e criador e criatura precisam reciprocamente um do outro. Essa tese não é totalmente desprovida de respaldo teológico.

As crises geopolíticas, de identidade nacional e concepções étnicas, sem falar na conjuntura econômica que abrangiam o capitalismo desde os

processos históricos conflitantes prologando a cultura xenófoba típica das formações europeias, e isso nos leva a tomar como foco preponderante o século XIX, sobretudo suas três últimas décadas e inícios do século posterior, já começava a criar possibilidades de leituras de mundo para as cabeças pensantes daquela época e o mais amplo contexto histórico que permitia, sobretudo aos historiadores e todas os campos disciplinares científicos que também são históricos, para perceberem que uma futura Guerra Mundial era apenas uma questão de tempo para o início do século XX. Não era preciso para as mentes ilustradas que viveram a transição de um século para o outro que em Fátima uma Virgem de branco vinda dos céus aparecesse a três crianças para profetizar os conflitos bélicos mundiais que, sem medo posso afirmar que transcendem o século passado e persistem até hoje.

Dentro desse complexo delinear histórico de crise burguesa-capitalista e que se arrastava desde meados do século antepassado, podemos constatar que o período mais temeroso e caótico para a burguesia ocidental abrange o tempo da Primeira Guerra Mundial até o início dos anos 1930. A Falência da Bolsa de Valores de Nova York, a quinta feira negra levou ao capitalismo sofrer uma de suas crises mais relevantes da história da burguesia e o liberalismo econômico e político ser profundamente questionado e colocado em xeque. Ao mesmo tempo em que a União Soviética crescia cada vez mais em avanços sociais e econômicos. Nas mentalidades das classes trabalhadoras europeias repercutia, e isso repercutia ao mesmo tempo nas américas e suas camadas sociais menos favorecidas, para as “esquerdas do ocidente isso fortalecia seus “discursos” contra o capitalismo. As “direitas” ocidentais e a burguesia à quem tais “discursos direitistas” eram interessantes aos seus projetos como classe dirigente do Estado, se estabelecia as necessidades de encontrar e instituir socialmente respostas práticas e se possível eficientes para se desconstruir esses “discursos” de “esquerdas socialistas” já citadas pelo autor. As civilizações cristãs filhas históricas das conquistas burguesas, sobretudo desde Lutero, Calvino, Os Puritanos e presbiterianos filhos das Revoluções Inglesas, e os

católicos tardiamente graças as revoluções europeias de 1830 a 1848, ou seja, A Era do Capital. Já dizia Napoleão: “ou aprendemos e avançamos com as lições da história, ou estamos condenados ao fracasso”.

A “solução” encontrada pela burguesia foi a de substituir o naquele contexto histórico superado “capitalismo liberal” por um “capitalismo de estado”. Foi mais pragmática, fez “renascer” velhas ideologias totalitárias secularizadas na formação cultural do povo europeu, desde o Cesar papismo católico medieval [século IX até as duas primeiras décadas do século XVI]. E no séc. XVI o totalitarismo antissemita de Lutero, Erasmo de Rotterdam, Papa Alexandre VI, etc. No séc. XVII o totalitarismo antissemita de Oliver Crouwell, Walter Raleigh, e o mesmo sentimento expressado por Felipe II católico devoto que auxiliado pelos padres Dominicanos comandou em Sevilla capital europeia da "santa inquisição" com o padre Torquemada a mais terrível e atroz política genocida da história católica no ocidente, o qual filho de Carlos V que anteriormente ao filho tinha decretado pena de prisão a Lutero vinha desde finais do séc. XVI e inícios do séc. posterior. No século XVIII vem o antissemitismo de Voltaire, Dalember, Denis Diderot e Rousseau. No sec.XIX o também totalitarismo de Estado e antissemita defendido por Nietzsche [ver o livro de Abbi Taha intitulado Nietzsche o Profeta do Nazismo]. Toda essa história antissemita era voltada contra “judeus”, ciganos, latinos e negros e homossexuais todos considerados “sub-raça” e “culturalmente” inferiores. Se o leitor quiser para enriquecer seus conhecimentos sobre o assunto leia em se tratando do século XX Julius Evola e Miguel Saramago, como Também Goebbels ministro da Educação e Propaganda do Terceiro Reich.

O Fascismo de Mussolini, Salazar e Franco, como o Nazismo de Adolf Hitler, só podem ser entendidos com visão e paciência históricas. Para a burguesia o fim justificaria os meios que fossem necessários para combater a expansão do “comunismo” pelo mundo. A Igreja católica Romana por meio do Santo Padre e toda a Santa Sé optaram pela burguesia e seus projetos políticos e ideólogos utilitaristas para evitar a expansão do “Anticristo”.

Falar sobre a posição do Vaticano e do Papado legitimando, apoiando as “extremas direitas” como necessidade de sobrevivência para as burguesias e, mais que tudo, frear o crescimento do “comunismo ateu”, e assegurar a “sobrevivência da fé cristã”, eis o objetivo da Santa Sé naquele turbilhão de fatos históricos. Esse é um dos “discursos oficialmente aceitos”. Mas, sobre a posição um tanto discutível do Vaticano, será preciso lançar como o mestre mandou nossas redes em águas mais profundas, nos aventurarmos com maior ímpeto e ousadia em se tratando de conhecimentos de história. Desde a segunda metade do século XIX que não tolerando mais as formas como a autoridade política e jurídica com que o Estado italiano era lesado em suas autonomias políticas e econômicas pelas intervenções arbitrárias e pretensiosas de maior poder temporal, o Imperador da Itália Victor Emanuel II interviu e retirou dos papas o direito e poder administrativo e político de governar o território do Vaticano. Ora, em fins dos anos 1920 pressionados pelas condições históricas da época, e, sobretudo por interesses de se fortalecer no ocidente como poder religioso e político, o papa Ratti atendeu as pressões políticas, econômicas, geográficas e ideológicas das classes burguesas. Em 1929 Aquile Ratti oficializou com Mussolini o Tratado de Latrão que unia o útil ao agradável, ou seja, Mussolini se comprometeu a dar dois bilhões de liras por anos ao vaticano e devolver aos papas, até então simples súditos do Estado italiano, os direitos políticos e jurídicos sobre o Estado papal, em contra partida o Vaticano silenciaria loucamente diante das políticas fascistas de Benito Mussolini o “Duce”.

O bispo Ratti era um homem de fé fervorosa aos princípios e virtudes teologais cristãs, disso não resta dúvida alguma, e talvez tivesse suas reservas quanto a essa posição que tomou ou foi pressionado a tomar em relação ao Fascismo e evidentemente ao nazismo da Alemanha do Terceiro Reich. Entretanto, tudo o que podia ser feito não importavam os escrúpulos para evitar o comunismo que não tinha fé deveria ser feito. Para as burguesias e para a Igreja naquele momento foi preciso recorrer ao Príncipe de Niccolau Maquiavel e a tática de Goebels. Como costumavam dizer os césores e Augustus que comandavam a Roma antiga: “*Roma Per Roma*”.

O exemplo da Roma imperial onde na verdade quem governava de fato e de direito era o Senado, na Santa Sé os papas são como os reis britânicos, reinam, porém não governam. Os bispos de Roma que os “assessoram” e cujo status quo na hierarquia da igreja é de cardeais, e dos quais a grande maioria é formada por corruptos da mais inquestionável “direita conservadora”, os quais sempre deram e dão as diretrizes administrativas e políticas do leme da Igreja Católica Romana que nasceu no século V fruto das ruínas do Império Romano, quando o cristianismo deixava de ser uma mera seita oriental para se tornar fundamento cultural da Civilização europeia ocidental.

Em compensação, o que tinha chamado a atenção do papa Pio XI não é um mistério. Para Lafarge, a raça não tem qualquer fundamento científico ou qualquer base biológica como queriam fascistas e nazistas, não é se não um mito e uma máscara, onde a realidade obriga a constatar injustiças sociais e desigualdades culturais. Com base neste princípio, o nazismo tinha construído o racismo da sua ideologia cruzando o arianismo e o nacionalismo. Na América era os negros, esse pecado original da colonização. Na Alemanha, era os judeus, essa herança histórica da cristandade. Nos dois casos, para a tradição católica não faltava ambivalência, fonte de uma casuística que permitia legitimar situações ou medidas a nossos olhos intoleráveis.

A “questão romana” tinha causado problemas de grande amplitude histórica para os líderes da Itália, desde que o reino italiano, formado das cinzas dos Estados papais em 1861, engolira Roma, nove anos mais tarde. Durante um milênio, os papas haviam governado como *vicários Fili Dei* uma larga faixa da península italiana que, na época de unificação do país estendia-se de Roma para o norte do país. Em 1860 quando os Estados Papais estavam desmoronando, o papa Pio X um italiano chamado Giovanni Maria Mastai Ferreti alto, magro, de queixo proeminente e olhar de imbecil, cuja formação teológica era esdruxula, usando sua condição, excomungou o rei da Itália e anunciara que nenhum católico poderia reconhecer o seu governo.

Em 1924 em meio à crise desencadeada pelo assassinato de Matteotti, Mussolini criou uma comissão especial de juristas pra analisar e dar entendimento jurídico as leis que diziam respeito a Igreja. Seu objetivo era reduzir as causas dos conflitos que envolviam o clero e o Estado. Como a Santa Sé não reconhecia formalmente a Itália e a Itália desde Emanuel II não reconhecia a autoridade da Igreja católica sobre o território do vaticano, através disto a história nos mostra que para o Poder católico Papal o poder temporal na prática sempre foi mais atraente do que o “espiritual”, e, portanto, por casuísmo e mentalidade utilitarista da Igreja o papa não podia ser visto colaborando com o governo de Mussolini. Mas nos bastidores, o papa Pio XI trabalhando por intermédio de Tacchi Venturi, colocou três prelados na comissão. Como falei anteriormente, certamente o Santo Padre assim agiu não isoladamente, mas como todos os Bispos de Roma teve solicitude com os cardeais que o cercam, a grande maioria uma escória.

Para um bom entendimento dialogal que concilia-se os interesses, sobretudo políticos e econômicos entre o papado e o Duce fascista, algumas pendências precisavam ser contornadas e, se possível, ignoradas. Mussolini estava frenético e furioso no início dos anos 1930 com as repercussões políticas emanadas da Ação Católica que, segundo ele e seus teóricos assessores propagavam ideias antifascistas e de convivência aos propósitos das “esquerdas” mais próximas de Carlos Henrique Marx e Miguel Bakunin. Com a solução encontrada pelo papa para a crise da ação católica, as ligações entre a Igreja e o regime fascista ficaram mais fortes.

Muitos Historiadores veem a batalha de 1931 entre o papa e o Duce pela Ação Católica e seu controle como uma luta do Sumo Pontífice contra o Fascismo. Mas, uma análise do que a organização fez, de fato, mostra que esses Historiadores estão muito enganados. Pio XI não viu o regime fascista como um obstáculo para os seus propósitos para usar a Ação Católica na cristianização da sociedade italiana, e sim como um aliado indispensável. Sem uma estreita relação pragmática de trabalho entre a Ação Católica e as autoridades fascistas a organização jamais poderia ter êxito. Seu líder nacional laico, Augusto Curiaci apesar de compor uma

organização católica de caráter político e ideológico complexamente heterogêneo, era um admirador de Mussolini como disse De Vecchi a Mussolini: “ele não estava longe de agir como meu homem, e portanto, vosso no Vaticano”. Agora podemos afirmar que o histórico Tratado de Latrão foi o primeiro torpedo dirigido contra os liberais e democratas católicos da Itália e da Alemanha, outros viriam.

A Igreja escreveu o Sumo Pontífice, “não podia aprovar qualquer acordo sobre seus próprios direitos que fosse produzido simplesmente por uma votação no parlamento. Só “negociações” diretas entre governo e a santa Sé poderiam conduzir a um bom entendimento”. Mussolini ficou animado. A carta do papa, disse ele ao seu ministro da justiça e da religião, era “de importância Capital”. Esse foi o útero do “Acordo de Latrão”. O papa Pio XI oferecia a possibilidade de realizar um acordo Histórico, que consolidaria o apoio irrestrito, incondicional e total do vaticano ao regime fascista de um modo inimaginável.

Os católicos deveriam se abster da política, especialmente de uma política autônoma que divergisse do regime fascista. A consequência imediata desse acordo foi à cassação do Partido popular Católico e o exílio de seus líderes.

Enquanto o papa e os fascistas comemoravam, dezenas de milhares de italianos, muitos deles católicos padeciam sob torturas nas inóspitas prisões do regime. Hitler, ainda sonhando com o poder, rejubilou-se com as boas novas vindas do Vaticano. Escreveu ele:

O fato de que a Igreja católica chegou a um bom entendimento com a Itália fascista[...] prova sobre além de qualquer dúvida que o mundo das ideias fascistas é mais próximo do cristianismo do que o liberalismo judeu e o comunismo ateu, ideias compartilhadas dentro das fileiras do Partido católico de Centro.

Neste contexto cheio de nuances que envolviam paradoxos e antagonismos em se tratando não só de concepções filosóficas e teológicas de mundo, mas também no plano da política e seus interesses os mais polêmicos.

O Vaticano tinha entre seus diplomatas uma cabeça por excelência pensante e de posições largamente livres no que diz respeito às estruturas e conjunturas de poder europeias e de virtudes cristãs e teológicas dignas nas acepções das palavras, porém, a história na posteridade lhe faria pagar um preço auto por discordar de algumas posições do poder político e religioso que compõem o Cesar Papismo. No laicato intelectual ou clerical desde Giordano Bruno, Joana Darc, a História nos mostra com riqueza de detalhes e nuances essas experiências processuais de longa duração. O que os homens fazem os povos e até, em sentido mais largo, civilizações podem esquecer, porém, a História não.

Falamos acima citado das posições independentes de Bispos com uma mente aberta ao diálogo. Na época em que o Tratado de Latrão foi ratificado, o Bispo Gasparri já era secretário de Estado sob o comando de dois papas seguidos. Em 1922, depois de ajudar a garantir a eleição de Ratti como papa Pio XI, ele podia ter certeza de contar com o apoio do Sumo Pontífice, e Pio XI dava grande valor à experiência do secretário de Estado. Mas, com o passar dos anos, era talvez inevitável que conflitos surgissem entre os dois, pois o papa não toleraria qualquer outro bispo romano que representasse outro bolsão no Vaticano.

Gasparri raramente saía de Roma, exceto para passar as férias de verão em sua cidade natal nas montanhas, a nordeste da capital. Ali sua família o tratava como uma celebridade, o menino da cidade que alcançara sucesso. Porém, graças ao ciúme de poder de muitos outros cardeais em relação à pessoa desse Bispo austero, lançaram-se dentro da Santa Sé umas violentas campanhas de difamação contra ele. No início de 1926, porém, o papa Pio XI demonstrava insatisfação com o seu secretário de Estado. Num esforço para obrigá-lo a renunciar, Pio XI o humilhava, fazendo-o aguardar na sala de espera antes de recebê-lo e castigando-o de uma forma que, segundo informantes da Inteligência do Estado Italiano, nem um simples criado suportaria. Com estes fatos a história nos provou que Inocêncio III na *Encíclica Una Sancta*, que num tratado de teologia defendia que só há salvação na Igreja católica que é única em por

excelência unidade, precisa ser profundamente repensada pela fé cristã. O cristão precisa pensar sua fé em conexão com sua historicidade, isto é, é no contato com o mundo que só o homem o pode transformá-lo que acordamos para nós mesmos.

A Assinatura do Tratado celebrado em Latrão pelo Duce e pelo Papa Pio XI, era visto pelo Bispo Gasparri como um jogo diplomático perigoso, uma vez que um acordo político-jurídico-diplomático entre a Santa Sé e o Estado Italiano Fascista nacionalista e, lembrando que todo nacionalismo aponta para a xenofobia, também lembrando que do ponto de vista histórico-geopolítico e étnico todo conceito sobre Estado-território-nação é sempre relativo e ambíguo, abrir os portões do Vaticano para o fascismo de Mussolini era inevitavelmente abrir uma janela de possibilidade de aproximação com o nazismo de Adolfo Hitler. Em uma Era de extremismos político-ideológicos é preciso lembrar que em política em quanta ciência, nunca há espaço para o utópico nem mesmo para o ideal e sim para possível, sendo essa a lógica diplomática do vaticano, ou seja, o mais importante para a Santa Igreja Católica é recuperar os direitos político-administrativos do Estado do Vaticano. Quanto pragmatismo!!!

Princípios e valores éticos e morais, como também as bases teológicas e filosóficas que bailam as doutrinas religiosas e todas as demais disciplinas científicas produzidas pelo homem sofrem modificações dinâmicas processualmente falando, da mesma forma que a Igreja Católica Romana cujas raízes históricas se devem aos legados culturais da Roma antiga, sempre se modificou em todos os aspectos ao longo dos cursos da história, porque assim o faz ou não sobrevive. Não existe concepção de fé, espiritualidades, humanização ou educação pedagógica absoluta. Do contrário não seriam históricos. A história é a ciência lastro.

Aristóteles, um pensador nascido um século depois da morte de Heráclito de Éfeso, introduziu explicações dialéticas dominadas pelo modo de pensar metafísico. Embora fosse menos radical do que Heráclito, Aristóteles foi um pensador de horizonte mais amplo que o seu antecessor, e é a ele a quem se deve boa parte da sobrevivência da dialética. Aristóteles

observou que nós damos o mesmo nome de movimento a processos muito diferentes, que vão desde o mero deslocamento mecânico de um corpo no espaço, desde o mero aumento quantitativo de alguma coisa, até a modificação qualitativa de um ser ou o nascimento de um ser novo. É importante que também baseando-se no aristotelismo a Igreja Romana pautou sua doutrina durante os séculos VI até o início do século XVIII de forma ímpar.

Quando tratamos da relação entre a Igreja e Aristóteles é bom pensar as razões históricas que alimentaram e enriqueceram as doutrinas teológicas de Lutero e João Calvino, e, claro porque a burguesia deu as costas a Igreja Católica desde as origens da Revolução Protestante até a Primeira Guerra Mundial. Ao contrário da doutrina tomista que dizia que o lucro é pecado e Aristóteles que o trabalho em si é um mal que o catolicismo institucional adotava, Lutero e Calvino souberam agradar a burguesia dizendo que o trabalho é também uma forma de louvar a Deus e o lucro é uma benção.

Como a história é feita por fatos de longa duração e não tem pressa, a Igreja Romana, ao contrário das civilizações protestantes, chegou atrasada na estação por onde passa o trem da história. A Igreja Católica é antes de tudo e, sobretudo uma Instituição histórica como o próprio cristianismo em suas díspares doutrinas espalhado pelo mundo assim também o é. Nunca existiu um Cristo, mas Cristos de acordo com as conveniências doutrinais de cada Instituição religiosas “cristãs”. Se existem tantos paradoxos e antagonismos quanto a essas assimilações, é porque somos herdeiros históricos do Concílio de Niceia.

Para os historiadores positivistas “o passado desvinculado do presente era a área a que o historiador devia se limitar”. Propunham uma história do passado pelo passado, de fatos absolutos que podiam ser memorizados sem nem uma interferência do historiador, sujeito da produção dos conhecimentos científicos e dos estudantes pesquisadores da disciplina de história de forma pensante. Pierre Nora [1974] Parece intuir a contradição maior dessa história científica, cultuadora do evento. A história não é uma sucessão de eventos, e a árdua tarefa do historiador é explicar o que aconteceu.

Para Foucault, a história é a primeira das ciências humanas. Foucault vê, entre história e as ciências sociais, uma relação estranha, indefinida, mas fundamental, que não seria somente uma relação de vizinhança em um espaço comum. A história seria, para as ciências humanas, uma relação perigosa e ameaçadora. A cada ciência humana ela dá um pano de fundo, um solo, fronteiras, limites de validade, arruinando sua pretensão de universalidade. A história revela o caráter temporal dos homens, sobre os quais as ciências humanas tendem a constituir um saber sem idade. A história, para Foucault, revê-la às ciências humanas a dimensão da “duração”, mostra-lhes a lei do tempo como o seu limite exterior.

A relação entre história e Teologia, inicialmente, é um problema interno da história. Qual o significado histórico de uma doutrina no conjunto de um tempo? Segundo quais critérios compreendê-la? Como explicá-la em função dos termos propostos pelo período estudado? Questões particularmente difíceis e controvertidas, quando não nos contentamos com uma pura análise literária dos conteúdos ou da sua organização e quando, por outro lado, recusamos a facilidade de considerar a ideologia apenas como um epifenômeno social, suprimindo-se a especificidade da afirmação doutrinária.

Por exemplo, que relação estabelecer entre a espiritualidade ou a teologia jansenista e as estruturas socioculturais ou a dinâmica social da época. Existe todo um leque de respostas. Assim, para Orcibal, o que se deve procurar é uma experiência radical em seu estado primeiro, no texto mais primitivo. Porém, mesmo si, ela se aliena nas imposições de uma linguagem contemporânea, a história de uma difusão será, pois, a história de uma degradação progressiva. Mesmo remontando incessantemente as fontes mais primitivas, perscrutando nos sistemas históricos e linguísticos, e aí não podemos perder de vista as contribuições científicas da exegese e da hermenêutica como também arqueológicas, a experiência que escondem ao se desenvolverem, e por meio das quais o historiador nunca alcança a sua origem, mas apenas os estágios sucessivos de suas perdas.

O Problema da legitimidade social e intelectual da história foi posta por Marc Bloch através da pergunta inquietante e inocente de uma criança: “para que serve a história”? “Procurando responder a essa complexa questão, Bloch partirá de uma constatação:” a história é constituidora da cultura ocidental. Assim, antes de tudo, a civilização ocidental é histórica desde suas origens gregas e romanas confirmadas pelo cristianismo, sobretudo, a partir das contribuições teológicas de Santo Agostinho no século VI já antecipadas pela contribuição de Políbio, Tucídides e Flávio Josef e porque não Giordano Bruno padre e teólogo Dominicano Vítima da “Santa Inquisição Católica”. Portanto, não há como dissociar a história da teologia e das ciências religiosas produzidas pelos homens no tempo, e os quais estão nesse mundo e ao mesmo tempo com o mundo temporalmente histórico.

“O tempo não para e, no entanto ele nunca envelhece”. Caetano Veloso. “Quem perdeu o trem da história por querer, saiu do juízo sem saber, foi mais um covarde a se esconder diante de um novo mundo...” (Beto Guedes). Todos os conhecimentos científicos, filosóficos e literários têm necessariamente que passar por as mais amplas concepções históricas, ou do contrário, não dirão nada. O presente é o que nos permite as possibilidades de entender o passado de uma forma que os homens de outrora jamais poderiam entender. É esse o caminho inverso que os *Annales* nos propõem. Só os casamentos entre as Ciências Humanas e as Ciências Sociais viabilizaram essa construção científica graças às crises capitalistas de 1929. A compreensão desses paradoxos é de fundamental importância para o nosso despertar, em se tratando de conhecimentos e reflexões, que nos conduz à história.

O que a Igreja era na transição do séc. XIX até o início da década de 1950 era o resultado de toda uma historicidade secular de buscas entre avanços e recuos em meio às políticas de identidades e seus vazios. A história é práxis [no grego, práxis significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los]. Nesta

perspectiva a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixa-lo em instituições determinadas [família, condições de trabalho, relações políticas, instituições e identidades religiosas, tipos de educação, transmissão dos costumes, língua, etc.].

O ser humano é ambivalente. É contradição porque é histórico e só pode ser entendido como tal. O dogma católico da infalibilidade papal é a mais pura negação da condição e capacidade humana de só educar-se à medida que se historiciza, e isso só é possível quando o homem interroga-se sobre o mundo, investiga-o e transforma-o. Nem uma autoridade religiosa ou política, nem uma lei ou qualquer outra forma de poder pode estar à cima do homem, porque ele é obra, imagem e semelhança de Deus. Quem não compreende isto jamais terá a condição pedagógica e sociológica, muito menos filosófica e antropológica para promover a educação.

Na *Encíclica Divini Illius Magistri*, onde Pio XI trata da Educação da Juventude, O Pontífice Deixava clara que a educação não pode ser confundida com uma doutrinação ideológica e políticas sectárias, que a educação deve permitir aos jovens uma formação que os possibilite pensar o homem no tempo histórico em que vive e do qual é agente responsável direto, e, portanto, fazê-lo entender-se no mundo e com o mundo. Esse é o papel por excelência da educação e dos educadores. Eis um princípio universal das civilizações cristãs que o mundo conhece.

Os gregos tinham em suas concepções filosófica e religiosa que o amor jamais pode ser característica de um deus, pois o amor exige reciprocidade, e um deus não podia ter essa dependência que no entendimento histórico deles da antiguidade clássica era sinônimo de fraqueza. Na cultura hebraica e do cristianismo primitivo, não existia esta dicotomia entre vida corpórea material e vida espiritual. “eu vim para que todos tenham vida e vida plena”. Quando ele voltar não perguntará se você tinha essa ou aquela fé religiosa, porém perguntará: “Estive com fome me deste de comer? Estive nu, me vestiste? Estive preso e perseguido por causa da justiça

me foste solidário?” etc. Teologicamente adotar uma espiritualidade significa adotar um modo de vida de seguir a Jesus. O Homem é chamado à salvação em sua totalidade e Deus também estão naqueles que não têm fé. Esse é o útero de todo processo educacional e pedagógico de formação e promoção de homens pensantes e livres.

As contradições, mazelas e querelas culturais e intelectuais da Igreja Católica Romana, seus avanços e retrocessos históricos são uma prova inequívoca de sua condição de instituição humana, portanto ela é e será sempre uma Instituição histórica, subordinada às exigências contextualizantes da História feita pelo ser humano que é essencialmente e por necessidade existencial pragmático. “Criamos conhecimentos filosóficos, científicos, artísticos os mais “ricos” amplamente falando, e criamos nossos sonhos e desejos os mais audaciosos, no entanto, o que descobrimos é que somos apenas humanos, demasiadamente humanos” (Nietzsche).

“Qualquer sistema político que visar se manter no poder necessariamente terá que lançar mão não apenas de suportes científicos ou filosóficos, mas ter em si e para si todo um charme de psicologias de massa, toda uma mística criadora de planos, numa palavra, a arte” (Goebeels). Os chefes fascistas eram a encarnação de suas tropas inspiradas e disciplinadas nos cruzados medievais. Eram eles: pequenos burgueses, operários, desclassificados ou ex-combatentes. Mussolini era um ex-professor, chamado “vagabundo desclassificado” por muitos que o conheceram, Hitler era um pintor ambulante e fracassado, com passado de combatente. Mesmo no auge do poder, eles conservavam o ar plebeu. Continuavam mal apessoados, mal vestidos e vulgares.

Essa mística aliada à propaganda competente, transformou homens comuns e ignorantes em semideuses, que incorporavam as aspirações da sociedade e tinham capacidade de comando para fazer a nação realizá-las, trabalhando em conjunto. A crise generalizada levou boa parte do povo europeu ao desespero. A Revolução industrial, os meios de comunicação, os políticos, a guerra, nada conseguira trazer a estabilidade social tão desejada. Foi nesse contexto que surgiram Hitler o Fuhrer [senhor] e

Mussolini o Dulce [o guia]. O discurso do chefe fascista, marcado por fortes traços de saudosismo e apelo ao sentimento nacionalista, emocionava as massas, que, abaladas pela crise econômica, procuravam nas glórias do passado nacional esperanças para crer num futuro de prosperidade, garantias de emprego e estabilidade social. Portanto, morrer pela pátria era morrer pelo chefe.

Hobsbawn nos disse: “o passado será sempre o eterno tribunal de apelações para as incertezas do presente”. “O Fascismo pratica a religião da pátria”, escreveu um de seus teóricos, gorgorini. Nos jornais publicava-se diariamente a frase: “Itália santa, Itália divina”. Na Alemanha a palavra Deutschland [Alemanha] provocava histeria coletiva. No Fascismo desprezava-se a inteligência crítica, queimavam-se livros que não estavam de acordo com os ensinamentos do regime, propagam-se a educação física e a preparação militar. Os povos guerreiros eram considerados superiores e os intelectuais inferiores.

O Fascismo era antidemocrático por vários motivos: Em primeiro lugar, julgava a democracia incapaz de defender a grandeza da nação, já que, segundo os fascistas, por ser um regime fraco e impotente, sucumbia às pressões das potências estrangeiras. Em segundo lugar, acreditava que a democracia rompia a unidade do país, pois permitia diferentes opiniões e partidos políticos, finalmente, combatia a democracia e as liberdades individuais. Ora, a liberdade é a glória do Homem. A diferença entre a doutrina fascista e a doutrina nazista está no seguinte entendimento: Para o fascismo o estado é um fim em si mesmo. Dizia Mussolini: “tudo dentro do estado, nada fora do estado”. Certamente ele foi buscar explicações em Maquiavel, Hegel, Hobbes. Para o Nazismo o Estado era apenas uma ponte, um meio para servir a algo maior, ou seja, o povo alemão.

A organização da SS e SA foram criadas com base nos princípios da ordem dos padres Jesuítas. Os estatutos do culto e os exercícios espirituais prescritos por Inácio de Loiola fundador da companhia de Jesus no século XVI graças ao Concílio de Trento, ou Reforma Católica, com o objetivo de vir para a América “catequizar os índios” e perseguir os protestantes. Por

isso eram chamados os “soldados do Papa”. O culto e os exercícios espirituais dos Jesuítas formavam o padrão que Himmler procurava copiar zelosamente. A obediência absoluta era o regulamento supremo. Como dizia Santo Inácio de Loiola: “obedecer como um cadáver, isto é, a renúncia a priori da liberdade e a rendição sem controvérsia da vontade”. Tal é a sorte que Santo Inácio, e agora Himmler, reservava a seus discípulos.

Essa elite do “estado nacional socialista”, nas palavras de Himmler, era considerada a ressurreição da Ordem dos Cavaleiros teutônicos nascida no ano 1190, durante as cruzadas, para cuidar dos enfermos em Jerusalém, converte-se em 1198 em ordem militar com o objetivo de fundar um Estado Germânico, anexando ou submetendo as regiões eslavas vizinhas. O paralelo entre as formas medievais e modernas de totalitarismo é óbvio e como tal tinha todo um cerimonial, que fora recolhido dos mitos do romantismo histórico alemão. Himmler impregnado desse espírito medieval fez construir o castelo de Wewelsburg, na Westfália, para a doutrinação de altas patentes das SS. Isso desembocaria nos anos 20 e 30 do século XX na Alemanha sob o comando político do austríaco filho de Braunau Adolf Hitler. A História não tem pressa. Em História nem sempre dois mais dois é igual a quatro. Não existe processo histórico de fatos absolutos, mas sim fatos processuais. É preciso em história ver muito além do aqui e do agora. Os homens vivendo e transformando as realidades em sociedade é que são os senhores da História. O que nós hoje conhecemos como a Alquadea, estado islâmico e fundamentalismo muçulmano de ódio pelos cristãos, nada mais é do que ressacas das cruzadas medievais. O passado em nosso século atual ainda se desdobra nas conjunturas e estruturas políticas, religiosas, econômicas e culturais ideológicas de nossos dias presentes. Nunca confunda história com um mero isolamento de entendimentos simplistas cronológicos. A história é muito mais que isto.

O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limite, de transformação coloca a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos. Só serão considerados em um campo particular nessas disciplinas tão incertas de

suas fronteiras, tão indecisas em seu conteúdo, que se chamam história das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos. A subjetividade da história, concepção relativista, expressão dos historiadores da escola Relativista, cujas origens estão no debate acadêmico entre Raimundo Aron e Dilthey, transformou-se num “dogma” de nosso tempo. Sente-se mesmo um grande prazer maligno em demonstrar e até cultivar os ídolos do século XIX, em demonstrar, por exemplo, os debates entre os historicistas e os positivistas, os quais não escapavam às influências de seu tempo. Assim agindo, e verificando desta forma nossa concepção mesma, obedecemos nós também, a uma corrente de ideias que ultrapassa amplamente o quadro dos estudos históricos.

A Igreja católica Romana combateu heroicamente o fascismo italiano, ou pelo menos é o que se costuma dizer. Os papas se opuseram à ditadura. Furiosos por ela ter privado o povo dos seus direitos civis. A Ação católica italiana, a organização laica da Igreja, destacou-se como uma das mais poderosas forças de oposição ao regime. As “leis raciais” fascistas de 1938, nessa consoladora narrativa, provocaram protestos indignados do Vaticano, que denunciou seu cruel tratamento aos judeus.

Infelizmente essa versão tem pouca relação com o que de fato aconteceu. A Santa Sé desempenhou papel central no estabelecimento e na manutenção do regime fascista. A Ação Católica trabalhou em estreita colaboração com as autoridades fascistas para aumentar o alcance repressivo da polícia. Longe de se opor ao tratamento aos judeus como cidadãos de segunda classe, a Igreja Católica forneceu a Mussolini os argumentos mais fortes para adotar essas medidas tão severas contra eles. Como se mostra aqui, o Vaticano fez um acordo secreto com Mussolini para evitar qualquer crítica às infames “leis raciais” antisemitas em troca de um melhor tratamento aos interesses políticos e econômicos das organizações católicas. O teórico e pensador italiano que deixou uma contribuição da maior importância para o pensamento sociológico, político e filosófico do século XX, o marxista Antônio Gramsci foi uma das vítimas dessa perseguição fascista das alas mais reacionárias da Igreja católicas.

As perguntas do presente só podem ser encontradas no passado. O antissemitismo católico fascista se dirigiu também aos muçulmanos secularmente falando. A concepção cristã medieval sobre o diálogo da cristandade com outras culturas era essencialmente autocentrada. Funda-se numa suposta superioridade de religião cristã sobre todas as outras que existiam no mundo e, conseqüentemente, as sociedades cristãs fruto de uma revelação religiosa/histórica sobre todas as demais. Santo Isidoro de Sevilha, doutor da Igreja, por exemplo, no século VII considerava a existência de apenas duas religiões no mundo a dos cristãos e a dos pagãos, e igualmente postulava que os seres existentes fora dos limites da cristandade deveriam ser, de uma ou de outra forma, criaturas monstruosas. Ou seja, a intolerância étnica abrange todo um entendimento intelectual que é por base de princípio histórico totalizante e, portanto, dialético. Jamais se conceberá que para essa compreensão se adote uma visão de mundo metafísica. Não há dicotomia entre espiritualidade e práxis histórica humana em se tratando de História.

Exigir-se-ia, ao menos, precisar o que se entende por “importância” dos fatos. Aceitaremos, então, na falta de melhor e, aliás, em muito boa companhia, que um fato pode ser considerado como de importância histórica quando produziu conseqüências. Esclareceremos imediatamente, para preocupação, que todos os fatos têm as suas, mas que essas são mais ou menos consideráveis numa escala humana, sobretudo, de resto, a uma constante revisão.

Henry Pirenne, Henry Levy-Bruhl, Paul Harsin, desenvolveram uma tese, em especial Levy Bruhl. Para ele, aliás, um fato é histórico, quando possui conjuntamente as qualidades de fato passado e de fato portador de conseqüências. Pois não devemos empregar uma medida grosseiramente cronológica. Não basta que um fato tenha verdadeiramente existido numa época anterior para que essa existência seja histórica, é preciso, ainda, que tal existência se tenha manifestado. A importância frente à história, de um texto inédito durante muito tempo é nada, até o dia de sua publicação. O que importa se o historiador estuda uma doutrina filosófica ou teológica,

não será o sentido verdadeiro destas doutrinas, mas as interpretações a elas dadas pelos homens que as adotaram, refutaram ou comentam, durante o tempo em que exerceram influência. Poderemos, e por muito tempo, considerar como um grande estadista um tal político favorecido pela fortuna. No dia em que alguma descoberta de documentos revelar sua insignificância, o historiador tem o dever de acentuar, não esta revelação inesperada, mas sim, a opinião favorável de seus contemporâneos relativamente ao grande homem bruscamente destronado.

Nesta perspectiva, o fato histórico é, antes de tudo, um fenômeno de opinião, o que não o impede de ser, também, um fenômeno material, um conhecimento. O povo de Paris tomou a Bastilha em 14 de Julho de 1789. Eis o fato notoriamente bruto. O povo de Paris acreditou, ao tomar a Bastilha, estar libertando os infelizes vítimas do poder absoluto. A posteridade ratificou de tal forma o seu julgamento, que fez de 14 de julho o símbolo do triunfo da liberdade republicana sobre o arbítrio monárquico. Eis o fenômeno de opinião.

É no domínio da história religiosa que os fenômenos de opinião surgem mais nitidamente, sob seu aspecto de fatos históricos. O mito, os das origens de Roma, por exemplo, pode revestir uma importância considerável, mesmo quando descobertas arqueológicas revelem estar ele destituído de qualquer realidade material. Sem pretender avançar num problema metafísico, Paul Harsin afirma a existência histórica do Diabo. O que importa, para o historiador, é que os feiticeiros, os teólogos, filósofos, antropólogos, filólogos e juizes, como também o público mesmo que simplório, tenham acreditado, com igual convicção na presença e na ação dualista do maligno e do bem neste mundo terrestre. Sobre tais temas são passíveis as variações aparentemente mais paradoxais. O falso histórico é “reabilitado”. Desde que produziu consequências, torna-se um fato histórico notável.

No início de setembro de 1935, o governo italiano revogou a cidadania dos judeus nascidos no exterior que tivessem se tornado cidadãos italianos depois de 1919. Ordenou a todos os judeus não cidadãos que deixassem o

país. No dia seguinte todos os professores judeus do primário à universidade foram demitidos. Crianças, jovens adolescentes não poderiam ser instruídas por judeus. Crianças judias não teriam mais permissão de frequentar escolas públicas de qualquer nível. Membros judeus de sociedades honorárias de artes, literatura e ciências foram expulsos. De acordo com essas “leis raciais”, judeus eram definidos como nascidos de pais da “raça judia”, ainda que professassem uma religião que não seja o judaísmo.

Nos primeiros dias da campanha antissemita, a imprensa fascista usou generosamente a revista oficial da Santa Sé para conquistar apoio popular às leis raciais. A Santa Sé procurou a eminência parda da revista, era uma prova de benevolência do estado papal. O Vaticano silenciou em convivência ofusca e enganadora sem fazer qualquer oposição às novas leis antisemitas, digo “novas” até porque essa cultura do ódio étnico dirigido aos judeus remanesce desde aos tempos medievais, e era comandada pelo poder absolutista e teocêntrico da Santa Igreja Católica Romana. Mas discordava, daqueles que ao apoiar-las, descaracterizavam a base lógica da revista para recomendar que os governos restringissem os direitos dos judeus. A história iria à posteridade julgar esses poderes que mancomunados induziam a civilização ocidental judaico-cristã à tolice.

Alguns alertas se fazem necessários antes de iniciarmos a viagem pelo oceano teórico que se oferece aos professores de história, e que se abre como um convite para as suas próprias descobertas, invenções e viagens pessoais. É empobrecedor acreditar que se pode realizar um bom trabalho historiográfico no interior de um único campo histórico, e que se deve entender que os objetos históricos chamam para si uma certa conexão de campos históricos, algumas palavras análogas devem ser ditas acerca das escolhas teóricas, paradigmáticas e conceituais, de modo geral.

Podemos partir de algumas provocantes indagações iniciais. Será necessário ao pesquisador escolher um só paradigma, ou um sistema teórico único, depurado de quaisquer contribuições que não partam senão do interior desse sistema já consolidado? Há autores incompatíveis uns com os outros, bem como conceitos que não podem ser misturados entre si sob

hipótese alguma? Existem “autores sagrados” cuja contribuição é inquestionável e definitiva? E, ao inverso, existem “autores malditos”, que já não podem ser mais recuperados, e que devem ser condenados por todo o sempre ao inferno do ostracismo teórico? Deve as teorias apresentar certo nível de permeabilidade, de modo a interagir com o seu exterior, ou, ao contrário, deverão blindar seus cascos como navios que se preparam para singrar mares perigosos?

Pondo de lado, a história objetiva, nosso tempo introduz ou reintroduz em suma, o historiador na história. Admite que, queiramos ou não, a história não pode escapar à subjetividade, pois ela se deve à interpretação dos fatos e ao levantamento de hipóteses. A história não é mais comparável à imagem de um documento pronto, acabado e definitivo, para o qual cada erudito contribuiria com sua pedra, que deveria se acrescentar às de seus predecessores e suportar a de seus sucessores, participando, assim, do perpetuo progresso dos conhecimentos mediante seu mero acúmulo. A visão do passado de um professor de história não pode acrescentar-se simplesmente às de seus antecessores. Cada nova época reordena e retrabalha a realidade histórica, introduzindo na história, desta forma, um elemento de nunca acabado, inconciliável com a concepção positivista.

A história da Igreja só pode ser entendida a partir de concepções que, historicamente estabelecidas para atender e dar respostas às condições e vazios humanos de cada época, e tomando como ponto de partida as crises e superações do conceito de fé e cristandade, os quais jamais serão absolutos porque é produto dos conhecimentos e das mais amplas experiências que fazem a condição de pessoa humana, a Igreja, portanto, é conduzida a se submeter e ser guiada pelo imperativo da história. A Igreja se constrói tomando como base as incertezas e “verdades” da história. A teologia teocêntrica está superada. “Não se faria cultura, educação, política, sociedade institucionalmente e jurídica organizada, filosofia e teologia, etc. se o homem não fosse um ser histórico, portanto, imperfeito, pecador” (Pico Della Mirandola).

Para tanto, o nosso entendimento intelectual sobre a ciência da história e as suas ciências auxiliares, o que nos possibilita a visão larga das grandezas do homem, como concomitantemente de suas fraquezas, Paul Feyerabend no seu livro *Contra o Método*, afirma que nenhuma teoria está em concordância “com todos os fatos do seu domínio”. Libertar-se de exigências de “coerência absoluta” em relação a um sistema teórico fechado pode ser um bom conselho para evitar estagnações e para assegurar aos professores de ciências humanas e sociais uma maior riqueza de recursos. É também o que postula Gaston Bachelard, que, embora rejeitando a ideia de um ecletismo de fins, não hesitava em procurar um ecletismo de meios. Aí está à importância para o professor de história de conhecer e saber trabalhar os conteúdos a partir do entendimento e discernimento dos paradigmas teórico-científicos que pensam a história. Aderir a um desses paradigmas é uma questão de escolha do professor, porém, sem sectarismos, pois a tudo o que até hoje disseram os papas da história, é de suma importância de que essa escolha esteja aberta ao confronto dos fatos desse paradigma com os demais, isto é salutar.

Esses vieses científicos se desenvolveram plausivelmente, mas sem espaço para uma linearidade na compreensão da história, desde a consolidação dos princípios e mais amplas conquistas da Revolução Francesa em 1876 com a afirmação da Era do Capital e inícios das novas colonizações europeias, o que abriu a Igreja condições históricas para repensar não apenas suas teologias, mas, também, a formulação e institucionalização de sua Doutrina Social a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII e de seu Direito Canônico que toma maior corpo anteriormente no pontificado de Pio X, o que historicamente se convencionou chamar de Socialismo Cristão na posteridade, e, sobretudo, compreendermos que todo esse processo desembocaria na *Mater et Magistra* de Pio XII. A *Gaudium et Spes* do auspicioso Concílio Vaticano II selaria os processos históricos que foram fundamentais e inevitáveis para as mudanças de mentalidades na Igreja Institucional e laica. Reiteradamente lembro Paulo Freire que chamava esses processos dialéticos de “história zingue zague”. Eis os avanços e

recuos na história humana. Qualquer visão do homem ou da Igreja passa necessariamente por uma visão ampla do mundo onde ele teve sua origem, e ao qual pertence por tudo o que é e faz. Este é o cerne da história.

Com a consciência que o homem de nossos dias tem de si mesmo, cresceu também o seu interesse pelos próprios atos e obras, principalmente por aquilo que determina a sua vida no mundo, isto é, aumentou o seu interesse pela história. Enquanto esta contribui para determinar sua vida presente e futura. O mundo, pelo qual o homem se sente atingido de maneira mais imediata, é o mundo histórico do homem. Mundo, portanto, não designa o conjunto das realidades do mundo físico, senão também e principalmente, o mundo do homem transformado pela livre atividade histórica do próprio homem e fundamentalmente construído por ele. O que os homens fazem ou deixam de fazer em seu mundo, deixam ou não deixam acontecer nele, marca este mundo mais do que todas as forças da natureza, forças estas que o homem de outras eras sentiu tão poderosamente determinadas pelo destino. Nesse mundo do homem, nesta história feita pelo homem, decide-se o destino individual e social do homem, pelo que o homem se vê em grande escala desafiado e marcado por este mundo histórico.

Todo ser humano tem consciência do passado definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo, em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já contam com uma longa história. Em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Teoricamente, cada geração cópia e reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se sente em falta para com ela na medida em que falha nesse intento. O Dogmatismo religioso desconhece isto. Importam irmos além dos pensadores Iluministas para darmos legitimidade as conquistas e legados ímpares das Revoluções Burguesas para o pensamento das Civilizações Ocidentais.

O projeto moderno, articulado pelo Iluminismo, vê a história como um centro-consciência-interioridade em avanço, um núcleo subjetivo e lógico que se exterioriza e retorna a si, integrando-se e concentrando-se progressivamente, tomando consciência de si. É uma visão linear da história cujo útero embrionário remonta a o humanismo secular renascentista e a Reforma Protestante ambas do século XVI. A Civilização é mais que “a construção de um sujeito singular-coletivo e consciente”, a “humanidade” em busca da “liberdade”. A história é movida pela busca de sentido e não pela vontade de potência. Koselleck o mais renomado historiador alemão do pós- segunda guerra, famoso como o historiador dos significados, é um crítico radical da crítica iluminista. Para ele, ela é hipócrita. Ela opõe a razão moral à razão política, mas toda crítica moral esconde interesses políticos. Temos portanto, como resultado dessa dissimulação o terror, a soberania indiscutível da utopia, a desconsideração e diluição do “espaço da experiência”. É uma pena que a Civilização Católica institucionalizada pelo papado vaticanista nas décadas de 1870 a 1940, ao dar sustentação político-ideológica e até mesmo teológico-ética às raízes fascistas e nazistas tenha percorrido a contramão da história.

Abordo aqui um problema grave e universal, que importa a todos os homens e repercute em qualquer outro problema da vida humana. No entanto, tanto escapa à formalização e ao equacionamento, que parece sem solução. A vontade de esclarecer porque tantas coisas andam mal quando tantas pessoas professam a respeito delas ideias luminosas, soluções engenhosas e panos que parecem acertados, não importa necessariamente na pretensão audaciosa de trazer uma solução definitiva. A moral que no grego significa costumes, fundamental não pode prescindir do destino público das elaborações éticas. Por isso, no seu exemplo, a nossa indagação não é apenas relevante, é marcada do signo da urgência, numa época que pretende a autenticidade subjetiva e a eficácia objetiva.

Ora, por ética se entende como uma reflexão teológica, filosófica que pretende sistematizar o entendimento de como conciliar as nossas práticas com as nossas ações humanas, entendidas como prática ou ação

humanamente sensata. A defasagem entre teoria e prática, entre ideia e ação, surge com a humanidade no exato momento em que ela se historiciza, e tem aplicação em todas as artes e técnicas, ou seja, as obras do homem não se igualam aos seus projetos. Por que falham assim os mais nobres desígnios? Por que não realizamos os nossos próprios bons propósitos?

No tempo do imperador Juliano, uma lei romana de junho de 362 regulamentava a função do professor. Este não pode exercer sua função de lecionar sem obter do poder estadual uma certidão de competência e bons costumes. Um decreto de aplicação explicitou que a moralidade exigida do professor consistia na concordância entre o conteúdo do ensino e suas práticas pessoais. Com isto, a história nos mostra que jamais houve este abismo intransponível, esta dicotomia estapafúrdia e esdruxula entre passado e presente da humanidade como querem os analfabetos em conhecimentos históricos. Enfim, os padres, prelados e os papas são homens como quaisquer outros, pelo menos é o que defendia João Hus líder do movimento husita que visava reformar a Igreja católica corrupta. Foi queimado na fogueira da Santa e imaculada Inquisição. Hoje este tribunal chama-se Congregação Cristã para a Doutrina da Fé. Frei Leonardo Boff sabe como ninguém contar como essa congregação trata quem ousar desafiar os poderes do Vaticano que tanto escandalizaram o doutor Lutero.

A consciência e a prática do bem: a ética e a cultura cristãs submetidas à teologia da história

A essa visão unificada da humanidade, os judeus, povo da Ásia Ocidental e Oriente Médio, dotado de uma religião e uma visão de mundo específico, atribuem outro sentido a ser refletido. Com a difusão da religião, e os maneirismos intelectuais, culturais, linguísticos e dialetais filológicos do cristianismo-judaísmo, e uma visão de mundo específico, atribuem outro sentido mais longo historicamente. Com a difusão de todos estes elementos no Império Romano, durante o período da desestruturação deste, têm grandes mudanças. O processo histórico pelo qual passa a humanidade é então unificado não mais em torno da ideia de Roma, mas de uma visão do cristianismo como fundamento e justificativa da história. A influência do cristianismo é tão grande em nossas civilizações díspares ocidente-orientais que toda cronologia de nosso passado é feita em termos do seu conhecimento central, a vinda do suposto filho de Deus à terra. A história continua tendo uma visão do tempo linear a-histórica, cujo desenvolvimento é conduzido segundo um plano da Providência Divina. É à volta a uma explicação sobrenatural, sobre-humana, semelhante à do mito, e também cosmogônica. A consciência do tempo e a compreensão do mundo individual interligado ao mundo social e histórico são elementos jamais divorciáveis. Deixemos estas concepções metafísicas para as religiões e os conservadores intransigentes e/ou melhor, se diga truculentos e estreitos. Deus, porém, é uma condição essencial para nossa sobrevivência psíquica existencial.

Ter consciência faz parte do homem. A consciência pertence como os nossos sentidos e a nossa inteligência, às faculdades primordiais do

homem. Assim como a vista é feita para distinguir entre a luz e as trevas, assim a consciência tem por atividade própria distinguir entre o que é moralmente bom e o que é mau. A consciência é uma faculdade natural do homem.

Contra esta opinião, de que a consciência pertence inseparavelmente à vida humana, levantaram-se, nos últimos 150 anos, poderosas vozes, ensinando que a consciência se originou em fases posteriores da evolução histórica do homem. A afirmação fundamental e comum a todas estas explicações sobre a origem da consciência é a seguinte: A consciência não é uma faculdade imediatamente inerente à existência humana, ela é o produto de todos os processos existenciais, das experiências evolutivas pelas quais passaram as civilizações humanas ao longo da história. Como prova, observa-se que em tempos diferentes e em culturas e religiões diversas uma mesma ação foi considerada ora como boa, ora como má.

Para Nietzsche, a consciência está intimamente ligada ao desejo do poder do homem. Naturezas débeis teriam procurado compensar sua inferioridade qualificando de maus os que eram biologicamente fortes, e valorizando a própria fraqueza como eticamente boa. Assim, para Nietzsche a ética cristã, e a consciência que com ela se conforma, é apenas um ressentimento de homens frágeis e frustrados, que se origina da desvalorização do que ele propriamente deseja, mas a que ele deve renunciar forçado.

Outros derivam a consciência de circunstâncias condicionadas à sociedade, fazendo dela um produto de determinada herança que só com visão de mundo larga e paciência histórica poderemos assimilar. Do fato de muitas gerações terem castigado duramente o roubo, a opressão política, as perseguições promovidas pela intolerância religiosa, enfim, a coisificação da pessoa humana, são perguntas que só olhando para o passado se poderá fazer ciência que nos faça compreender essas feridas que sempre teimam em reaparecer, e nos causa vazios de periferia existencial. Sartre tinha razão: “o inferno são os outros”.

Nos colocamos diante de um dilema: a invenção do outro. Identificar é discriminar. O processo mental que leva os seres humanos ao

conhecimento baseia-se num procedimento de classificação: nomeamos as coisas após definirmos suas características. Agrupamo-las com outras coisas que já conhecemos e que nos parecem semelhantes, ou as discriminamos criando novos conceitos classificatórios. Quando afirmamos que determinado ente é uma coisa, estamos concluindo que ele não é muitas outras. É nesse sentido que a cultura cria entre os homens laços de identidade ou de diferenciação. Acabamos de ver como a religião se constitui numa substância preciosa para forjar a identidade entre sociedade e espaço geográfico. Por abranger uma área muito mais ampla que a ocupada por um único povo, a religião tem sido o alicerce na formação das civilizações, que englobam inúmeros povos com características muito diversas entre si. Esse processo de longuíssima duração não é facilmente percebido pelas pessoas que o vivenciam, mas pode ser captado pelo observador exterior que, estudando eventos já concluídos, é capaz de fazer uma análise em perspectiva e destacar as constantes históricas, sem se perder em detalhes conjunturais.

Essa visão em perspectiva nos mostra que, por partilharem de uma mesma base cristã, os europeus ocidentais e orientais mantêm entre si, até hoje, uma relação oscilante. Ora são os cismáticos, os “heréticos”, como durante a Guerra Fria, ora são os parceiros privilegiados, como na Segunda Guerra Mundial. Do outro lado do mediterrâneo, aqueles que estão identificados ao Islã, os Árabes, iranianos, norte-africanos e turcos. Continuam a ser vistos como “infiéis”, inimigos potenciais com os quais se estabelecem períodos de convívio ditados por necessidades práticas, mais do que pelo respeito às legítimas diferenças entre os povos.

Se formos falar do antissemitismo contra os judeus teremos que voltar ao século XII quando a Igreja Católica Romana os rotulavam como o “povo que negou e matou Jesus”. Portanto, no período que abrange a nazismo e fascismo, cujas raízes históricas já vimos que são seculares, mas que atingiram seu ápice nas décadas de 1920 até o final dos anos 1940, evidentemente se entrelaça como a aversão contra o comunismo, a cultura milenar dos ciganos, os negros, etc. Ao entender esse preconceito e

intolerância étnico-cultural não podemos perder de vista que os conceitos e princípios, como também teóricos por parte de muitos intelectuais de cultura sejam antropológicos e/ou sociológicos, teológicos-filosóficos, deram sustentação de institucionalização por parte de determinados segmentos político-partidários e concomitantemente da Igreja Católica como também de segmentos religiosos protestantes históricos como os presbiterianos, batistas, luteranos, Assembleia de Deus etc. É o que Dom Helder Câmara chamava de fé divorciada da vida. Estamos sempre nos projetando no outro para o qual procuramos transferir e dar “legitimidade” as nossas limitações.

História e poder são como dois irmãos siameses, separá-los é muito difícil. Olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presente estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder. Há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história, mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. Na verdade, porém, a historiografia costuma ser muito clara quando se trata do primeiro olhar, mas é quase sempre imprecisa ou cega quanto ao segundo.

A historiografia humanista e renascentista não introduziu modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, mas iniciou duas tendências fundamentais, ou seja, a da crítica erudita das fontes e a eliminação das lendas, “milagres”, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos verossímeis em se tratando de que em ciência os conhecimentos serão sempre inacabados. Os historiadores a serviço dos poderosos do momento mostram-se em geral pouco ou nada exigentes em matéria de crítica das fontes. Suas histórias de príncipes, dinastias e reinos são basicamente políticas e pragmáticas. Os regimes totalitários sejam eles de “direita” ou de “esquerda” se assimilam a esta concepção teórica.

Em fevereiro de 1929 o papa Pio XI firmou com Mussolini um tratado de conveniência políticas através do qual o catolicismo voltava a ser a

religião oficial e o Estado voltava a aceitar os casamentos religiosos. A Santa Sé também expandiria sua soberania para outros prédios e Igrejas de Roma, além do Palácio de Verão em Castel Gandolfo. O fascismo ainda pagaria uma indenização equivalente a 85 milhões de dólares pelos territórios e propriedades expropriados durante o processo de unificação italiana no século XIX. O papa Pio XI se referia a Mussolini como “um homem que foi enviado por Deus”.

Quando as tropas de Mussolini invadiram a Etiópia no dia 26 de maio de 1935, para tomar as terras dos negros africanos e mata-los, pois eram considerados pelo fascismo uma “sub raça” o Vaticano não protestou, pelo contrário, o alto clero composto por cardeais da Cúria Romana, sem amarras morais, exultou o ato inumano de Mussolini como uma atitude importante para levar aos inferiores africanos a civilização superior. O colégio de cardeais vaticanistas e assessores de Pio XI deu a seguinte declaração à imprensa: “Ó Duce, a Itália hoje é fascista e o coração de todos os italianos batem juntos com o seu!!! Enquanto isso armas químicas de destruição em massa caíam sobre as cabeças da indefesa população Etíope.

Essa era a “convicção de fé e espiritualidade cristãs” que o Vaticano advogava como caminho para conduzir a humanidade em suas dignidades de promoção das pessoas humanas para Cristo. Cristianizar desprezando a condição humana em sua totalidade a qual só pode ser entendida ela estando no mundo e com o mundo. Seria cômico se não fosse trágico.

O homem é a ponte sem a qual não se pode chegar ao ponto futuro que é o divino. É preciso fundamental e necessariamente conhecer primeiro a condição histórica do homem para se puder pensar algo que esteja acima de sua condição corpórea material, essa é em se tratando das condições primeiras de sua existência a primeira coisa que o homem precisa urgentemente para existir nesse mundo histórico por excelência.

Os porta vozes desta moderna autoconsciência do homem são Michel Montaigne, Descartes e Pascal.

“O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para

esmaga-lo. Um vapor , uma gota de água bastam para mata-lo. Mas mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre daquilo que o mata, porque sabe que morre, e sabe a vantagem que o universo tem sobre ele. O universo desconhece tudo isso”. Pascal.

Nada, nenhuma autoridade, lei ou as mais diversas formas de poder podem estar à cima da dignidade da pessoa humana, pois tudo aquilo que é colocado acima do homem é uma afronta ao criador. O homem é antes de tudo e, sobretudo obra, imagem, e semelhança do criador que nos conheceu, nos amou e nos escolheu para seu projeto de vida antes que tempo fosse tempo.

Justamente com a consciência do valor da própria pessoa intensificou-se também o sentido pelos direitos inalienáveis dos indivíduos, como também pela tolerância devida aos outros. Dora em diante o respeito por esses direitos e deveres fará parte dos fundamentos da ordem social em sua abrangência política, religiosa, ética e cultural. As Revoluções inglesas, sobretudo das décadas de 1640 e 1660, a era das luzes, os princípios de liberdade e felicidade da Constituição de Independência dos Estados Unidos da América, as conquistas legadas aos direitos da Declaração dos direitos do homem pela Revolução francesa que se consolidam historicamente no final da década de 1950, um bojo de fatos históricos com suas conquistas as quais devemos aos princípios universais da Maçonaria.

O papa não é a autoridade suprema que decide tudo em última instância, mas o porta voz de uma consciência universal em busca de si mesma, dividida contra si mesma e tão incapaz de uma ideia firme e resoluta para uma conjuntura internacional. A mais celebre e a mais festejada das *Encíclicas*, a *Rerum Novarum*, não mudou a face do mundo. Suscitou um movimento católico que nem impediu a revolução soviética de 1917, nem parou a marcha triunfal da economia liberal. Um século mais tarde a *Centesimus Annus* foi acolhida com o mesmo calor pelos economistas e políticos liberais e, até pelo comunista Georges Marchais. Cada um tinha suas razões para rever-se nela. Em compensação quando o papa bento XV apelou em 1917 aos beligerantes para uma paz negociada, recebeu apenas

insultos, mas, com o tempo, muitos dos que não se recordavam dele acabaram por pensar como ele.

Numa busca de se redimir diante da História e tentar se é que é possível desfazer seus erros históricos a frente da Igreja e, sobretudo em relação aos princípios universais do cristianismo, o papa Pio XI em março de 1937, denunciou solene e simultaneamente o neo paganismo alemão e o comunismo ateu. A *Divini Redemptoris* encontrou um eco infinitamente mais intenso do que a *Mit Brennender Sorge*. O bolchevismo e a sua revolução causaram medo, incitando os governos democráticos ao apaziguamento com o nazismo. E um ano mais tarde, na hora do Anschluss, a *Encíclica* não impediu a adesão do cardeal-arcebispo de Viena ao regime hitleriano, mesmo que disso depressa se tenha arrependido.

No outono de 1937 Pio XI iniciou a escrita de uma *Encíclica* papal de repúdio ao o antissemitismo dos fascistas e nazistas. Porém antes de encerrar e publicar sua *Encíclica* morreu inesperada e surpreendentemente. Os textos de cunho filosófico e teologicamente enfáticos e veementes, que poderiam ter contribuído para uma forte guinada nos rumos políticos e ideológicos da Europa, simplesmente desapareceram, ou foram escamoteados, ou quem sabe “extraviados”. Uma oportunidade histórica perdida pela Igreja face o antissemitismo.

Será porque o texto encomendado por Pio XI não agradou aos que os cercavam, e aproveitaram sua morte para enterrar o projeto e esquecer seu rasto? Os que procuraram encontrar suas pistas, não sem dificuldades, podem ter tido esse pressentimento. Para os professores de história que têm experiência larga na pesquisa histórica admirar-se-ão menos com os seus insucessos do que com os seus resultados. Todos beneficiarão em distinguir cuidadosamente duas fases, ou dois níveis: aquele que resulta diretamente da vontade do papa sucessor histórico dos cinco patriarcas papais que governavam a Igreja católica a partir do ano 398: Alexandria, Jerusalém, Roma, Constantinopla e Antióquia, ou seja, o útero histórico do papado. Mais diretamente herdeiro de leão magno ano 440, e aqueles que os arquivos eclesiásticos conservam.

Quem poderá, então, ter escondido a *Encíclica* inacabada? Esconder é uma hipótese, uma dedução, ela não poderá ter desaparecido sozinha; alguém se encarregou disso. Mas quem? E por que? Pode imaginar-se tudo, sobretudo quando nada se sabe e se tem a impressão de estar perante um mundo impenetrável. Muitos comentários se teceram em torno do fato de o próprio Pio XI, quando reabriu o processo da ação francesa em 1926, ter sentido grandes dificuldades em encontrar o dossiê elaborado pelo seu antecessor Pio X, antes de 1914. Ora, como estamos escrevendo, pesquisando tecnicamente a história da qual todos os campos disciplinares de cunho científico não escapam ao se crivo, nos é permitido entender que todos estes acontecimentos eclesiológicos, estavam vinculados e remanesciam a todo um bojo dos processos factuais que desde 1756 criavam terrenos férteis para as duas grandes Guerras Mundiais do século posterior e as doutrinas totalitárias que ascenderam ao poder político estatal plenamente.

A história por ser dialética e dinâmica estar sempre a caminho do devir, do vir a ser, de constantes imperativos superacionais, apesar de acidentes retroativos, retrógrados que os historiadores costumam chamar de acidentes processuais. Ora, se em História existem fluidos de conceitos que se entrelaçam com processos contextuais contraditórios, então nela não há espaço algum para “verdades Absolutas”, ela não é uma ciência exata, por conclusão plausível não deve o homem histórico e, portanto, pensante aceitar os dogmas sectários e estreitos da religião. “*Cogito ergo sum*”.

O anticlericalismo existe precisamente nos países de tradição e maioria católicas pelo fato de o clero ter aí “a possibilidade de dominar os governos através da maioria constituída pelos seus fiéis”. Com efeito, a “existência de um magistério”, cuja autoridade suprema é reconhecida pelos fieis de todos os países, conferia-lhe a possibilidade de ter o pretenciosismo de querer convencer a todos de que só os Padres, Prelados, eles os Dux Clero e só eles têm autoridade moral e intelectual, como também espiritual para interpretar impecavelmente a santa palavra de Deus. A teologia divorciada da história se faz parecer com o conto da carochinha,

um mero mito inexplicável. A ideia de Deus nada mais é que fruto de épocas e realidades humanas existenciais dispare e sob as necessidades que as condições humanas sempre pedirão. Sem isso morreríamos. Eis o imperativo da essência humana.

É também neste contexto que com a sua ortodoxia doutrinária, a igreja Romana não só espera dos poderes seculares que a reconheçam como “uma sociedade perfeita” e como consideram que estes têm o dever de secundá-la no exercício de sua missão espiritual. Por essa razão, interfere na política, no poder econômico, nos interesses de manipulação cultural e moral segundo seus objetivos convenientes de controle mental das massas, que, segundo ela, “vem da providência divina e das revelações do evangelho”.

Num continente dominado pela Civilização protestantes ou mesmo anticlericais ou ateus ambos anticatólicos, A Santa Sé procurava fortalecer a sua posição internacional tentando recuperar a sua hegemonia política e religiosa, a sua autoridade e o seu patrimônio. Em história tudo tem a ver com tudo, nada pode ser pensado isoladamente, portanto, tudo é história. É impensável abordar a história da Igreja Católica sem pensar ela na totalidade de tudo aquilo que é produto da condição e produções que emanam da essência humana existente e sobrevivente graças ao bem e o mal. Eis o dilema sob o qual o homem submete Deus. Essa compreensão deveu a Hecateu de Mileto. Só o Romantismo no Século XIX segunda metade do mesmo, repensaria profundamente esta concepção do homem e do mundo. A história é sempre reescrita e repensada. Se fosse diferente não nos humanizaríamos.

Poderia ser um ponto de partida a afirmação de que o humano é sempre algo que depende de algum testemunho. O humano é algo que se desenrola, ou que se situa ou se caracteriza em função de um testemunho. Deste testemunho provém o registro do que ocorreu ou do que se situou, e de sua caracterização. Foi necessário o surgimento de consciência para que, atuando como duplicamento, ela situasse ou operasse uma espécie de auto testemunho. Valores simbólicos, formas, tudo isso se insere em uma

configuração inteligível a contar de um testemunho, de alguém que viu que presenciou e vão registrar de algum modo às coisas. Talvez o surgimento das artes e da literatura, modos de registrar como se fosse por parte de outro, alegrias e sofrimentos, atos e situações. Esse é o terreno fértil para o nascimento da ciência da história.

Diante do julgamento da história Pio XI firmara uma opinião pungente. Tinha procurado, em primeiro lugar, a conciliação, negociando com Lenin, depois com Mussolini, e, por fim, com Adolf Hitler. A estratégia política de Pio XI era sem dúvida a de buscar agradar gregos e troianos, ascender uma vela para deus e outra para Belial. O que obteve não podia o iludir. Era um xeque mate sobre o essencial que ele tinha planeado discutir, sobretudo com Stalin, os nazistas e o ocidente. Em março de 1937, duas *Encíclicas* condenaram com veemências todas estas doutrinas: *Mit Brennender e Divini redemptoris*. Precisamente um ano mais tarde, assiste a Áustria católica ser invadida e anexada ao Reich Alemão, e à inacreditável declaração de fidelidade a Hitler do Arcebispo de Viena, o cardeal Innitzer.

O antijudaísmo cristão repousa fundamentalmente sobre uma que-rela teológica. Nasceu no seio do judaísmo, uma simples seita judaica, ao mesmo tempo em que o cristianismo e em consequência da sua separação progressiva. Tem uma longa história, que tomou um novo curso quando a nova religião se tornou uma religião de Estado entre os pagãos, mais ainda quando justificou medidas de exceção com a famigerada “Santa Inquisição Católica”, ou encorajou paixões e fantasmas [a longa litania dos crimes rituais]. Esta história politizou-se no século XIX, favorecendo assim uma flutuação da linguagem e a sua aproximação de um antissemitismo racista de origens distintas.

O que a história fez apenas a história pode desfazer. Começou por desfazer a cristandade em nome da Europa das luzes, às quais o velho e o novo mundo devem as declarações dos direitos inalienáveis do homem e do cidadão. O que saiu das Revoluções Burguesas dos séculos XII as revoluções europeias de 1830 a 1848, pouco se parecia com a Terra Prometida.

Os séculos XIX e XX tiveram os seus horrores em cujo teatro a cristandade exerceu uma personagem protagonista, O liberalismo judaico-cristão civilizacional criou condições propícias aos nacionalismos xenófobos e aos socialismos, até ficar reduzido a uma hesitação entre Stalin e Hitler. Auschwitz não foi uma forma dura do gueto, mas uma perversão secularizada do holocausto bíblico e dos sacrifícios das antigas religiões. Os campos de concentração dos nazistas, dos soviéticos “comunistas”, dos ingleses e dos americanos nos campos asiáticos e italianos, seguiam cada um a sua lógica, sem relação com a da Inquisição.

Todo esse processo histórico complexo e cheio de nuances vai à posteridade tentar nos fazer compreender porque carrascos de campos de concentração nazistas foram acolhidos e protegidos pelo Estado do vaticano e receberam passaportes falsos da Santa Sé para fugirem para a América do sul. Como Mengele, Alexander Von Berger, Klaus Barbien que foi para a Bolívia com o nome falso de Klaus Autman entre outros cristãos católicos devotos. O papa Pio XII assim agiria junto com a Cúria Romana em legitimação ao Santo Dogma Da infalibilidade papal graças à inspiração do Espírito Santo. Roma Per Roma. Essas informações nos foram apresentadas graças às operações da Mossad e da Secular.

O longo processo que envolveu a configuração de uma história das religiões como disciplina específica, dotada de objeto e metodologia próprios, pode ser analisado a partir das discursões que, ao longo do século XIX e início do século XX, aprofundaram as relações entre a defesa do carácter nacionalista do homem ocidental e a persistência de formas de expressão ainda classificadas de religiosas. Resultado de um contexto de progressiva dessacralização, iniciado no século XVI com a definitiva ruptura da “unidade cristã” na Europa que estava em pleno processo de superação da cultura medieval que só se consolidaria em princípios do século XVIII com a coroação dos princípios burgueses revolucionários ingleses. Esse percurso conheceria ainda, nos séculos XVII e XVIII, a Era das Luzes, uma poderosa resistência por parte da Igreja católica com seu reacionarismo e perseguição aos homens da ciência, numa tentativa

histórica de tentar impedir os avanços da alavanca do progresso. Reatualizando a oposição entre religião e magia.

Para cada civilização cristã há um momento histórico adequado ao discurso do momento. Mais se ao iluminismo coube certa apologia de uma “religião natural”, já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e de sua criação, pode-se indagar se no fundo desta assertiva não estaria à ideia de que existiria um sentimento religioso profundamente arraigado na chamada “natureza humana”. Por outro lado, tal perspectiva dirigia a observação para um terreno pouco propício a uma abordagem que levasse em conta a ideia de uma história das religiões e, sobretudo, as diferentes formas de expressão existencialistas e pragmáticas inerentes aos discursos e práxis religiosas em qualquer época da história da humanidade, que envolvem esses “sentimentos naturais”, há muito registrados por viajantes europeus em lugares habitados por povos considerados primitivos e exóticos. A Europa das luzes e seus pensadores, todos antisemitas, viam nós habitantes do Novo Mundo com esse preconceito etnocentrista e eurocentrista que alimentam a alma cultural da Europa legado das suas “cristandades”. Portanto, aí está à velha raiz europeia antisemita secular. Hitler, Goebels, Rudolf Hees, Himmler, Mussolini, Franco, Salazar, Tito, Stalin, sabiam muito de história, esse é o caminho.

Os planos e projetos geopolíticos que envolviam as ambições e interesses os mais diversos por parte de todas as potências europeias representavam velhas mazelas ideológicas e querelas que remanesciam desde a França sob a liderança do cardeal Richelieu e Mazarino, Portugal do padre e embaixador da coroa Antônio Vieira, a Itália do cardeal Grotius, a Espanha do Padre Juan Caballero também embaixador. As questões em torno do Tamisa, do Reno e demais áreas geograficamente estratégicas em plena disputa de interesses até os dias atuais sem definições e soluções políticas, étnicas e culturais acabadas. Incertezas que persistem até hoje. Diante dessas incertezas da história é inevitável buscas que dão vida aos mais diversos mitos e “discursos” imagético-discursivos. O estruturalismo de Claude Lévi-Strauss abre alas para os historiadores pós-estruturalistas.

As fontes históricas não são apenas escritas e palpáveis, mas também, todos os elementos que reflatam os costumes e concepções de mundo de todas as épocas.

A história dos estados modernos e as conceituações de soberania estatal consolidadas na *Belle Époque* é uma categoria histórica. A partir da Primeira Guerra mundial. A *Belle Époque* começa paulatinamente a ser superada e, essa superação consolida-se em princípios dos anos 1930 com os regimes totalitários de “esquerda” e de “direita” no Velho Mundo. Os paradigmas políticos e religiosos com todos os seus arsenais dogmáticos da época são pressionados pela história a serem repensados, questionados, e, por necessidade de sobrevivência, mudarem suas posturas e posicionamentos. O papa Bento XV, por exemplo, e a santa Sé romana decide numa atitude benevolente mudar o nome do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição para um novo me de denominação da Instituição que matou muito mais do que todos os imperadores romanos juntos. O nome sutil e elegante de eufemismo foi denomina-lo de Congregação cristã para a doutrina da Fé, o qual existe até hoje e, se não mata mais os oponentes fisicamente, agora os mata moral, social, e culturalmente, jogando o povo desinformado e tolo contra quem ousa desafiar o “Magistério da Igreja”. Os papas Santo João Paulo II e Bento XVI sem a menor sombra de dúvidas souberam usar essa Prefeitura que desafia as leis da história acreditando que a fé que é uma questão de foro íntimo possa ser doutrinadamente manipulada. O Homem não pode ser coisificado. “Não sois máquinas, homens é que sois” (Charles Chaplin).

Dar a perceber que a história é um campo de lutas, e que o estado de Exceção é na verdade a regra geral seria a função de um historiador combatente como o foi Walter Benjamim, que toma a si a tarefa de “escovar a história a contrapelo”. Ao reconhecer a história como uma arena na qual se defrontam forças diversas, tal como fizera Nietzsche e também Marx, Benjamim adere ao compromisso deste último em relação à possibilidade de contribuir para a transformação efetiva das sociedades em favor da imensa maioria oprimida. O Fascismo dos anos 1940, que contextualiza

esta obra de Benjamin, nada mais séria do que um momento no qual este Estado de exceção ficará mais claro.

De fato, ao fazer a reflexão sobre os rumos da história de sua época ser atravessada por sua radical crítica a noção mecanicista de “progresso”, Benjamin questionará as interpretações liberais, ou mesmo vinculadas a setores do Materialismo Histórico, de acordo com as quais a emergência do Fascismo teria correspondido a uma “ruptura do progresso”, a uma explosão de irracionalidade, a um absurdo desvio da história europeia que interrompera a marcha do progresso. Ele se pergunta se o Fascismo não é precisamente a consequência natural do processo adotado historicamente como base para a construção da sociedade burguesa, ou mesmo se a própria história desse desenvolvimento das sociedades burguesas não seria ela mesma uma sucessão de Estados de Exceção da qual o Fascismo não seria mais do que uma expressão mais intensa, avivada inclusive pela possibilidade de dirigir o próprio “progresso tecnológico” e o desenvolvimento das comunicações para resultados extremamente destrutivos.

Entre tantas teorias e concepções de história sobre o desenvolvimento capitalista burguês, foram de fundamental importância o respaldo de estruturas de comportamento e conceituações de artes e culturas. Apesar disso, provavelmente seria seguro dizer que no ambiente da Guerra mundial e revolução de outubro, e mais ainda na era do antifascismo das décadas de 1930 e 1940, foi a “esquerda”, muitas vezes a “esquerda revolucionária”, que basicamente atraiu a vanguarda. Na verdade, guerra e revolução politizaram vários movimentos de vanguarda não políticos antes da guerra na França e na Rússia. A maior parte da vanguarda russa, porém, não mostrou qualquer entusiasmo inicial pelo movimento de outubro. Como a influência de Lenin trouxe o marxismo de volta ao mundo ocidental, esse marxismo leninista seria política e ideologicamente o contrapeso de reação ao crescimento do Fascismo na Europa, também assegurou a conversão das vanguardas ao que os “Nacionais Socialistas”, não incorretamente, chamavam de Bolchevismo cultural.

O Dadaísmo era a favor da revolução, seu sucessor, o Surrealismo, só tinha problemas para decidir que tipo de revolução, a maioria da seita preferindo Trotski e Stalin. O Eixo Moscou-Berlim, que influenciou tão grande parte da cultura, baseava-se em simpatias comuns. Todo esse emaranhado de situações sócio-político- culturais e mais ainda de concepções sobre o que naquela época, em cada país, se vislumbrava como identidade nacional, parecia anunciar profeticamente a tragédia dos artistas modernistas de “direita” e de “esquerda”. Foi que o compromisso político muito mais efetivo de seus próprios movimentos de massa e de seus próprios governantes para não falar de seus adversários, os rejeitaram. Com a parcial exceção do Fascismo italiano influenciado pelo futurismo, os novos regimes autoritários da “esquerda” e da “direita” preferiam prédios e vistas monumentais anacrônicos e gigantescos, representações edificantes nas pinturas e nas esculturas, elaboradas interpretações dos clássicos no palco e ideologia aceitável em literatura e, sobretudo, como base moral e ética para esses projetos de poder, uma “nova religião cristã” historicamente falando. Bento XV, Pio XI e Pio XII assim respaldaram. Eis as construções históricas lentas, graduais, porém voltadas sempre ao devir, sem as quais jamais se constrói um Estado com suas estruturas de poder [política, jurídica, religiosa, ética, culturalmente expressadas nas manifestações artísticas].

Se a ligação do romantismo com as doutrinas da Gnose, da Cabala, Rosa Cruz e Maçonaria são conhecidas, pois não conhecíamos nenhuma obra que fizesse um relacionamento explícito entre o romantismo e as heresias, do ponto de vista católico, do modernismo, condenadas desde o pontificado de Giovanni Maria Mastai Ferreti na *Encíclica Pascendi*. Em 1908, foi publicado na Europa, um excelente livro tratando desse tema. Refiro-me ao francês Dominique Braune. Finalmente essa relação é exposta sistematicamente, o que facilita compreender como os católicos foram preparados para aceitar os equívocos do modernismo sociológico, antropológico e literário, pelas mentalidades construídas historicamente desde o romantismo e largamente difundidas pelas civilizações ocidentais.

Romantismo estendeu sua influência a todas as esferas do pensamento, desde o século XIX, incluindo, evidentemente a filosofia, a teologia, a filologia, a antropologia e a política. Assim é que o simbolismo, as doutrinas de Bergson e de Blonde, sem esquecer a Psicanálise de Freud que tanto influíram no Modernismo, estava empapado de teses românticas. Todas essas doutrinas vão ter repercussão científica e filosófica que triunfarão nas ordenações doutrinárias do Concílio Vaticano II. Sobre o sistema modernista, disse o Papa Ferreti, é uma posição agnóstica.

Para os modernistas, por exemplo, todas as provas da existência de Deus são elucubrações intelectuais que nada comprovam. Eles rejeitaram assim, o que definiu o Concílio Vaticano I, que os católicos devem ter como demonstrável pela razão a existência de Deus. Propugnavam o abandono da filosofia escolástica e tomista, adotando a filosofia moderna. Consequentemente, recusavam a antiga teologia, defendendo uma nova teologia, tal qual aquela que era proposta pelos teólogos Jesuítas de Lyon e que triunfou no Concílio Vaticano I, apesar da crítica e condenação a ela feita pela *Encíclica Humani Generis* do Papa Pio XII. Os modernistas desejavam a extinção dos seminários e condenavam quaisquer naturezas de Dogmas. Esses avanços e recuos históricos da Igreja Católica, em se tratando de suas concepções doutrinárias de fé, espiritualidade e religiosidade não nos sustentam e não nos decepcionam, até porque é uma marca registrada nas políticas de identidades do próprio cristianismo ocidental ou oriental desde suas origens.

O conhecimento é totalizante e a atividade humana é um processo de totalização. Não é possível discutir por conhecer as formas de construção de paradigmas sociais como os que foram erguidos no ocidente judaico-cristão, sem partirmos dos princípios e conceitos fundamentais que não admitem dicotomias entre a arte, a ciência e a filosofia, isto é, nenhuma estrutura de poder pode ser criada e sobreviver sem sustentáculos que a assegurem. Os poderes que conhecemos e são indissociáveis é o econômico, o político e o religioso. Os princípios morais e éticos são um indispensável suporte para ambos. As escolas literárias acima citadas

contribuíram significativamente para semanticamente dar legitimidade aos anseios dessa construção. A Igreja certamente respaldou suas teologias e seu corpo doutrinário, sobretudo do pontificado de Leão XIII a o de Pio XII, onde aprendemos sobre o caminho que vai da *Rerum Novarum* até a *Humana Vitae*, em cima, portanto, do entendimento de que tudo o que o homem e as sociedades por ele criadas são parte de um todo e que nada pode ser assimilado isoladamente. Uma ciência não precisa das outras para existir, entretanto, para explicar a realidade ela precisa de todas as demais.

No Tratado de Latrão, no silêncio do papado em relação ao nazi-fascismo e até mesmo a *Encíclica* escondida de Pio XI, pode perceber que as questões que envolvem o poder em todas as suas esferas estão intrinsecamente ligadas, para tanto, as instituições socialmente e de forma oficiais estabelecidas não conseguem escapar a essas pragmáticas condições contextualizantes, para as quais só a história pode responder em longo prazo. A Igreja do presente é o resultado e ao mesmo tempo a resposta para as incertezas que ela mesma criou no passado. As incertezas são o útero da história e das identidades da Igreja. Não será preciso como num filme de ficção voltar ao passado para o entendermos, pois o caminho é justamente inverso, ou seja, são as condições e possibilidades que o nosso presente nos oferece que nos permite compreendermos com maior largura e amplitude aquilo que os homens do passado em sua época deixaram escapulir aos seus olhos.

A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que nós temos dela. Não há nada em se tratando de produção científica, filosófica ou artística que não passe pela assimilação da ciência da história. O leitor pode estar se perguntando o porquê de tantos aprofundamentos e da dinâmica que nos conduz a entender que o presente necessita por exigência coerente de serem contextualizadas as determinações fundamentadas no passado, o qual não pode ser visto em si e por si como querem os positivistas, pois esse abismo metódico entre passado / presente não é história, mas única e exclusivamente cronologia e a cronologia é sim uma ciência auxiliar da

história, mas não é a história. Não façamos confusão, não cometamos crime de reducionismo. Da escola do Dadaísmo, Romantismo, Simbolismo e sua busca obcecada pela subjetividade em sua acepção mais ampla, o que seria uma loucura para os parnasianistas influenciados pela objetividade e proselitismos dos sociólogos, historiadores e politicólogos da Escola Metódica “dita positivista”, e o Modernismo futurista, com pensamentos que a luz da época soava como música para os propósitos da burguesia triunfante.

Já vem o olhar pensante dos educadores que ambas às escolas citadas surgem como respostas das cabeças pensantes da arte aos processos dialéticos que deram suas parcelas de contribuição nos tijolos que formaram as bases na construção e promoção dos valores os mais amplos da entrada na história, graças a Revolução Industrial smithiana, ricardiana e malthusiana e suas consolidações no ocidente das décadas de 1930 e 1940. Dentro desse contexto tivemos seus contraditórios que foram o marxismo leninismo e o socialismo cristão de Pio X a Paulo VI. Estamos diante das “verdades” da história.

A Igreja Romana sempre exerceu historicamente a prática de monitorar, repreender e reprimir os pensadores e educadores sejam na ciência, arte ou filosofia, por ser incapaz de aceitar aquilo que ela “representante de cristo na terra “considerar em descompasso com o que ela pensa”. O que nós entendemos por totalitarismos de “esquerda” ou de “direita” e seus fundamentos antissemitas são legados do cristianismo universalista greco-romano que já tinham sua gestação desde os inícios do século IV. Os fatos históricos são processos de longa duração. Tenhamos, por favor, paciência histórica. Leiamos a Grécia Helenística de Alexandre o grande e a Roma imperial, sobretudo a partir de Otávio Augusto sobrinho de Júlio Cesar. Reitero Erik Jonh Hobsbawn: “O passado é o eterno tribunal de apelações para as incertezas do presente”. “Os sucessores de Pedro” se tornam falíveis diante da história. Essa pretensão arrogante subestima a história. Não há espaço para a “história do passado pelo passado” como querem os positivistas, as datas limites são arbitrárias pois a história é

dialética e não metafísica. Essa compreensão teve uma importante contribuição no século passado da Escola Literária do Modernismo.

Na aliança escusa da Igreja com Mussolini, Hitler, Oliveira Salazar, Francisco Franco, Juan Domingo Peron, Vargas etc. A Igreja Católica filha da história de Roma, construiu uma das páginas mais negras de sua história. *Vae Victi*. Ou por acaso ainda estamos sob o domínio da *Encíclica Una Sancta* de Inocêncio III? Já dizia o poeta do Rock Cazuza: “eu vejo o futuro repetindo o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, mas o tempo não para”. No entanto, alertava Vilar dizendo muito bem: “a história é filha de seu tempo”. A linearidade temporal dos iluministas sofre um xeque mate.

Nas crises socioeconômicas e geopolíticas que o capitalismo e sua classe dirigente a burguesia vinham enfrentando desde 1876, mais caótica com a Primeira Guerra mundial e, em decorrência dela, a ascensão do inimigo comum para a burguesia fosse católica ou protestante, ou mesmo judia, os interesses de hegemonia que envolveu todos esses segmentos sociais classistas dominantes de caráter político e ideológico, deixaram o suficiente claro para o mundo que as alianças entre católicos e fascistas, como também a participação e intervenção protestante para reforçar as fileiras da guerra santa contra o comunismo, contra o “outro” e o que ele representa de ameaças as nossas “identidades” como cristãos, cujo jihad historicamente desde as cruzadas e a inquisição santa católica precedeu a dos mulçumanos até porque matou mais do que todos os imperadores romanos juntos. Em se tratando desse combate “santo”, A igreja Católica Romana foi mais implacável a séculos do que os protestantes, os últimos inclusive, foram mais eficientes em acompanhar e assimilar as conquistas das revoluções burguesas. As sociedades são formadas e sustentadas por um grande aparato de estruturas sócio, político, econômico e culturais que se articulam e se combinam reciprocamente entre si, entretanto, os eixos centrais sob os quais orbitam os demais são sem dúvida o econômico e o cultural, esses não podem ser divorciados jamais. Eis o útero e o cerne para se assimilar as origens da história das religiões, as quais existem e se

alimentam do inconsciente coletivo que são uma construção histórica e sob a qual o homem constrói a política, o direito e o estado.

O papa Pio XI através de uma concordata em 1932 deixou perceptível que além de suas preocupações confusas e às vezes mesmo psicasténicas de conciliar seu apoio ao fascismo, compromisso desde 1929 com o Tratado de Latrão, acalmar os anseios e reivindicações das classes proletárias ao mesmo tempo em que tentava com Mussolini conter os projetos e teorias igualitárias dos comunistas e evitar o crescimento dos segmentos protestantes, tudo isto e muito mais sem comprometer o que deixara como legado para “o socialismo cristão”. E como se não bastasse toda essa posição política de tormenta desenvolvida pela Santa Sé, ainda tinha que diante das leis racistas lideradas por Mussolini, “acalmar” os judeus, ao mesmo tempo em que contribuía com seu silêncio de indiferença inumana aos judeus, ciganos e homossexuais, para atender aos anseios de suas conveniências políticas humanistas cristãs. São paradoxos da Igreja Romana Católica desde suas origens constantinianas e suas alianças com os pagãos no final do século V. A Igreja cristã torna-se falível diante da história. Ora, então como ficam os dogmas? O concreto em si e por si existe absolutamente? E como falar e relacionar sobre o ser e o nada?

As perguntas acima relacionadas são velhos dilemas que a história nos impõe condicionalmente para os processos de superação das antigas estruturas de poder social e políticas, como também estabelecer princípios e conceitos étnicos culturais que edificaram povos civilizatórios. No período a que se refere este livro, por exemplo, os conceitos de Estado e princípios da autoridade, sem confundirmos com os meios de autoritarismo, Enquanto Mussolini exibia um busto de Napoleão em seu estúdio, Adolf Hitler, que se tornou chanceler da Alemanha em janeiro de 1933, mantinha, havia muito, um busto de Mussolini no seu. O Duce era, para ele, o exemplo a ser seguido. Pouco depois da cerimônia de posse, Hitler mandou uma mensagem ao italiano dizendo que “Fascismo e Nazismo tinham muito em comum”. Os historiadores idealistas ou mesmo

positivistas, certamente apreciavam muito bem a figura do líder, o príncipe ou leviatã, ou seja, o império da história política que nasceu com Ranke.

Mussolini gostava da adulação, mas tinha dúvidas sobre seu seguidor. Hitler era um sonhador e homem com ideias gigantescas, mas apto para fazer discursos frenéticos do que para governar. Já Hermann Goring era um ex-paciente de manicômio. Os dois, achava-o Duce, sofriam de complexo de inferioridade. “Hitler era um agitador simpático”, disse o cardeal Eugênio Pascelli, “mas é cedo demais para dizer se é um homem de governo”. Posteriormente esse bispo como papa Pio XII o chamaria durante seus aniversários em abril, de “homem honrado e grande estadista”. Fazia muito tempo, porém, que alguns chefes da Igreja Católica alemã desconfiavam do extremo nacionalismo de Hitler, que segundo eles beirava o paganismo. Mas o líder nazista, ciente de que um em cada três alemães era católico, estava ansioso para conquistar o apoio do vaticano, o qual até então já era considerado pelo terceiro Reich como agradabilíssimo. Entretanto, para as ambições de Hitler era preciso mais. Na Itália o Partido Popular Católico havia atrapalhado o andamento dos planos de Mussolini, o Partido do Centro Católico atrapalhava as aspirações de Hitler na Alemanha. Menos de um mês depois que Hitler assumiu o poder, o embaixador alemão assegurou ao cardeal Pascelli que o novo chanceler queria manter boas relações com a Santa Sé. Afinal, observou o embaixador, Hitler era católico devoto. Os Pascelli posteriormente aceitariam essa argumentação. A Santa Sé tinha suas dúvidas sobre os nazistas. “Com os hitleristas no poder”, perguntou Pio XI, “o que se pode esperar”? Ora, no entanto, as ligações políticas e ideológicas entre o Vaticano e os nazistas e fascistas já eram fato consumado desde o Tratado de Latrão. O que a história fez só a história pode desfazer.

Após semanas depois de Hitler ter chegado ao poder, o papa vislumbrou alguma esperança. Disse Pio XI: “mudei de opinião sobre Hitler”, disse aos surpresos embaixadores franceses e britânicos. Enfim, uma voz da Igreja assumia definitivamente sua postura de denunciar e combater o comunismo bolchevique em termos tão categóricos. “Aquelas palavras”, recordou o embaixador francês Charles- Roux, “pronunciada com voz firme e em forma de

uma espécie de arrebatamento apocalíptico, me mostraram como o novo chanceler alemão tinha conquistado a simpatia e a atenção do papa Pio XI, o qual lançava uma declaração de guerra até a morte contra o comunismo ateu”. O enviado Britânico no Vaticano também percebeu que o papa parecia obcecado com a ameaça comunista. O fascismo e o nazismo apareciam para a Santa Sé como um meio pragmático de frear o crescimento comunista. Ficamos estupefatos ao ver como a história é construída em cima de bases contraditórias, e mesmo assim, ela sempre está voltada vocacionalmente para vi-lo a ser. Portanto, o humanismo secular transcende toda e qualquer ideologia religiosa seja ela institucional ou não.

A dupla guerra mundial do século XX e seus protagonistas factuais tiveram a intervenção não apenas dos Estados Modernos burgueses, mas concomitantemente das civilizações católicas e protestantes. Em se tratando do protestantismo, posso mencionar aqueles segmentos históricos que são: os anglicanos, os presbiterianos, os luteranos, os metodistas e os batistas. Assim como a Igreja Católica, os divergentes segmentos religiosos protestantes lançaram mão do que chamo a busca do Jesus histórico e não apenas da fé. As Epístolas do turco Paulo de Tarso são não apenas a espinha dorsal da teologia da Igreja, mas também uma fonte histórica impar para entendermos o significado histórico do homem Jesus. As *Encíclicas* de Pio XI e Pio XII legitimaram e consolidaram a posição política e cultural que a Igreja vinha desdobrando desde os triunfos da burguesia sobre o medievalismo, mais precisamente no ocidente das três últimas décadas do século XIX até a Primeira Grande Guerra mundial e o fim da Belle Époque. O passado, no entanto, nos atrai a atenção como um fantasma, o mundo dos mortos que insiste em repercutir nas perguntas e respostas para as quais o presente é desafiado.

Desde Pedro Valdo, os cátaros e os vedas, esta tem sido a construção, ou melhor, audaciosa busca de construções sobre as quais interminavelmente não se chega a um fim científica ou filosoficamente plausível para parlarmos, dissertarmos sobre o Jesus messiânico profético e o mistério da fé da Igreja. É preciso, para tanto, a entendermos dentro da

historicidade que embrionariamente nasce do povo hebreu que tinha em suas formações a influência persa e greco-romana predominantemente falando. É impossível fazer ciência sem voltar os olhares para o passado.

Outros, porém, fazem virtude da necessidade e admitem com entusiasmo a intervenção da história na história. Tal é o caso de Lucien Febvre ao proclamar:

Não há passado, este dado. O passado está coleção de cadáveres em relação aos quais a função do historiador consistiria em encontrar todos os seus números, para fotografá-los e identifica-los um a um. Não há passado que engendra o historiador. Há o historiador que faz nascer a história.

Uma coisa a Igreja Católica Romana não pode negar, pois preservados durante muito tempo de possíveis controvérsias, em virtude do caráter sagrado da “revolução divina”, a Escritura e a história da Igreja, na verdade entra agora, abertamente no campo da discursão erudita, uma conquista legada pelos renascentistas humanistas. A reforma está na origem deste fato, tão importante para a história, que nos permite dizer que, não sem algum complacente exagero, que a crítica histórica é filha do protestantismo. “*Precípue opus est historia in ecclesia*”, dizia Melancton. Uns esforçaram-se por provas, com o fim de justificar esta posição, que a Igreja Católica não reconheceu devidamente o ensinamento divino e degenerou, a partir da antiguidade cristã. Outros procuram todas as razões para acreditar ter ela permanecido na infalibilidade papal. É dentro desse processo histórico que inevitavelmente as Doações de Constantino e as Decretais de Isidoro que anteciparam em cinco séculos o poder papal foram desmascarados. A história segue o seu curso.

A história neste caso não se restringiria apenas como uma ciência do passado, uma vez que, segundo Bloch, “o passado em si não é objeto de ciência”. Para Bloch, “Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice versa que a partida era, de fato, jogada”. Nessa formulação pretensiosamente simples estava exposto o método regressivo, pois temas do presente condicionaram e delimitaram

o retorno possível ao passado. Tal como um dom de fadas, a história faria com que o passado retornasse, porém, não de maneira intocada, pura.

Se quiser substancialmente entender, ainda que de maneira relativizada, as alianças da Igreja com os totalitarismos, sobretudo, do século XX, aí teremos que nos resignar aos imperativos que as circunstâncias e contextos do tempo rei da história nos possibilitam a partir das “verdades” de cada época. Os conceitos dogmáticos que as teologias da Igreja apregoam serão sempre irreconciliáveis com a história. Nela reina incontestavelmente a dialética. A realidade é sempre mais rica que o conhecimento que temos dela. Sempre haverá muito mais a ser dito.

Ao longo dos oito anos de pesquisas para este livro, compilei cópias digitalizadas de mais de dezoito mil páginas de documentos desses diferentes arquivos. Além disso, examinei com atenção milhares de páginas de cartas diplomáticas, memórias e diários italianos, franceses, britânicos, americanos e alemães. O trabalho quase nunca era tendencioso, pois as surpresas não paravam. O desafio de juntar documentos relacionados a diferentes arquivos para resolver antigos quebra cabeças era inebriante.

Apesar de oferecerem novas e preciosas revelações, os documentos da Santa e toda poderosa Igreja não contam toda a história. Boa parte dela deve ser desvendada nos registros do próprio regime fascista e nazista. Graças aos seus arquivos, nenhum outro período da história apresenta descrições tão vívidas de intrigas facciosas que envolvem disputas pelo poder no Vaticano, ou relatos tão francos de seus escândalos. Um cujas façanhas estão impiedosamente registradas num grosso arquivo da Polícia Fascista e da Gestapo é o protegido do papa que se tornou cardeal naqueles anos, apesar de uma longa série de acusações de pederastia. É nesses arquivos policiais, também, que ficamos sabendo da estranha tentativa de assassinato sofrida pelo padre Tacchi Venturi e do segredo que ele tentava esconder com tanto desespero. Essas informações ricas e tão preciosas seriam de impossível acessibilidade dos historiadores sem a colaboração dos espiões fascistas e da Gestapo que se infiltraram no Vaticano, cujos relatórios enchem dezenas de caixas nos arquivos estatais. Elas contam histórias

de Bispos brigando pelo poder que nenhum documento da Santa Sé jamais registraria. Descrevem investigações papais cujas constrangedoras revelações permanecem ainda hoje guardadas em arquivos “pessoais” do Vaticano, fora do alcance de nossa visão.

Com a abertura, em 2006, dos arquivos do Vaticano relativos a esse dramático período, a história completa daqueles anos, com toda a sua riqueza, seus altos e baixos emocionais e suas surpresas, pode em fim ser contada. Os registros diários feitos pelo cardeal Eugênio Pascelli dos seus encontros com o papa, além de sua longa amizade e profunda simpatia por Adolf Hitler quando era Arcebispo de Berlim, a quem todos os anos gostavam de celebrar em abril seu aniversário e chamar o Führer de homem digno e honrado, Além de dezenas de milhares de outros documentos que lançaram luz sobre a história, estão disponíveis nos arquivos secreto do Vaticano. Documentos preciosos também se encontram em outros recém-abertos arquivos da Igreja sobre a época, incluindo os da sede dos jesuítas em Roma. Ali, encontramos abundantes documentos do obscuro e imoral enviado particular a Mussolini, falo do padre Pietro Tacchi Venturini.

Estas páginas, portanto, narram à história de dois homens que chegaram ao poder em Roma no mesmo ano e que, juntos, mudaram o curso da história do século XX. Erudito, respeitável e devoto, Pio XI passara grande parte da vida adulta examinando velhos manuscritos. Tinha saudade dos tempos medievais, quando não se contestavam os princípios fundamentais da Santa Igreja e de suas pretensões universalistas legadas pela Grécia helenística de Alexandre o Grande e da Roma dos Césares. Mussolini, apóstolo da boa notícia, era um agitador, um fanfarrão violento e um anticlerical visceral. Como os leitores deste livro podem ver, o relacionamento dos dois não acabou bem. O papa Pio XI, que a princípio saudara Mussolini como um homem enviado pela providência divina, terminou a vida achando que tinha sido manipulado. Eis o todo onisciente e inquestionável dogma da infalibilidade papal que subestima a história. O Duce não foi mais feliz. Como disse aos membros do Conselho Geral Fascista, “o papa foi um desastre”.

Os papas, os governantes e a própria arraia miúda como dizem os portugueses, são apenas humanos, demasiadamente humanos. Uma das experiências fundamentais feitas pelo homem do nosso tempo, é que tudo, o que cria tem muitas facetas. O homem de hoje tem mais clara consciência do que o de outras épocas, de que a posição por ele conquistada, é muitas vezes posta por ele de novo em perigo, pelo fato de que os meios que ele criou para consolidá-la, se convertem frequentemente no contrário, podendo assim provocar eventuais riscos e até mesmo catástrofes. Esses são os sinais da fraqueza humana.

A grandeza, porém, mostra-se na superioridade. Também a grandeza do homem consiste em ser ele superior a este mundo natural, no qual, aliás, ele pela razão de superá-lo, e aí ele se capacita para fazer história, e assim pode interrogar-se sobre o mundo, investiga-lo e transformá-lo, ou seja, fazer educação superando o aqui e o agora. Os porta-vozes desta moderna autoconsciência do homem são Michel Montaigne, Descartes e Pascal. Não se pode compreender o divino sem antes compreender o humano, o homem é a ponte. *Quo Vado humanitas.*

O que a história pode nos dizer sobre a sociedade contemporânea não se trata apenas de uma questão que pode ser tratada como autodefesa dos acadêmicos que se dedicam a assuntos interessantes, mas aparentemente inúteis como o latim e o grego antigos, crítica literária ou filosofia, sobretudo quando estão tentando obter recursos junto a pessoas que só admitem depender um bom dinheiro em coisas que tenham uma compreensão prática óbvia. Os historiadores são o banco de memória da experiência. Todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constitui a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles.

O problema não é se elas confiam. É o que exatamente esperam obter do passado, e, nesse caso, se é isso que os historiadores deveriam lhes dar. Tome-se como exemplo um modo de usar o passado que seja difícil de

definir, mas que todos pensem como importante. Uma Instituição como a Igreja católica não tem um passado com repercussões apenas na esfera religiosa, mas também política, econômica, filosófica, científica e nas concepções artísticas e as críticas literárias mais amplas, as quais repercutem até a nossa atualidade civilizacional. Afora um sentimento de orgulho, ou outros eventuais benefícios, o que obtemos das celebrações dos marcos cronológicos da história de uma instituição, nos coloca diante da necessidade de sempre os vermos com uma visão de mundo na acepção daquilo que só a história pode desfazer o que ela fez. É preciso ter paciência e sabedoria histórica.

Questões de cunho quanto aos valores étnicos, ao antissemitismo presente nas mentes dos europeus desde Dante Alighieri, Francesco Petrarca, passando por Lutero, Calvino, Erasmo de Rotterdam e Luís Vaz de Camões, sem delongas quanto às mentes brilhantes demais, eis as formações intelectuais e culturais que historicamente formaram as “mentalidades” das civilizações díspares da Europa. Colocando nossos olhares à frente, vamos entender porque em suas ambiguidades político-religiosas, o santo padre Pio XI ao receber a visita em Junho de 1938, a qual deixou Jonh Lafarge, padre jesuíta americano surpreso, no que diz respeito para ir até o castelo em Castel Gandolfo. O Sumo Pontífice disse a Lafarge que queria conversar sobre as questões relacionadas a o racismo em um âmbito não apenas teológico, mas também em cunho sociológico e antropológico, e que o procurara porque seu recente livro, *Inter-racial* era o melhor que ele lera sobre o assunto. O bispo Ratti queria a colaboração de Lafarge para escrever uma *Encíclica* sobre o assunto.

A questão já discutida sobre a morte de Ratti antes de concluir esta *Encíclica* na qual questionava o antissemitismo em 1937, e o fato dela até hoje estar escamoteada, escondida, sabe Deus por que? Somente a história em um futuro distante poderá nos dar as respostas para sobre elas pensarmos. A história não tem pressa. É inconcebível numa ótica científica ou filosófica termos a ingenuidade de acreditar que as culturas de um povo, e digo além, das civilizações europeias que são construções

milenarios, possam ser mudadas e superadas como num passe de mágica. A história não é uma sucessão de eventos, é muito mais que isso.

Para entendermos melhor a tese acima levantada, tenho que me legitimar teórica-metodologicamente com Keith Jenkins, que vê a sua própria posição como cética e irônica:

A história é um discurso mutável e problemático, ostensivamente a respeito de um aspecto do mundo, o passado. Produzido por um grupo de trabalhadores cujas mentes são de nosso tempo [em grande maioria, em nossas culturas, historiadores assalariados] e fazem seu trabalho em modalidades mutuamente reconhecíveis que são posicionadas epistemológicas, ideológicas e praticamente; e cujos produtos, uma vez em circulação estão sujeitos a uma série de usos e abusos logicamente infinitos mas que, na realidade, correspondem a uma variedade de bases de poder existentes em qualquer momento que for considerado, as quais estruturam e distribuem os significados das histórias ao longo de um espectro que vai do dominante ao marginal.

Por que chamar de pós-moderna uma concepção da história, ou melhor, das histórias como a de Jenkins? Não só nem principalmente porque tal autor assim a considera. Sobretudo porque a corresponde bem à definição do que seria a posição pós-moderna segundo os que a assumem. O pós-modernismo se caracteriza pela Morte dos centros e pela incredulidade em relação às metanarrativas. O primeiro ponto, se aplicado a história, levaria inevitavelmente a afirmar que os pretensos centros, e aí devemos entender os lugares de onde se fala. A partir dos quais se afirmariam as diversas posturas diante da mesma não são legítimos ou naturais, Mas sim, ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são nem de longe universais. São sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder. Em outras palavras, não há história; há histórias “de” e “para” os grupos em questão.

Não é difícil perceber o embasamento filosófico de uma concepção como essa o é: Heidegger, o que, aliás, numa versão elaborada por epígonos seus como, entre outros, Foucault, Deleuze e Derrida. Apoiando-me no arqueólogo Jean-Claude Gardin, passo agora ao que seriam os aspectos

centrais da tendência hermenêutica nas ciências sociais, ou seja, a dualidade natureza-cultura, o lugar do sujeito como ator social e como observador do social, uma revisão dos critérios de validação, a inevitabilidade de uma multiplicidade de interpretações para cada objeto estudado.

Vamos nos aprofundar ainda mais, e para isso proponho partirmos de princípios cujas causas e consequências são muitas vezes postas em dúvida, e mais que isso, muitas vezes são rechaçadas as formas de validação do conhecimento antes usuais. Neste ponto, as posições possíveis variam bastante, indo da subjetividade do autor individual ou de um leitor implícito igualmente individual às posições de grupos de pessoas diversamente designados “comunidades interpretativas”, “comunidades textuais”, “sociedades discursivas”. Em qualquer hipótese, tratar-se-ia de um processo hermenêutico de interpretação, no caso da história tomado de empréstimo de preferência a uma certa antropologia, com maior frequência a de Clifford Geertz ou quem sabe, alguma outra vertente de culturalismo relativista. Em posições extremas pode ocorrer a simples recusa de qualquer validação como desnecessária, impossível ou indesejável.

Igreja diante da história: da modernidade a pós modernidade

Só um ditador poderia conceder a Pascelli arcebispo de Berlim o tipo de concordata que ele queria. Só um ditador com a astúcia de Hitler poderia perceber a concordata como um meio de enfraquecer a Igreja Católica na Alemanha. Quando o bispo Pascelli e Hitler chegou a fatídico acordo em julho de 1933, os dois expressaram em separado suas ideias sobre o significado do Tratado. A distância entre seus objetivos era extraordinária. Hitler declarou, escrevendo ao Partido Nazista: “o fato de o Vaticano estar concluindo um tratado com a nova Alemanha significa o reconhecimento do Estado Nacional Socialista pela Igreja Católica”. Aquele tratado comprovava para o mundo inteiro, de maneira clara e inequívoca, que a instituição do Estado nacional Socialista é hostil à religião não passa de uma mentira. Em julho, durante uma reunião do gabinete, depois da assinatura da concordata, Hitler ressaltou para seus ministros uma implicação crucial da aprovação moral. As atas da reunião registraram as seguintes palavras que teriam sido ditas por Hitler: “foi concedida uma grande oportunidade a Alemanha com essa concordata político-religiosa. Criou-se uma esfera de confiança que será especialmente significativa na luta urgente contra o judaísmo internacional”. Os objetivos em dramático contraste de Pascelli e Hitler foram o trágico contexto das negociações da concordata, conduzidas em grande sigilo por cima das cabeças do episcopado e da liderança católica leiga, ao longo de seis meses, enquanto Hitler assumia o poder.

Posteriormente o Partido de Centro católico ameaçou desertar para o Partido Nacional Socialista. O fato de o Partido centrista católico entrar em

liquidação voluntária em vez de compulsória teve consequências imediatas e de longo alcance. A cumplicidade do partido com sua própria dissolução, junto com a evidente aprovação dos Bispos católicos ao estado de partido único. Era uma circunstância que animava os espíritos dos nazistas e levava católicos em quantidades cada vez maiores para o Nacional Socialismo.

Os partidos políticos católicos na Europa, de centro ou mesmo extremos “direitos”, tinham um papel e estruturas de sustentabilidade asseguradas, sobretudo, pelas classes médias ameaçadas em seus interesses pela instabilidade econômico-capitalista que trazia seus reflexos do mundo precedente e posterior a Primeira Guerra Mundial e o seu ápice de desmoronamento com a crise de 1929. Mas, nenhuma estrutura de poder político partidário é somente assegurada por bases econômicas e sociais entendidas como um universo fragmentado de um conjunto de condições que, necessariamente, têm um tributo a pagar as legitimações culturais e ideológicas, as quais passam por concepções de mundo que envolve todo um caráter ético para os quais a trilogia do poder político, religioso e econômico, impossíveis de serem divorciada, forma toda uma teia de “explicações justificadas” para determinadas leituras e interpretações que possam lhes garantir sobrevivência histórica.

Instituições religiosas carismáticas conservadoras de “direita radical” e comportamentos sociais sinistros, como o *Opus Dei* e a *Legio Mariae*, tiveram um papel decisivo para a legitimação e operacionalidade do poder católico vaticanista em suas alianças de conveniências políticas ideológicas com o fascismo e o nazismo. A primeira organização citada tem seu nascimento em 1928, há segunda nos anos 1930, porém, ambas já tinham suas condições e possibilidades embrionárias desde o pontificado de Benedito Della Chiesa. O *Opus Dei*, por exemplo, prima até nossos dias atuais por umas pedagogias voltadas a formar a juventude para uma mentalidade de submissão, fazendo com que a educação seja sinônimo compatível de forma-la para pensar e fazer sempre tudo igual. “A melhor maneira de alienar a juventude é ensiná-la a pensar sempre igual e nunca diferente”

disse bem Nietzsche. Goebbels que era católico devoto aprendeu impecavelmente a lição. Não por obra do acaso que na primavera de 1938, quando o auto comando das SS e SA, como também da Gestapo, estavam reunidos em Berlim para traçar os planos de guerra, na qual surpreendentemente Hitler não estava presente, Goebbels com o dedo indicador alertou os demais comandantes da cúpula nazista: “Hitler é um homem perigoso. Ele acredita no que diz”!!!

O *Opus Dei* é uma prelazia do Vaticano fundada pelo padre espanhol José Maria Escrivá e inicialmente com um caráter exclusivamente masculino. Inicialmente, José Maria Escrivá pensou em trabalhar apenas com jovens apenas rapazes, que se dedicassem integralmente a deus e abraçassem o celibato. Ele achava que nunca haveria mulheres, nem brincando, no santo *Opus Dei*. Mas em 1930 decidiu que elas eram necessárias para determinadas tarefas e, claro, obviamente, repetindo as santas palavras inspiradas pelo espírito santo de Deus do papa Clemente VII, um italiano que chegou na idade média ao cargo mais poderoso na hierarquia da Igreja comprando desde os 15 anos de idade a condição de padre até galgar o papado pois a aristocracia dos Médici de Florença a qual pertencia, assim o permitiu: “A participação das mulheres na Igreja de Jesus Cristo e Pedro são muito importantes, pois até as festas religiosas dos padroeiros se tornam mais pomposas e lucrativas” [ver O catolicismo medieval de Henry Pirenne editora da Universidade de Bruxelas 1979]. Entretanto na hierarquia da Santa Mãe Eclésia et magistral católica, as mulheres sempre tiveram historicamente numa posição piramidal de inferioridade.

Desde sua fundação o *Opus Dei*, não apenas nas civilizações europeias do ocidente judaico-cristão, como concomitantemente na América Latina, teve e exerceu excepcionalmente bem o papel de colaboração para a fundação, desde a arquitetura intelectual até a organização operacional de instituições político partidárias de caráter ideológico reacionário conservador de “extrema direita”. No Brasil, por exemplo, ela colaborou de forma ímpar com a Ação integralista Brasileira liderada pelo fascista Plínio Salgado que era uma cria da Semana de arte moderna de 1922. Separar

ideologias políticas e /ou seculares de ideologias religiosas, também repercutidas nas concepções diversas da arte e nas teorias das ciências econômicas e antropológicas, é algo simplesmente impensado na ciência da história. Só os tolos talvez o façam.

No processo de transição entre o pontificado de Pio XI para o bispo Pascelli como resultado de um longo período de duração pelo qual passou a Igreja entre encontros e desencontros, paradoxos relativos à suas identidades quanto às questões de sobrevivência da mesma, nos coloca diante da necessidade de assimilação que é a de compreendermos a impossibilidade de falarmos desse amplo e complexo período com suas mazelas e querelas, sem levarmos em conta os rumos de transformações pelos quais passava a Europa, sem exageros, o ocidente como um todo, e seus contextos turbulentos. Toda uma gama de fatos históricos que envolviam novos conceitos geopolíticos e ético-humanistas, e novas instituições que ao serem criadas, fosse de caráter exclusivo eclesiástico-clerical ou mesmo laico, portanto, também de caráter Político-jurídico e ideológico estatal, vislumbravam as luzes das sociedades europeias pós-industriais em um novo mundo secularizado sem precedência, graças ao modernismo adotado pela história e suas ciências auxiliares filhas dos novos tempos, com a colaboração das artes literárias que concomitantemente são construídas processualmente.

O Conclave de primeiro de março de 1939, que durou semanas a fio depois da morte de Pio XI, foi um evento de crítico significado internacional numa época de conflito iminente entre as grandes potências mundiais. O ambíguo papa Pio XI acabara questionando abertamente o regime alemão, com sua *Encíclica Mit Brennender Sorge*, em 1937. Além disso, seu relacionamento inconstante contraditório com a Itália fascista, e isto já abordou, deteriorou-se. O Tratado de Latrão e a Concordata do Reich continuaram firmemente respeitados pela Santa Sé e um novo *Dux Cleri*, se fosse pró-Hitler e pró-Mussolini consolidariam as pretensões históricas do eixo Roma-Berlim e assim, todo o apoio político, cultural e ético que os nazistas e fascistas ambicionavam. A política do bispo Eugênio Pascelli era

a possibilidade que poderia se tornar uma concretude histórica que, sobretudo, diante dos objetivos geopolíticos éticos das grandes potências nos dois lados da divisória europeia, pareciam respaldar as condições político-ideológicas que envolvia a Europa desde as revoluções de 1830 a 1848 e que se tornariam mais marcantes a partir de 1876.

Nas três semanas que transcorreram entre a morte do papa e o início do Conclave, que confinaram os cardeais no Palácio Apostólico e na Capela Sistina, criaram uma psicosfera político-social que fez com que os círculos diplomáticos fervilhassem de boatos e intrigas. Em especial os diplomatas franceses, ingleses, alemães e americanos, conscientes da força eleitoral dos nove cardeais francófonos em contraste com três dos estados Unidos e quatro da Alemanha, acusaram os xenófobos bispos italianos de tentarem manipular a eleição. Enquanto os pastores da Igreja Universal Romana fundada pelo próprio Cristo se comportavam como cães ávidos pelo poder hierárquico, o que naquele contexto afirmar isso parece subestimação em relação às mentes que pensam e que não entendem como a Igreja que nasceu do Cristo só conseguiu sobreviver e se proliferar mundialmente graças às relações processuais de, ela própria, assimilar os valores culturais linguísticos e políticos de outros povos, em suma, os pagãos nos séculos IV, V e VI, cujas alianças lhes foram de grande importância para suas pretensões temporais, demonstravam em comportamento nos anos 1930 que não tinham aprendido e avançados com as lições da história.

O embaixador francês na Santa Sé, entrevistou todos os príncipes da Igreja francófonos sobre suas intenções de voto, o que levou um cardeal de nacionalidade francesa cujo nome até hoje é mantido em segredo pelo Vaticano a abordar o precipitado diplomata com um comentário sarcástico: “Vim saber como meu governo quer que eu vote”. Enquanto isso, o único cardeal inglês, Arthur Hinsley, inquietava-se sem saber se deveria convidar o ministro britânico na santa Sé, Francis Darcy Osborne, para almoçar no refeitório do colégio inglês, o seminário romano para jovens ingleses. Ao ler estas informações, o leitor deste livro certamente está

lembrando-se do Príncipe, do leviatã, quem sabe até mesmo das astúcias políticas de embaixadores como o padre Antônio Vieira, os Bispos Richelieu, Mazarino e Grotius, etc. O papa Eneias Silvio Piccolomini parecia estar certo quando afirmou: “Em Roma tudo só se torna possível com dinheiro e astúcia política”. O Espírito Santo é incontestavelmente implacável.

Após quatro dias de ser eleito pelo espírito santo de Deus como papa, Pascelli fez questão de reunir-se com os cardeais alemães, Bertram, Schulte, Faulhaber e Innitzer, deixou bem claro que tinha interesses de cuidar de todas as questões que envolviam a Alemanha. Pascelli propôs a ratificação de Hitler. Dizia ele oficialmente ao ilustre Adolf Hitler, essas foram suas palavras, que “no seu pontificado, desejava assegurar que os católicos alemães devotados ao bem estar do povo alemão, a depositar sua confiança a liderança de Hitler homem católico ilustre e honrado”, pronunciamento do vigário de Cristo na terra em pleno 1939, justamente o ano em que se inicia a Segunda Guerra Mundial e se estabelece por Hitler Sobibor, Auschwitz, Leon, o Gueto de Varsóvia, etc. o Homem escolhido pelo espírito santo para ser papa da Igreja era falível. Ora, faço questão de reiterar minha dúvida sobre o dogma pretencioso e arrogante da infalibilidade dos papas. Esse discurso teológico por excelência se construiu em um dado lugar e espaço imagético-discursivos, sujeitos, portanto, a processos de desconstruções, adotando uma linguagem pós-estruturalista.

Quando dissertamos sobre o pensamento estruturalista que abre um leque para um debate acadêmico entre Braudel e Claude Lévi-Strauss, para nós Lévi-Strauss deixou-se influenciar pelo seu objeto científico de estudo que são as “sociedades arcaicas”, e absorveu a sua representação do tempo e da história. Ele se opôs ao Iluminismo Europeu, à utopia moderna, ao sonho revolucionário da sua época, o qual ainda repercutia no seu tempo desde as suas origens embrionárias graças as Revoluções Inglesas do século XVII, recorrendo à representação do tempo e da história dos indígenas. Para ele, o objetivo das ciências humanas não é constituir o homem ou revelá-lo à realização final em uma sociedade moral, mas dissolvê-lo.

A análise etnográfica não visa à produção da mudança, a etnologia por sua parte de objeto de estudo quer reintegrar à cultura na natureza, a vida em suas condições físico-químicas. Para ele, “dissolver” não significa destruir as partes do corpo submetido à ação de outro corpo. A ideia da humanidade integrada à natureza pela etnologia é contra o projeto Cristão-Illuminista, Que enxergava a história como a via real, para a emancipação da humanidade. Claude Lévi-Strauss quer compreender a vida como uma função da matéria inerte.

Enfim, em Lévi-Strauss, a etnologia se opõe radicalmente à história em três aspectos: Institucionalmente, porque disputa a preeminência entre as ciências sociais, para controlar as instituições de ensino e pesquisa; Epistemologicamente, porque se opõe à história progressiva, evolutiva, que ele considera ideológica e não científica. E propõe a busca da ordem subjacente, imóvel, permanente. Politicamente, porque se opõe ao projeto utópico-revolucionário da modernidade, que acelera a história com a produção de eventos dramáticos e propõe uma desaceleração conservadora da história com a sua dissolução na ordem Natural-sagrada. Essa antropologia certamente agrada as teologias euro centristas conservadoras e com caráter historicamente xenófobo, o que é típico na formação cultural de mentalidades dos europeus.

A resposta dos historiadores a Claude Lévi-Strauss foi dada por Fernand Braudel o maior nome da *Escola dos Annalles* em seu artigo “A longa duração”, e republicado posteriormente na coletânea “Escritos sobre a história”. Esse é um dos capítulos mais importantes da história da historiografia contemporânea que todo professor de história não pode desconhecer. Na primeira metade do século XX, os *Annalles* defenderam a história contra os ataques dos sociólogos discípulos de Durheim e dos filósofos e antropólogos estruturalistas. Foi uma época de combates e apologias da história sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre.

Para Braudel, quem opõe evento e estrutura e se detém ou no evento ou na estrutura são o sociólogo e o antropólogo. O historiador não comete esse erro de análise. Ele os articula em uma dialética de duração. Por isso,

para ele, é importante afirmar com força a importância e a utilidade da história, que trata das durações socioculturais, dos tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens. O historiador se interessa pelo que é mais importante na vida social: a oposição viva, íntima, repetida, entre o instante e o tempo lento a passar. Os *Annalles* não narram apenas a sucessão dos eventos, que consideram barulhenta, explosiva, cortina de fumaça que ofusca a consciência dos contemporâneos, pois não dura. A história não se deixou enganar pelo conceito de “estrutura social” como queria Claude Levi-Straus, e não aceitou a imobilidade, a perenidade, a intemporalidade atribuída à vida social. Na história não pode haver sincronia perfeita. Uma parada instantânea, que suspenda todas as durações, ou é muito absurdo ou é muito abstrato. Em história, não há “estrutura”, mas longa duração.

A “longa duração” não é uma imobilidade sem mudança, não é uma ausência de duração. É uma duração longa, uma mudança lenta, um tempo que demora a passar. A história mudou de estilo, de atitude, passou a ter uma nova concepção do social. A “estrutura histórica” ou “a longa duração” é uma arquitetura, uma realidade que o tempo gasta lentamente. Enfim, posso afirmar que a longa duração é suporte e obstáculo. A história não é uma sucessão de eventos e a árdua tarefa do historiador é explicar o que aconteceu.

Se quisermos conhecer, ainda que de forma infinitiva os papéis históricos da Igreja Romana no período dos extremos, reflexos das crises das sociedades pós-industriais na transição histórica do Modernismo para a Pós-Modernidade, concomitantemente a uma Igreja ainda incapaz de assimilar tudo isso e relutantemente reacionária quanto a esse processo desenvolvimentista, e como se não bastasse, as esparrelas cometidas pelos papas, sobretudo de Pio IX a Pio XII, e as jogatinas de poder e pelo poder caracterizadas pela complacência e conivência com os fascistas por parte dos bispos Aquile Ratti e Pascelli, as quais foram fatores de suma importância, até porque estamos falando da toda poderosa Civilização Católica, para a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Essa dialética ratifica

todas as teses e teorias da história dissertadas acima. As palavras de João Hus, Giordano Bruno, dos Cátaros e valdenses, atualmente Gustavo Gutierrez, Carlos Mesters, ainda hoje têm seus ecos repercutidos na história. O que nós dizemos e fazemos as pessoas podem até ter esquecido, porém, a história jamais esquece.

Se remontarmos as zonas ausentes da história ao que os emerge os documentos do século XVIII, constatamos, no interior do cristianismo, uma clivagem análoga àquela que partilha a sociedade entre a escrita erudita e a oralidade popular. Para dizer a verdade, o que se aprende não é a própria ruptura, pois ela em si não é um objeto analisável a partir de um lugar que escaparia à divisão criada pela observação científica. São seus efeitos, na região onde uma razão cristã se desenvolve segundo o modelo que lhe impõe as condições históricas, que de agora em diante, a ética e a filosofia das luzes nos possam falar. Ali se efetua um trabalho considerável de organização, mas regido pela “utilidade social”. Portanto, como nos outros setores do clero esclarecido e caracterizado pela rarefação da palavra ou pelo silêncio das expressões cristãs, parece que esses clérigos perdem a palavra na própria medida em que fabricam uma Igreja. Eles não podem mais dizer e, mais ainda, frequentemente não têm nada mais a dizer, porque essencialmente a razão com a qual se alinham como minoritários na burguesia esclarecida regula sua atividade, mesmo que tenham ainda este utilitarismo na conta de “verdades” cristãs recebidas.

O centro deste novo sistema de defesa é precisamente definido pelos padres que participam pouco ou muito dos processos de superações culturais. Eles foram convertidos em homens da escrita pelo trabalho consagrado secularmente à reforma e à formalização do clero, objetivo primeiro da Igreja pós-tridentina. Seminários, Conferências Eclesiásticas, estatutos sinodais ou visitas pastorais visam, inicialmente, a educação dos padres e a normalização de um pessoal administrativo. Esta grande campanha coloca os padres numa situação cada vez mais difícil. Pois, se tem por alvo explícito a defesa ou a difusão de crenças religiosas, eruditas ou relacionadas ao imaginário popular laico na acepção mais profunda da

palavra, lhes dá como meio uma administração técnica, cuja lógica é contraditória ao fim estabelecido. A organização das práticas é mais forte do que o sistema de representações ao qual assegura a circulação ou a sustentação. Isto se manifesta como é bastante comum, no processo que substitui o primado das crenças pelo das práticas. Mais ainda, “os discursos cristãos” se tornam o objeto e o instrumento de processos de produções históricas, a que constrói um corpo social religioso. Bem longe de articular práticas e de lhes fornecer um quadro de referências, a Palavra verdadeira se transforma num meio, numa axiomática do “fazer a sociedade”.

Afirmar que a Segunda Guerra Mundial foi fruto da Primeira e, ainda por cima, aborda-las como reflexos de participação e confronto de civilizações católica e protestante, são coerentes. O positivismo, em síntese, entre os historiadores era uma corrente de pensamento científico anticatólico, antimonárquico, portanto, em defesa do republicanismo, da abolição da escravatura, da liberdade de imprensa e do Estado Laico, legado da Revolução Francesa, cujos palanques de retóricas foram as Lojas Maçônicas as quais deram uma suma importância para a publicação de Bíblias e cultos protestantes. Os Primeiros cultos protestantes no Brasil, para citar nosso caso, País monárquico e de religião católica do Estado Oficial foram realizados em Lojas da Maçonaria a partir de 1824, de forma significantemente efetiva. As quedas de braço históricas entre o poder temporal das civilizações católica e protestante formaram um terreno fértil para as díspares e contraditórias concepções e pretensões político-geográficas de repercussões “morais e éticas” para as ideologias uteis para cada época. Talvez tenhamos que voltar um pouco mais no tempo, para enriquecer nossa tese, e buscar as causas da Segunda Guerra na segunda Revolução industrial que consolida a história positivista e marxista. Reitero insistentemente em parafrasear o professor Hobsbawm: “O passado é o eterno tribunal de apelações para as incertezas do presente”. Digo que nenhum povo foi maior que as religiões que adotou.

Algumas das maiores ambições da história cultural, especialmente na Alemanha, vieram de acadêmicos que não trabalhavam nos

departamentos de história. O sociólogo Max Weber publicou uma obra famosa, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em 1904, em que analisa as raízes culturais do que chamou de “sistema econômico dominante na Europa Ocidental e na América. O ensaio de Weber poderia igualmente se chamar “Capitalismo e cultura do protestantismo”. O ponto central do texto era, essencialmente, apresentar uma explicação cultural para a mudança econômica. “as mudanças econômicas é o motor da história” diz Fernando Henrique Cardoso. Weber acentuava o papel do ethos ou sistema de valores protestante, especialmente a ideia de chamada, na acumulação de capital e na ascensão do comércio e da indústria em grande escala. Em outro estudo, argumentou que o ethos do Confucionismo, religião oriental que contribuiu com um legado por excelência no que diz respeito a importância de jamais separar as concepções filosóficas e teológicas dos entendimentos histórico-culturais, e digo que dificilmente haverá outro pensador, pesquisador e político que tenha exercido tão eficaz influência na religião e na política de sua pátria, como Confúcio. O grande pecado mortal de Confúcio, por sinal o mesmo pecado do Catolicismo romano, foram ter sido hostis ao capitalismo. Lutero não cometeu esse pecado. Os avanços históricos do protestantismo em relação as Revoluções Burguesas e o triunfo da mesma refletem o atraso cultural católico em relação aos segmentos históricos protestantes e o capitalismo imperante.

O que os homens pensam a respeito do mundo é uma coisa, e outra muito diferente são os termos em que o fazem. Durante grande parte da história e na maior parte do mundo, os termos em que todos os homens, exceto um punhado de pessoas emancipadas e instruídas, pensavam o mundo eram os termos da religião tradicional, e tanto isto é verdade que há países nos quais a palavra “cristão” é simplesmente sinônimo de “camponês” ou mesmo “homem”. Em alguma época anterior as revoluções europeias de 1830 a 1848, graças às quais não só a Revolução Francesa se consolidou, mas, sobretudo, as revoluções sem as quais a Revolução Liberal Burguesa Francesa jamais teria o sucesso e significado histórico que

conhecemos bem por demais, ou seja, as Revoluções Inglesas do século XVII. Isso, no entanto, deixou de ser verdade, pelo menos em certas partes e momentos da Europa, mas ainda dentro das áreas transformadas pelas revoluções, a religião, uma coisa muito semelhante ao céu, da qual ninguém escapa e que abarca tudo, absolutamente tudo, o que está sobre a terra, tornou-se algo parecido com um acúmulo de nuvens, uma grande característica do firmamento humano, embora limitado e variável.

De todas as mudanças ideológicas, essa é de longe a mais profunda, embora suas consequências práticas não fossem mais ambíguas e indeterminadas do que então se propunha. Em todo caso, é a transformação mais inaudita e sem precedentes. Na Europa das Eras revolucionárias, mesmo entre os escalões médios, a aberta hostilidade à religião não era popular, era privilégio de algumas camadas ditas esclarecidas, ilustradas, embora a ideologia que caminhava de uma longa história que repercutia sobre as mentes pensantes, às mesmas ainda refletindo a herança de um iluminismo “anti-tradicional”, “progressista” e “racionalista” se encaixasse perfeitamente no esquema da ascendente classe média. Nas sociedades burguesas e em seus equilíbrios sócio-político econômicos, historicamente a classe média sempre foi o fiel da balança. Em momentos caóticos as “soluções”, “as possíveis saídas” sempre foram um terreno fértil para a emersão no interior e meio das massas de líderes supostamente capazes de representarem pela cultura do culto à personalidade uma referência de rumos messiânicos a serem seguidos como também de ideias extremistas, seja de “direita” ou de “esquerda”. Hitler, Mussolini, Vargas, Oliveira Salazar, Francisco Franco, Juan Domingo Peron, Vargas, Stalin, Fidel Castro, Augusto César Sandino, etc. enfatizam e ratificam esta tese. A grande crise existencial das gerações atuais, acostumadas à cultura do “imbecil coletivo”, é o fato de não possuírem mais referenciais, e como consequência estarem vivendo numa periferia existencial como bem define o papa Francisco.

Entretanto, abordar as religiões derivadas do cristianismo tomando como ponto de partida para nossas reflexões teóricas apenas o protestantismo e a Igreja Católica, ambas bastantes heterogêneas, de modo que

chegam a em certos contextos históricos serem confusas, serem compreendidas e identificadas em seus “discursos”, sem falar que nos limitarmos a esses dois segmentos cristãos é cometer um crime de reducionismo. Posteriormente aos Atos dos Apóstolos e as cartas de Paulo, homem de formação romana e que jamais abandonou totalmente sua mentalidade farisaica graças aos ensinamentos de Gamalieu, o qual guardou no coração, de ideias políticas terríveis [ver a Carta a Romanos capítulo XII]. Esse cristianismo primitivo continuou com os sucessores dos Apóstolos que foram: João Crisóstomo, Euzébio, Ignácio, Papias, Irineu, Calixto, Cipriano Bispo de Cartago. Os Bispos naquela época áurea do cristianismo eram escolhidos pelas comunidades e todos eles eram chamados de papas.

No ano 208 Tertuliano advogado cristão acusou Calixto de querer ser o Bispo dos Bispos no contexto em que nascia a filosofia Patrística com forte influência do filósofo grego Aristóteles, o que nos mostra a influência forte do pensamento grego e também romano, povos pagãos sobre a formação do pensamento cristão. Se formos falar nas influências do Mitraísmo persa e do epicurismo e estoicismo, o último tão presente e marcante na formação moral e intelectual do Apóstolo Paulo. Realmente o cristianismo nem de longe nasceu e o é uma doutrina original. A origem da instituição do papado foi forjada, foi um embuste da história.

Em história, que não é ciência exata, nos alerta o professor Jean Glénisson, “precisamos nos resignar as suas incertezas”, e ao contrário da filosofia da escolástica jamais colocar a razão submissa à fé, mas, sim, colocar a razão acima da fé como queriam os pensadores livres. Pois bem, essas incertezas são universais, ou seja, elas concomitantemente abrangem também os planos geopolíticos e culturais. Eis os seus reflexos nos conflitos históricos quanto às questões étnicas, linguísticas e num plano mais amplo cultural-religioso e político nos Balcãs, no leste europeu, nas mazelas do conflito árabe-israelense, na guerra e genocídios de crimes contra a humanidade na Síria. A História é dialética, porém, lenta e processual. A história não tem pressa. Para entendê-la é preciso paciência histórica.

A Segunda Guerra Mundial, para citá-la como um exemplo claro, Revelou para o mundo à falibilidade cultural da Civilização da Europa Ocidental Cristã, como ao mesmo tempo, a impossibilidade de termos sequer a menor certeza quando o assunto é as disciplinas de história e geografia. Estas instabilidades geopolíticas somadas as querelas e mazelas que envolvem as discursões a respeito dos planos étnicos-culturais linguísticos foram criadas, arquitetadas com fundamentações fortes, embora já não possamos garantir que suficientes e convincentes, na baixa idade média que corresponde à época de nascimento do que costumamos chamar de Civilização Cristã Ocidental. Essa expressão designa uma sociedade fundada sobre valores culturais mais amplos que os vínculos nacionais expressos por uma língua ou certo passado histórico.

A toda poderosa Igreja Católica Romana foi responsável pela integração do espaço meridional europeu romanizado, as áreas setentrionais dominadas pelos germanos também foram cooptadas, gerando a Civilização da Europa. A Europa foi uma criação da Igreja Católica. Tudo isto foi o resultado de um longo período secular que fundiu conceitos geográficos e valores culturais e políticos que foram polidos pelo atrito, pelos preconceitos e a cultura do ódio ao outro, digo em relação a outras culturas e civilizações. A Igreja Católica Romana afirmou a si mesma negando os outros, os “diferentes”. Ainda hoje ela faz assim.

É essa visão de mundo que pode ser identificada ainda hoje em atos como o preconceito em relação aos muçulmanos ou a criação da União Europeia. Identificar é discriminar! O processo mental que leva os seres humanos ao conhecimento baseia-se num procedimento de classificação. Isto é cultural. Nomeamos as coisas após definirmos suas características, agrupamo-las com outras coisas que já conhecemos e que nos parece semelhantes, ou as discriminamos criando novos conceitos classificatórios. Quando afirmamos que determinada pessoa é uma coisa, estamos concluindo que ela não é muitas outras. É nesse sentido que a cultura cria entre os homens laços de identidade ou de diferenciação.

Acabamos de ver como a religião se constitui numa substância preciosa para forjar a identidade entre sociedade e espaço geográfico. Por abranger uma área muito mais ampla que a ocupada por um único povo, a religião tem sido o alicerce na formação das civilizações, que englobam inúmeros povos com características muito diversas entre si.

Permita-me o leitor mais uma vez, este professor de história lembrar o que considero sempre importante: A Alquadea, o estado islâmico, hamas e hezbollah, o fundamentalismo Árabe Muçulmano em suma, grupos cujas ações são proporcionais ao fundamentalismo sionista dos judeus, que no passado se apossaram de uma “terra prometida” que há quase 1800 anos antes, segundo a arqueologia, pertencia aos palestinos herdeiros de Golias. E não nos esqueçamos da guerra na Síria, pois tudo isso e talvez muito mais ainda sejam ressacas das Cruzadas medievais forjadas e patrocinadas pela Igreja católica em suas alianças com reinos e mercenários mercadores. Res-salvo, no entanto, que os judeus foram vítimas do antissemitismo da Santa Igreja Católica Romana durante a Santa Inquisição a qual ainda hoje existe, com outros métodos, é claro, mais elegantes, sutis e simpáticos, mas ainda existe em nossos dias de atualidade. O que nós fazemos ou dizemos as pessoas por uma questão de cunho neurológico podem até esquecer, a história, porém, jamais esquece. Bem disse Cícero: *“Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntias velus tatis”*.

Não é concebível aprender história, geografia, sociologia, teologia, filosofia, antropologia e ciência política, filologia, etc. como coisas as quais não têm nada a haver uma com as outras. Principalmente no caso dos contornos nas páginas dos atlas, que não são unidades geográficas naturais, mas apenas nomes humanos para partes da massa terrestre global. Além disso, desde o início, ou seja, já na antiguidade quando os homens produziam suas linguagens e tomavam consciência que estavam no tempo e com o tempo, e assim de dimensionavam-se e historicizavam-se, quando os continentes do Velho Mundo iniciavam-se em seus batizados linguísticos e culturais amplamente falando, estava claro que os nomes que estavam sendo criados pretendiam mais que um mero significado geográfico.

“Il Mondo é Grande”, disse bem o navegador genovês Cristovam Colombo a serviço dos reis católicos da Espanha, Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Precedentemente Marco Polo disse o Mesmo. Tomemos, por exemplo a Ásia, se não me engano no censo de 1980, os americanos concederam a seus habitantes a opção benevolente de se denominarem “asiático-americanos”, uma classificação feita provavelmente por analogia com “áfrico-americanos”, termo pelo qual os negros americanos preferem ser chamados. Mas, afinal de contas, qual o sentido de classificar imigrantes da Turquia sob o mesmo título que os do Camboja, Coreia, Filipinas ou Paquistão, sem falar no território indiscutivelmente asiático de Israel, embora seus habitantes não gostem nem um pouco de serem lembrados desse fato. Os cristãos também não gostam de serem lembrados do fato de suas origens históricas como uma simples seita oriental. A história sempre teima em nos lembrar daquilo que as civilizações católica e protestante insistem em tentar nos fazer esquecer e, porque não, nos deixar na ignorância.

Em suma, estamos continuando um antigo debate, inaugurado por Carlos Henrique Marx e melhor e mais claramente trabalhado por Max Weber, da influência que católicos e protestantes com suas ideologias e pedagogias para a submissão e coisificação dos homens em sociedades, sejam elas as mais distintas culturalmente, no desenvolvimento econômico em suma das mesmas. O fato de que a Europa cristã seja naturalmente uma construção não significa que não existisse ou não exista. Não admira que a ideologia que constituiu o cerne da ideia europeia, a partir de Napoleão, passando pelo movimento pan-europeu nas décadas de 1920 e inícios da década de 1940, passando por Goebells, até a Comunidade Econômica Europeia, um conceito de Europa que deliberadamente exclui partes do continente geográfico. Nem mesmo os católicos e protestantes sob a égide e inspiração do Espírito Santo conseguiram a façanha espetacular de nos fazer acreditar ingenuamente que a Europa Ocidental cristã é e sempre foi uma unidade intocável.

Desde a *Ad Beatissimi* de Bento XV escrita em 1914 até a *Catholici Sacerdoti* de Pio XI de 1927, pois só a *Mater et Magistra* de Pio XII nos proporia

novos horizontes, Os católicos devotos e pensantes, jamais imbecilizados, viram a Igreja paulatinamente assimilar e se adaptar a dura realidade, não apenas ao nível da Europa Ocidental com suas disparidades e incertezas imperantes, o que é próprio de todas as civilizações, mas, ao mundo cristão heterogêneo como um todo, de que apesar dos pesares, e sendo impossível negar as diferenças geoculturais, as quais inegavelmente, mesmo falando mais auto, foram subestimadas pela Igreja Católica em nome de suas teologias dogmáticas. De modo que ela com sua arrogância decidiu jamais abandonar o seu velho “universalismo” greco-romano. Conclui-se, que mesmo em relação a esses paradoxos que a história criou, a Igreja romana por uma questão de sobrevivência imprescindível não podia se quer pensar em adotar, sobretudo naquele contexto histórico dos anos 20 e 30, “discursos” e “práticas” de neutralidade. E ela se posicionou politicamente e convenientemente através do *Opus Dei* e da *Legio Mariae* “as novidades ideológicas” de “direita conservadora”, “ao discurso do momento” contra o comunismo. Estavam enfim abertas as portas da história para a iminente e inevitável Segunda Guerra Mundial.

Em primeiro de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia, com uma superioridade esmagadora, com modernos tanques, aviões e outros armamentos, utilizando a nova doutrina da Wehrmacht, a blitzkrieg [ataque relâmpago]. Em 3 de setembro, a França e a Inglaterra, que quer dizer nossa terra, declararam guerra à Alemanha. A campanha polonesa duraria até 5 de outubro. Foi bastante acelerada pela invasão do leste da Polônia pelo Exército Vermelho, em 17 de setembro. Em primeiro de setembro, Hitler mandou um telegrama para o Bispo Pascelli pelo embaixador alemão na Santa Sé, agradecendo ao papa Pio XII por sua mensagem de solidariedade e declarando que “esperara dois dias pela chegada de um emissário polonês para um acordo pacífico do conflito alemão-polonês”. Como resposta aos seus esforços, a Polônia ordenara uma mobilização geral. Além disso, os poloneses se pronunciaram oficialmente sobre uma série sem precedentes de violações da fronteira e dos direitos humanos. Não nos esqueçamos do famoso gueto de Varsóvia. O Papa, no entanto,

insistiu em manter um silêncio indiferente e inumano que, sem dúvida alguma, dava uma contribuição histórica ao antissemitismo, a discriminação do outro, do “diferente”.

A agonia da Polônia estava apenas começando. No final da Guerra, além da transferência de populações inteiras, fome e repressão, torturas, cerca de seis milhões de pessoas morreriam ou sofreriam lesões físicas. Ao longo do mês de setembro, enquanto ponderava sobre as notícias assustadoras que chegavam da Polônia, com sua população de 30 milhões de almas, a maioria de católicos. O papa Pio XII permanecia em silêncio. O Papa mantinha uma posição de neutralidade na esperança de poder exercer no futuro alguma influência como um supernegociador? Sentia-se preocupado com o impacto retaliatório de Hitler, que um protesto poderia provocar contra as populações católicas na Polônia e na Alemanha? Para os poloneses, não havia nada pior que Adolf Hitler pudesse lhes infligir. Para os britânicos e os franceses, a falta de uma condenação categórica era desconcertante.

O embaixador polonês no Vaticano sentia-se tão frustrado e tão determinado a fazer com que a Polónia usasse os serviços da Santa Sé para anunciar ao mundo o que acontecia em seu país, que persuadiu seu governo a enviar a Roma o primaz polonês, cardeal August Hlond. Ele foi recebido cordialmente por Pacelli. Mesmo assim, “o sucessor de Pedro” recusou-se a falar em defesa da Polónia.

Os peregrinos poloneses esperavam uma veemente condenação à Alemanha e à Rússia. Ficaram amargurados. Seu desapontamento ressoou clamoroso por Roma. Hlond visitou todos os cardeais da Cúria romana, tentando mobilizar o apoio à Polónia. Suas eminências ouviram com expressões de simpatia, mas nada aconteceu. Foi então que Édouard Daladier, o primeiro ministro francês, acrescentou sua voz ao descontentamento. Enviou um telegrama para o seu embaixador na Santa Sé, dizendo que estava surpreso pelo fato de o papa não ter condenado a invasão. Ressaltou que o papa precisava abrir os olhos do povo italiano, pois permanecer calado o acrescentou, era virtualmente um símbolo de

aprovação. Ao descrever a ira polonesa em Roma, Osborne relatou que se dizia que “Os pronunciamentos papais desde o início da guerra têm se esquivado de maneira clara às questões morais envolvidas”.

É um tanto quanto complexo e melindroso abordarmos todas as nuances às quais somos chamados a refletir todos os emaranhados que envolvem uma ou possíveis análises críticas que envolvem as relações de poder e força entre o Vaticano enquanto Estado político-estatal eclesiológico, os Estados político-jurídicos europeus constituídos institucionalmente, e os contextos históricos que aquela época tornava possíveis ou não, determinadas práxis aos homens enquanto agentes políticos do Estado na história. Não podemos nos deter minuciosamente a discursões ideológicas e culturais, sem entrelaçarmos essas discursões em um determinado lugar imagético-discursivo no qual os homens se voltam e se abrem para um universo onde somos cobrados a ter uma abertura de contemplação que nos permita entender que, o homem total, é ao mesmo tempo agente e produto de sua época. Dizendo assim, questões de fé e religiosidade nunca podem ser divorciadas das condições sócio-políticas historicizantes que temporalizam as “verdades”, às quais todas as épocas em seus contextos nos fazem homens. Portanto, nenhum poder institucionalmente organizado em suas sistematizações teórico-metodológicas, seja ele político, religioso, econômico, são filhos do seu tempo.

O homem só pode ser analisado e julgado em concomitância com os imperativos e exigências que sua época cobra. Até porque se ousarmos julgá-lo, necessariamente a história será parte dos autos do processo. Isto implica em dizer que em história não se condena, mas sim, analisa-se e contestam-se os fatos como bem disse os professores Henry Pirene e Tonybee. Somos filhos da história naquilo que pensamos e fazemos, individual e coletivamente. Assim sendo, conceitos e princípios de fé e espiritualidade, como também do homem em sua totalidade por excelência, são construções contínuas e descontinuas, construídas e desconstruídas, à luz das exigências dos momentos e mais amplos e complexos contextos da história. A história é o útero e o cerne da gênese dos

“discursos”, úteis para atender aos momentos de cada época. Com a Igreja não é diferente.

Na primavera de 1941, à medida que a ameaça nazista para Oeste tornava-se iminente, a probabilidade de a Itália se aliar à Alemanha na guerra se tornara inevitável. Pio XII tornou-se um importante foco para influenciar Mussolini, para fazer os italianos pensarem duas vezes. A liberdade do papado para recolher informações e divulgá-las, no entanto, foi ameaçada antes mesmo do início das hostilidades. Através do Observatório Romano que proporcionava aos italianos centenas de milhares de exemplares, o que não chegava a ser muita coisa em comparação com os grandes jornais de circulação nacional, mas as reservas da santa Sé quanto a necessidade de contenção dos ânimos de apologia à guerra, e as divulgações do Observatório Romano que ao chegar ao alcance das paróquias, permitiam que nos púlpitos o “discurso” da Santa Sé em oposição a guerra iminente chegassem ao conhecimento do laicato.

A posição privilegiada do Vaticano como receptor de informações, com sua enorme capacidade diplomática para transmiti-las, representou um grande risco para o papa Pio XII, na véspera da ofensiva ocidental de Hitler. Em Berlim, a transmissão do aviso aos núncios apostólicos foi considerada um ato de espionagem. Em Roma, Mussolini descobriu-se num dilema ímpar, pois pareceu por um momento que ele entrara em conluio com Pacelli para permanecer fora da guerra. As circunstâncias e o resultado levaram os diplomatas franceses, britânicos e belgas a concluir que a atitude diplomática de Pacelli foi imprudente e acabou por ajudar e tornar irreversível a entrada de Mussolini na Guerra.

O mundo entretanto globalizado desde fins do século XVI, tenderia e assim o foi a estabelecer por imposição político-diplomática e até de cunho intercultural e inter-religioso a moderar, ainda que contra os propósitos do papado e toda a Santa Sé, para que se abrissem leques e amplos prismas éticos, ideológicos e políticos, respeitando-se inclusive os velhos e novos valores étnicos históricos, sobretudo na Europa Central e do leste. A Comunidade Britânica e a França, como também o Canadá e os Estados

|Unidos foram de uma participação e posição coerentes na realização desses desdobramentos sócio-político-econômicos que vão às construções históricas dos padrões e revoluções burguesas além do sectarismo religioso. Até porque se ocorresse o contrário a isso faria da religião o narcótico do povo.

Quando Hitler invadiu a Holanda, a Bélgica e Luxemburgo, Pacelli sofreu uma pressão imediata de Londres e Paris para emitir uma condenação desta violenta violação do Direito Internacional. Ele precisava também, por todos os meios ao seu alcance, impedir a entrada da Itália na guerra. Tardini escreveu uma carta papal desaprovando a invasão das três nações sem qualquer provocação ou razão. Mas o papa achou que o texto irritaria os alemães e rejeitou-o. Em vez disso, ele enviou telegramas para os soberanos das três nações, expressando sua simpatia e afeição. Os telegramas foram saudados efusivamente pelos destinatários, mas desagradaram as potências nos dois lados da divisória europeia. Londres e Paris deploraram a ausência de uma condenação expressa da agressão. Roma e Berlim acusaram o papa de interferência política em um período de grave crise. O papa precisava entender a máxima de que um país não tem amigos, tem interesses.

As análises das naturezas da fé cristã com o contexto histórico de seu nascimento levam a salientar seu caráter livre, voluntário, quase espontâneo. Contudo, desde que a autoridade eclesial reuniu em suas mãos também a autoridade política, a tendência foi par censurar legalmente os comportamentos dos infiéis, paralelamente ao policiamento do agir, crenças e pensamentos dos fiéis. Existe, portanto, uma relação que não podemos jamais divorciar entre o poder do Estado laico e o poder religioso institucionalizado que sempre teve o significado histórico de ser um Estado dentro do Estado. Assim como a política, a religião tradicional e institucional sempre exerceu seu papel de ideologia de dominação.

Para estudarmos os seus “discursos teológicos dogmáticos” sempre a mercê dos rumos mutáveis, incertos e superáveis que a história as impõe e que nos pede que esqueçamos o cientificismo das Luzes e nos convertamos à dialética Hegeliana. O estudo de seu funcionamento, estrutura e

organização do clero e da “pregação religiosa”, incluindo as formas de proselitismo religioso que parecem como num jogo lúdico freudiano, lacaniano, ou mesmo de Frene, fazer um “teatro cósmico” onde o Deus onisciente, onipotente e onipresente e suas prerrogativas teocêntricas, parece se divertir com os vazios, agonias e as intermináveis buscas que o homem faz de si próprio, e ele Suserano do universo se manifestará com suas gargalhadas cósmicas. O clero e seus prelados que são os *vicarius fíli Dei*, nos púlpitos, dão uma bela contribuição, consciente ou não, para nos fazer acreditar de forma incauta que “Deus não precisa para existir e ter sentido em nossa história da presença, conhecimento e os mais amplos valores humanos”. “Não sois máquinas, homens é que sois”, disse Charlin Chaplin. Que as Igrejas cristãs tenham misericórdia dos pobres homens que acreditam em “verdades absolutas”. Afinal de contas que importância e significado histórico, sobretudo, para a Civilização, ou melhor, dizendo, as civilizações ocidentais, teria o Cristianismo, sem a contribuição por demais excelência do humanismo secular que remanesce e não para de avançar em suas construções históricas.

É uma pena que a Santa Igreja Católica nascida das ruínas do Império Romano, graças a o imperador Constantino pagão até o seu leito de morte, não preze pela importância da memória e dos conhecimentos da história que nada mais é que a ciência lastro. No século A VI para garantir suas sobrevivências e se proliferar pelo ocidente e o oriente, fizeram alianças históricas com os bárbaros, ou seja, pagãos, até porque o poder espiritual era insuficiente para suas ambições geopolíticas que dessem sustentações aos novos valores étnicos, culturais amplamente falando e, claro, o bem vindo e abençoado poder temporal. Já citei lá atrás as Decretais de Isidoro, um documento defendido e pregado nos centros avançados de estudos científicos, filosóficos e até nas artes literárias durante quase toda idade média. Graças aos renascentistas humanistas seculares e a Reforma Protestante, esse documento espúrio, falso, forjado pela arte da mentira, foi desmascarado. “A crítica histórica é filha do protestantismo”, dizia Melancthon. As falsas Decretais de Isidoro, forjadas inescrupulosamente pelos

papas medievais, foi sem dúvida o maior embuste da história do cristianismo, pois antecipavam em cinco séculos o poder do papado. Onde fica então o dogma da infalibilidade papal?

Mas, a história continua seu curso, pois já nos diz o velho provérbio árabe: “Os cães ladram enquanto a caravana passa”. A história não tem pressa. No curso processual-histórico de formação e constituição das sociedades em suas ordens político-jurídicas, fundamentais para sua estabilidade institucional-constitucional, o carro chefe deve ser o exercício da cidadania, e cidadania exige politização, e essa deve andar sempre de mãos dadas com a educação. É como dizia Geraldo Vandré: “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais braços dados ou não, a certeza na frente à história na mão”. Senhores padres e prelados, em história não há espaço para dogmatismos e metafísica. Portanto, entendam de uma vez por todas, a história é dialética. No seu maior e mais renomado livro de história intitulado “*A Cidade Antiga*”, Fustel de Coulange, historiador francês e positivista, gênio do século XIX, foi categórico ao afirmar para os estudantes e catedráticos da Sorbone: “história é ciência pura”. A dialética por mais significante falar, inicia academicamente seu império na história científica com: Edward Palmer Thompson, Crhisthoper Hiil, Hobsbanw e tantos outros marxistas e, por que não, os historiadores dos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre até os historiadores foucaultianos. Por isso a história é sempre necessariamente reescrita e repensada. Não existe “a verdade”, não existe “a realidade”, não existe “a cultura”, não existe “a loucura”, etc. pelo menos em se tratando da ciência da história, definitivamente não. Esses conceitos acima, esdrúxulos na acepção mais plena da palavra, não têm e jamais terão espaço em Psicologia, Psicanálise, Psiquiatria, Neurologia, antropologia, sociologia, e menos ainda em Exegese e Filologia.

Desde Giambatista Vico, o Barão de Montesquieu, Voltaire havia concedido um lugar ao que atualmente chamamos de o social, mas que, naqueles tempos, eram apenas costumes. A razão triunfante começa a criar condições e possibilidades possíveis para na posteridade eliminar a história

dos vencedores, dos heróis e dos bandidos, para consagrar a história dos homens. Os filósofos admitem de que estes bens logo darão provas, nos gestos essenciais de sua vida, de reações idênticas. A filologia romântica, por outro lado, fortalece uma determinada corrente de pensamentos. Desde a publicação dos poemas de Ossian, por Macpherson, em 1780, a opinião se persuadira progressivamente no plano das obras literárias pressupondo que se podia nascer espontaneamente do gênio popular concepções de mundo uterinas para possíveis crenças científicas e, porque não, filosóficas.

A pergunta a respeito do homem, por exemplo, não pode ser formulada de maneira simples como foi feita por Kant, ou seja, de modo direto. O que é o homem? Ao contrário, é preciso que em sua formulação inclua também o mundo. Nesta perspectiva, a pergunta soarà: de que maneira o homem, se percebe a si mesmo em relação com o mundo, que ele ao mesmo tempo constrói e cujas influências sofrem? A pergunta assim formulada não espera de antemão uma resposta unívoca. Hoje, em nossos tempos históricos, menos do que em outros tempos, não é possível pôr o homem sobre o denominador de um simples conceito, e equivocadamente achar que é possível educa-lo sob a única e exclusivamente égide de normas predeterminadas, preestabelecidas, que ao invés de educar para libertar e promover a emancipação da pessoa humana, pelo contrário a coisifica. O homem só pode ser deduzido a partir de muitas e diferentes informações. Não é possível a ciência ou filosofia alguma abordar sobre o homem separado da sua historicidade. É isso o que as religiões precisam entender.

No século anterior, em especial atenção à segunda guerra mundial, ao projetar a importância dos Estados unidos da América, da Rússia e do Japão, mostra aos historiadores europeus a necessidade de rever suas posições euro centristas. A expansão colonialista tinha levado a Europa a entrar em contato e conflitos com outros povos, é assim que se fazem as culturas se tornarem históricas, outras formas de vidas, outros costumes, outras instituições, mas essas outras formas de organização social eram sempre comparadas com a forma de organização europeia, considerada como “padrão”. Os Estados laico-religiosos europeus promoveram esse

empreendimento “colonizador”. Como a história e os historiadores nas últimas quatro décadas têm se voltado para dar suma importância aos períodos de longa duração, concluímos que os processos políticos, geográficos, econômicos e religioso-institucionais, dos quais católicos e protestantes também foram protagonistas aliados aos estadistas europeus fascistas ou não, eram indubitavelmente respostas, ainda que equivocadas, as velhas perguntas que o passado histórico às mantêm insistentemente vivas. Podemos nos submeter em sociedade a cair nos esquecimentos, à história, porém, jamais comete este erro.

Quando os aliados invadiram a Sicília em julho de 1943, apesar dos incessantes esforços do papa Pio XII para fazer com que Roma fosse declarada uma cidade aberta, 500 bombardeiros americanos atacaram a capital italiana em 19 de julho, visando os pátios de manobras ferroviárias. Algumas bombas desviaram do alvo e mais de 500 civis morreram e muitos ficaram feridos. A Igreja de São Lourenço, onde Pio IX fora sepultado, foi atingida. Pio XII acompanhado pelo cardeal Montini, futuro papa João XXIII, visitou o local por horas, distribuindo dinheiro e simpatia às pessoas que lá estavam. Ajoelhado entre os escombros, ele rezou o *De profundis*. Quando foi embora, sua vestimenta branca, muitos notaram, estava suja de sangue. Mussolini destacou-se pela ausência. O papa, pelo menos parecia, o patriarca de Roma.

Depois do bombardeio de Roma, o Duce estava liquidado. Algumas semanas mais tarde, cansado e senil, embora com apenas 60 anos de idade, Mussolini foi convocado à presença do Grande Conselho Fascista e afastado do cargo por 19 votos contra oito. O conselho exigiu a restauração da monarquia constitucional, um parlamento democrático e a entrega do comando das forças armadas ao rei Vitorio Emanuel III, este, um déspota herdeiro de Vitorio Emanuel II que no século XIX retirou da Igreja Católica Romana os direitos políticos sobre o governo do Vaticano e tornou o papado em um mero súdito do estado italiano. O partido fascista foi oficialmente dissolvido e o marechal Pietro Badoglio, que fora o governador geral da Líbia e vice-rei da Etiópia.

Badoglio ordenou que a guerra continuasse, enquanto negociava em particular uma paz em separado com os aliados. A demora a chegar a um acordo custou caro à Itália em termos de sofrimento humano. Foi somente em 13 de outubro de 1943 que a Itália juntou-se aos aliados como “co-beligerante”, declarando guerra a Alemanha. Em 11 de setembro, Roma caiu sob ocupação alemã liderada pelo General Albert Kesselring. A comunidade judaica de Roma era a mais antiga sobrevivente da Diáspora na Europa Ocidental. Anteriores aos cristãos de Roma, os judeus já viviam ali quando Júlio César foi assassinado, testemunharam o declínio do Império Romano, os ataques dos visigodos, ostrogodos, saxões e germanos e os pogroms da Igreja Tridentina. Havia sido perseguidos através das gerações, mas também houve papas que os amaram e os protegeram. No século XVIII, Benedito XIV condenou o libelo de sangue contra os judeus.

Mas nenhuma bondade periódica com essa comunidade antiga podia erradicar as máculas na consciência cristã, imposta ao longo dos séculos, inclusive a legislação medieval dos Concílios de latão, que confiscaram o Talmude, o legítimo direito de os judeus terem acesso aos estudos e conhecimentos da Tora, e obrigaram aos judeus o uso de distintivos amarelos, séculos antes de os nazistas imporem a Estrela Amarela. Alexandre VI, dera aos judeus da Espanha hospitalidade na cidade, mas Paulo IV, no século XVI, instituiu o gueto de Roma. Por mais de dois séculos depois, os judeus de Roma eram ritualmente humilhados e degradados no Carnaval anual, até escaparem à ignominia bancando todas as contas das festividades. Também no século XVI, Gregório XIII instituiu os sermões cristãos obrigatórios, prática abolida por Pio IX, porém, posteriormente, ele restabeleceu o gueto depois do colapso da República Romana, em 1849, quando fez os judeus arcarem com o custo financeiro de seu retorno a Roma para usar o anel de ouro do pescador. Ao longo de todas essas vicissitudes, desde o ano 440, os judeus de Roma nunca renunciaram a sua fé ou à prática de suas liturgias e escrituras, concomitantemente jamais a isto, perderam sua visão histórica enquanto civilização milenar.

A ciência por um momento inebriada com suas próprias descobertas e com a conquista da terra perdeu a confiança que antes poderá nutrir, na sua “capacidade de chegar à explicação definitiva do universo”. O exemplo dos cientistas persuadiu os historiadores que geralmente, não mais acreditam na infalibilidade de seu método e que nem mesmo há certeza de imaginarem ainda o futuro humano como uma evolução mais ou menos constante expandida, especialmente sob os influxos de Spengler e de Toynbee. A concepção pessimista e cíclica da história, muito bem expressa pelo historiador professor de Saint Denis. O qual afirmava serem mortais e superadas historicamente todas as civilizações, pois então condenadas após um ou diversos apogeus, sempre enfrentaram em seus valores, princípios e suas “verdades” a triste certeza de que estará condenada a decadência e ao desaparecimento de suas convicções sejam elas de que naturezas forem. A história nos traz incertezas e desconfortos.

Estabelecendo um confronto que me parece proveitoso, como nos parece ilusória, neste caso, a convicção de Fénelon compartilhada pelos teóricos dos anos 1850-1900. Segundo a mesma “o historiador não pertence a tempo ou a país algum”. Esta ideia, aliás, foi bem logo combatida: na literatura os românticos nem mesmo esperaram o nascimento da sociologia para contestá-la. Um dentre eles escrevia, a propósito da Revolução da Inglaterra [século XVII], que Guizot acabava de publicar:

“O que há de mais evidente no mundo, é que cada século vê, compreende e escreve a história conforme seu ponto de vista, suas ideias e seu gênio; o mesmo sucede a cada historiador, que a vê, compreende e escreve assim como o permitem seu talento, seus gostos, suas luzes[...]. A história como a poesia, é filha do século e do homem”. Dizia, entretanto, Jean Paul Sartre: “O historiador está condenado a ser livre”. Em história nós gozamos muito e sempre de liberdade teórica. Não há fatos absolutos, mas, sempre dialetizador pela fluidificação dos conceitos.

O papa Pio XII, lamentavelmente e infelizmente, legou para a história do cristianismo uma igreja centralizada, uma cidadela, com o papa um cão sempre de guarda, a suprema autoridade, o único homem a comungar com

Deus. Mas essa Igreja monolítica de visão de mundo mecanicista, disciplinada, triunfalista, admirável sob tantos aspectos, estava fora de sintonia com a história. Pio XII tivera dificuldade para dissociar a democracia social das extremas direitas fascistas e nazistas, o pluralismo do relativismo. Só reconheceu com a maior relutância que as Igrejas protestantes tinham dado uma contribuição indubitavelmente significativa para as conquistas históricas, que foram de fundamental importância para a construção dos estados ocidentais democráticos de Direito, e das democracias avançadas, que legitimam historicamente a glória maior dos homens, a liberdade.

Essas conquistas humanas jamais teriam sido possíveis sem um ambiente pluralista em todas as esferas da existência humana. A Espanha sob franco e Portugal sob a ditadura de Salazar, continuavam a caracterizar sua noção de sociedades ideais. Pio XII em sua infalibilidade papal e a inspiração do Espírito Santo que é uma prerrogativa de todos os papas, jamais deu qualquer indicação de que aprendera as lições da história e de sua complacência, conivência e benevolência papal com o Terceiro Reich nazista. Definitivamente ou o Espírito Santo é por demais confuso, ou a Igreja Romana é por demais arrogante para se colocar acima da história. Na França, houve na época um movimento de padres ligados e verdadeiramente comprometidos com os movimentos operários, camponeses, sob os auspícios da Nova Teologia, que recomendava aos católicos a participação cidadã politizada nos apostolados leigos, com novos ministérios nos distritos industriais, uma Igreja pluralista, aberta para o mundo que é essencialmente antes que tudo e, acima de tudo humano.

Desde o papa Paulo VI que o Vaticano insiste relutantemente em beatificar e canonizar Pio XII com um Santo. Talvez a Santa Sé adote esse comportamento que mais parece o eletroencefalograma de um louco para resgatar e legitimar a máxima de Jules Michelet, sobre o qual vale ressaltar, um Gênio da Escola Literária do Romantismo: “O Vaticano é a corte mais pomposa, mais suntuosa da Europa cujo condução e seu comando não existe apenas no mundo material dos homens, mas, para além e muito além disto.. Mais que isso, uma Igreja Cesar papista.

Esse desdobramento factual histórico tem suas gêneses no Império Cristão Carolíneo. Na Idade média manipulando um analfabeto chamado Carlos Magno, ela já almejava suas pretensões supra históricas de restaurar a imponência, o universalismo prepotente dos Augustulos romanos, trocando em miúdos, restaurar a grandeza e glória do Império Romano, o qual em seus momentos de definhamento e declínio desde o ano 313, gerou ela, como uma tentativa ousadamente insana, destrambe-lhada das ideias, que levava os Patrícios, césares e aristocratas da Roma a pensar, vejam só, ser possível ressuscitar o que já estava historicamente morto. O Senador Caio Claudius Valérios e o General Cômodo Augusto que tinham visão e paciência históricas, foram poucos entre mais alguns que perceberam e alertaram Roma, para aquilo que a história anunciara naquele contexto, para o mundo conhecido da época, sobretudo o ocidente, que como dizia Aristóteles, todas as coisas possuem potencialidades determinadas, os movimentos das coisas são potencialidades que estão se atualizando, isto é, são possibilidades que estão se transformando em realidades efetivas. Se os tempos medievais sufocaram a dialética, graças ao renascimento e a Reforma Protestante com a crítica histórica e seus legados para as democracias avançadas dos Estados de Direito Ocidentais, ela, a dialética, hoje tem amplo espaço nas culturas e mentalidades das civilizações que denominamos de Primeiro Mundo.

Os livros didáticos ou paradidáticos de geografia e história das escolas e universidades, nos demonstrando pelas pesquisas e leituras dos contatos e conflitos entre essas culturas cristãs diferentes e diversamente históricas, dentro de seus paradigmas sociais, políticos, econômicos e ético-artísticos nos fazem decepcionados, ao nos deparar com a incompetência histórica da civilização católica. Que “destino cruel” o de nossa querida América Latina.

Vale lembrar e justamente destacar que o Islã desde Averrões Alfa rabi e Aviscena deixou um legado histórico do qual as civilizações cristãs ocidentais ainda hoje fazem uso e se beneficiam por demais. “Il Mondo é grande”, disse Marco Polo. Assim, e é claro, como não existe historicamente sustentável a ideia do cristianismo como uma doutrina original, a

civilização católica romana jamais pode ter o pretenciosismo de ser local e ao mesmo tempo universal. O protestantismo desde Pedro Valdo, passando pelos Cátaros, João Hus e João Wicliff, Giordano Bruno e Joana Darc até chegar a Lutero, criou não só a crítica da história, mas, sobretudo, condições históricas mais favoráveis a ascensão das cidades e do comércio, e, com eles, ao aparecimento do intelectual na Idade Média e do Renascimento que durou pouco mais de três séculos. Era o princípio secular das revoluções burguesas, as quais foram o útero das democracias constitucionais avançadas e dos Estados Democráticos de Direito consolidados com as Revoluções Europeias de 1789 a 1848. Na obra de Max Weber *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, sobretudo a partir de 1517, compreenderão esse processo com maior clareza.

A teologia e a filosofia cristãs à luz da história dialética

O tomar conhecimento do homem de si mesmo, não é só como um ente que possui uma herança biológica, que recebe do pai e da mãe, mas também se sente colocado dentro de um passado da humanidade, na tradição, que se manifesta de diversas formas no seu ambiente humano, por exemplo, na família, escola, trabalho, no meio em que vive, na cultura. Todo este mundo, determinado pelo passado, se transforma ao mesmo tempo em uma tarefa para o homem, que ele deve realizar no presente com vistas ao futuro. A cultura e o ambiente, que o homem encontra determinados pelo passado e que moldam o presente, são percebidos de modo mais claro na língua concreta, que a criança deve aceitar, e no estilo de vida, de pensamento e de valorizações, que a língua exprime e transmite previamente a todos os homens.

A capacidade do homem para a fala e esta distingue-se dos meros sons dos animais, é um dos sinais mais palpáveis de sua dimensão espiritual. Por mais que esteja ligada a disposições e capacidades corporais. A língua contém a capacidade e possibilidade de comunicar o pensamento próprio e de apropriar-se de valores espirituais alheios, das gerações contemporâneas e passadas. Numa língua cultural determinada reflete-se o espírito condensado dos grupos humanos que nela depositaram a substância das suas experiências e esforços espirituais. Ao mesmo tempo, a multiplicidade e mutabilidade das línguas indica como são numerosos e diversos os modos, pelos quais os homens podem tomar conhecimento da existência e do ambiente próprio, que transformações pode o homem

sofrer na sua história, e que limites circunscrevem a sua experiência de si mesmo e do mundo.

A vida do espírito humano se processa essencialmente na língua, pelo que ela exprime e transmite certo estilo de vida, de pensamento e de apreciação das coisas, dentro do qual os homens desenvolvem, pelo qual são determinados, tanto social como historicamente. Deste modo se explicam os diferentes ambientes espirituais das diversas épocas históricas, por exemplo: cultura europeia ocidental, cultura asiática, etc. Mas o homem também experimenta a historicidade na possibilidade e na incumbência de examinar criticamente e desenvolver ulteriormente o legado recebido. Pela pesquisa científica e pelo domínio técnico da natureza, pode superar as necessidades corporais e, pelo planejamento, pode contribuir na construção do futuro material e espiritual os quais jamais podem ser divorciados. Precisamente no progresso técnico e civilizador da nossa época, o homem hodierno se sente, de modo muito forte e ativo, o construtor de sua própria história.

O homem da antiguidade estava fortemente, quase que unilateralmente, amparado no passado. Sentia-se quase impotente em face das forças da natureza e dos poderes da história. Entretanto, o homem de nosso tempo ocupa-se muito mais do futuro. O homem de hoje não espera simplesmente que aconteça este futuro, mas o planeja racionalmente e o constrói tecnicamente. Ele não pensa que tal atitude é uma aventura ou uma presunção. Pelo contrário, ele se considera autorizado e obrigado a pesquisar o seu futuro [futurologia] e a manipular praticamente o estado futuro da natureza e do homem. Mas esta construção, que entra pelo futuro adentro, só pode ter bom resultado se as coisas vindouras forem cuidadosamente ponderadas e o planejamento for feito com responsabilidade.

Para cada indivíduo humano, que está, com toda a humanidade, colocado entre o passado e o futuro, só há, nas presentes condições estruturais, a possibilidade e o apelo de assumir criticamente o seu passado e de participar ativamente das decisões sobre o seu por vir. Neste particular, os talentos e o papel que cada um desempenha na vida são decisivos com respeito à sua capacidade e possibilidades. Logo, a possibilidade da intervenção do homem

não é ilimitada. Contudo, cada homem possui pelo menos, alguma coisa desta capacidade, e por isso, também a incumbência. Entretanto, é condição prévia para a realização desta tarefa que o espírito humano tenha amadurecido, ficando com isto habilitado para selecionar e elaborar sistematicamente “as formas concretas de cultura”, as suas solicitações e as suas chances, positivas e negativas, para a vida pessoal.

Na medida em que “o homem chega à maturidade”, ele se torna capaz de prestar a sua própria colaboração para a história, em contato vivo com a cultura herdada, a qual não é um fim em si mesmo, pois cultura não é repetir o que as gerações passadas fizeram, mas sim, criar o novo. Desta forma, o homem que está aberto para os ensinamentos da tradição, que sabe escolher “o que é verdadeiramente útil à humanidade” e repudiar o que ameaça a pessoa e a sociedade humana, amadurece e pode, no presente, assimilar com uma visão mais ampla as “realidades” e “mentalidades” que os contemporâneos do passado histórico desconhecaram no seu tempo.

Diz, entretanto, o filósofo existencialista francês Jean Paul Sartre: “O homem é uma paixão inútil”. No nosso antigo catecismo católico aprendíamos logo no início: “Vivemos na terra para conhecer, amar e servir a Deus e assim salvar nossa alma”. Estamos diante de duas formulações radicalmente opostas sobre o sentido da vida humana. Duas afirmações que nos colocam em aberto um amplo, um polêmico pensar a pessoas humana senhora da história coletivamente falando, e, mais que isto, a coisa mais relevante e sagrada que existe no mundo.

Que sentido tem a nossa existência? É a pergunta que surge explícita ou implicitamente na vida de cada homem. Hoje, mais do que nunca, ela aflora à superfície de todos os desenvolvimentos e progressos da nossa sociedade. Que sentido tem o fato de o homem poder fazer invenções, capazes de construir um novo mundo, mas que, paradoxalmente, constituem um risco para a humanidade? Que sentido tem o fato de o homem ser livre e nessa mesma liberdade ver-se fatalmente sujeito a obrigações? Que sentido tem o fato de o homem poder construir, criar ele mesmo a sua vida, contudo, lhe arrancada implacavelmente pela morte?

Que sentido existencial tem a vida? Vale a pena viver? Para que viver? O homem em sua totalidade se defronta explicita ou implicitamente com esta interrogação. Ela o persegue sem lhe deixar sossego. Existencialmente, é próprio de o homem interrogar-se sobre o sentido da sua existência, perguntar-se por que vive, parece ser igualmente próprio do homem interrogar-se pela razão de sua existência histórica, isto é, pelo “donde” e pelo “porque” da mesma. A pergunta pode apresentar-se de forma muito variada. Quem observa atentamente a vida topará com ela nas coisas mais rotineiras da vida quotidiana. Ela se torna particularmente dramática nas situações limites da existência, em presença do sofrimento, da morte, das incertezas e vazios, do medo, do terror.

Será que o homem encontra as respostas em si mesmo, embora de modo implícito? O que ele encontra, na verdade, é uma contínua alternância ente alegria e sofrimento, felicidade e angústia. O ser humano é ambivalente. Conhecido e estranho, próximo e distante, transparente e opaco. O ser humano são linguagens de pluriformas. Fala e silencia, grita e emudece, gargalha e enclausura-se. O homem que aspira ansiosamente à felicidade, e procura retê-la em suas mãos, se vê continuamente frustrado pelas limitações de sua confinção no tempo e no espaço. Deste modo, ele faz continuamente a experiência de que nenhum esforço é capaz de leva-lo a uma plena sublimação.

A quem então o homem poderá dirigir esta interrogação? Talvez ao seu semelhante? Receberá dele uma resposta plenamente satisfatória? Ou deverá contentar-se com muitas respostas provisórias, e até ambíguas? A verdade é que, mesmo a felicidade que os homens experimentam no seu mútuo relacionamento, e na qual se poderia buscar uma resposta, revela-se passageira e imperfeita, fazendo com que a pergunta se torne cada vez mais insistente. Onde, afinal, encontrar a realização última e a resposta plenamente satisfatória? Não se anuncia aqui o problema de Deus?

Um olhar para a história mostra que o problema do sentido e da razão da existência, aflorou em todas as épocas, mas de forma sempre diversa, determinada pela situação e pelo ambiente em que viveu o

homem. Mesmo nas gerações atuais, ela não desapareceu, pelo contrário, em um mundo dominado pela técnica e pelas ciências, em um mundo cada vez mais secularizado nos processos de conhecimento e experiências produzidas pelo homem, em um mundo que, por razões diversas, vê crescer a consciência da solidariedade e da dependência de todos os homens, de uns para com os outros, ela surge novamente e com maior intensidade. Além disso, apresenta características próprias. São, principalmente, as constantes transformações, muitas vezes revolucionárias, que se refletem na vida concreta de cada homem, a experiência que ele faz de sua grandeza, e a consciência que ele tem dos riscos que corre a sua pessoa, que dão ao problema do sentido da vida uma nova forma e, certamente, lhe emprestam uma inusitada intensidade.

Os cristãos encontram-se no meio de uma tradição concreta, na qual o problema do sentido da vida também recebeu uma solução completa. Mas, enquanto nos séculos passados essa resposta cristã era aceita em princípio pelos “novos cristãos”, ou seja, judeus que para não caírem na máquina mortífera do Tribunal da Santa Inquisição, convertia-se ao catolicismo, que segundo a *Encíclica Una Sancta* de Inocêncio III era a religião verdadeira de Cristo e na qual e só nela havia salvação para as almas humanas. Isso já não acontece hoje. Neste âmbito do mundo cristão, outrora fechado, vemo-nos hoje confrontados com toda uma série de sistemas filosóficos. Eles não podem negar que, pelo menos parcialmente, procedem do tesouro das ideias cristãs, contudo, apresentam respostas à questão do sentido da vida, que, em grande medida, estão em profunda contradição aberta com a fé cristã.

Como essas cosmovisões, que se distanciam mais ou menos expressamente do cristianismo, pertence ao mundo em que vivemos. O cristão que deseja conhecer com clareza a sua fé, não pode evitar um confronto com as mesmas. As diversas cosmovisões não-cristãs determinam hoje, de maneira muito decisiva, o clima intelectual do nosso tempo. Eis, portanto, o sentido da expressão “sociedade pluralista”. Não existe mais uma unidade de pensamento filosófico, não existe uma religião comum

reconhecida como válida de maneira inquestionável; muitos grupos, de concepções filosóficas, históricas e teológicas diferentes, exigem respeito e reconhecimento.

Essas sociedades pluralistas tem outra característica. Já não existem espaços culturais, políticos, religiosos e pedagógicos fechados sobre si mesmos, claramente separados uns dos outros. Como consequência das modernas facilidades de transportes, dos amplos serviços de comunicação, democráticos de Direito, e das diversas organizações de âmbito mundial, todas as civilizações da terra se avizinham umas das outras. Estão em curso um ativo intercâmbio intelectual e uma forte compenetração de influxos éticos e culturais sem precedentes históricos. Assim, tomamos cada vez com maior frequência conhecimento das cosmovisões e religiões de outros continentes; As grandes religiões do mundo aparecem de um modo completamente novo no novo horizonte, religiões essas das quais muitos homens esperam uma “resposta aos grandes, profundos enigmas da existência humana, que tanto ontem como hoje afligem intimamente os espíritos dos homens.

O cristão experimenta na sociedade pluralista, quase diariamente e de maneira sempre nova, mergulhando nas águas profundas da dialética, um desafio as “verdades absolutas do cristianismo”, desafio este proveniente historicamente das outras religiões e cosmovisões não cristãs, que em medida crescente atuam por meio da propaganda e, através da qual, se recebe em seus reflexos os vestígios de achados arqueológicos e antropológicos, e por excelência exegetas e filológicos, que legitimam as contribuições altamente significativas para o vir a ser da humanidade. As pretensões dessas outras cosmovisões de serem iguais ou superiores ao cristianismo podem transformar-se numa fonte de inquietação.

Mas a comparação e o confronto com outras religiões e cosmovisões pode um efeito altamente positivo. Pode levar-nos a alargar e a aprofundar a nossa compreensão da fé. Somos alertados sobre verdades pouco conhecidas, pouco destacadas ou caídas no ouvido. Também nos começos da história da nossa fé, o pensamento “pagão” deu uma importante

contribuição para o desenvolvimento da filosofia e da teologia cristã [basta lembrarmos de Aristóteles]. Por que não poderiam filosofias originalmente não-cristãs possibilitar, também hoje, uma influência mais profunda e significativa para o tesouro de nossa fé.

Quem quer que busque uma resposta para a última interrogação, que sua vida lhe impõe, jamais poderá contentar-se com um mero projeto abstrato. É preciso que aquilo que deve dar sentido à vida seja verificado na experiência desta vida. Por isso mesmo, não deve existir um abismo, uma separação preconceituosa entre o projeto cristão de sentido e as experiências cotidianas. Sem isto, a resposta cristã se transformaria numa ideologia. Ela não passaria de um jogo intelectual e de uma superestrutura falseada na miséria humana. A resposta procurada tampouco pode ser uma experiência de sentido, colocada além das fronteiras da morte, ela deve ser uma experiência em princípio aceitável do homem num mundo técnico, industrial, político e econômico.

Por isso, a Igreja deverá estar sempre atenta em apresentar aos homens a fé cristã, de tal maneira que vejam nela a resposta para as reais interrogações de sua vida e de sua experiência da vida concreta. A Igreja deverá questionar-se até que ponto ela tem culpa de que muitos homens de hoje, em suas interrogações sobre o sentido da sua existência, já não se sentem atingidos pela revelação, a qual não pode estar divorciada da liberdade e concretude histórica humanas, voltando-se para outros sistemas, outros projetos. Pode ser que a Igreja não compreenda às vezes a situação concreta de modo que os homens nem sequer percebam que possibilidades de vida ela tem a lhes oferecer. É também possível que o significado da fé cristã não seja compreendido pelos homens que, muitas vezes, humanizados a partir de seus contextos históricos contemporâneos que são sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos, e tentam, enfim, trazer à tona um velho desafio teológico agostiniano: “como conciliar a liberdade humana com a providência divina”?

A ideia e o conceito sobre o que o homem entende por Deus não são absolutos, simplesmente porque é um conceito e entendimento do qual o

homem é o senhor. No mundo da transição do pós-segunda guerra mundial não seria diferente. Durante o século XX, algumas nações e seus conceitos e identidades político-geográficas e culturais, étnicas e linguísticas de nacionalismo, sobretudo àqueles às margens do Atlântico-Norte, conquistaram sob a égide da cruz cristã [civilização católica e civilização protestante, como bem definia Manoel Bomfim], o resto do mundo não europeu com uma ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de conquistar, ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, e sua organização e tecnologia.

O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram um modelo que já vinha sendo estruturado e arquitetado desde os idos do que se convencionou chamar de idade medieval, destacando-se o papel Cesar papista dos impérios de Carlos O Grande e na posteridade de Carlos V e seu filho e católico devoto Felipe II que graças a ajuda dos padres Jesuítas e Dominicanos, ambas as ordens lideradas pela máquina mortífera da Inquisição de Sevilla do padre Torquemada hoje Santo da Igreja. Devemos aplicar visões tão pessimistas em relação a vida política e econômica da época de Carlos Magno, apresentando-a naturalmente como um período de regressão, de contração em todo o caso?

Essa ideia deve muito a tese expressa por Henry Pirenne em seu livro *Mahomet et Charlemagne* [1937], A conquista muçulmana teria interceptado completamente o comércio marítimo dos cristãos, isolando o Ocidente dos ricos mercados das margens orientais do Mediterrâneo. Também o Império de Carlos Magno é um império de terra, ocupado somente em produzir para sua própria subsistência: economia quase fechada, ruína do grande tráfego internacional e das trocas monetárias [Carlos Magno abandonou a cunhagem do ouro], Essa tese, que conserva sempre alguns adeptos, suscitou numerosas controvérsias, e, parece, em nossos dias, difícil de ser sustentada. Deve-se salientar que o grande comércio já havia declinado consideravelmente, muitos antes das conquistas do Islã e da pirataria dos sarracenos. Se partirmos do princípio que que a

Igreja católica Romana controlava com mão de ferro a Educação, a Cultura, a Ciência e as explicações científicas, ainda não é dizer o bastante, pois ela controlava as ideias políticas, econômicas, etc. A teoria de santo Tomaz de Aquino do preço justo, de que enriquecer era um mercado, sem a menor sombra de dúvidas era um obstáculo ao progresso do comércio e das cidades, a Urbs, O burgo, os quais foram de fundamental importância para o renascimento e a reforma protestante. Por isso, a burguesia defendeu e se converteu a Lutero, manifestando aversão a o catolicismo. A crítica histórica é filha do protestantismo graças a o triunfo histórico das revoluções burguesas.

O retorno a terra e a pobreza da economia de trocas seriam apenas um resultado de um longo empobrecimento feudal do ocidente, sensível desde os últimos tempos do Império Romano. Alguns historiadores mesmo, principalmente Lombard, contrariamente a tese de Pirene, notaram, nos tempos do imperador Carlos Magno analfabeto e cujo poder fora forjado pela Igreja Católica que posteriormente a sua morte o canonizou santo, pelos seus feitos de promover guerras com o intuito de saquear, pilhar terras de legitimidade histórica de outros povos e, também, de praticar genocídios e crimes contra a humanidade. Lombard entendeu que nos tempos de Carlos Magno já nasciam sinais precursores de um renascimento mercantil cujos protagonistas foram os judeus perseguidos pelo poder católico.

Todo o processo acima descrito foi o grande responsável pela bagunça e incertezas geográficas e políticas pelas quais as potências europeias promoveram a dupla guerra mundial do século XX. Aliás, mais que isso ela persiste até hoje, não só ao nível do Ocidente, mas do conflito árabe Israelense e dos Balcãs. Nessa medida, a história do século XX continua sendo geograficamente distorcida, e só pode ser escrita desta maneira, pelo historiador, sobretudo, se for da *Escola dos Annales* ou Marxista que desejam concentrar-se na dinâmica da transformação global. Um povo que não tem terras próprias como os Curdos e os Palestinos, não têm pátria e, conseqüentemente não têm, ou pelo menos possuem uma

enorme dificuldade de construir para si próprios uma política de identidade histórica, cultural e de fé religiosa. Em outras palavras, têm dificuldades para construir uma consciência existencial humana, o que é uma afronta aos princípios das *Encíclicas Lumen Gentil* e *Pacin in Terris* do papa João XXIII, o papa Bom.

Se quisermos construir u mundo novo com uma nova humanidade, teremos que primeiro promover a justiça social e esta para existir é preciso que a justiça a preceda em concretude. Dizer que a política é um meio para promover as mudanças que as sociedades precisam é ser por demais simplórios, mais que isso, a política é o único meio para se mudar as sociedades mundiais. Só a política na acepção mais plena da palavra e sendo vivida com ética, pode construir a dignidade da pessoa humana.

Não podemos cair no erro de descartar as tradições, crenças e ideologias, imutáveis ou modificadas, pelos quais as sociedades que entravam em contato com o Novo Mundo de “desenvolvimento” o julgavam. Por exemplo, as relações entre tradicionalismo e socialismo concordavam ao perceber um espaço mortal vazio no centro do triunfante Liberalismo capitalista econômico, e político que destruía todos os laços entre indivíduos, exceto os baseados na “tendência a troca” do judeu Adam Smith pai da economia clássica e do liberalismo, e na busca de satisfação e interesses ao bel prazer pessoais individuais.

Se a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa abalou o mundo colonial, imaginem então o que aconteceu no pós-crise de 1929. Com um capitalismo muito influenciado pela teoria do funcionalismo que “justifica” a necessidade de polos desenvolvidos e subdesenvolvidos, com uma economia dependente da exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, as colônias estavam vulneráveis às flutuações do mercado internacional. As invasões e pilhagens piratas dos fascistas de Mussolini e nazistas de Adolf Hitler, todas abençoadas pelos papas Pio XI e Pio XII, faziam a Europa Cristã cumprir seu “destino Histórico” de se impor arrogantemente as outras “inferiores civilizações”, como costumava falar o padre José de Anchieta, o Profeta do Brasil. A crise econômica catalisou os

descontentamentos, juntando num mesmo movimento o impulso reivindicatório de todas as camadas da população. Revoltas e greves explodiram por todos os lados, combatendo, entre outras coisas, o neocolonialismo das civilizações cristãs europeias sob o signo da Cruz. Missões católicas “evangelizadoras” e “catequistas” dos soldados do papa como eram conhecidos os padres jesuítas da Companhia de Jesus, e, porque não, diversos segmentos protestantes da mesma forma. Naquele momento, o papa João XXIII, escolhido o homem do século XX por ter aberto as portas da Igreja para a entrada do Espírito Santo, ainda não havia, até por que ainda não era papa realizado esta boa notícia.

Em 1954, o mundo se depararia com um fato histórico que abrisse novos horizontes mais largos para reflexões que conduziam os homens que sabem pensar, para assimilar o mundo em plena geopolítica da Guerra fria, a perceber que é possível ver e fazer política suprapartidária e, sobretudo, supra ideológicas. “Naquele ano, um ano após a morte de Stalin que em russo significa ‘Homem de Ferro’, discursando no púlpito da assembleia da ONU, o novo Líder do Politburo denunciava para o mundo os crimes de Stalin. Naquele exato momento, os historiadores foram provocados a repensar, reescrever a história da Rússia e da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, mudar seus conceitos sobre a demonização que faziam de Hitler e seus comandados.

Seis anos antes graças ao braço forte dos americanos, franceses e britânicos, a ONU fora forçada a criar o Estado de Israel em terras palestinas. Esse ato político destrambelhado por um reducionismo interesseiro, geopoliticamente falando, acabou com uma convivência pacífica e amigável de tolerância política, cultural e religiosa que existia entre judeus e palestinos desde os primórdios do século XIX. “Precisamos nos resignar as incertezas da história”, disse o professor Jean Glénisson, um daqueles franceses que lecionaram na USP nos anos 1970. Quem busca em história uma “verdade definitiva”, certamente nas escolas e universidades, como também em suas leituras, jamais aprendeu história. Duvidar de tudo, disse Descartes. É assim que se faz ciência.

Depois da derrota do Eixo, o socialismo estava na ordem do dia, a hora era do socialismo. Para a opinião pública mundial, a União Soviética e seu líder Stalin apareciam como os grandes vencedores do nazismo. As forças conservadoras direitistas estavam desmoralizadas, os líderes nazistas e fascistas estavam mortos., presos ou foragidos, nos países ocupados pelo nazismo, a maioria deles havia colaborado com os invasores e agora pagava o preço dessa colaboração. Apenas o Vaticano e o papado que protegeram os carrascos nazistas e os presentearam com passaportes falsos par virem para a América do Sul com a colaboração do *Opus Dei* e da *Legio Mariae* ainda hoje permanecem sob impunidade da história e do Direito Internacional.

Os partidos socialistas e os comunistas, por outro lado, eram a imagem da vitória.; tinham sido elementos de suma importância na resistência contra as invasões nazistas, haviam crescido em número de militantes e eleitores, o que deixava a Igreja Romana insatisfeita e muito preocupada com os desígnios de Cristo. Influenciavam ou faziam parte dos governos constituídos após a libertação. A Europa oriental ficou sob a influência da economia e da política soviética, no regime das chamadas “democracias populares”. De todos esses países, logo a Iugoslávia rompeu com Moscou, por isto Stalin e os demais teóricos marxistas ortodoxos os denominaram de revisionistas.

O que a política significa aqui e agora é resultado de um longo processo histórico, durante o qual ela se firmou como atividade na vida social dos homens. Seguindo as pegadas deste trajeto é possível perceber as mudanças na sua concepção, privilegiando ora um, ora outro de seus aspectos, de acordo com a sua situação ou conveniências pragmáticas. Talvez mais importante do que isto seja a conclusão a que aponta: a de que a atividade política continua em movimento e transcende historicamente todas e quaisquer ideologias.

O mundo pós Segunda guerra mundial em seus contextos e fortes circunstâncias concretiza-se de forma consolidada em março de 2001 com a queda da União Soviética e o fim do comunismo também no leste

européu [a cortina de ferro]. O fim da Guerra Fria foi um longo processo que desdobrou-se de 1945 até os fatos acima descritos. Um período de longa e profunda polarização ideológica que produziu nos anos 50 A Guerra das Coreias, A Revolução Cubana que depôs o Ditador Fulgêncio Batista e colocou a Ilha do caribe por quase seis décadas nas mãos de um ditador genocida e toda sua dinastia Castro. Fidel ao morrer recentemente deixou para a sua família uma fortuna de quase dois bilhões de dólares.

A questão ideológica nunca passou para esses sociopatas e psicopatas acima descritos, de uma cortina de fumaça. Falar em ideologia dos dominados me parece algo perigoso, equivocado, pois a ideologia desde que essa palavra foi criada em 1801 por Destut de Tracy, para designar e dar sustentabilidade a ideia de que se poderia criar uma ciência que pudesse explicar as mazelas classistas das sociedades com base teórica nas ciências da natureza. O que percebemos hoje, é que quanto mais o capitalismo enfrenta crises pelas suas contradições internas, mais ele as supera e cria novas estratégias eficazes de sobrevivência, saído das crises cada vez mais forte. Os socialistas argumentam insistentemente, com base na teoria marxista da luta de classes como o motor da história, e isto eles falam como se fosse uma concepção universalista. Ora, só pode existir luta de classes onde exista consciência política de classe, a luta de classes pressupõe isto. No Brasil, certamente no ABC paulista exista alguma e talvez alguma possibilidade de existir consciência de classe. No nosso Nordeste, em especial no sertão, falar em luta de classes é, simplesmente é, se expor ao ridículo.

As esquerdas latino-americanas mais que as nossas direitas cometeram erros históricos terríveis. Querem democracia quando são oposição, porém, quando são governo do Estado, promoveram até hoje, e falo factual e historicamente, as piores ditaduras na incompetente América Católica. Paulo Freire na sua obra *Pedagogia do Oprimido* alerta incansavelmente: “na prática pedagógica e educacional, devemos ter o máximo de cuidado para que os oprimidos de hoje não sejam os opressores do amanhã”. Carlos Lugon historiador paraguaio, afirma numa autocrítica coerente e

destemida que: “As questões sócio-político-econômicas quando reduzidas a querelas e confrontos de mazelas de cunho ideológico, são condicionadas absurdamente e infelizmente a como se fossem coisas reduzidas, simplórias”.

No Plano eclesiológico, essa polarização ideológica entre as “direitas”, “centristas ou moderados” e “esquerdas” deixam claramente que na Igreja Católica Romana Institucional, e isto em especial uma condição que lhe foi imposta pela história triunfante da burguesia, graças as campanhas militares expansionistas de Napoleão, o líder que consolidou as conquistas da Revolução Francesa, passando pelas revoluções europeias de 1830 a 1848 até o fim da Belle époque e o início do breve século XX, que foi marcado e transformado por um paradoxo de grandes avanços nas artes, na cultura, na ciência e tecnologia, e três grandes guerras mundiais: A Primeira Guerra Mundial, A segunda Grande Guerra Mundial e, por fim, A Guerra do Golfo [mais uma cruzada da civilização cristã-judaica ocidental contra os interesses geopolíticos do Islã.

Para um aprofundamento e entendimento maior e melhor devemos ler sobre as Guerras Religiosas e as Revoluções Inglesas, desde a Inglaterra Elisabetana rainha protestante e a Guerra santa contra a Espanha de Felipe II católico devoto, homem de fé católica fervorosa, que para a guerra contou com o séquito voraz dos soldados do papa, psicopatas, sociopatas, mitomaniacos e torturadores, ou simplesmente os padres jesuítas da Companhia de Jesus. Essa guerra político-religiosa teve suas condições históricas arquitetadas e incentivadas por Alexandre VI, e consolidadas pelo papa Paulo III. Era o velho conflito histórico entre papistas e antipapistas que remanesciam desde o advogado cristão do ano 208 Tertuliano o qual como um visionário já previa o desastre para o cristianismo das origens do papado em meados do século V. Neste momento contextualizado historicamente começava a Reforma Protestante a qual se consolidou em 1688. Precisamos ter paciência histórica pois a história não tem pressa.

Não esquecendo em Portugal do inquisidor Frei Henrique de Coimbra que celebrou a primeira missa no Brasil, e na Espanha o inquisidor

padre Torquemada. [leiam as obras de Crhistopher Hill, Jaques Lacan “De um outro para o outro” e Leonardo Boff “Igreja Carisma E Poder”]. A Inquisição ainda existe, inclusive seu tribunal em Roma, quanto ao seu nome este mudou elegantemente e agora chama-se prefeitura da Congregação Cristã para a Doutrina da Fé. A única coisa que mudou nela foram os métodos que hoje são sutis, elegantes, simpáticos e por demais dissimulados por estes canalhas e cães que manipulam inescrupulosamente o povo imbecilizado para discriminar, marginalizar e tentar calar a voz do educador que pensa historicamente.

A Igreja Católica é como uma Arca de Noé, tem de tudo um pouco. A Bíblia é como uma laranja, e a palavra de Deus é o suco, ou seja, é preciso ingerir, digerir e mastiga-la bastante para retirar dela o que é palavra de Deus e palavra do homem. A Bíblia tal como a conhecemos hoje tem no máximo 180 anos. Olha lá! Senhores, isto é obra da linguística aliada à exegese, a filologia e a hermenêutica, não nos esquecendo do Carbono 14 e da idiocrassia. Nunca antes toda educação política de uma grande nação havia sido obra de seus homens de letras, e foi essa peculiaridade que talvez tenha contribuído ao máximo para todas as revoluções em seus caracteres excepcionais e ao regime que a seguiu a forma com a qual estamos familiarizados.

É como perguntar quais as semelhanças e diferenças entre as revoluções seculares que antecederam a Era do Capital 1848 a 1875 e a era dos Impérios de 1875 a 1914. Sem delongas essas revoluções ofereceram respostas as necessidades de transformações e sustentabilidades das sociedades modernas e pós-modernas industriais. Todas elas tiveram suas causas culturais e intelectuais. E, para isso, numa visão idealista hegeliana, tiveram suas mentes pensantes, ou como diriam os Iluministas, mentes esclarecidas ou ilustradas.

A resposta é afirmativa. A Bíblia, em especial a Bíblia de Genebra, Amsterdam ou Saint Denis, todas com suas notas marginais extremamente politizadas, estiveram bem perto de se converter, e não pela última vez, num manual revolucionário. Nenhum outro livro se assemelhou a

Bíblia como um manual de suma importância para se legitimar o poder de outrem, ou de ser um manual de cabeceira para se legitimar as pretensões mais ambiciosas e pragmáticas de se chegar a qualquer custo ao trono. Em Hamlet Shakespeare como todo romântico obcecado pelo livre pensamento nos dar essa sustentação teórica literária e de fundamentação histórica e cientificamente política coerentes.

A Igreja Católica historicamente é preciso entender seus avanços e retrocessos, e, ela, que sempre esteve entre o bem e o mal, contraditoriamente. Quando abordamos muitas vezes em épocas várias se posicionando ora para o bem, ora para o mal. A religião persa, grega e romana foram muito bem aproveitadas pela concepção cristã do homem e do mundo. O cristianismo nem de longe é uma doutrina original, até porque esse fenômeno seja político, religioso, filosófico, científico ou artístico e moral não existe em história. Por ter o cristianismo herdado muito da concepção do Mitraísmo persa, sem dúvida também trouxe para o Ocidente o dualismo persa oriental civilizatório.

Na cartas do turco, fariseus aluno de Gamaliel e com uma visão de mundo greco-romana, por sinal com suas ideias políticas terríveis, e suas cartas foram todas dirigidas e dedicadas com carinho ao mundo civilizacional dos pagãos que na época era sinônimo de serem inferiores, e a própria Bíblia ser adaptada para atender as necessidades e “verdades humanas de cada Tempo histórico”, sempre foi assim. O ser humano é e será sempre essencial e predominantemente pragmático. Entre Jesus um idealista que procurava criar uma ponte para chegar ao outro lado onde localizava-se o objetivo, os judeus preferiram o realismo de Barrabás, ou seja, o mais importante é de imediato segurar o boi pelos chifres.

Judas o Escariotes [escariotes em aramaico significa homem que empunha a espada], demonstra o porquê das divergências de ideias e pensamentos de mundo e do homem entre Jesus que nasceu em Nazaré no reinado de Herodes I, e Judas que como Himler, Von Paulus, Von Romeo e Goebells, Montgomery e Douglas MacArthur sabiam, ou pelo menos as lições da história os ensinou em um processo de longa duração,

e leituras de mundo, que nem um povo emancipou-se do jugo estrangeiro sem derramamento de sangue. O homem só pode ser libertado em sua totalidade existencial.

Devo lembrar que nas Santas Cruzadas Medievais a Igreja não escapou as contradições inevitáveis que fazem a história, e a velha moda de sobreviver com os “discursos imagético-discursivos dos momentos apropriados”. Porém, naquele caso, era mais uma questão de hegemonia Geopolítica, interesses econômicos e de “controle cultural”. Jamais houve historicamente unidade e viabilidade para dar sustentabilidade ao pretenciosismo cristão e católico de universalismo. Ora, ela está repleta de uma infundável gama de teologias, filosofias, exegeses e hermenêuticas. Foucault defendia, por exemplo, que a Hermenêutica é uma ciência humana. Parece-me inacreditável e incompreensível como alguém pode cursar história e ser um conservador. Os reacionários sempre perdem o trem da história. Os Romanov da Rússia czarista sofreram essa experiência e certamente não gostaram. O Politiburo moscovita também não. O trem da história nunca para.

O mundo globalizado não é uma novidade que arbitrariamente se acredita que nasceu cronologicamente com a queda do muro de Berlim em 1989. Não é uma novidade dos tempos atuais. Pelo contrário, desde fins do século XVI, sobretudo com a Paz de Westfália ou anteriormente com a Paz de Cateau Cambesis também chamada de a Paz Católica, ou mesmo a Paz de Aux la Chapelle, Tratados que envolviam a tentativa de apaziguar os ânimos e ambições entre Estados Católicos e Estados Protestantes. A Aliança entre Portugal e os ingleses foi precoce, nasceu durante a Revolução de Avis em 1386. Na Espanha, a Aliança com a casa dos Bourbon foi uma necessidade de sobrevivência histórica depois da bancarrota do Império Espanhol em 1640. Quanto aos Habsburgos esses se mantiveram no ápice por saber se envolver e se entrelaçar na política de alianças que caracterizou os Estados Modernos de 1576 a 1812. Quanto aos holandeses, Belgas e austríacos, esses parecem ter usado as teorias políticas dos cardeais convenientes às perguntas e respostas pragmáticas que aquele momento

histórico exigia tanto aos aparelhos estatais jurídicos, como morais e éticos ideológicos em co-relação aos debates e conflitos entre as Igrejas protestantes e a Igreja católica,, ou seja, política não é apenas ciência, mas concomitantemente arte e dissimulação. Esses países souberam com muita habilidade diplomática relacionar-se com os demais acima citados, sabendo os momentos precisos de concessões e de se impor. Política nunca passou de mero pragmatismo. As ideologias não passam de uma cortina de fumaça.

No mundo globalizado de hoje, frente ao pluralismo moderno, os velhos modelos religiosos entre católicos e protestantes, conservadores, reacionários e sumamente legalistas estão desde os anos 1950 superados, desestabilizados. O indivíduo cresce em um mundo em que os velhos ultrapassados valores comuns, que determinam o agir nas diferentes áreas da vida social, nem uma realidade única, idêntica para todos. Ele é incorporado e sua historicidade adquirida pela sua vida em comunidade, onde cresce num sistema supra ordenado de sentidos. Não estamos diante da inversão de valores, mas sim, de “novas verdades produzidas em dado lugar imagético discursivo”.

Toda instabilidade do Brasil atual em se tratando dos princípios de legalidade e constitucionalidade, bases discursivas e pilares mestres para o amadurecimento do estado Democrático de Direito, ainda é ressaca que remanesce desde os 15 anos de Getúlio Vargas, e que se processam à crescentemente de 1947 e se superam em 1988. A Europa enfrentou as ressacas do nazismo e do fascismo até fins dos anos 1970. Entre a Igreja Católica esse discurso eclesiológico-político-ideológico obsoleto para a história ocidental só começa a ver a luz superar as trevas do sectarismo na segunda metade dos anos 1960. No Brasil os protagonistas e baluartes desse novo tempo foram Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Câmara “o Bispo Vermelho”, Dom Pedro Casadaglia, e o futuro prelado Dom Marcelo Cavalheira. Evidente que outros demais também fizeram história na Igreja em prol da coisa mais sagrada que existe no mundo: a pessoa humana. Ao nível mundial tivemos um Ângelo Giuseppe Roncali, Giovanni

Batista Montini, Albino Luciani “o papa sorriso”, e João Paulo II, e na África do sul o Bispo tutu. Entre as Mulheres tivemos Zilda Arns, Madre Tereza de Calcutá e Irmã Dulce na Bahia.

Desde o século XIII quando das influências intelectuais no plano filosófico-teológico, como também nas concepções de ciências políticas, as quais davam início as origens medievais dos Estados Modernos consolidados no século XVI, toda esta produção intelectual tendo por base as compreensões Tomistas-Aristotélicas que se desdobravam dentro de um contexto histórico de uma Igreja que em seu plano institucional hierárquico fortemente Cesar papista entrava em contradição no interior da própria Igreja Católica com o surgimento das Ordens Mendicantes. O catolicismo romano institucional é sem dúvida uma civilização que se formou e se expandiu pelo ocidente em um processo lento, gradual, porém, ininterrupto, e graças aos seus relacionamentos com os valores culturais e políticos com outros povos conseguiu deixar de ser uma mera seita oriental para se tornar o que ainda hoje é: um dos mais fortes pilares do pensamento da civilização ocidental.

Entre a Hierarquia e a hierodúlia ela vai existindo, sobrevivendo. Uma coisa é falar sobre a Igreja reducionalmente, como se ela fosse uma instituição religiosa com papéis pré-estabelecidos entre o clero regular e o clero secular de forma apenas hierárquica. Outra coisa é falar sobre a Igreja a partir de suas concepções e contribuições, às vezes equivocando-se historicamente, e isso não há como questionar, mas que no plano filosófico, teológico, sociológico e porque não antropológico e político, tem dado, sobretudo para o mundo ocidental, respostas cuja importância para análises acadêmicas é de importância inegável para pensarmos o mundo dos homens em suas ininterruptas fases processuais. Adiante, entenderemos com maior clareza e amplitude essa tese com as *Encíclicas Humana Vitae* de Paulo VI, *Redemptoris Hominis* de João Paulo II e de Bento XVI a *Encíclica Deus Caritas Est*.

A teologia como toda produção humana sistemática metodológica de dissertar, discursar e estudar sobre Deus e sua ação na história dos

homens, é impraticável e tolice pensar que ela como ciência possa abordar, explicar e, sobretudo esclarecer sobre suas concepções de mundo, as quais a cada época histórica precisam ser revistas, repensadas, possa explicar a realidade sem a contribuição das ciências humanas, sociais e as ciências da natureza. Quanto a nossa querida América latina, a qual a mais de cinco séculos os europeus ficaram seus dentes em sua garganta, e dividiram o mundo, pelo menos para quem acredita na teoria de que existe países que se especializaram em ganhar e outros a perder, em sociologia isso chama-se teoria funcionalista. Pois bem, os europeus trouxeram não apenas seus exércitos que no Peru com Francisco Pizarro dizimaram a Civilização Inca, no México com Fernando Cortez dizimaram os Maias e Astecas, e no Brasil os nossos Silvícolas, trouxeram também seu Deus e sua religião para justificar tudo isto. Florestan Fernandes na sua obra intitulada “*A função social da guerra entre os Tupinambás*”.

Toda teologia, sabemos, é situada no interior de uma Igreja, que, por sua vez, se insere em determinado contexto. Logo, em cada contexto histórico, é possível o surgimento de nova teologia em estrita relação com a Igreja e com o contexto sócio-político daquela coordenada histórica. No contexto dos anos 1950 a 1970, na perspectiva sociopolítico e cultural, crescendo-se a isso a contribuição literária do Dadaísmo ao Modernismo, em qual bojo estava a Igreja Católica, havia um cenário propício e fértil para o aparecimento de uma nova teologia própria, fruto das experiências históricas da América Latina, Miséria, opressão eram fenômenos documentados em todos os países Latino-Americanos.

Assim, dentro de um contexto emergencial de consciência libertadora, provenientes de lutas, mudanças e opressões. Nasceu a Teologia da Libertação. Como toda teologia, a da libertação surgiu em um determinado momento como fruto da reflexão, da contemplação sobre os problemas e desafios objetivamente vividos na América Latina. Na esfera religiosa, apontam-se como indicadores questões sobre o conceito de autonomia relativa do campo eclesiástico-religioso que tiveram como ponto de partida contribuições culturais e sociais específicas à Igreja sem às quais sua

abertura para o povo, a partir de 1960, não poderia ser compreendida, por exemplo, a convergência não poderia ser compreendida e divergências que marcaram o interior da Igreja nos anos 1950.

No plano interno, surgem novas teológicas a partir da Segunda Guerra Mundial. Novas forças do cristianismo sociais profundamente influenciadas pela política, sociologia e economia humanista. Além da crescente abertura às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais, legitimadas e sistematizadas pelo pontificado de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II. Foram inúmeros movimentos envolvidos diretamente em uma sociedade em crise se tornaram permeáveis às correntes sociais, políticas e culturais de seu ambiente. A Igreja, pelo menos na América Latina, absorveu, assimilou criticamente as exigências históricas daquele momento, ou pelo menos suas correntes de "discursos de esquerda" principalmente.

Historicamente, os períodos de pós-guerra na história da humanidade sempre trouxeram a emergência de velhos e longos períodos de conflitos ante as incertezas geográficas, políticas e étnicas e religiosas as quais tornam os confrontos beligerantes inevitáveis. Por, outro lado, mesmo paradoxalmente abrem condições para, em história, os homens repensarem e criarem novas concepções culturais, artísticas, e descobertas humanas para despertá-lo os mesmos para as realidades além dos mitos, ou seja, foi assim que a filosofia e a história nasceram ao mesmo tempo num determinado contexto da existência mundana e temporal dos homens.

Falar sobre as ideologias políticas seculares e as ideologias religiosas é algo que, em cada momento da história da Igreja, abre discussões intermináveis, entretanto sempre profícuas para um amadurecimento da fé em sua impossibilidade divorciável com a ciência e a filosofia. Por exemplo, agremiações devocionais da Igreja Católica cujas ideologias são de “direita ultraconservadora”, como o *Opus Dei* e a *Legio Mariae* que deram sustentação política, religiosa e ideológica-moral aos regimes nazistas e fascistas na Europa e em nossa América Latina. Pode-se citar Vargas no Brasil, Juan

Domingo Peron, na Argentina, Stroessner no Paraguai, e na América Central: Anastácio Somosa na Nicarágua. Outros faltaram ser citados, porém, a história cuidará muito bem para que o que eles fizeram seja sempre lembrado entre os Latinos. Ressalvo, porém, que exista um antigo debate nos reinos acadêmicos se Vargas e Peron eram de fato “fascistas” ou “positivistas-românticos-modernistas” [ler Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Manoel Bonfim, Alfredo Bosi, Leandro Narloch e Roberto Campos], ambos são importantes para aprofundamentos teóricos-metodológicos.

Os anos 1950 foram marcados por características, às quais em todas as esferas da vida social em nível global, praticamente deram uma sacudida, e esta palavra não é exagero, em todas as formas de manifestações que, até então, eram parâmetros para os pensamentos considerados válidos para se definir, interrogar e propuser padrões de conhecimento, numa ótica de constelação que nos permitisse conceituar a condição humana comportamental nas sociedades daquele momento em termos contextuais. Foi preciso “reinventar a humanidade” e essa ideia reflete-se ainda hoje numa tentativa de responder as “novas verdades” que não param de surgir em nosso tempo sob o domínio da técnica e do cientificismo que se manifesta ainda em pleno terceiro milênio.

Para dar a estas condições complexas e abrangentes as respostas que nos são cobradas pela história, só as ciências e as filosofias não podiam dar conta, aliás nunca podem sozinhas, era imprescindível como sempre o é o papel da arte literária, e a contribuição da arte jamais estava como jamais estará divorciada das ciências e filosofias. Esse conceito processual histórico já dava sua contribuição paulatina desde os antagonismos entre a Escola Parnasiana e o seu objetivismo, ela que era filha de Ranke e, portanto, reflexa dos positivistas, e o Simbolismo que em sua subjetividade criou as possibilidades para entendermos que, não apenas em filosofia, mas também em se tratando da ciência, nos é permitido e fundamental pensarmos que é simplesmente incabível construir e sistematizar conhecimentos sem o livre pensamento, O Simbolismo foi um útero que, em história, filologia e sociologia, criou as condições para no vi-lo a ser, o pós-

estruturalismo de Braudel até Foucault pudesse despontar e sobreviver, e sua síntese foram o modernismo e o pós- modernismo. Não acredito no homem que estabelece uma dicotomia entre a inteligência intelectual e a inteligência emocional. O homem é uma totalidade a qual até hoje nenhuma ciência conseguiu penetrar e devassar sobre o que é seu ser.

Qualquer um que inicie um estudo sobre Pio XII deve seguir as pegadas dos que tentaram resolver a questão de seu silêncio durante a Guerra. As discursões sobre a reação de Pio XII à solução do conflito beligerante com uma série de obras volumosas de contribuições de estudiosos e da mídia, cada tentativa de se chegar a um veredito final sempre acarretando uma constatação do extremo oposto. As bases sobre as quais esses julgamentos de conhecimentos e comportamentos de um papa envolvem também discursões sobre documentos e datas. Há também alegações sobre má fé com relação a documentos desaparecidos e especulações sobre a consciência do homem que foi Pio XI. Como “diz Jonathan Steinberg: é uma questão irritante e terrível, que ninguém deve abordar de maneira precipitada”. Mas o interesse persistente indica que as novas gerações de historiadores ainda tentam absorver as dúvidas de consciência por parte do papado e da Igreja Católica.

As Igrejas protestantes da Alemanha reconheceram na Declaração de Stuttgart, de outubro de 1945, sua culpa pelos crimes do regime. Assim como a hierarquia católica, a Santa Sé, em contradição, não fez nenhuma afirmação específica. Houve no entanto, iniciativas papais para sanar a brecha entre as duas religiões, o reconhecimento geral de João XXIII do antijudaísmo religioso ao longo dos séculos, a visita de Paulo VI a Israel, as duas visitas de João Paulo II a Sinagogas e sua declaração “lembranças” na primavera de 1998, sobre a história das ofensas contra os judeus.

Mas João Paulo II aproveitou essa última ocasião para pedir perdão aos judeus pelo comportamento desumano de Pio XII durante a Segunda Guerra Mundial. Moderadamente, João Paulo II chamou a diplomacia de Pio XII de “equivocada”. Não temos outra alternativa a não ser reiterar o que já defendi neste livro: o que a história fez só a história pode desfazer.

A Santa Sé e o papado se cometeram o equívoco histórico de ser complacente com Mussolini, Hitler, Salazar, Franco, por outro lado demonizaram Stalin. Assumir uma posição sectária e de dicotomia em relação aos momentos e contextos políticos, sociais, econômicos, éticos, étnicos e culturais é, do ponto de vista histórico, pura loucura.

O ataque mais antigo e mais famoso ao comportamento de Pio XII durante a guerra ocorreu em 1962, com a montagem da peça teatral em Berlim: representante, do dramaturgo alemão Rolf Hochhuth. A peça também foi apresentada em Londres e Luxemburgo, e no ano seguinte em Nova York, como *The Deputy*. Foi traduzida em 22 línguas. Escritas em versos brancos, ao estilo de Schiller, Camus, Brecht, Pavlov, constitui até hoje a base de uma percepção popular de Pio XII, mesmo entre as pessoas que nunca a assistiram e nem a leram.

O fato histórico é um assunto bastante delicado. Você já deve ter escutado uma velha máxima: contra fatos não há argumentos. Discordo desse famoso clichê, pois o fato histórico é um acontecimento desencadeado no passado. Irreversível e objeto de estudo do historiador. Por exemplo: Em 1945 os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre o Japão. Não há como reverter, isso ninguém pode negar. O fato histórico é singular, porém, o que há são diferentes interpretações. Cada geração de historiadores fazem perguntas novas e novas interpretações, como também ele trabalha em sua época com novas fontes.

Contra fatos históricos não há argumentos é afirmar um grande equívoco, é uma falácia. Sempre surgirão novas perguntas e novas respostas. A história não é uma marcha em linha reta ininterrupta e mecanicista em direção ao futuro. Isso se explica porque o tempo do calendário, do relógio é totalmente diferente do tempo histórico. O tempo histórico se dirige em várias direções ao mesmo tempo. Ele é como o vento que sopra onde quer. Esse tempo existe e se desdobra em processos de continuidade e descontinuidade.

Com Marc Bloch e Lucien Febvre surge a ideia de fato de longa duração. Com Fernand Braudel que lecionou na USP nos anos 60 essa ideia

ganha mais corpo. Não existe fato absoluto que possa o mesmo existir sem nenhuma interferência, sem questionamentos, pois o fato é um processo. Quando estudamos uma teoria todos os seus detalhes devem ser passíveis de reprodução e repetição, mas abertas sempre aos pensamentos de cada período da vida dos homens. E na repetição devem ser identicamente observáveis, não podendo haver uma grande discrepância de resultados. Os resultados devem sempre ser articulados e confrontados a partir da realidade de cada época.

Dentro da historicidade as exigências da análise do comportamento humano, setor no qual mais se aproveitam as chamadas ciências humanas, não devem perder de vista a exigência de ordem especificamente ética, que é de nível sintético e globalizante. No pensamento moral de Tomás de Aquino a dissecação da ação moral como objeto não prejudicou a prevalência do julgamento existencial, atribuído à faculdade da *sindérese*. A reflexão precedente apela, portanto para uma contemplação nesta perspectiva. Para a ética contemporânea, as ações humanas apresentam-se basicamente como hipotéticas.

A partir de 1929 os *Annales* passaram de uma narrativa estritamente política para uma narrativa econômica e social. Por fontes históricas passou a se entender como: Fontes orais, escritas, iconográficas, vestígios materiais e imateriais, visuais e musicografias, etc. Conjuntura: média duração. Estrutura: longa duração. Para a análise das diferentes fontes, o historiador tem que dialogar com as fontes, tem que questioná-las, deve buscar outras ciências para interagir. Não busca a “verdade” dos fatos, mas, a maior variedade possível de narrativas diferentes.

Ao contrário, o positivismo com seu idealismo e a literatura romântica surgem dentro do contexto da Revolução industrial. Retira da história a dialética e a subjetividade e defende que o historiador deva ser neutro e objetivo. As fontes devem ser únicas e exclusivamente escritas e oficiais, ou seja, a história dos vencedores. Tem uma grande preocupação com os agentes históricos: reis, generais, heróis. Como toda Escola Teórica da história tem método e objeto de pesquisa.

Dos processos novos a necessidade disto se fez sentir a partir do momento em que, nos tempos cristãos, “a história adquiriu um caráter universal e abarcou todo o passado do homem”, tal como era concebido entre os séculos IV e V. Nestes tempos, quando a religião impregnava e “dominava todo o pensamento”, as divisões imaginadas foram, naturalmente, baseadas nas escrituras sagradas. Um dos sistemas adotados dividia a história em quatro períodos, segundo as profecias de Daniel. O profeta, efetivamente, e profecia é memória resultante do imaginário coletivo inconsciente, interpretava neste sentido a visão atribuída a Nabucodonosor: uma estatua, com a cabeça de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre de cobre, as pernas e os pés parte de ferro, parte de barro [Daniel, II. 31-46].

Os historiadores cristãos de mentalidade greco-romana e persa viram aí a sucessão dos quatro impérios universais. O Império de Roma não deveria ter sucessores, porém, se tenta pelos cristãos da Igreja Romana Católica, estabelecer a manutenção do Império Santo Romano germânico, o Império de Constantinopla, permitiam fazer-se coincidir à realidade com a teoria. Ninguém parece ter experimentado qualquer embaraço ao verificar que, numa tal cronologia, o nascimento de Cristo, no final das contas, era somente um fato sobrevivendo no Império Romano. Santo Hipólito, Santo Eusébio, Orígenes que acreditava na reencarnação e mesmo assim nos anais da Igreja é Santo e doutor, São Jerônimo que traduziu a Bíblia do grego para o Latim, mesmo advertindo o papa sobre as contradições da Vulgata, adotaram-na e, seguindo-os, fizeram o mesmo grande parte dos cronistas medievais.

Apoiado no Evangelho de Mateus, nitidamente definido por Santo Agostinho [*A Cidade de Deus*, XXII, 30], difundido por Santo Isidoro de Sevilla, outro sistema cronológico admitia a sucessão de seis idades. A palavra idade que vem de *aetas*, tem dois sentidos, escreve Isidoro de Sevilla, conforme se trate do homem e, então, ela designa a infância, a juventude, e a velhice. A história é a ciência lastro que define os baseamentos para ciências como a filologia, a exegese, a teologia, a filosofia e a hermenêutica.

Não esquecendo o espaço da geografia e da paleografia. Todo conhecimento só é de fato e de direito acadêmico conhecimento se for totalizante e interdisciplinar. Justamente por isso ainda estamos em uma busca que parece infundável e, portanto, inacabada sobre o Jesus de Nazaré histórico. A Igreja ainda parece truculenta em aceitar tais leituras, pesquisas e produções de conhecimento de livre pensamento. Ela caduca no “magistério da Igreja”. Como bem define Eduardo Galeano na obra “As veias Abertas da América Latina”: “a história é um profeta com o olhar voltado para trás, contra o que foi e pelo que foi, anuncia o que será”.

**O “Concílio Ecumênico Vaticano II” e as vozes dos mortos:
um convite a buscarmos as respostas que nos
são oferecidas pelo passado**

Estudar e aprender a aprender história não é uma tarefa fácil, pelo contrário, precisamos entender que o professor de história precisa dissertar os conteúdos em discursos que superem o aqui e o agora numa perspectiva pedagógica construtivista e que possibilitem ao aluno entender que a relação passado presente é uma superação dialética de visão de tempo e espaço . No campo da história Antiga nota-se como preocupação maior em relação aos povos milenares considerados bárbaros, o que é um equívoco e, talvez, por essa conceituação herdada do passado, são deixados erroneamente fora do foco das pesquisas históricas e arqueológicas. As relações entre as civilizações clássicas e as chamadas culturas primitivas sim, porém, para elas o termo pré-históricas é de suma ignorância, as quais já foram estudadas pela ação comum de teólogos, psicólogos, folcloristas e sociólogos passam também a ser alvo do interesse dos historiadores.

A descoberta de novos textos da escrita B em Micena e pilo oferece a possibilidade de examinar a língua grega numa fase de meio milênio além daquela até agora conhecida e, em se tratando de que todas as civilizações orientais ou clássicas são semitas, podemos concluir que é um equívoco histórico atribuir aos hebreus ou judeus a condição de única nação eleita e diferenciada das demais. Do legado Persa, Fenício, Hebreu, greco-romano até o século XIII da Era cristã, até os primórdios dos carolíngios, merovíngios e bizantino tivemos uma riquíssima coexistência de entrelaçamentos culturais, linguísticos, filológicos, de novos valores étnicos e estruturas de

poder política, social e religiosa que representaram um legado ímpar ao que convencionamos chamar de pensamento ocidental.

O encontro da inscrição bilingue fenício-hitita, permitindo decifrar documentos e fontes históricas que falam-nos mais alto que qualquer documento que os professores de história podem almejar, até então incompreensíveis, mas, como ter em história conforto com respostas definitivas? Assim como a descoberta de novos textos literários e religiosos como o texto hitita do mito de Kumarbi, os textos hebraicos do Mar Morto, textos papiro lógicos e egíptólogos, enriquecem a egiptologia e o pseudo fato da história épica de Moisés, a grandeza da história | Persa, o colosso da história grega e romana, Também avançam os estudos linguísticos sumérios, Lírio, elamita, entre todas outras grandes civilizações que construíram e glorificaram a história da humanidade.

É uma visão pobre e de um procedimento de vulgarização em relação as ciências históricas, acreditar que o mundo e o contato do homem com o mundo, pois é só neste contato que ele acorda para si mesmo, acreditar ingenuamente que a humanidade e a história da mesma pode ser reduzida a uma arbitrária visão imposta pela ignorância histórica católica inventada para atender seus interesses de ambições desmedidas temporais no século de Carlos o Grande, que fazem as mentes imbecilizadas acreditar na lorota de um Ocidente dividido e diferente histórica e geográfica do Oriente. Ambas as civilizações se construíram e se edificaram em concomitante entrelaçamento e correlação colaborativa. Só no século XX em 1961 um papa entendeu isto e promoveu um Concílio Ecumênico. A história não tem pressa.

“Os documentos e testemunhos são os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens”, escreveu Langlois e Seignobos. “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica tudo quanto toca pode e deve fornecer dados a seu respeito”, disse Fernando Braudel. Registremos este acordo relativo aos princípios, entre os representantes de duas tendências muitas vezes opostas na historiografia contemporânea. Ao menos desta

vez não precisaremos desde o início, nos debater em meio a definições e teorias aparentemente inconciliáveis. No máximo, devemos notar as divergências no tocante ao vocabulário. Onde empregamos, juntamente com um bom número de historiadores, a palavra “documento”, tomada num sentido bastante amplo, outros referem-se a “fontes” ou “testemunhos”, ou “traços”.

A diferença de ótica que somos forçados a constatar, quando se trata de estabelecer uma classificação lógica dos documentos, também não tem maiores consequências. Tais classificações, via de regra, apelam, seja para o caráter subjetivo dos testemunhos, seja para a natureza objetiva das fontes históricas e/ou suas aberturas para as filosofias da história. No primeiro caso, há acordo entre os testemunhos involuntários a serem distintos [monumentos, vestígios arqueológicos, usos e costumes] e testemunhos voluntários [memórias, crônicas e anais, obras dos próprios historiadores, tudo quanto, habitualmente, é obrigado sob o nome de “fontes narrativas”. Se, ao contrário, dirigimos as atenções para a natureza das fontes, podemos dividi-las em três categorias. Incluem-se entre as fontes imateriais todos os traços do passado que sobrevivem nos agrupamentos humanos: instituições, costumes, tradições, lendas, línguas modeladas por um antiquíssimo passado. De maneira geral trata-se das “fontes orais”.

Angelo Giuseppe Roncali, o homem que foi o papa João XXIII, era filho de camponeses de Bergamo. Passara grande parte da sua vida sacerdotal como um núncio e conhecia bem as religiões orientais. Tentara ajudar os judeus durante a guerra. Um dos seus primeiros atos como papa foi pedir o perdão dos judeus para o antijudaísmo dos cristãos. Apenas três meses depois de sua eleição, em 25 de janeiro de 1959, ele convocou um concílio geral, visando a renovação pastoral e à promoção da unidade cristã.

Houve considerável oposição dentro do Vaticano. Quando as autoridades superiores falharam em sua intenção de impedir que o projeto de João XXIII de realizar o Concílio, então, tentaram pelo menos restringir suas deliberações e poder de tomar decisões. A velha guarda da Igreja queria que fosse um Concílio que condenasse a heresia moderna. Não

conseguiu. O papa interferiu para garantir que não haveria anátemas ou excomunhões que os representantes de outras Igrejas cristãs estariam presentes. Sua insistência no princípio do *aggiornamento*, pelo qual a Igreja deveria se desenvolver e mudar com a sociedade e a história sinalizou o potencial para uma reforma radical.

As decisões do Segundo Concílio do Vaticano deram origem a muitas mudanças históricas. Na liturgia e nos estudos bíblicos, no diálogo com as Igrejas Protestantes e Ortodoxas, uma declaração ampla sobre a importância da liberdade religiosa. Muitas coisas não seriam mais como antes, a Missa em latim acabou. Mas a decisão mais importante para a mudança foi o da “colegialidade”, o reconhecimento da necessidade de partilhar a autoridade entre os bispos e o papa. O espírito, e aí enfatizo Jorge Guilherme Frederico Hegel, e o sucesso a longo prazo do concílio dependiam disto. Envolviam uma crença na presença do Espírito Santo na comunidade mais ampla da Igreja, em termos locais e gerais, não apenas no centro.

O concílio sinalizou, em outras palavras, o fim da ideologia teologal do poder papal desencadeada pelo Concílio Vaticano I mantida por 76 anos, até sua apoteose sob o papa Pio XII na década de 1950. Uma expressão da colegialidade foi a nova metáfora do concílio para a Igreja, completamente diferente da imagem de uma cidadela inexpugnável e estática. Eles discursaram, dissertou sobre a ideia de uma Igreja Peregrina, que enfatizava a dinâmica da história, o respeito pela autoridade e autenticidade espiritual das Igrejas Protestantes. Também adotaram o texto da Torá que falava da Igreja como sendo o “povo de Deus. Os participantes do concílio disseram que, “levados pelo Espírito Santo”, os fiéis devem procurar discernir à luz da história, as necessidades e anseios que partilham com os outros homens com suas culturas, religiões e suas espiritualidades de nossa época, o que pode ser um sinal genuíno da presença ou do propósito de Deus para a história humana.

Podemos dizer, e olha que isto é tarefa para homens que aprendem história, que as guerras religiosas que se desencadearam na Europa entre

católicos e protestantes pós-Lutero, só foram respondidas e resolvidas, ainda que superficialmente pela história com o Concílio Ecumênico Vaticano II. Na França e nos Países Baixos, por exemplo, tudo começa nos anos 1570. Não tenho a intenção a menor intenção de fazer aqui nem sequer uma rápida síntese dessas longas e complicadas guerras. Recordo apenas que em ambos os casos os motivos políticos e econômicos estavam entrelaçados e combinavam-se reciprocamente com os motivos religiosos, a ponto de tornar difícil um juízo sobre os elementos que nelas prevalecem.

Na França, não se trata apenas da luta entre católicos e calvinistas, mas da oposição da nobreza, unida em torno dos Bourbon, ao absolutismo dos Valois, da tentativa de excluir da sucessão ao trono o “ramo em decadência dos Bourbon, Das aspirações de Felipe II da Espanha de controlar a França sob o pretexto de ajuda cada vez mais sólida aos católicos. A fase decisiva passa desde a luta que a liga católica sustentada pelo rei da Inglaterra Henrique VIII e por Henrique de Guise, contra o Príncipe Henrique Bourbon calvinista herdeiro ao trono, até a Paz dos Pirineus que inaugurou a supremacia francesa não esquecendo a Paz de Vestefália que criou possibilidades históricas para que os Países Baixos, a Inglaterra Puritana aliada de Portugal secularmente falando, pudessem oferecer a burguesia adversária histórica do catolicismo naqueles momento turbulentos da história de consolidação dos Estados Modernos desse continuidade ao curso das maiores revoluções da história da humanidade. Nem as revoluções europeias de 1603 a 1848 foram o bastante suficiente para acalmar os ânimos entre católicos e protestantes.

O episódio mais conhecido é o massacre de São Bartolomeu, dia 24 de agosto de 1572, festa de São Bartolomeu, em que fieis calvinistas e/ou luteranos foram trucidados por toda França. A essa decisão, tomada de repente depois de um atentado fracassado contra líder dos huguenotes, o Almirante de Coligny, na excitação que se seguiu ao insucesso e ao pânico durante a probabilidade de uma reação do Partido Calvinista concomitante ao crescimento dos mesmo na França, O Vaticano via cúria romana estava totalmente alheia ao momento histórico que abria as janelas das

possibilidades de um diálogo inter-religioso, o papa Gregório VIII, agiu na contra mão da história junto ao seu Núncio Apostólico em Paris, viu no massacre desumano dos calvinistas “uma ação provedora do Espírito Santo. Dizia o Santo Padre: “a morte dos heréticos e o retorno da França à unidade da fé pela verdadeira religião é um sinal da ação de Deus na história da humanidade”. O papa celebrou o acontecimento com o *Te Deum*, com uma medalha comemorativa e com um Bula.

O Édito de Nantes em 1598 embora acenasse para uma possível tolerância religiosa, não representou uma única medida de tolerância para com os protestantes graças ao Rei Sol Luís XIV. Na Polônia, Áustria e Alemanha, o mesmo se buscou fazer. A Guerra dos Trinta anos está dentro desse contexto. Somente a tripla Revolução Industrial na Inglaterra, Independência dos Estados Unidos e a liberal francesa, exigiriam reajustamentos políticos mais profundos. De um ponto de vista enquanto explicações de cunho filosófico, científico e literário, esse período de transformações históricas só seriam melhores explicados por homens como Jules Michelet, Balzac, Marx, Durkheim, Leopoldo Von Ranke, Hegel, Edward Palmer Thompson, etc. Mas a Belle Époque estava nascendo. Entretanto, de 1914 a 1991 as inevitáveis crises e contradições dos triunfos burgueses, nos ensinariam que a ciência, a filosofia, a técnica e a arte existem, vivem e sobrevivem, criando condições históricas para as buscas e descobertas dos homens sobre si mesmos, paradoxalmente a esses erros que são frutos essencialidade e natureza históricas.

Questões de virtudes teológicas, de fé e religiosidade nunca se divorciaram das questões geopolíticas e econômica-culturais menos ainda de questões do bojo ético. As respostas possíveis para as mazelas religiosas citadas acima, foram construídas da década de 1570 a década de 1960. Estamos diante do que Roger Chartier, Certeau, Dosse e Le Goff, chamam de fatos de longa duração sobre os quais o historiador deve sempre fazer perguntas, levantar questionamentos, interferir necessária e fundamentalmente. Nada, absolutamente nenhum paradigma científico, filosófico ou artístico podem ser explicados isoladamente, e, quanto a

Igreja Romana Católica ou mesmo Protestante como estados dentro do próprio Estado jamais fugirão à regra. Precisamos sempre pensar devotamente na história. As profundas mudanças pretendidas com o Concílio Vaticano II Ecumênico por João XXIII viam clara e plausivelmente estas lições da história. A partir de Paulo VI, podemos dizer que esta concepção de historicidade da Igreja advogada por Roncali foi vista e, em se tratando do entendimento de práxis, concebida por demais tímida e conservadora pela Santa Sé. Mas, o tempo não para.

A colegialidade, por um diálogo Inter-religioso, não apenas entre as Igrejas Cristãs, mas também, entre nós e os nossos irmãos em Deus de outras concepções de mundo, das quais nos beneficiamos em termos de cultura, ciência filosofia. As quais o papa João XXIII percebia muito bem, foi coagida ao “esquecimento da história” pela corte mais suntuosa e imponente da Europa, ou seja, o Vaticano Estado filhos das falsas doações do Imperador romano pagão Constantino. No entanto, a abertura da Igreja para o Espírito Santo proposta por João XXIII foi contestada e encontrou uma forte resistência por parte dos cães de “extrema direita” no centro do poder do Vaticano. Uma parte da culpa pode ser atribuída às facções reacionárias na Cúria, em particular no Santo Ofício, hoje chamado de Prefeitura da Congregação Cristã para a doutrina da fé. Mas, houve também os efeitos persistentes da supressão da teologia criativa aberta as condições e as exigências da história, o rígido conformismo intelectual e institucional que remonta aos dias de Pio IX. Fora irrealista imaginar que a paralisia de 79 anos poderia ser transformada no prazo de dez anos, o que em história é inconcebível. Jamais existiu esse fenômeno na história da humanidade.

Os Bispos e seus assessores entraram no concílio inibidos por anos de cautela. O papa João XXIII fez muita coisa para impedir que o concílio caísse sob o controle dos reacionários, mas morreu em 3 de junho de 1963. Foi sucedido, em 21 de junho, por Paulo VI, Giovanni Batista Montini, o antigo subsecretário de Estado do papa PIO XII. Paulo VI presidiu a terceira e quarta sessões do concílio. Foi o papa da crítica Era pós-conciliar.

Durante esse período, a Igreja descobriu-se polarizada ideologicamente entre sua “esquerda”, que acreditava que uma profunda transferência de autoridade fora proclamada, e a sua “direita”, que insistia em impedir que isso ocorresse.

Os participantes do concílio não demonstraram as estruturas teológicas, filosóficas e sociológicas-políticas que sustentavam a ideologia do poder papal. Não foi sancionada nenhuma reforma na Cúria romana que outrora apoiara Pio XI e Pio XII. Se algo de fato aconteceu foi burocracia do Vaticano ter-se tornado ainda mais poderosa. E não houve nenhuma mudança em se tratando de revogar o Código de Direito Canônico de 1917, ou pelo menos as disposições que protegiam o poder centralizado. A “autoridade total”, portanto, permaneceu exclusivamente com o papado. Havia uma obrigação moral dos papas de aplicar a colegialidade, porém, nenhum mecanismo institucional. Os papas que sucederam João XXIII não quiseram abrir mão desse poder. Exceto João Paulo I que como o papa Celestino V pagaram com a própria vida.

A questão fundamental é e continua sendo a maneira como os bispos são escolhidos. A colegialidade não pode prosperar enquanto o papa não abrir mão do direito de poder nomear e controlar todos os bispos do mundo. Todo o resto decorre disto, revelando como foi profunda e de longo alcance a determinação sobre a nomeação dos bispos como reza o Código de Direito Canônico de 1917. A privação do Direito e a desmoralização do clero diocesano e da laicidade, somando-se a isso o enfraquecimento dos sínodos e a clamorosa, lamentável e frustrante ausência de se promover à luz dos novos tempos que a história pedia, o pluralismo e critérios locais.

O mundo dos anos 1960 começava em se tratando de condições práticas e concretas, a árdua tentativa de se reconstruir novas identidades culturais-políticas-éticas e filosóficas para a Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial, se é que isto fosse possível dentro de um contexto de polarização ideológica extrema e gigantesca que desafiava os mais ousados planos político-econômicos e, porque não, de construção de Estados

Democráticos de Direito, até porque não se faz ciência do Direito sem partir do entendimento mais largo daquilo que é o homem. Nenhuma lei, estrutura de poder e autoridade do Estado em qualquer plano que seja, pode estar à cima da dignidade da pessoa humana. Fazer o contrário é uma afronta ao criador, pois o homem é antes e acima que tudo obra imagem e semelhança dele. O poder do Estado existe para servir ao homem e não o contrário.

A história dos símbolos e conceitos de Koselec, para os alemães, surgiu como uma busca possível de se encontrar respostas para os vazios e desafios, no que diz respeito à conceituação e promoção da pessoa humana e identidades históricas nacionais, que as sequelas nazistas, fascistas, stalinistas, britânicas, etc. em seus campos de concentração inumanos, lhes deixavam como uma marca mácula em sua historicidade. Lefebvre precedentemente a Koselec, já oferecera os alicerces para esta visão de mundo histórica. A Nova História, ou Quarta geração dos *Annales* deram legitimidade intelectual aos “discursos acadêmicos” aceitáveis para às “novas verdades da história”.

Ao mesmo tempo em que a burguesia ao nível internacional articulava desde o Plano Marshal, a formação de um projeto de reconstrução ao longo prazo da Europa, com vistas voltadas para aquilo que, naquele momento, podemos denominar de útero dos novos modelos políticos de globalização e neoliberalismo posteriores. Só no mundo Pós-Muro de Berlim, Pós-Guerra do Golfo, desintegração da toda poderosa União Soviética e os novos estereótipos do “outro” como ameaça a “cultura ocidental”, ou seja, o Islã. Esse projeto histórico da burguesia judaico liberal sionista se tronou praticável ou, pelo menos, “possível”.

O homem então se coloca como um ser da tensão e da interrogação. Partindo deste princípio, uma das mais evidentes características da atualidade é o pluralismo, a multiplicidade das formas e das experiências que a história nos proporciona. Já sob este aspecto, toda a tentativa de obter uma vista panorâmica uniforme, para equilibrar a experiência de si próprio, rica em contradições que o homem hodierno experimenta no contato com

o mundo, e, isto lhe permite acordar para si mesmo, fica aquém da riqueza das suas tensões e das suas interrogações. Somente sofrendo a tensão dos novos tempos, e suas implicações na existência humana enquanto ser social e histórico, pode-se ver que o homem alcança e é em suas laboriosas aspirações por auto realização, e em seus contínuos fracassos.

Se a grandeza é o resultado das grandes metas que alguém se propõe, e de grandes feitos que pratica, então é preciso atribuí-la incontestavelmente ao homem de hoje. Com a mobilização de sua energia, ele está no ponto de colocar sob seu domínio, ainda que de forma relativa, a parte do cosmo que lhe é acessível, ou, em outras palavras, imprimir-lhe sua marca humana. Ao mesmo tempo envia todos os esforços numa busca angustiante e sempre infinita por compreender a si mesmo. Daí a tentativa incansável de penetrar nos inícios da história, do pensamento, da arte e da língua.

O homem abre o peito com força numa procura, foge das armadilhas da mata escura, numa procura que nunca chega ao fim. Procura “elucidar as leis do comportamento individual e da espécie humana, de compreender a relação do indivíduo com o mundo histórico-social, e de fazer com que tudo isso possa ser calculado, dirigido e disponível”. Assim, portanto, o homem de hoje está a ponto de elevar-se, com seus conhecimentos e sua ação criadora, acima de sua ligação à natureza e, como Freud e Lacan previram, de arrogar-se, com o auxílio das ciências e da técnica, o papel que, segundo os teólogos “conservadores”, era exclusivo de Deus.

Naturalmente muito há a ser dito sobre esses discursos, sobre o que ele deixa de pensar e sobre seus limites, sobre as pulsões que movem seus locutores. O que me interessa mais especialmente, contudo, é a maneira como eles revelam uma transformação do pensamento de esquerda e, sobretudo, do humor que reina no tempo e espaço das teorias críticas. Esses enunciados atestam efetivamente a influência cada vez mais forte de um paradigma, ou melhor, de um modo de problematização. Eles se baseiam em um tipo de percepção para a qual o negativo seria a “anomia”, a “desregulação”, a “desordem”, etc. e o inimigo, a “decomposição” de nossas

sociedades, a “destruição” do mundo comum, a “diluição” e a “atomização” sociais.

Um Concílio sempre traz consigo uma perspectiva de significado histórico através do qual a Igreja é levada a repensar suas concepções, em se tratando de uma visão de mundo cosmopolita, e pela qual reordenar à luz de cada época suas posturas frente ao cristianismo a partir de seus princípios teológicos, filosóficos e, sem esquecer, novos paradigmas de comportamentos sociais, culturais e éticos que possam adaptar e condicionar o magistério da Igreja sem fugir dos contextos históricos sempre dinâmicos às exigências de sua caminhada pela história.

O papa João XXIII, através da convocação do Concílio Vaticano II, procurou fazer com que a Igreja assimila-se e se abrisse para os novos tempos pós-Segunda Guerra Mundial, onde os valores e as concepções sobre a dignidade da pessoa humana estavam em profunda crise existencial. Após sua morte, e, apesar de alguns percalços sob o pontificado de Paulo VI, inevitavelmente a Igreja se rendia às perguntas e as necessidades de oferecer respostas que o mundo ocidental naquele momento pedia, sobretudo, quando falamos da Europa Ocidental.

Passada a crise e descrédito do liberalismo político e econômico, em especial pelas crises do capitalismo e, destacando a depressão econômica de 1929, acrescentando a isso os terrenos férteis para os regimes políticos totalitários de “direita” como o Fascismo e o Nazismo pelos quais e com os quais a Igreja Católica foi conivente por uma questão de sobrevivência histórica, nos parece claro afirmar que as conjunturas e estruturas sócio-político-econômicas em seus sentidos mais amplos, pediam a Igreja uma renovação sem precedentes na sua história. O Concílio Vaticano II foi a resposta que a Igreja encontrou e ofereceu aos novos tempos.

Historicamente é sempre necessário reinventar os velhos conceitos pressupostos paradigmáticos que possam definir, ainda que de forma relativa, o que se entende como pessoa humana em contato com o mundo e pelo mundo transformando-o. Já vimos que o cristianismo é uma religião histórica e por isso deve estar sempre aberta a tudo aquilo que é humano

em suas diversidades de fé, espiritualidade, diálogo inter-religioso e culturas. Os antropólogos certamente veem com bastante simpatia esses pressupostos.

Em meio a Guerra Fria com uma polarização ideológica ao extremo, as conquistas científico-tecnológicas pelo homem em suas corridas as descobertas do espaço e uma corrida armamentista às armas convencionais e nucleares, os ecos ainda insistentes da Revolução socialista cubana, e a contínua reconstrução da Europa pelo plano Marshal, faziam com que a Igreja se reposiciona-se não apenas em questões de fé e teológicas, mas, sobretudo, em se posicionar de uma forma mais veemente em relação aos planos mais abrangentes das sociedades humanas.

O ponto culminante de todo esse processo contextual seria mais decisivo do início dos anos 1970 até 1991, ou seja, do princípio da estagnação econômica da URSS e dos países do leste europeu [a cortina de ferro], e da profunda efervescência ideológica revolucionária na América Latina, em especial na Nicarágua e em El Salvador. Nenhuma convicção de fé, espiritualidade, religiosidade em se tratando de convicções teológicas não podem ser entendidas como divorciadas da historicidade na qual estão inseridas. O mundo e o homem que está nele e com ele só podem ser abordados cientificamente em sua totalidade. Todo conhecimento é totalizante.

A condição de ser político é inerente ao homem, portanto, a participação política, a promoção da dignidade da pessoa humana e a justiça social não podem caminhar divorciadas. Dizer que a política é um meio de mudanças é um crime simplório de reducionismo e um procedimento de vulgarização e de pedagogia muito cômodo.

A participação política é uma necessidade imprescindível da natureza humana. É necessário ter sempre em conta que a ordem social é ordem humana, ordem de pessoas que sabem pensar e possuem vontade, convicções, e que se acham em constante movimento. Por esse motivo a ordem social não pode ser confundida com uma simples arrumação das coisas, muito menos que cometamos o equívoco de confundir meras reformas com mudanças na acepção da palavra.

Não se pode conceber que nas sociedades humanas se estabeleça distinção entre os que arrumam e os que são arrumados. Nós homens e mulheres são os senhores da história, e, para tanto, nenhum dogma religioso ou político, como também cultural-ideológico, podem estar acima da condição de dignidade humana. Nenhum poder seja ele político-jurídico legal jamais pode estar acima do homem obra, e semelhança do criador.

O Concílio Ecumênico Vaticano II através da *Gaudium et Spes*, *Lumen Gentium* e da *Encíclica* de encerramento do Concílio em 1965, falo da *Humanae Vitae* do Cardeal Giovanni Batista Montini, que teve pelo menos por objetivo em excelência abrir a Igreja Católica para pensar a dinâmica, a dialética, e os cursos inacabados e desconfortáveis da história. Precisamos nos resignar as incertezas da história. A história não tem pressa. A Igreja nunca é, ao contrário, ela está sempre sendo.

Diante dos contextos de polarização ideológica entre o capitalismo e o comunismo desde 1947, período que engloba a Guerra das Coreias, a crise dos mísseis cubanos e os golpes militares de direita no Cone Sul, a caça às bruxas nos Estados Unidos, e os confrontos geopolíticos entre os países da Europa Ocidental e Central com os países do leste europeu, como também a construção do muro de Berlim que novamente dividiu a Alemanha, os movimentos estudantis de esquerda na França de 1968, etc. Posso dizer que esta tormenta política e ideológica provocou fortes repercussões na vida da Igreja.

Não se pode pensar a história de forma fragmentada e acreditar que se está fazendo ciência. A religião é uma manifestação cultural do ser humano com reflexos éticos, políticos, os quais repercutem em todas as esferas da vida individual e social do homem. Portanto a Igreja Católica é fruto das condições históricas em que ela foi gerada lenta e sistematicamente ao longo dos séculos.

Nem todos os padres conciliares queriam renovação da Igreja. Ela continuaria a ser entendida, apenas por um segmento ao redor do Arcebispo Lefebvre, como uma entidade exclusivamente Mas, a Igreja Católica teve um papel fundamental e decisivo através do *Opus Dei* e da *Legio*

Mariae sob o Slogan Deus, Pátria e família para apoiar e dar sustentação aos golpes militares em 1964 no Brasil, em 1973 no Chile com Augusto Pinochet e em 1976 na Argentina contra a presidente Isabelita Peron. Mede-se a Igreja não só pelo seu poder econômico e político, mas, também, pela ideologia que ela defende e só interessa as classes dominantes. espiritual, a cima do mundo e fora da história. E entre os muitos que queriam a sua renovação, nem todos manteriam o olhar nos milhões de pessoas empobrecidas e oprimidas nas periferias do mundo.

O papa João XXIII havia aprendido ao longo da sua vida a prática do diálogo e do ecumenismo, com sensibilidade as questões mundiais, buscando principalmente o fim do colonialismo europeu e a superação da Guerra Fria. Na Bulgária, especialmente, para onde fora enviado por Pio XI como visitador apostólico, sua missão constituiu-se num fértil aprendizado. Ali ele passou a rezar com os Ortodoxos orientais em língua eslava, como também em Istambul abriu-se ao diálogo com os muçulmanos.

Aos judeus devotou respeito e relação fraterna. No segundo ato de seu pontificado, fez com que fosse retirada a expressão *pro perfidis judaeis*, que se referia aos judeus como “pérfidos” ou traidores, na tradicional intercessão universal que faz parte da liturgia da sexta feira santa. Além disso, recebeu pela primeira vez um grupo de mais de cem judeus americanos, saudando-os com as palavras bíblicas de José do Egito: “eu sou José, seu irmão”.

Foi com essa abertura à alteridade dos confins do mundo e aos “diferentes” que ele consagrou a categoria teológica dos “sinais do tempo”, isto é, dos acontecimentos marcantes de cada época ou tempo, através da qual Deus fala. Ele próprio indicou três desses sinais a gradual ascensão socioeconômica das classes trabalhadoras; o ingresso da mulher na vida pública; o fim do colonialismo secular, sobretudo a partir de 1912, a crise liberal capitalista burguesa e todos os paradoxos e antagonismos de identidade do projeto revolucionário burguês dividido entre o totalitarismo estatal e o liberalismo sionista cujo período marcante foi de 1908 até o fim

da *Belle Époque*, o que só pode ser compreendido nos fatos históricos de longa duração desde 1517 até 1945. A história não tem pressa.

A Igreja assim como o cristianismo é o resultado, ou os resultados dispares e amplamente diversos cujo bojo doutrinal traz consigo precedentes históricos herdados desde as mais antigas civilizações árabes-orientais e um profundo legado adquirido pelas civilizações que secularmente constituíram o que oficialmente chamamos de ocidente, uma criação da Igreja Católica.

Do ponto de vista geopolítico e étnico cultural, como também linguístico, é profundamente improvável que alguém possa definir coerentemente o que é o mundo ocidental e suas civilizações dentro de suas diversidades históricas e políticas de identidade. Somente nos princípios dos anos 1960 até meados dos anos 1970, é que a geografia europeia ocidental, e não seria exagero irmos até a complexidade político-cultural e geográfica dos Balcãs, para, mesmo nos resignando as incertezas da história que não é uma ciência exata, percebermos nestes contextos os reajustamentos políticos e econômicos, como também técnicos, que redirecionaram a Guerra Fria. No oriente a derrota Americana na Guerra do Vietnã, na América Latina as ditaduras de “direita” no Brasil, Chile, posteriormente Argentina, sem falar na Colômbia e Peru, e as ditaduras de “esquerda” em Cuba desde 1959, e a no devir na Nicarágua.

Dentro do Vaticano e na Igreja como um todo desde os anos 1950 se produziam com todo afã teologias de “direita”, de “extrema direita”, ou mesmo teologias de “esquerda” e/ou “extrema esquerda”. A América Latina foi um palco impar para esses processos imagético-discursivos em um dado lugar e momento. Tudo isto era o fruto histórico que se desdobrava desde o positivismo até a desconstrução.

No Brasil da década de 1930 até o ápice da década de 1960 a Igreja católica por meio de seus movimentos institucionais eclesiais e de caráter laico, isto de uma forma fantástica e inusitada, é claro que não de forma unanime, migraram da “extrema direita” para a “direita”, da

“direita” para o centro, do centro para a “esquerda” e da “esquerda” para a “extrema esquerda” e a luta armada.

Sobretudo, no período pós-Estado Novo ou Polaco, a medida que existiam na Igreja organizações fascistas como o *Opus Dei* e a *Legio Mariae*, nasciam e cresciam em promoção social e política movimentos de esquerda laicos como a JUC [juventude universitária católica] a JAC [juventude agrária católica em defesa de uma reforma agrária que mexe-se nas estruturas feudais de relações de trabalho e relação de capital e trabalho no campo com justiça social], e a JOC [juventude operária católica], cujos movimentos seriam absorvidos e pensados pela posterior criada CNBBB, e que tiveram participação decisiva nas conduções dos processos políticos sociológicos que culminariam na queda de braço pelo poder entre as “esquerdas” e as “direitas”, a qual já vinha se desdobrando desde 1947, e a própria foi vencida no limiar e culminar deste processo de longa duração em 31 de março de 1964 pela “direita brasileira” historicamente melhor organizada e articulada do que nossas “esquerdas”. Em 64 não houve um golpe, mas sim, um contragolpe.

Os grupos organizados politicamente da Igreja aliados de nossas “esquerdas” fizeram coligação com a UNE [união nacional dos estudantes], e forneceram logística a grupos como o MR-8 e a ANL [aliança nacional de libertação] de Carlos Mariguela. Em São Paulo no bairro de Perdizes, o Convento dos Dominicanos prestaram auxílio aos grupos armados que lutavam contra o regime militar. Portanto, pelo menos ao nível nacional a Igreja institucional estava, como sempre esteve, dividida em se tratando das suas concepções políticas e ideológicas em relação a conjuntura e estruturas sócio-político-institucionais da Sociedade e do Estado Brasileiro. Em toda América Latina, à luz da realidade de cada país, as mesmas divisões internas ocorreram na Igreja Católica.

João XXIII, em sua convocação do Concílio, através da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, estava clara a concepção de “sinais dos tempos” na perspectiva da esperança, com otimismo para a humanidade e o mundo, as realidades humanas terrenas e históricas eram reconhecidas

como tais, com seu valor como lugar teológico, isto é, como fonte de teologia. Entretanto, na herança espiritual legada por João XXIII ao Concílio também estava o foco o tema dos pobres e da Igreja que se faz pobre. O papa bom, como ficou historicamente conhecido, tinha uma profunda convicção de que o testemunho de pobreza daria credibilidade ao cristianismo. Embora com discrição, sua espiritualidade tinha os pobres em absoluta centralidade.

Quando se parte do princípio de que a Igreja Católica assim como o cristianismo são concepções históricas de todos os entendimentos até então construídos e compreendidos filosófica e cientificamente sobre o homem, é prática e exigentemente uma condição de que não estabeleçamos uma dicotomia esdruxula, equivocada, que nos faça perder de vista os prismas políticos, sociológicos, ideológicos e culturalmente estudados antropologicamente, os quais são basilares para a formação do homem como um ser histórico por excelência.

Nos anos 1960 e sua posteridade a Europa começava a perceber os primeiros vislumbres do soerguimento das ideias e projetos sociológicos renascidos no liberalismo político e econômico, e a bancarrota final dos totalitarismos pós-Segunda Guerra Mundial caracterizados por um “capitalismo de Estado, encarnado no Fascismo e Nazismo. Ali estava o útero gerador do que hoje nos convenciamos chamar de Neoliberalismo como ideologia de “Direita”. O Neoliberalismo, martela-se, com efeito, Alteraria paulatinamente o funcionamento dos projetos estatais-políticos e jurídicos dos amplos sistemas de cunho eminentemente sócio-político-econômicos dos reordenamentos ideológicos, sobretudo das sociedades ocidentais.

Redefiniam-se, evidentemente, as regras da economia. Porém, mais grave, subverteria a organização tradicional da sociedade. Toda ordem social se veria abalada por essa irresistível lama de fundo e todas as instituições sobre as quais ela repousa [o Estado, a Escola, a Família, o Direito etc.] seriam afastadas. Uma forma inédita de conceber a

articulação entre a política, o direito e a economia, de considerar as relações entre o individual e o coletivo, que estaria em vias de se caracterizar.

Toda esta dinâmica histórica dialética entrelaçava-se e combinava-se reciprocamente com todos os emaranhados político-ideológicos refletidos pela guerra fria. Este processo complexo já vinha se desdobrando desde os anos 1950 com as guerras da Coreias, a Revolução Cubana e na década seguinte a eclosão da guerra do Vietnã. As mudanças teológicas das dispareas teologias católicas, acima de tudo, as “teologias conservadoras”, e as teologias de esquerda, como por exemplo, as teologias da libertação na América Latina fazem emergir novas teorias e virtudes teológicas ao gosto de cada uma como tentativa de dar respostas aos novos tempos impostos pela história.

Encontramos na Constituição *Gaudium et Spes* [a Igreja no mundo de hoje] do Vaticano II uma tentativa de descrever o homem de hoje em sua historicidade atual:

O gênero humano nunca dispôs de tantas riquezas, possibilidades e poder econômico. No entanto, uma parte considerável dos habitantes da terra padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram antes um sentido de liberdade tão agudo como em nossos tempos, mas ao mesmo tempo aparecem novas formas de escravidão social e psíquica. Enquanto o mundo percebe tão vivamente sua unidade e mútua dependência de todos numa necessária solidariedade, e ei-lo contudo gravemente divididos em partidos opostos e muitas das vezes antagônicos entre si, por forças que lutam entre si [G. S. 4, d].

Esperava-se que o resultado de tamanha atenção dedicado a um mesmo assunto fosse uma produção particularmente rica e inventiva. Infelizmente, assistimos sobretudo a uma uniformização e a uma limitação da vida das ideias. Com efeito, na quase totalidade dos setores dos níveis intelectuais, circulam análises decalcadas umas nas outras, mobilizando as mesmas percepções e as mesmas grades de leitura. Em outros termos: atualmente a questão do neoliberalismo atua como um fator de erradicação das divisões teóricas e políticas. Em vez de desencadear uma

multiplicidade de interpretações contraditórias, ela suscita sentimentos análogos em pessoas de quem poderíamos esperar que tomassem posições distantes, até mesmo antagônicas.

Na abertura da miríade de textos que se arrogam o projeto de denúncia do neoliberalismo, encontramos assim, quase sistematicamente, o mesmo argumento em forma de lamentação: atualmente, tudo que deriva de uma lógica de “comunidade” estaria sendo erodido em nome de uma lógica de individualidade e particularismo. O neoliberalismo instauraria o reino do egoísmo, do auto retraimento. Colocaria em primeiro plano o interesse particular e o “eu”, em detrimento do “nós”, do “social”, da “instituição comum”. Por conseguinte, a moral, a religião, a política, o direito etc. perderiam sua força normativa e integradora. As relações de reciprocidade, de dom, de assistência se desgastariam e seriam pouco a pouco substituídas por relações mercadológicas. Esse fato de longa duração desemboca no limiar da última década do século XX. Todas as concepções ético-morais e culturais, numa palavra, os conceitos e “condições imperantes” do que se entende pelo “bem” e pelo “mal”, não são coisas e causas absolutas. Ai sim, chegamos ao cerne daquilo que se entende por práxis.

Não é exagero nem paixão exacerbada pela história se afirmo que a gênese histórica dos desdobramentos acima relevantes, afirmar que suas origens estão presentes na segunda metade do século XVIII. Ainda assim, mesmo dentro da religião organizada, institucionalizada para atender aos “padrões sociais e culturais, como também morais à luz de sua época, ao menos dentro da Igreja Católica Romana, da Protestante e da Judaica, agiam os sapadores e minadores do liberalismo. Na Igreja Romana, seu principal campo de ação era a França, e sua figura mais importante, Hugues Feliciè de Lamennais, que caminhou sucessivamente desde o conservadorismo romântico artístico-literário e histórico cientificamente falando em termos disciplinares, até uma idealização revolucionária do povo [o terceiro estado], o que o conduziu para perto do socialismo. Espero que os professores de línguas e literatura não ignorem este contexto robusto que abrangem sua área.

Sua obra *Paroles Dum Croyant* criou tumulto no seio dos governos que não esperavam uma punhalada pelas costas com uma arma tão digna de confiança para a preservação do Status Quo, quanto o catolicismo romano. Seu autor não demorou a ser condenado por Roma. O catolicismo liberal, portanto, ainda gatinhando sobreviveu na França, um país sempre receptivo as tendências eclesiásticas, que estivessem em pequeno desacordo com a Igreja de Roma. Também na Itália, a poderosa corrente revolucionária, mesmo bastante miúda, em interação com os contextos revolucionários de 1830-1848, sob os auspícios frenéticos do romantismo, arrebanhou para suas fileiras alguns pensadores católicos, como Rosmini e Gioberti, paladinos de uma Itália liberal unificada pelo papa. Entretanto, o corpo principal da Igreja Romana era cada vez mais militantemente antiliberal.

As minorias e seitas protestantes estavam naturalmente muito próximas do liberalismo, sobretudo em termos políticos: ser huguenot francês equivalia a ser um liberal moderno. Guizot, o primeiro ministro de Luís Felipe, foi um deles]. As Igrejas estatais protestantes, como a Anglicana e Luterana, eram politicamente mais conservadoras, mas, suas teologias eram talvez menos resistentes a corrosão da erudição bíblica e da investigação racionalista. Os judeus, naturalmente, estavam expostos a toda a força da corrente liberal. Afinal de contas, eles deviam sua emancipação política, social e jurídico—cultural internacionalmente a ela.

Assimilação cultural étnica e política era o objetivo de todos os judeus emancipados. Os mais extremistas entre os emancipados abandonaram sua antiga religião em favor do cristianismo ou do agnosticismo, como o pai de Carlos Henrique Marx e do poeta Heinrich Heine que, entretanto, descobriu que os judeus nunca deixam de ser judeus; ao menos para o mundo exterior, embora deixem de frequentar a Sinagoga. Os menos extremistas desenvolveram uma atenuada forma liberal de judaísmo. Somente nos obscuros guetos orientais, o Tora e o Talmude continuaram dominando a vida virtualmente inalterada das pequenas cidades.

Todo este processo rico em emaranhados sócio-político-econômicos, culturais em seu sentido mais amplo de complexidades analíticas de “mentalidades”, como parte jamais divorciável do corpo histórico, sempre voltado fielmente para o prisma dinâmico, dialético, analítico e cronológico, em que passou a construção dos modelos sociais aburguesados para uma sociedade que, em um processo lento e gradual secular, desde o século XIII, deveria a pósterio criar, sobretudo para as civilizações ocidentais presa a um legado greco-romano e judaico-cristão, ao Renascimento cultural, científico, filosófico, artístico e técnico, e, por que não, urbano e comercial, ou seja, vale muito a pena relevar que destro de todo este processo histórico contextual nasciam os intelectuais como entendemos hoje no ocidente e, nos lembrar que os historiadores brasileiros Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior tinham razão: “As mudanças econômicas são o motor da história”. Tudo o que abordei sobre o Renascimento e os legados das civilizações orientais e ocidentais clássicas, passam por aquilo que todo homem ao nascer deve necessária, fundamental e impreterivelmente ter acesso: o econômico. O Homem antes de fazer política, religião, arte, cultura, filosofia, ciência, ele precisa primeiro lhe ter assegurado o que comer, vestir, casa para morar e uma família equilibrada, educação de qualidade respaldada em concepções psicopedagógicas humanistas.

Naturalmente muito haveria a dizer sobre esses discursos, sobre o que ele deixa de pensar e seus limites, sobre as pulsões que movem seus locutores. O que me interessa mais especialmente, contudo, é a maneira como eles revelam uma transformação do pensamento de “esquerda” e, sobretudo, do humor que reina no espaço da teoria crítica. Esses enunciados atestam efetivamente a influência cada vez mais forte de um paradigma, ou melhor, de um modo de problematização: eles se baseiam em um tipo de percepção para o qual o “negativo” seria a anomia, a desregulação, a desordem etc., e o “inimigo”, a “decomposição” de nossas sociedades, a “destruição do “mundo comum”, a diluição e a atomização sociais”. Inversamente, esse quadro define como uma “necessidade

positiva a restauração da convivência, a ambição de restituir sentido à instituição coletiva”, e a reconstrução do “laço social”.

Em se tratando de toda psicosfera de coexistência social humano-histórica, constatamos que todos os elementos que alicerçam nossa condição individual e coletiva que antes e acima de tudo são construções históricas [a família, a escola, a igreja que adotamos, a política, etc.] sempre estão a mercê das exigências históricas reivindicadas pelas “verdades e realidades de cada momento imagético discursivo”. O homem não é, ao contrário, ele está sempre sendo.

Uma coisa é pensarmos a vontade de João XXIII de que o tema dos pobres e da Igreja pobre fosse o eixo da constituição sobre a Igreja, e que a mesma só foi captada e entendida por um segmento bastante minoritário dos padres conciliares, nos possibilita pensar historicamente o fato de que não existe “a igreja como quer Gustavo Gutierrez, mas sim uma igreja existente e construída sistemática e de forma em tijolos dispare a realidades de cada povo-civilização-testemunho em um dado tempo e lugar”. Eis um objeto de pesquisa interessante para os antropólogos, teólogos e filólogos.

Assim mesmo, com toda essa evolução eclesiológica, o Concílio Ecu-
mênico Vaticano II esteve e ainda está longe de tomar, adotar como práxis de vida esse tema como eixo. Como observou o cardeal Lercaro, faltou destacar o lugar dos pobres enquanto povo de Deus, enquanto protagonistas e sujeitos da história. Não obstante, o “papa bom”, com um breve pontificado, mas sendo precursor sintonizado com as humanidades dos tempos modernos e/ou pós-modernistas que consumaram a transição definitiva do positivismo e do estruturalismo de Claude Lévi-Straus para a Era da desconstrução, ou seja, foucaultianos. A Santa Sé deixava um espaço aberto para o enfrentamento da problematização dos países subdesenvolvidos e para as teologias da libertação, que logo viriam à tona. Teológica, filosófica, exegeta e hermenêutica como também filologicamente e historicamente, mais uma vez a Igreja buscava sobrevivência e legitimação histórica, a primeira das ciências humanas segundo Michel

Foucault. Como sabemos o “papa bom” faleceu após a primeira sessão do Concílio em 3 de junho do ano de 1963. Mas, é preciso ter paciência histórica para poder se ter fé.

Imediatamente, o concílio seguia em marcha graças ao seu sucessor Paulo VI. Isso influenciou para que a Igreja se despisse de sua velha imagem milenar de senhora autossuficiente, para entender-se e agir como servidora da humanidade? Esse suposto novo posicionamento perpassou o discurso sóbrio/nebuloso de Paulo VI no encerramento do concílio, ao qual já aludimos: o Concílio, desafiado pelo “humanismo laico e profano”, o qual foi totalmente penetrado por “um imenso para com os homens”. Fez descoberta e consideração renovada das necessidades humanas na acepção mais profunda das palavras.

O Concílio centrou sua orientação no serviço a pessoa humana como ela é, situada como agente e paciente do seu tempo presente em comunhão com a objetividade e subjetividade que constituem nossa existência histórica em contínuos rumos. Ao voltar-lhe toda a atenção, abraçou um humanismo novo. E já que a mentalidade moderna julga todas as coisas sob o aspecto da utilidade, “deverá admitir que o valor do Concílio é grande ao menos por isso: todo ele se orientou à utilidade humana”.

Entretanto, na visão de João XXIII, essa Igreja servidora da humanidade teria que dar um passo além: ser Igreja dos pobres para ser de todos, encarnar-se na particularidade para lançar-se na universalidade. O homem é a ponte, não se pode entender o supra-humano, sem antes que isso entender e alcançar plenamente o humano. O homem é a síntese. Precisamos agarrar as coisas pela raiz, e a raiz para mim é o próprio homem. É preciso ter fé e ser concomitantemente humanista ao mesmo tempo, pois fora disto não há sentido.

Os porta-vozes desta moderna autoconsciência do homem são Michel de Montaigne, Descartes e Blaise Pascal:

O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo. Um vapor, uma gota de água basta para matá-lo. Mas mesmo que o universo o

esmagasse, o homem seria ainda mais nobre daquilo que o mata, porque sabe que morre, e sabe a vantagem que o universo tem sobre ele. O universo desconhece tudo isso (Pascal, pensamentos, Ed. Du Seuil, 1962).

Das periferias do mundo, chegaram ao Concílio clamores e esperanças dos bilhões relegados à pobreza. Entre seus porta-vozes estavam principalmente os que se organizaram e se articularam nas bordas das comissões e da assembleia conciliar como redes eficazes de intercâmbio, por conveniências políticas-teológicas de influências. A rede da Igreja dos pobres nasceu já na primeira sessão do Concílio. Seu grupo inicial constituía-se num contingente maior de prelados da América Latina: vinte, dos quais nove eram do Brasil. O grupo de brasileiros, peruanos, argentinos logo passaria a ser o mais numeroso.

Já na primeira reunião fixou-se o objetivo, através da fala do Cardeal Gerlier, que era o de fazer com que o problema da evangelização dos pobres e do apostolado no meio operário estivesse no centro das preocupações conciliares. Para termos uma compreensão dessa rede, seguimos aqui principalmente a interpretação histórica de Demis Peletier. Embora, contando com as intervenções do Cardeal Lercaro, a rede Igreja dos pobres nunca teve status quo oficial no âmbito do Concílio. A Igreja Institucional oficial jamais fará opção pelos pobres porque ela está baseada na hierarquia e não na hierodúlia. Na Europa pós 1830 a 1848 e, sobretudo, na *Rerum Novarum*, a Igreja volta seus olhares para as questões sociais e problemas políticos e econômicos nos quais orbitavam os valores liberais burgueses aos wuais de uma vez por todas a Igreja Católica Romana se converteria, podemos ao pensar a história de todas as civilizações da seguinte forma: Capital e trabalho são duas coisas historicamente irreconciliáveis.

Todos os passos da Igreja Católica em todo o seu diversificado corpo doutrinal, seus maneirismos, passam pelo crivo e as lições da história. Então pergunto, o que é a história então? Seguindo-se a tradição, devemos principiar seu estudo com esta pergunta de difícil resposta. O bom senso exigiria, de preferência, que cada um responde-se por si mesmo, após seus

estudos universitários, e, de maneira mais segura, depois do ofício de historiador realizado, ou melhor, em perpetua gestação. Tanto mais o quanto se trata de um desafio excessivamente escorregadio, pois, mil vezes lançado, obtém-se mil respostas diferentes.

Nesta efervescência de posições teológicas e ideológicas, endossadas pelas concepções de história dos padres e bispos conciliares. Cada padre já constituía um nó de relações complexas, também chegaram ao Concílio muitas redes já existentes, como a rede latino-americana do CELAM, as das conferências de Bispos de diversos países, aquelas por Ordens e Congregações religiosas, outras por nacionalidade, por línguas, a rede de Bispos ligados aos movimentos leigos. Mas, também, se formaram outras redes não oficiais durante o Concílio. Entre posições e condicionamentos políticos e ideológicos, fossem de “esquerdas da Igreja” ou, mesmo de suas posições de “direita”. A Igreja é uma arca de Noé, tem de tudo um pouco.

Embora a Igreja tenha conservado uma distância crítica frente ao espírito da Idade Moderna, e tenha condenado peremptoriamente uma série de suas manifestações, contudo a sua espiritualidade cristã foi por ele fortemente influenciada; começando, precisamente desta forma a atuar com novo rigor princípios e motivos originariamente cristãos. Assim, operou-se no interior da heterodoxa Igreja, não monolítica, portanto, ainda sob forte influência da mística barroca, o que reflete uma volta ao “EU” como último fundamento relacional das experiências e dos atos religiosos.

O resultado final concluído do Concílio Vaticano II e muitos de seus êxitos e valoração de avanços históricos inegáveis, não conseguiram ser uma cortina de fumaça capaz de escamotear, ofuscar as inúmeras tendências teológicas e político-religiosas das inúmeras correntes eclesiológicas teológicas que militam, entre leigos e sacerdotes, adotando princípios e conceitos básicos, e, até de forma mais abrangente, ao nível intelectual das políticas pastorais catequéticas sob a liderança do laicato e do âmbito clerical, nos fazer entender a ampla dimensão da historicidade da Igreja Católica. Jamais existiu uma só doutrina religiosa, historicamente falando, que fora pura, original e uma.

Paulo VI foi um homem atento aos acontecimentos de sua época. Seu maior legado foi a sua capacidade de pensar o seu tempo, diante das transformações que estavam acontecendo. Ele assumiu uma atitude de diálogo com os diversos extratos sociais, tanto do ponto de vista das diversas religiões como dos avanços da ciência e da técnica modernas. O pontificado de Paulo VI foi marcado por profundas transformações na Igreja e na sociedade de um ponto de vista sociológico, da ciência política, antropológico, ético, etc. Logo percebemos que não se pode estudar e aprender teologia, sem concomitantemente aprender história. No pontificado de Paulo VI, superou-se historicamente a *Encíclica* papal de Inocêncio III que advogava ser a salvação uma exclusividade da Igreja Romana. “A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente disse Le Goff”. A interpretação sobre o que se entende por evangelização no mundo mudou. A realização do Sínodo dos Bispos sobre evangelização e respectiva publicação da exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, levaram essa compreensão e as construções de condições históricas que possibilitaram assim, o que o papa Francisco denomina de diálogo inter-religioso. Entretanto se confrontarmos os dogmas católicos com os dogmas protestantes em relação aos evangelhos, sem dúvida teríamos fortes antagonismos irreconciliáveis historicamente.

Ética, ciência e poder: uma indagação nas raízes da moral

A ciência atual não é sinônima de pura racionalidade, sobretudo no plano das ciências humanas e sociais; é uma racionalidade constantemente testada, confirmada temporariamente e corrigida pela experiência. A ciência que permitiu o extraordinário surto de tecnologia do século XX não é pura elaboração racional, é dialética entre o empirismo e a especulação. Entra nela, lógica chamada a “arrumadeira da ciência” pelos neogóticos americanos, e matemática, mas também experiência com todo o seu peso de mistério inexplorado. Se assim for não podemos admitir uma ética, ainda que “científica”, que seria “pura teoria”, “pura racionalidade”, sendo a ética por definição disciplina da práxis humana. Todas as éticas têm alguns elementos comuns, alguns postulados talvez, ou princípios ou possivelmente regras. Estes elementos não são necessariamente os mais óbvios ou os mais afirmados; podem estar escondidos e latentes. Sua extensão foi exagerada pelas escolas tradicionais; foram exageradamente restritas pelos etnólogos, filólogos, antropólogos e linguistas de nosso tempo histórico dialético.

A prática pode ser considerada idêntica à teoria [na linguagem realista, porque na linguagem convencional é preciso afirmar o contrário: deve ser considerada idêntica...], porque na prática a teoria é outra. Só escrever isto é quebrar um tabu; pouco importa. Se alguém pretende que para determinada ética a teoria e a prática se confundem, é provavelmente porque a prática sendo nula a teoria segue o mesmo caminho nos níveis de abstração; se assim não for, a identidade deve ser provada, o que não

seria tarefa fácil. Um dos parâmetros que distinguem uma moral de outra é, por conseguinte a relação ou a equação que une teoria e prática do mesmo sistema de valores práticos. Se a prática tivesse identificado a teoria e participado “de sua perfeição”, presumimos que o cristianismo já teria conquistado o mundo pela excelência de sua caridade divina. A prática revela que isto ainda não ocorreu.

Esta reflexão sobre a ética como disciplina científica nos leva à distinção clássica entre moral e moralidade. Para o moralista teórico, progresso da moral talvez signifique progresso na especulação moral, progresso que é sustentável, senão evidente; progresso na moralidade efetiva é mais difícil de se discernir na história das civilizações. Moral teórica e domínio de conceitos, moral exercida é domínio das ações humanas, ou seja, campo refratário pelos próprios agentes. A batalha “vencida” em nível de ideias não está ganha em nível de atuação eficaz. O mal do mundo alimenta-se muito mais em falta de práxis [ortopraxia] do que em falta de teoria [. ortodoxia] e todo teórico lúcido frequentemente se pergunta se não perde tempo.

A teoria inclina-se necessariamente por uma questão de sobrevivência para a análise qualitativa de problemas marginais, de situações excepcionais, talvez novas, para a solução de enigmas raros e complexos, como faria uma cirurgia de vanguarda para estender o saber a zonas ainda obscuras [complexo da esfinge de Tebas]. A prática moral abraça a quantidade imensa das ações diárias, oferecendo pouco embaraço teórico quanto ao rumo que serve ao bem individual e comum; como a medicina que debela as doenças sofridas pelo povo, na grande maioria dos casos, tem simplesmente de aplicar terapias conhecidas, técnicas possuídas desde há muito tempo e não das mais raras. Considerando distintas essas duas atividades éticas, da teorização e da implementação, haverá casos nos quais o investimento exagerado numa das alternativas estará prejudicando a outra? Não se vê por vezes o rigor dum moralismo rígido exigir anuência e obediência as suas regras, ocultando o arbítrio de seus tabus?

Tendo em vista os dados aqui reunidos e nos quais a figura do poder institucionalizado político, religiosa, econômica, cultural e pedagógico

andam articulados historicamente. Podemos dizer que, partindo da teoria, falta à mediação de certo “poder” para obter sua implementação à luz das exigências históricas de cada época. O estudo da dicotomia não prescinde, por conseguinte de uma reflexão sobre o que é o poder. A prática não se equipara à teoria, por falta de poder ou eficácia, isto é, de uma força ou capacidade concreta de realização efetiva. Por outro lado, contrastante e antinômico, observamos que o poder é sempre o de distinguir e desunir teoria e prática.

Entre a teoria e a prática, entre o princípio abstrato e a aplicação, estende-se o campo confuso das condições históricas capazes de permitir a ação, condicionamentos que vêm do passado ou situações que influem na oportunidade e relevância de toda atuação específica. Estas condições históricas podem ser elaboradas em articulações intermediárias, estratégicas ou táticas, meio teóricas e meio práticas, como por exemplo, “a política eclesiástica” na atuação da Igreja ou “a casuística” quando se trata de uma questão de sobrevivência da Santa Igreja “na direção da consciência libertadora”. O esquecimento destas mediações provocou a reação da “ética de situação” cujo processo está incluído na moral de São Tomás de Aquino, quando está considera três elementos fundamentais que interferem na bondade de uma ação do homem: a intenção do agente, o conteúdo material do ato e as circunstâncias históricas. A radicalização moral pode ser uma forma de fanatismo.

Quanto profundas as evidências éticas são em geral indemonstráveis; por isto suscitam defesas fanáticas e divergências espantosas. O problema não muda muito quando passamos da conduta e pensamento secular e racional às normas mais ou menos implícitas na Revolução. A força dos espíritos sectários consiste em afirmar, não sem razões lógicas e apoios textuais, regras absolutas que não toleram contestações ou exceções. Esta força converte-se em fraqueza na hora de convencer uma população mais adestrada liderada por cabeças pensantes, nas argumentações críticas, que secularizam-te, eventualmente redutoras. Sendo o problema moral concreto na maior parte das vezes redutível a um conflito de valores e

sentidos as condições culturais e existenciais mais amplos; a dificuldade essencial não reside na legitimidade de determinado princípio, mas na delimitação de sua área de vigência. Está, portanto, incluída aí a questão espinhosa de saber se e quando ele sofre exceções.

Basta então, refletir sobre a exegese da proibição do homicídio ou do divórcio, regras aparentemente absolutas e de fácil compreensão, para suspeitar a complexidade da aplicação de todo e qualquer princípio moral. Seja, por exemplo, a questão de saber se a Igreja pode ordenar mulheres sacerdotisas; decisiva para se disser se o comportamento de Cristo, num ponto como esse, era simplesmente cultural ou absolutamente normativo para todos os tempos, todas as culturas, não apenas é uma questão de magistério e poder de decisão da Igreja, mas acima de tudo uma condição histórica por excelência. Toda a produção de conhecimentos e experiências existenciais humanas, institucionalizadas ou não, passam pelo crivo da história.

O conceito que se apresenta mais espontaneamente na mente para servir de ponte entre a teoria e a prática é sem dúvida o conceito de práxis. Não pretendemos voltar sobre sua teoria, que já suscitou ampla biblioteca. Corresponde na linguagem semita e em particular nos escritos do evangelista João, as expressões “fazer a verdade”, “realizar a verdade”, “guardar a palavra” e outras parecidas: é práxis joanina cristã, cujo evangelho foi escrito do ano 94 ao ano 106 baseado principalmente na tradição oral, no qual encontramos as lições consideradas necessárias pelo evangelista para vivermos de acordo com os ensinamentos de Jesus-Salvador e Kyrios, “Mas aquele que guarda a sua palavra, o amor de Deus está nele verdadeiramente aperfeiçoado: nisto conhecemos que estamos nele. Aquele que diz que está nele, também deve andar como ele andou...” (Jo 8,31-32; 1Jo 2,5-6). A elaboração teológica do conteúdo inteligível da fé não apareceu como fuga deste enraizamento existencial da vida cristã, mas a serviço dele. Uma teologia vinculada à práxis dos cristãos não é uma novidade, prende-se a uma exigência estrutural. Dizia São Máximo, o confessor: “Uma teologia sem práxis é uma teologia dos **demônios**”.

A Idade Média herdou dos gregos o conceito de verdade prática [*Ética a Nicômaco*, Aristóteles] que corresponde ao nosso conceito de “ortopraxis”. Santo Tomás de Aquino elaborou com particular cuidado este conceito de práxis na parte moral da *Suma Teológica*: Teremos que voltar ao conceito de “prudência” que resultou desta elaboração, porque não está provado que ele esteja superado por qualquer outro instrumento que seja melhor. Há bem mais que um século que Marx e os marxistas fizeram do conceito de práxis uma aplicação privilegiando quase que exclusivamente o campo socioeconômico, impregnando suas análises dos postulados do materialismo dialético. Em certa medida serviu esta lição de realismo para a purificação da herança idealista carregada em nossa cultura a partir do século XVII.

A distinção feita entre “práxis criadora e práxis reiterativa” é aceitável: o marxismo valoriza a práxis criadora enquanto este trabalho focaliza obviamente o fator cultural enquanto “universo sócio Histórico das mentalidades imagéticas discursivas”, isto é, os processos cognitivos que permitam a assimilação e interação dos homens a partir das condições materiais e imateriais existentes nas suas coexistências sociais mais largas. Por outro lado, destacando os textos acima, a mesma ideologia marxista caiu em erros, cuja crítica foge à nossa presente perspectiva. Por fim, a corrente da teologia política e “da libertação” reatualizou oportunamente o conceito de práxis cristãs ou dialéticas cristãs, em conexão com a elaboração teológica. Nem por isso o problema está resolvido, nem mesmo totalmente esclarecido. Tudo é História.

O cristianismo está acima de todas as ideologias. Não se compromete com nenhuma delas, se bem que possa recolher sob a forma de utopia os valores que possam encerrar. A ideologia tem sempre a pretensão do absoluto. O cristianismo não pode aceitar sua essência. O maior perigo de certos cristãos é o de cair insensivelmente nas redes de uma ideologia que suplantarão progressivamente seu universo de fé. Maior é o perigo entre os sacerdotes, tão acostumados a compromissos incondicionais. Acreditarão ouvir a voz do que chama incondicionalmente nos lábios de Marx, de Fidel

Castro, Hugo Chaves. O marxismo no íntimo é messiânico. É esta a razão pela qual não é por acaso se o marxismo luta contra a esperança cristã, na qual vê uma competição direta. Por isso o cristão sempre se sentirá intranquilo com a injustiça e com a ideologia de Carlos Henrique Marx. A inclinação ideológica que tolda e obscurece a pretensão científica do marxismo, levou-o a descuidar de outros fatores, como o de ordem tecnológica. Apenas, com alma de aventureiros, encontramos alguns marxistas que se atrevem a reconhecê-lo, como é o caso de Garaudy. Sua última obra, *Alternativa*, é esclarecedora. Pena é que, na medida em que esse autor é menos radical e menos crítico do cristianismo, tenha perdido popularidade em alguns meios cristãos.

Com que facilidade se esquece de que Marx não era apenas um estudioso e gênio, mas também um político, que devia refletir e planejar as coisas ao sabor dos acontecimentos e que desejava convencer, organizar, impulsionar, vencer. Se há aspecto de suas análises que abriram novas perspectivas para as ciências sociais e humanas, em uma nova revolução, como a de Copérnico, que romperam muros e sacudiram anciloses, também é certo que nem tudo tem um nível científico, e na medida em que não o seja, o cristão não está obrigado a utilizar esse instrumento. O cristão, quanto aos pontos sérios e objetivos da análise marxista, pode usá-los, não por serem marxistas, mas enquanto forem científicos. O problema está em saber delimitar os campos e conservar uma efetiva independência de espírito, somente possível pelo estudo atento. É necessário fazer a distinção que sugere Gilles Martinet, que reconhece ao lado de pontos coerentes e numa visão de paciência histórica, o resultado de uma rigorosa análise que, se se olham as coisas com o entendimento que em história não há espaços para determinismos, mecanicismos e maneirismos ideológicos, pois hoje podemos concluir que as previsões de Marx acerca do futuro do capitalismo foi um erro feio, esdruxulo. A luta de classes pressupõe a consciência de classes, portanto, onde não há consciência de classe é falácia expor as ideias de luta de classes, sem falar que a teoria da ditadura do proletariado está historicamente superada e Marx está intelectualmente

morto. Em outras palavras, apenas uma parte da análise marxista tem categoria científica. Os teólogos da teologia da libertação precisam refletir criticamente essas conceituações de categoria histórica. Mas, a história não tem pressa e o que ela fez só ela pode desfazer.

Neste contexto revitalizou-se, ou melhor, reinterpretou-se o conceito de “ortopraxia”. Em que consiste esta nova versão religiosa do ditado: “Conforme a música é a dança?” Uma nova epistemologia se pode dizer, pretendem, com efeito, reger a comunidade cristã não mais pelo dogmatismo denunciado na tirania intelectual da “ortodoxia” tradicional, mas pelo esforço intelectual ao se debruçar numa escrivaninha para pesquisas aprofundadas e intermináveis que o conhecimento histórico exige, ou simplesmente pela superficial correção da atuação histórica, isto é, pela “ortodoxia” tradicionalmente deturpadora do caráter e da condição histórica. É relativa à condição histórica às verdades e realidades de seus tempos rumo ao vir a ser, abrindo espaço pela práxis como relação dialética e não ideológica entre “discursos e práticas”. O homem é um ser histórico e só pode ser pensado como tal em contato com o mundo. Em história é preciso sempre se dizer muito mais.

Podemos reunir agora algumas conclusões provisórias: 1] A distinção da teoria e da prática reflete a originalidade do ser humano como transcendendo o determinismo da natureza infra-humana: fraqueza, mas que revela paradoxalmente uma superioridade ontológica [a capacidade de apropriação personalista das falhas hoje reconhecidas no determinismo da natureza]. 2) Os processos que têm por efeito alargar o fosso entre a teoria e a prática não apontam um rumo saudável para a humanidade. 3) Em cada campo poder-se-ia definir melhor a margem viável de oscilação da defasagem entre a teoria e a prática, como numa pesquisa científica determinou-se a percentagem da probabilidade do erro ou do erro provável, normal porque praticamente incompreensível no Estado contemporâneo da ciência e tecnologia. O homem é um animal mais capaz de exatidão no campo da teoria do que da prática. 4) Nestas condições o combate ao

divórcio exagerado entre a teoria e a prática poderá ser melhor orientado e, quiçá, mais eficaz.

Resta-nos ainda definir o que são a teoria e a prática a que aludimos. A “teoria” é um conceito analógico que deve ser entendido como tal neste ensaio; nunca totalmente desvinculado da apreensão dos primeiros princípios inatos. Em Moral e no Direito é a “lei” que comporta diversidades de modalidades; na prática psicanalítica é o “discurso explicativo e operador” [em outro nível é o sistema conceitual e explicativo adotado como quadro psicanalítico]. A teoria pode significar também tudo àquilo que a cultura moderna comporta de ideais, de sistemas explicativos ou operativos, ou puramente gratuitos e não menos questionáveis por isso. O psicanalista Maldo Manzonni disse um dia a pouco mais de meio dia e saborear duas taças de vinho francês tinto seco: “Seguros na armadilha dos sistemas, das técnicas e de um absoluto científico, importantes para relativizar nossos conhecimentos, nós mesmos tecemos em muitos casos a rede da situação paranoica, que constitui os verdadeiros desvios citados por Eric Groom em relação às épocas e das quais, como analistas, estamos longe de escapar”. Dogmatismos, rigorismos morais e ritualistas, laxismo não se equilibram jamais e anulam, mas antes adicionam seus males.

A universal “escolarização” criticada por Illich pode tento ajudar como trair uma sadia prática; pode trair tento quanto servir a um saber teórico sadio. As generalizações teóricas das práticas diversificadas são perigosas. Porém, parece-nos que a teoria que aliena é sempre uma teoria ideologizada, abusiva, prepotente, dogmatizante, e a prática que aliena são sempre uma prática desordenada, desregulada. A libertação como a alienação, pode vir tanto da teoria como da prática, antes de se irradiar no conjunto. Os próprios intelectuais fazem parte do sistema [proibitivo, alienante] do poder; a ideia de que eles são os agentes da “consciência” e dos “discursos” faz parte deste sistema, ao qual todas as construções, político, social, econômico, cultural, filosófico-pedagógicas entrelaçam-se e combinam-se reciprocamente. O papel do intelectual não é mais se colocar “um pouco a frente ou um pouco de lado” para dizer a verdade muda de todos;

é antes de lutar contra as formas de poder onde ele é ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso”. O bom intelectual de “esquerda” deve ser um pouco masoquista, como se vê, na sua “consciência de libertador” das forças instintivas das massas atuantes; talvez nisso abdicasse um pouco de seu malfadado papel de guia.

Quanto às práxis que envolve o Ministério Universal do Clero enquanto o significado histórico dos concílios que, na busca de encontrar respostas para as fenomenologias sociais, culturais e morais-linguísticas de suas épocas, se constituíram e se institucionalizaram como “discursos e práticas oficiais”. Se, por um lado, o Padre deve poder compreender os fieis que pertençam à outra nação, a outra raça ou a outra concepção de mundo, não é menos desejável, por outro, que, para assegurar a própria existência da Igreja e o seu crescimento histórico, nenhum grupo importante de fieis se veja privado definitivamente do ministério sacerdotal ou laico por valores de convicções de pedagogia, de educação em seu sentido mais largo, de política e/ou ideológicos, ou mesmo valores de etnia. Há muitas vezes demos a perceber o que pensamos a este propósito, não só na gênese de nossos “discursos”, mas de um modo ainda mais realista quando encorajamos em toda a parte a formação do clero para o contato com os indígenas, nossos irmãos negros, outras culturas religiosas de fé com nossos irmãos muçulmanos, judeus, Indus e budistas, ou mesmo espíritas e de fé afro-brasileira. O Padre tem necessariamente que ter uma boa formação em História, Antropologia, Teologia e Filologia exegética. Nestes casos a coerência entre “discursos” e “práticas” é fundamental, porém, flexível aos relacionamentos abertos e francos entre as pedagogias dialogais que permitam trabalhar de forma saudável as diversidades humanas.

Não faltam, por outro lado, os espíritos mais sensíveis à afinidade que os une: “a teoria é uma prática” (Michel Foucault); “uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas” (Gilles Deleuze). Teoria são também as ideologias: Gilles Deleuze responde: “não há ideologias”. Discípulos de Lacan

dissolveram, com efeito, as ideologias nas pulsões do desejo e nas correntes do interesse, como nas manifestações do poder, enquadradas nas estruturas sociais de produção. Não faz muita diferença. Pouco importa. O desejo, o interesse e o poder estão na teoria, para fazer dela uma prática, estão na prática, para que ela seja também norma. Nada disso surpreende se teoria e prática vão estruturalmente ao encontro uma da outra: forma na realidade uma totalidade. Então, porque distingui-las? Haverá alguma necessidade ou utilidade nisso? A confusão da teoria e da prática evocaria o mundo mineral, cósmico, intersideral, sem indeterminismo algum; no mundo humano: rotina de total automatismo ou totalitarismo rígido. A distinção da teoria e da prática permite o recuo da consciência e a opção da liberdade, ou reflete este recuo e esta capacidade opcional.

Psicologia e sociologia unem-se para explicar diversas relações que entretêm a teoria e a prática como produções mesmo tempo das profundezas dos inconscientes individuais e coletivos. A dupla teoria-prática forma um tripé com as estruturas psíquicas e as estruturas político-econômicas. A religião se enquadra neste contexto processual como forma institucionalizada de doutrinação e controle social e, assim, chegamos ao um conceito plausível de ideologia a respeito de que escrevia Carlos Gustavo Jung: “A ideologia de cada formação social não tem por única função refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também a de enraizá-la nas estruturas psíquicas dos homens dessa sociedade”. Cabe aos padres da Igreja ter uma visão de mundo largamente capaz de entender estes princípios científicos, a partir de uma concepção histórica pela qual passam todas estas disciplinas e suas aplicações não apenas academicamente, mas, sobretudo, nas coexistências sociais e políticas que envolvem a vida das comunidades. O Padre dominicano Giordano Bruno pensava exatamente assim, por isso, foi condenado pela Prefeitura da Congregação Cristã para a Doutrina da Fé a morrer queimado na fogueira da Santa Inquisição, Inquisição que por sinal ainda hoje existe.

Já por diversas vezes neste livro, tenho insistido que as questões aqui levantadas não são apenas de fé, mas, também, uma condição histórica.

Existe uma necessidade imensa de instruir o povo de Deus de modo a criar condições históricas para que no seio deste mesmo povo nasçam lideranças, cabeças pensantes que apontem caminhos a serem seguidos. Profecia é memória. Para que o clérigo cumpra com a competência desejada o seu dever de ensinar os princípios da Fé e da moral cristã, é deveras desejável que os problemas do relacionamento entre os diversos grupos da atividade social humana sejam adequadamente tratados nos cursos e nos manuais de Teologia. A sistematização desta doutrina obriga os teólogos católicos a um estudo muito mais atento da Ciência da História associada à sociologia e antropologia com relação ao problema que levanto processado à luz da verdade cristã, da razão e da experiência. A relação entre teoria e prática exige uma visão interdisciplinar e dialética das ciências humanas e sociais e seus entrelaçamentos com as artes literárias.

Se, na verdade, desejarmos formar verdadeiramente as consciências, é indispensável pôr à disposição de todos os cristãos, dos mais cultos até aos mais humildes, as ideias claras acerca das responsabilidades recíprocas dos homens e a respeito dos meios convenientes para as adquirirem. É muito importante que todos os cristãos [e não apenas um grupo de elite] conheçam os temas como o da origem dos direitos naturais, da caridade e da justiça nas relações entre grupos de raças e nacionalidades diferentes, assim, como também, de Fé dentro do contexto social, histórico e cultural diferentes, que compõem a dignidade humana, das diversidades espirituais da espécie humana, para além de outras noções. Uma ciência pode não precisar das outras para existir, porém, para explicar a realidade precisa das outras. Entender e vivenciar isto são um conjunto de condições favoráveis que nos permitam fazer de fato com que as “falas imagético discursivas em um dado tempo e lugar da invenção do cotidiano”, possam ligar a teoria à prática.

Quando pensamos na vastíssima variedade das vocações humanas e de suas dependências em relação à práxis dialética de entender que só aprendemos a fazer fazendo, depressa nos apercebemos que cada uma delas, de uma forma ou de outra, oferece numerosas ocasiões de fazer

progredir a coexistência entre os homens. É com a maior satisfação que verificamos nestes últimos anos, a criação de uma grande quantidade de grupos especializados, que aproximam os homens para o diálogo abertos mesmo entre as divergências e convergências como experiências de aprendizado e amadurecimento intelectual, espiritual e de Fé. Entretanto, depois de constatararmos tão longa e tristemente, nas sociedades humanas, os diversos fatores que prejudicam e atormentam a Humanidade, contemplamos por instantes a beleza de suas diversidades que permitem ao homem fazer brotar a História, dissertar sobre a História, e, sobretudo, transformá-la numa gestação perpetua.

Ao consultarmos a história dos albores da história da Era Contemporânea, que deram origem ao desenvolvimento gradual que, nos nossos dias, alcançou o ponto culminante, verificamos logo de início, uma maneira de pensar completamente oposta há dos nossos dias. É o que chamamos de concepção mecânico-atômica da sociedade humana. Então, a razão sentia-se tão segura de si própria, que se julgava protegida quase contra todos os erros. Estava convencida desde os princípios Puritanos das Revoluções Puritanas das décadas de 1640-1660 na Inglaterra com a criação do processo histórico das luzes, tendo assim, descoberto os fundamentos mais plausíveis das ciências, inclusive criando condições históricas seculares para que em meados do século XIX nascessem os estatutos científicos das ciências humanas e sociais. A Crítica histórica é filha do Protestantismo dizia o monge Melancton já citado nesta obra de história e ciências afim. O que a história fez só a história pode desfazer.

Com esses fundamentos geridos, conseguiria estabelecer institucionalmente uma ordem estável, se é que isto tem sido sempre possível historicamente, diante das complexidades do mundo e dos fenômenos sociais. O progresso da história é ininterrupto nos conduzindo a eterna busca pelo “bem-estar universal e a uma paz definitivamente assegurada”. Primeiramente, deveriam ser preenchidas duas condições ou, mais exatamente, deveriam superar-se dois obstáculos e não ter avançado, em plena segurança, para esta obra de ajustamento e de reconstrução da vida

social. Seria preciso, primeiro, criar novas concepções à luz das exigências de cada época sobre a natureza do homem e de tudo aquilo que lhe é essencial; depois, seria necessário classificar, através de análises, no mínimo coerentes, os conteúdos daquilo que se denominam por real, isto é, o próprio ser constitutivo das coisas. O real não é, entretanto, constituído por coisas. Nossas experiências diretas e imediatas da realidade nos levam a imaginar que o real é feito de coisas [sejam elas naturais ou humanas], isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais, oferecidos à nossa percepção e as nossas vivências.

Os professores de história têm o dever e o desafio de ter conhecimentos em todas as áreas que envolvam as ciências humanas e/ou sociais. Dentro dessa demanda os teólogos católicos procuraram atender aos desafios de defender e imprimir nas almas dos homens “as verdades divinas e humanas de seu tempo”; não devem ignorar nem desatender opiniões que, mais ou menos, se apartam do “reto caminho”. Pelo contrário, é necessário que as conheçam bem à luz de seus “discursos e verdades de determinado momento histórico”, ou seja, que os entendamos a partir de determinado “discurso imagético-discursivo em um determinado tempo e lugar de fazer”. Aí brota a história.

Não se podem curar as enfermidades antes das mesmas serem conhecidas; ademais nas mesmas “falsas afirmações” se oculta, por vezes, um pouco de verdade, ou pelo menos, e aí eu assumo minha condição de professor de história à moda Foucault, de verdades e não o que se conveniou chamar de inversão de valores. E, por fim, essas opiniões que estarão sempre sujeitas ao juízo da história que cobrará delas novos elementos à medida que o tempo não para. Essas opiniões sempre incitam a mente a investigar, a pensar e superar o aqui e o agora, e ponderar com maior diligência algumas “verdades teológicas e metafísicas”. Aí a história e o homem transcendem...

O desafio maior que enfrenta o paradigma de que estou tratando é outro, porém, que vai além das ideologias de “esquerda” ou “direita”, tomadas solidamente e isoladamente, ao afetar qualquer visão holística do

social. A bem dizer, tem a ver muito diretamente com todos os demais professores de história, por referir-se ao sentido ou ausência de sentido da História. Refiro-me às afirmações, correntes hoje em dia, da impossibilidade de surgimento de novas ideologias globais e novas teorias holísticas dos fenômenos sociais mais largos, no que vem sendo chamado de “fim da história”[entenda o leitor pensador, tanto a história que o homem faz, se se pretender perceber nela algum sentido, até porque é parece um pouco equivocada a ideia de “sentido da história, quanto a história que os historiadores escrevem, entendida como uma explicação global do social em seu movimento e em suas estruturações]. A melhor resposta a tal desafio seria, é claro, para mantermos uma coerência político-pedagógica, produzir novas teorias holísticas do social que, escapando à parte fundamentada das críticas feitas às teorias disponíveis desse conta das sociedades de hoje.

Os últimos anos do século XIX até os anos 1930 caracterizaram-se, então, por mal estar teórico e epistemológico entre os cientistas das ciências naturais, similar ao dos cientistas das ciências sócias e humanas da atualidade, com agravante, para estes últimos, de que as teorias disponíveis caducaram, sobretudo, porque as ciências humanas contemporâneas mudaram muito intrinsecamente. Vivemos com um pé no mundo ainda presente, mas em vias de superação [o das primeiras revoluções industriais com suas concentrações fabris e urbanas, com sua ênfase na palavra escrita, com suas lutas sociais específicas e conhecidas, e as falas que se construíram a partir desta historicidade] e outro pé num mundo que renasce a cada dia, no qual o computador dar uma contribuição significativa para os novos conceitos de ciências, artes e culturas. Os processos digitais de armazenamento e comunicações de informações.

A literatura não podia deixar de assimilar o fenômeno aqui apontado. A tendência latina de colocar palavras e discursos onde se esperavam às próprias coisas celebradas provocou uma réplica de um escritor francês: “não existe amor, só há provas de amor”. Cocteau, sem dúvida, imitara São João: “não amemos só em palavras e com a língua, mas por obra e em verdade” (1Jo 3, 18). Porém, na linguagem, pouca diferença se encontra

entre o simbolismo da presença e o simbolismo da ausência; a celebração é a mesma. Na teoria, a prática já ocorreu e pode ser analisada. Na prática, a teoria está superada pela realidade enunciada. Neste campo da literatura, cabe citar este trecho da Rainha Morta de Henry de Mossegar: “Dom Eduardo não basta mentir, é preciso mentir de maneira eficaz e também com elegância”. Todavia, como o divórcio entre a prática e a teoria pode ser coisa perfeita, absolutamente perfeita, o rei Ferrete acrescenta pouco depois: “Toda manhã trabalhei em arquitetar no projeto do tratado os meios pelos quais espero fugir às minhas obrigações”. Na mesma cena: Egas Coelho ao rei: com licença, uma observação aos olhos do literato e do professor de história, uma observação. “Desde que usamos nesta carta procedimentos legítimos entre príncipes, embora fossem tidos como atrozidades perfídias entre indivíduos particulares, gostaria que Vossa Majestade falasse de sua honra”. O rei tem razão. É quando a coisa faz falta que precisamos usar a palavra. Dom Eduardo, recomeça a carta para introduzir a palavra “honra”. Uma vez só. Duas ninguém acreditaria mais. Eis uma ligação inseparável entre a ciência e a arte.

Nas memórias póstumas, publicadas em 1974, o mesmo autor tentou explicar num trecho redigido em 1948 porque tinha continuado escrevendo durante a ocupação da França pelos nazistas. Um comentarista observou: “Será que vamos exigir de um escritor, cantor da grandeza, que ele a pratique pessoalmente na medíocre realidade da vida quotidiana”? Embora o problema dificilmente possa passar por novo, a literatura específica a respeito é recente e muito centrada em torno do conceito de práxis, quase monopolizada pelo marxismo. A problemática da práxis recorda a nossa, sem, no entanto, se identificar com ela. É verdade que um problema de sempre costuma emergir em épocas diferentes com inovações conceituais e linguísticas diferentes, apenas reconhecíveis pelo observador atento. De qualquer maneira, limitamo-nos a uma última referência contemporânea. A abordagem precisa ser interdisciplinar, e a obra literária deve ser pensada em consonância com os crivos da história que admite a

vinculação estrutural entre normas e fenômenos socioculturais amplos, porém, nunca definitivos e acabados. É preciso sempre se dizer mais.

No entanto, precisamos abandonar esta concepção de tal modo tranquilizadora e confortável. Devemos nos resignar às incertezas da história, ou seja, de uma disciplina em plena evolução sempre em busca de seu caminho, empenhada nesta busca, enquanto houver historiadores na terra. Pouco a pouco devemos compreender a impossibilidade de pretensões ao título de historiador, sem o cuidado de se assimilarem previamente umas tantas técnicas, um método específico. O método histórico, determinado no decorrer dos tempos, que chegou a “algumas possíveis certezas”, mas continuando a progredir, evoluindo sob nossos olhos. Será necessário, enfim, tomarmos consciência de nossas responsabilidades como historiadores, ou então, mais simplesmente, como professores de história.

Que é a história, então? Seguindo-se a tradição, devemos principiar seu estudo com esta pergunta de difícil resposta. O bom senso exigiria, de preferência, que cada um respondesse por si mesmo, após seus estudos universitários e, de maneira mais segura, depois de atividades pessoais como professor de história. Tanto mais quando se trata de um problema excessivamente escorregadio, pois, mil vezes lançado, obteve mil respostas diferentes. A história é a ciência lastro, isto é, as ordens institucionais políticas, religiosas, jurídicas, pedagógicas e educacionais são postas à prova, quando o assunto é dar respostas plausíveis às necessidades urgentes da história em um dado tempo e lugar, de atender as lacunas existenciais do homem-história. A Igreja só pode ser entendida a partir destes paradigmas.

Bastarão aqui alguns exemplos tomados de historiadores e literatos que viveram no curso de mais de cem anos, ou que são nossos contemporâneos. Para Tolstoi, “o objeto da história é a vida dos povos e da humanidade” [no epílogo de Guerra e Paz]; para Henry Pirenne, “o historiador nada mais é além e um homem que se dá conta da mudança das coisas, pois a maioria das pessoas não tomam consciência disto, e que procura a razão dessa mudança”; para Collingwood, “a história é uma

pesquisa que nos ensina o que o homem fez e, portanto, o que o homem é”; para Arnaldo Toynbee, trata-se do “estudo das experiências e das ações do homem transformando o tempo”. Conviria procurarmos junto aos filólogos as certezas que nos são recusadas pelos teóricos da história? Neste caso, é a própria palavra que nos foge desde que procuramos enfoca-la enfaticamente. É bastante incomodo, procurarmos compreender a abrangência de sentidos e significados do Concílio Ecumênico Vaticano II o olhando apenas pela ótica da ciência histórica. A fé nos confortará graças às virtudes teológicas.

Acabamos de ver como o espaço, através da vida vivida lado a lado pelos homens, é um fator de união entre eles. O mesmo se pode dizer do tempo que age sobre os homens para uni-los. As vidas, em meio aos processos de sucessão, fazem nascerem às tradições, as hierarquias de outrora que vêm à tona para legitimar às atuais, e por elas se constituírem a história. Um número muito elevado coloca, precisamente, por meio desta e demais ligações através dos tempos, à razão mesma daquilo a que chamamos Nação, entendida não em sua formação e crescimento como povo civilização, graças aos seus entrelaçamentos semíticos com outros povos testemunhos civilizacionais. A Igreja tem consciência de uma maneira muito peculiar, do papel importante que a história desempenha neste entrelaçamento coo existencial entre os homens e da eficácia social das tradições e da história como processo em perpetua gestação.

Na verdade, a Igreja está enraizada no tempo, graças, precisamente, à sua faceta humano-histórica sempre em busca de sua condição divina, que viria a ser o seu elemento espiritual, busca histórica porque é obra humana institucionalizada. Ai une-se a ética à ciência e ao poder em seu sentido mais amplo. Deus fez-se homem, não num momento qualquer, mas num momento bem determinado da história, como um mito que sempre nasce e se torna poderoso como resposta para um determinado contexto de lacuna, de vazio existencial, de opressão sofrida pelo povo que vê naquele mito uma referência de possível resposta para suas buscas de sobrevivência e identidade histórica. Quando a história humana alcançou

este momento sublime, então Deus, pela encarnação de seu filho, entrou na nossa história, tomou lugar no seio temporal da vida comum dos homens, como um membro da família.

Para entendermos melhor e mais claramente com conhecimento científico o homem Jesus de Nazaré, teríamos que fazermos um estudo dos trinta e dois evangelhos que nos relatam a vida e o significado histórico da pessoa dele. Segundo o evangelho de Felipe a cabeça, a pedra sobre a qual se edificou a Igreja de Cristo foi Maria Madalena e não Pedro, porém, como a mulher na cultura da época não valia nada, o Concílio de Niceia forjou uma deslegitimação do evangelho de Felipe, Tobias, Pedro e Maria de Madalena. O Jesus histórico foi desprezado e o Jesus da Fé segundo as conveniências da Igreja Católica de Roma tornou-se mais interessante. Como sempre a história é desmerecida disciplinarmente falando. A teoria e a prática estão sempre em divórcio porque seus relacionamentos não são ideológicos, mas, sobretudo, dialéticos. Os equivocados e ingênuos podem até tirar das tradições e dos conteúdos livrescos as verdades históricas, entretanto, a história jamais relegará ao esquecimento e ao ledó engano os fatos processuais de suas existências humano-temporais e pedagógicas. É fato que até o Concílio de Niceia Jesus não era nem sequer um parente distante de Deus pai, e é fato que Jesus com o concílio tronou-se divino da noite para o dia não apenas por efeito de semântica, mas porque estes fatos desde o ano 64 quando começou a ser por técnicas de composição e recomposição dos textos e exegese, a ser formulado o primeiro evangelho; estes fatos socioculturais e linguísticos tornou-se um fato histórico. Distinguir-se-á o pré-texto, o intertexto de um discurso [o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente] de sua intertextualidade [isto, é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas], e isto os historiadores, teólogos e filólogos devem as pesquisas e ratificações dos arqueólogos, paleontólogos e exegetas-hermenêuticos. A Paleografia que nasceu em 1669 também deu uma grande contribuição para os progressos de nossas pesquisas, o que não nos causa surpresa se levarmos em conta que o nascimento desta ciência humana se deveu em

muitos aos Puritanos, Presbiterianos, Batistas das Revoluções Inglesas do Século XVII.

Na verdade do século XIV ao século XVII nasceu as histórias modernas da história. Constituiu-se o que se convencionou chamar academicamente de o reino das ciências auxiliares da história, surgem os requisitos necessários para erigir-se uma verdadeira **doutrina da crítica erudita**. É no século XVII, aliás, **nós devemos isto a Civilização Protestante, como destacava bem Erasmo de Rotterdam: “Devemos à crítica histórica ao processo civilizacional Protestante”**. Que o nome de crítica, até então designando apenas uma qualidade do gosto, assume também o sentido de um julgamento acadêmico de Clio. **De estética que era a crítica passou a ser, igualmente, histórica**. Nas Revoluções Inglesas das décadas de 1640-1660 graças aos eleitos de Deus nascia o Iluminismo, a ciência econômica moderna e o liberalismo, e, assim, criava-se um terreno fértil para o nascimento da ciência da história, da ciência da sociologia, antropologia e geografia e nas obras de Balzac a aliança entre a arte e a ciência para se falar sobre o homem em sua totalidade de mundo.

Todo campo discursivo textual-literário-histórico [a arte e a ciência nunca estão divorciadas] e que envolvem teologias e filosofias inúmeras, definem certa maneira de trabalhar os discursos imagético-discursivos daqueles mesmos tempos e seus contextos geográfico-históricos. Todos os processos de estabelecimento textual e contextual linguístico-literário [abrangendo toda uma complexidade semita das condições históricas em que foram produzidos] podem afirmar que um dado termo de um amplo sistema que envolve paradoxalmente restrições e amplitudes de um dado discurso, explica por temática que os autores que pertençam a todos eles tenham naturalmente pensado suas próprias enunciações como “discursos aceitáveis pragmaticamente” e a de seus adversários como “discursos hostis também por uma ótica pragmática”. A maneira pela qual a física moderna se reporta a um discurso de Galileu ou de Newton não é comparável à maneira pela qual a Igreja Católica se reporta a produção de São Paulo, ou de São Paulo em relação aos discursos farisaicos. Ao professor

cabe tornar lógico o seu campo de estudos e transmiti-lo aos seus alunos; aos alunos cabe desorganizar, desarticular, ingerir e digerir o que foi transmitido pelo professor, ou seja, não receber tudo pronto. Todas as produções histórico-literárias discursivas partem de um pré-texto, que permite a produção do texto ou textos, e, por fim, lança-los aos contextos [estamos diante do útero da linguagem e das leituras de mundo], e assim, “a palavra se faz carne e habita entre nós”, ou seja, nasce a História.

Um discurso define, além do mais, uma relação com outros campos, a esse respeito devemos pagar um tributo à intertextualidade e aos contextos interdisciplinares, e assim, evocaremos a relação que se estabelece os discursos devotos e os textos dos naturalistas, de uma parte frequentemente invocados a título de autoridades pelo discurso humanista secular devoto, o qual foi construído desde Alexandre o Grande, é porque a natureza constitui para eles a “ordem” teofânica por excelência, um livro pelo qual as obras das relações humanas de devoções através do trabalho devem inspirar-se sem cessar. O mundo feito pela palavra de Deus experimente por toda parte essa palavra. Quanto aos autores pagãos, eles são citáveis em virtude de uma dupla especificação da noção de “ordem”, uma ontológica e outra histórica. Trabalhar os diversos vieses católicos, protestantes, pagãos, para se entender o significado histórico daquilo que se entende por palavra de Deus e Igreja, é, sem dúvida, o grande desafio para os professores de história que escrevem e educam.

Segundo a primeira “Ordem”, o conjunto do real forma uma “Ordem” constituída de uma diversidade, de nível hierarquizado, e aí, encontramos a genes de uma produção ideológica, portanto de poder. A linguagem é sempre a alma da cultura de um povo e, a produção dos “discursos”, dá legitimidade ao o que se quis dizer como respostas do sujeito aos desafios e vazios do novo como realidade. Dos anos 1830 a 1930, os discursos católicos estiveram sempre em consonância com os fatos de longa duração e de legitimação de uma ordem política, econômica, cultural e pedagógica pragmática por excelência que desembocou nas campanhas militares de reordenações geopolíticas da Europa como um todo. Quanto

à aproximação da Igreja em relação ao Fascismo e ao Nazismo em oposição a Stalin, é um fato que começou a se tornar histórico a partir do pontificado de Pio X, e que atinge o ápice com Pio XII. Forças contrárias a esse posicionamento da Igreja vão encontrar na literatura do Dadaísmo até o Modernismo, ambas criticadas por Eugênio Parcele na *Encíclica Humanai Generis* como heresias. As correntes históricas do historicismo, anarquismo e do marxismo também irão apresentar uma forte reação à Igreja. A história não tem pressa e só ela pode desfazer o que ela mesma fez. O aprendizado histórico é sem dúvida alguma, bastante desconfortável.

A *Encíclica Paz na Terra* de João XXIII, com os seus “discursos inovadores” trouxe-nos coisas novas e fascinantes no que diz respeito à historicidade judaico-cristã do ocidente, até porque abriu um enorme e riquíssimo bojo teológico, filosófico, histórico e geográfico antropológico, para que a Igreja peregrina pastoreasse os leigos cristãos a uma visão de mundo tolerante e acima da velha dicotomia secular entre Ocidente e Oriente. A Igreja cristã que deve sempre transcender os ideologismos próprios de um mundo secularizado por preço do modernismo humanista. Com a *Lumen Gentium* do Vaticano II, esse projeto histórico eclesiológico coroou a condição humano-transcendental da jamais separação entre os conceitos culturais, étnicos, geopolíticos e éticos como partes das coexistências dialogais entre os povos. A cada época nós Igreja de Cristo somos chamados a dar ênfases de discursos ligados de forma siamesa às invenções dos cotidianos como arte do fazer, ou seja, fazer dialética. Tudo isso é parte indissociável do contexto mundial da Guerra Fria e das gêneses nos anos 1960 do neoliberalismo, dos conflitos territoriais entre palestinos e israelenses, dos prosseguimentos, inclusive até nossos dias, das incertezas geopolíticas e étnicas dos Balcãs, do nordeste da Turquia ao leste europeu. E, voltando ao princípio de que para o passado apelamos à busca de respostas para as incertezas e contextos complexos do presente, era como se a história segundo Paulo Freire, do zingue zague, nos possibilitasse graças às condições pertinentes do presente, entender melhor o passado do que seus contemporâneos. Ao passado longínquo dos desdobramentos

históricos da queda de Espanha de Felipe II católico devoto para a Inglaterra Elisabetana 1588, rainha Protestante influenciada por Lutero, Calvino, e John Wesley, cuja derrota da esquadra invencível de Felipe II que chorou, criou possibilidades com esse processo dialético histórico para se iniciar as fases históricas de Eras de ascensão das Civilizações Cristãs Eclesiológicas Protestantes, que caracterizam as nações de democracias avançadas e de primeiro mundo, das geopolíticas com as quais aprendemos graças aos homens esclarecidos nos livros de geografia e história de nossas escolas.

O pontificado de São Paulo VI dentro da historicidade político-eclesiológica [1963-1978]

As Igrejas cristãs neste período eram desafiadas a assimilar criticamente a crise de identidades do socialismo real, assim como o início do advento do neoliberalismo como ideologia de “direita”. Desde a segunda metade do século XIX, católicos e protestantes tinham um inimigo em comum: o comunismo marxista. Historicamente, as alianças político-ideológicas de ambas as “Igrejas cristãs” com as burguesias internacionais constituiu um pragmatismo de fundamento sociocultural e “ético-moral” de tendências calvinistas, mais que luteranas. Ora, em história aprendemos que os fatos históricos têm inúmeros desdobramentos e como processos dialéticos repercutem além das mentalidades de seus contemporâneos. Já abordei teórica e discursivamente o suficiente segundo Braudel e Le Goff sobre os fatos históricos, e por ser históricos são dialéticos como processos de longa duração.

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi sepultado pela Igreja Institucional de forma precoce graças às pressões da burguesia e das Máfias Italianas, como também, pelo extremo conservadorismo reacionário de Roma. Em 1969 a Santa Sé tratou de matar e sepultar o Concílio. A Opção pelos pobres tão propagadas por alguns padres, que são minoria. Historicamente, quando falamos sobre a Igreja Católica Romana, é uma falácia parlamentar sobre a opção pelos pobres de uma instituição que estar sempre ao lado dos ricos. Quanto às relações do Banco Ambrosiano com as máfias italianas, precisamos lembrar que é a lavagem de dinheiro sujo da máfia que rende fortunas incalculáveis ao Banco do Vaticano. Qualquer

Papa que tentar desfazer isto e moralizar o Estado do Vaticano, corre o risco de ter o mesmo fim de Celestino V e do cardeal Albino Luciani [Papa João Paulo I].

Os Protestantes também repetiram em condições históricas diferentes, são claro, os erros cometidos pela Igreja Católica. Calvino, por exemplo, ordenou nos Cantões Suíços uma violenta repressão a quem pensava diferente dele, mandou matar o médico Michel de Servet só porque não concordou com uma teoria do médico sobre a circulação do sangue, entre tantos outros crimes contra a vida que caracterizam um genocídio. Lutero, o mesmo que se mostrou indignado com as indulgências e os crimes católicos da Inquisição, deu amplo apoio as classes dominantes na Alemanha para dizimar mais de cem mil camponeses revoltados contra sua condição de vida e de trabalho, e ainda disse: Para Deus é melhor estar ao lado dos governantes por pior que sejam, do que estar ao lado da ralé.

É pertinente que se diga para melhor esclarecimento, que os Protestantes históricos organizaram sua Canon Bíblica baseadas na tradição dos cristãos e judeus da Palestina, ao contrário, a Igreja Católica seguiu a tradição dos cristãos de Alexandria que foi a mesma originada com os apóstolos e que teve continuidade com a Filosofia Patrística, que é não só a filosofia dos primeiros padres da Igreja, mas também teve a contribuição de leigos pensadores que necessariamente não eram em sua grande parte católicos. Entretanto, a Vulgata pôs em xeque a tradição dos cristãos tanto da Palestina, quanto de Alexandria com seus erros de interpretação e profundas contradições textuais e contextuais. O Concílio Vaticano II tentou abrir uma luz de interpretação e diálogo inter-religioso que pudesse amenizar os paradoxos históricos, filológicos e de exegese, como também para o plano das hermenêuticas teológicas.

Falar sobre a história do Concílio e o Pontificado de Paulo VI, e se situar entre aqueles que o entendem como um sulco na história da Igreja Católica, e a criação de condições e possibilidades históricas para a promoção de modificações nas suas concepções de mundo, por um prisma político e sociológico, nos leva a crer que ela se propõe a se assimilar a

transição do Modernismo para o Pós-Modernismo das sociedades pós industriais.

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi o evento mais importante da Igreja no século XX, porém, voltando ao princípio de que a história não é uma sucessão de eventos, e que a árdua tarefa do historiador é explicar o que aconteceu, o Concílio que teve pouco efeito de duração na Doutrina Social da Igreja só pode ser mais bem assimilado se o contextualizarmos com as totalidades que o mundo de então, sobretudo, o mundo católico, com seus antagonismos de disparidades sócio-político-econômicos e culturais, é válido nos reportarmos à história recente da América Latina, como construções processuais históricas. A história se constrói em cima das contradições e evolui para vi-lo a ser graça a elas.

Uma das grandes problemáticas vividas pela Igreja Católica nesse período pode ser consubstanciada com a seguinte pergunta: como manter a plausibilidade da mensagem cristã, açambarcando novos espaços e populações, frente a um mundo marcado por transformações profundas e velozes e, muitas das vezes perpassado por um espaço anticatólico?

As respostas vieram de formas diferenciadas e se chocaram, sobretudo, durante a segunda metade do século XX. E paralelamente as campanhas de combate a Modernidade lideradas pela Santa Sé desde Pio X, que detinha forte hegemonia sobre as mentes de seus fiéis, acabou desenvolvendo um catolicismo liberal “progressista”, o qual se tornou hegemônico no Pós- Concílio Vaticano II. Este teve suas origens no contexto da Igreja Ultramontana.

Paulo VI deu continuidade com bastantes ressalvas e alterações nos princípios e conceitos fundamentais da sociologia, politicologia e teologias que João XXIII pretendia dar no início do Concílio. O Pontificado de Paulo VI durou de 21 de Junho de 1963 a 6 de Agosto de 1978. Durante o seu Pontificado as Alas de “direitas” se estabeleceram de forma preponderante sobre as Alas de “esquerdas”.

Em 1967 na *Populorum Progressio* defende, segundo suas concepções de mundo de ordem político-econômica e rigidamente técnica, princípios

de influência teológicos e filosóficos sobre o progresso desenvolvimentista dos povos. O progresso dos povos, especialmente daqueles que se esforçam politicamente e sociologicamente para combater a miséria promovida pelas desigualdades sociais, pela ignorância daqueles que procuram uma participação mais ampla nos frutos históricos da civilização, uma promoção justa e digna da condição da pessoas humana que precisa ser educada para a liberdade, e, isto implica numa condição histórica dialética processual amplas. Mas, para alcançarmos essa conquista em longo prazo exige paciência histórica. Para tanto, se faz necessário superar as estruturas obsoletas em prol da construção de novas estruturas. As teologias vaticanistas europeias que se lançaram a desbravar os mares da América desde o século XVI, trazendo para nos colonizar suas línguas, suas culturas e valores de ordem ético-moral, suas posturas antisemitas, o seu Jesus de olhos azuis e cabelos belos e loiros ainda repercutem em nossas mentalidades sob o nome da rosa estúpida e ignorante.

Na *Encíclica Humanae Vitae* [*Da Vida Humana*], publicada em 25 de Julho de 1968, inclui o subtítulo sobre o controle da natalidade, ou seja, de condenação de todos e quaisquer métodos anticonceptivos. Uma concepção antagônica ao Pastor Metodista Malthus que detinha uma visão teológica-sócio-econômica e antropológica que defendia o mais rigoroso controle da natalidade para garantir um satisfatório equilíbrio econômico dos países, sobretudo, daqueles subdesenvolvidos. Estamos aí diante de uma querela não só sociológica, política e econômica, mas, também de ordem de teologia moral, sistemática e dogmática.

Se formos buscar sentidos nos textos bíblicos, e particularmente os evangelhos, a sua verdade não se reduz seguramente à narração de simples acontecimentos históricos e/ou cronológicos ou à revelação de “fatos neutros”, como pretendiam os historiadores positivistas e da Escola Historicista alemã. Pelo contrário, esses textos expõem acontecimentos, cuja verdade está para além da mera ocorrência factual. O que se entende por Palavra de Deus não se destina só a um povo ou só a uma época, mas passa por entendimentos que jamais fogem à égide da dialética linguística e

étnicas histórico-culturais que deliciam os historiadores, os exegetas e os filólogos.

Tanto no Oriente como no Ocidente, é possível entrever um caminho que, ao longo dos séculos, levou a humanidade a encontrar-se progressivamente com “as verdades” e a confrontar-se com elas. É um caminho que se realizou e nem podia ser de outro modo, no âmbito da autoconsciência pessoal; quanto mais os homens conhecem as díspares realidades e o mundo, tanto mais persevera nas descobertas de si mesmo, ao mesmo tempo em que nele se torna cada vez mais premente a questão do sentido das coisas e da sua própria existência. O que chega a ser objeto do nosso conhecimento torna-se por si mesmo parte da nossa vida.

A recomendação conhece-te a ti mesmo estava esculpido no dintel do Oráculo de Delfos [o oráculo era uma sacerdotisa que recebia do mundo espiritual as revelações e os conhecimentos fundamentais para os homens do mundo e com o mundo temporal], para testemunhar uma verdade basilar que deve ser assumida como regra mínima de todo homem-história que deseje distinguir-se, no meio da criação inteira, pela sua qualificação de “homem”, ou seja, enquanto eterno caçador de si mesmo. Ai estar o útero da educação.

Aliás, basta um simples olhar pela história antiga para ver satisfatoriamente como surgiram simultaneamente, em diversas partes animadas por culturas diferentes que se entrelaçam, combinam-se reciprocamente, porém, não se confundem. As questões fundamentais já trabalhadas neste livro de história, que caracterizam o percurso da existência humana são: Quem sou eu? De onde venho e para onde vou? Por que existe o mal? O que existirá depois desta vida? Estas perguntas existem nos escritos sagrados de Israel, mas aparecem também nas civilizações dos Vedas e no Avestá; as achamos tanto nos escritos de Confúcio e Lao-Tsé como na pregação de Tirtankara e de Buda. Ora, e assomam-se ainda que nos poemas de Homero e nas tragédias gregas de Eurípedes e Sófocles, quer nos tratados filosóficos de Platão e Aristóteles. São questões que têm a sua fonte comum naquela exigência de sentido que, desde sempre, urge no coração

do homem. Dar respostas a tais perguntas depende efetivamente à orientação que se imprime à existência. Ai estar a mais sublime tarefa a ser cumprida pelas Igrejas Cristãs.

Todas as teologias da Igreja se constroem com legitimidade intelectual a partir de uma gama de condições sócio-político-culturais e éticas que tornam os conhecimentos revelados da própria teologia não tão distantes dos conhecimentos não revelados, que uma determinada época histórica é constituída, com seus determinados valores, com formas de ser ou comportar-se buscando incessantemente a plenitude, o superar o aqui e o agora pela educação e demais construções humanas.

Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, que procuram a plenitude, as sociedades estão em constantes mudanças. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a ser questionados; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas esta não morre, pois, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período chamamos de transição, e toda transição acontece desdobrando-se em um contexto histórico de mudanças lentas e progressivas de ordem conjunturais e estruturais.

Para as concepções de história como dialética, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter certa visão de conjunto delas: é a partir da visão de conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Hegel, Diderot, João Batista Vico compartilhavam da seguinte concepção da realidade: A verdade é o todo. Caro leitor, bem vindo aos estudos de história.

A visão de conjunto ressalve-se, é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo

que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa que a visão de conjunto proporciona que é chamada de totalidade. A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem. Eis os alicerces da construção do conhecimento da história.

Do Pontificado de Paulo III ao de Bento XVI, as estruturas de poder dentro da Igreja Institucional permaneceram intactas. Por isto, os Gerais Romanos costumavam afirmar que: “Em momentos de crise, a melhor virtude é a ousadia”. Só a Teologia da Libertação ousou criar uma teologia e uma Igreja que nascem da fé povo como agente de sua história, ousou questionar as seculares estruturas de poder e relações de poder que emanam das estruturas eclesiológicas hierárquicas e a proclamar a hierodúlia.

O que entendemos por significado histórico do pontificado de Paulo VI, só nos é permitido falar com conhecimento satisfatório, se o pensarmos como um processo histórico que começa a se desdobrar no período que envolve as duas grandes guerras mundiais do século XX. Temos aí as construções das condições históricas que permitiram a Igreja pensar em inovações quanto suas concepções de mundo, ou seja, se faz necessário que aprendamos a ter visão e paciência histórica. Eis o cerne da Guerra Fria que começa a ser travada muito antes do término da Segunda Guerra Mundial. A história é dialética, porém, lenta.

A história nos cobra um entendimento plausível dos processos de descolonização da Ásia e África. Na Ásia e na Índia tivemos uma forte contribuição no plano das concepções de mundo religiosas e política que através das ideias de Confúcio, do Buda, do Taoísmo, que deram sustentação cultural, ético-morais e filosóficas mais largas, para na busca de dar legitimidade as suas identidades próprias, forjarem as possibilidades históricas de criar seus nacionalismos que, patológicos ou não, lhes deram as conquistas geopolíticas de independência em relação aos seus colonizadores. Todo nacionalismo carrega consigo patologias que só a história pode

nos fazer entender; daí o papel, o brilho, o charme das religiões que é numa abertura para o transcendental, suavizar nossas buscas inquietantes. Freud tinha razão quando afirmara: “a religião é o melhor dos narcóticos”.

Na Índia além da contribuição do Gandhismo e da Liga Muçulmana para dar seguimento a um processo cultural lento e gradual, que já vinha muito antes destas instituições de cunho religioso formando ideias coletivizadas e, dando legitimidades as mesmas, trabalhando memórias e mitos que resguardaram sua historicidade enquanto Povo Nação.

Na África tivemos no século XX, que caracteriza as descolonizações feitas por metrópoles europeias, podemos afirmar que se a Igreja Católica Romana enquanto processo civilizatório, e as Igrejas de seguimento civilizatório protestantes davam legitimidade às colonizações europeias, na posteridade dos desgastes culturais das metrópoles, mudaram sua postura como forma de garantir suas sobrevivências históricas. No que diz respeito aos muçulmanos, estes desde que se estabeleceram em conquistas no continente africano conduziram como civilização a construção de resistências às culturas europeias ocidentais de domínio.

O papa Paulo VI concluiu dentro destas possibilidades históricas contextuais que envolviam a Guerra Fria e destes conflitos de descolonização, o Concílio Ecumênico Vaticano II. E, por manter praticamente todos a bordo nos tempos tumultuados que então se seguiram. Paulo VI era um homem de “direita moderada”. Logo depois da eleição do papa Francisco ficou suficientemente claro que o novo papa tinha uma grande afinidade com São Paulo VI. Por que ele foi tão grande? E por que suas realizações foram tão facilmente ignoradas?

A primeira pergunta é mais fácil de ser respondida. Após a morte de José Ângelo Roncali que desde 1946 defendia a renovação da Igreja por um Concílio Ecumênico, a partir do Pontificado de João Batista Montini a tradição eclesial conservadora e retrógrada mantém o seu controle sobre a Santa Sé. Entretanto a “direita católica” considerava que Paulo era insuficientemente rigoroso para manter o controle necessário sobre as diretrizes

e práxis do novo Concílio. A mentalidade legalista por demais e tão evidente na oposição a Francisco Santo Padre de então, criticava Montini por sua capacidade de reconhecer a ambivalência de muitas das questões históricas de sobrevivência que a Igreja enfrentava.

Se quisermos clareza, antes de tudo, o compromisso de Paulo VI com o diálogo e a aceitação da complexidade não serão os melhores elementos, e se pensarmos que a descentralização da tomada de decisão era uma tarefa tola, pelo menos para a “direita”, o compromisso de Paulo VI com as Alas Conservadoras nos leva a concluir que do ponto de vista político-jurídico, sociológico e histórico ele fez papel de tolo. Fazer o que? O que a história faz, somente ela tem o poder de desfazer.

A “esquerda” desistiu de Paulo VI depois da *Encíclica Sobre a Vida Humana*, e sua continuação da proibição de controle de natalidade por meio de métodos artificiais: eles nunca o perdoaram por isso e tal foi um erro. Para começar, eles ignoraram a afirmação de Montini, segundo a qual “a paternidade responsável comporta ainda., e principalmente, uma relação mais profunda com a ordem moral objetiva estabelecida por Deus: a consciência reta é interprete fiel”.

Quando parecia que as faustosas, imponentes e pretensiosas estruturas de poder e suas relações, da Igreja Católica Romana institucionalmente falando, poderiam então mudar e converter-se à história com a eleição do Bispo Luciani para o papado, novamente a ala retrograda fez prevalecer seu controle sobre a instituição que nasceu no século IV.

Albino Luciani nasceu em Forno di Canale di Agordo [Belluno], Itália, em 17 de outubro de 1912. Ainda adolescente, ingressou no seminário menor de Feltre. Entre 1928 e 1935, estudou filosofia e teologia no seminário de Belluno, onde em 7 de julho de 1935, foi ordenado padre. Na condição de vice-diretor desse seminário, dedicou-se ao ensinamento da teologia dogmática e ao direito canônico.

Em 1941 conseguiu licença em teologia na Universidade Gregoriana de Roma. No ano acadêmico 1942-43 inscreveu-se no curso de doutorado em teologia, mas só no início de 1947 pôde discutir sua tese *A Origem da*

Alma Humana segundo Antônio Rosmini. Após alguma resistência em aceitar o convite de João XXIII para ser bispo, foi ordenado para a diocese de Vittorio Vêneto em 15 de dezembro de 1958. Em 15 de dezembro de 1969 assumiu o patriarcado de Veneza. Foi nomeado Cardeal por Paulo VI no consistório de 5 de março de 1973.

No dia 26 de agosto de 1978, no terceiro escrutínio, foi escolhido novo papa. Ele escolheu ser chamado de João Paulo I em memória a seus professores [como explica em seu primeiro pronunciamento, feito por ocasião do Angelus dominical, em 27 de agosto de 1978]. João Paulo I morreu sob condições muito suspeitas, muitos pesquisadores como o jornalista inglês citado nesta obra defende a tese de que ele foi assassinado por cardeais da Cúria Romana.

Nenhuma Igreja se constitui e persevera em crescimento institucional histórico se divorciando suas concepções religiosas e políticas de mundo de todo um contexto mundial na qual ela está inserida. Faz-se necessário entendê-la, de um prisma existencialista, pela busca incessante, de por meio de concepções éticas, culturais e políticas, de saber posicionar-se frente às transformações díspares e profundas que o mundo passa a cada época. No ocidente e no oriente a história nos mostra clara e bastantes nuances, que o conhecimento histórico só faz sentido se forem pensados de forma totalizante.

Quanto às definições oferecidas para o fato histórico, faz-se necessário entendermos que, até os últimos anos, como vemos apenas nos dão débeis certezas. Trabalhando as realidades sob aparências límpidas, as noções de fato históricas surgem complexas ao extremo de desencorajar suas análises. Sequer há acordo sobre o sentido do vocábulo. Mas outras questões brotaram recentemente, ultrapassando o campo das semânticas. Não mais se trata de saber se a expressão “fato histórico” aplica-se a “acontecimentos”, ou a “instituições”, ou a ambos. Trata-se verdadeiramente de uma revolução que visa a deslocar para um segundo plano a hermenêutica “positivista” do fato, a cujo respeito todos estava praticamente de acordo

há pouco tempo, em proveito de uma concepção “idealista”, nascidas entre os filósofos alemães e progressivamente divulgada entre os historiadores.

Quando Croce, Collingwood, Lucien Febvre, Charles Nozaré, notadamente lançaram-se ao assalto das posições nas quais Langlois e Seignobos e outros com eles haviam acreditado estabelecer para sempre a história, visaram eles, particularmente, com efeito, a concepção “positivista” do fato histórico, que era justamente aos seus olhos, um dos pontos de apoio da história erudita. Admitiram que os historiadores desta tendência assimilassem sem discursão o fato ao puro acontecimento, transformando-o numa espécie de átomo da realidade histórica, insuscetível de divisões, observável à vontade desde que se soubesse retirá-lo com as devidas precauções onde o documento o encerra. “O fato tradicional, escreve Mozaré, é o resultado de um esforço tentado para isolar de seu complexo indefinido um momento da evolução”. Justifica-se, pela necessidade de não sufocar a pesquisa, em cada etapa, sob toda a evolução da humanidade e todas as metafísicas. E o seu resultado é a compartimentação.

Na realidade, a teoria do fato que poderia ser extraído, por exemplo, é mais complexa do que parece à primeira vista. Já sabemos que, para este autor, o fato ultrapassa singularmente o acontecimento bruto. Eu aceito abertamente o caráter subjetivo do fato histórico e suas complexidades. O historiador não tem qualquer objeto para analisar realmente, exceto, nenhum objeto que ele não possa descrever ou construir e desconstruir concomitantemente. Os historiadores, quase todos sem ter consciência disto, e acreditando observar realidades, jamais operam a não ser sobre imagens.

Obras recomendadas para a leitura

ALVES, Rubem. O que é religião 3 ed. São Paulo: brasiliense, 1989.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992

CAMUS, Albert. **A desmedida na medida**. 4 ed. São Paulo: Ineboa, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion ; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da história**. 4 ed. São Paulo: Graal, 2004, 1979.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORNWELL, John. **O Papa de Hitler**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

COUTINHO, Afrânio. **Era barroca a era neoclássica**. 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

COUTINHO, Afrânio. **Era romântica a era moderna**. 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Florianópolis: EDUSC, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20 ed. São Paulo: Graal, 2004.

HEGEL, Frederico. **A razão na história**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

HILL, Crhistopher. **O século das revoluções (1603-1714)**. São Paulo: UNESP, 2012.

HILL, Crhistopher. **Origens intelectuais da Revolução Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KESLER, Izabela Maria Furtado. **Exílio e literatura**. 7 ed. São Paulo: USP, 2003.

LAÍN, Vanderlei (org.). **Mosaico religioso**: as faces do sagrado. Recife: FASA, 2003.

LE GOFF, Jaques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1996. Vol. III.

PASSELECO, Georges; SUCHHECKI, Bernard. **A Encíclica Escondida de Pio XI**: coleção crença e razão. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Do positivismo à desconstrução**. 3 ed. São Paulo: UDP, 1996.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo: Brasilense, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato social**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SALDANHA, Nelson. **Pela preservação do humano**. Recife: FUNDARPE, 1983.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault**: poder e análise das organizações, 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org